



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.3 N.1 | DEZEMBRO DE 2013

DOSSIÊ
O PAPEL DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO
SOCIAL LATINO-AMERICANO

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

CAUÊ C. MARTINS | DÉBORA FARIA | FERNANDO A. SANTANA | GABRIELA MURUÁ | JENIFER SOUZA | KARINE ASSUMPTÃO | KÁTIA LOPES
LEANDRO BECCENERI | LUCAS B. JARDIM | LUCIANA PEREIRA | MARCELA VASCO | OTAVIO DE SOUZA | RAFAEL FREITAS | TABITA T. LOPES



004

EDITORIAL

006

DOSSIÊ: O PAPEL DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL LATINO-AMERICANO

010

O INÍCIO DO FIM? NOTAS SOBRE A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
FERNANDO CORREA PRADO E RODRIGO CASTELO

030

O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI E SUA ATUALIDADE PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS
CARLOS EDUARDO MARTINS

065

RUY MAURO MARINI E A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: DA INVISIBILIDADE FORJADA À VISIBILIDADE RECONSTRUÍDA
ROBERTA TRASPADINI

080

BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TEORIAS DO IMPERIALISMO E DA DEPENDÊNCIA
ANTE A FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
MARISA SILVA AMARAL

097

ENTRE O DESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA: UMA CRÍTICA AO NEODESTRUTURALISMO CEPALINO
PEDRO HENRIQUE EVANGELISTA DUARTE

127

BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO: ENTRE O SONAMBULISMO E O DESPERTAR DO GIGANTE
JESUS MARMANILLO PEREIRA

141

JORNADAS DE JUNHO: UMA SOCIOLOGIA DOS RASTROS PARA MULTIPLICAR A RESISTÊNCIA
HENRIQUE Z. M. PARRA

151

ROMPANTES NO ESPÍRITO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO
LUDMILA COSTHEK ABÍLIO

164

A DISTÂNCIA ENTRE A POLÍTICA TRADICIONAL E AS PRÁTICAS DE LIBERDADE NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO
EDSON TELES

172

OS CONHECIMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO
ANDRÉ ROCHA SANTOS

189

ÉFE-ÉRRE-Á. DEAMBULAÇÕES SOCIOLÓGICAS PELA QUEIMA DAS FITAS DE COIMBRA
JOSÉ PEDRO ARRUDA

213

O PRONASCI NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO
CARLOS AUGUSTO LOPES

232

TRANSCRIÇÃO DA MESA DE DEBATE “ARTE URBANA”, DO EVENTO ORGANIZADO NA UNIFESP –
GUARULHOS EM AGOSTO DE 2012, “PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM CONTEXTOS URBANOS – MOSTRA ETNODOC”

253

OS GUEULES NOIRES DE LA GRAND-COMBE: UMA HISTÓRIA DO PASSADO E DO PRESENTE
DÉBORA LESSA

D

D

A

T

R

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Valeria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Daniel Arias Vasquez

Vice-diretora: Marineide de Oliveira Gomes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Cynthia Andersen Sarti

Vice-coordenadora: Gabriela Nunes Ferreira

PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. V. 3, n. 1, ano 3. 2013. Semestral. ISSN: 2237-678X.

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Cauê C. Martins, Débora Faria, Fernando Santana, Gabriela Murua, Jenifer Souza, Karine Assumpção, Kátia Lopes, Leandro Becceneri, Lucas B. Jardim, Luciana Pereira, Marcela Vasco, Otavio de Souza, Rafael Freitas, Tabita T. Lopes.

CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi, (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj, Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert, (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP).

DESIGN GRÁFICO

Fábio Pontes Rachid

WEBMASTER

Eduardo Palazzo

ENDEREÇO PENSATA: <http://www.unifesp.br/revistas/pensata>

CONTATO: pensata@unifesp.br

Editorial

Lucas B. Jardim e Tabita T. Lopes

Seguindo a linha editorial dos últimos números, a quarta edição da Pensata – Revista de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP – busca trazer textos e debates de caráter interdisciplinar que pretendem contribuir para a análise da realidade de nosso tempo. Tendo isso em vista, o que aqui apresentamos, com muita satisfação, é o resultado de um trabalho direcionado, sobretudo, à abertura de um espaço de publicação para reflexões críticas sobre a sociedade em que vivemos, concebidas a partir de pesquisa na área de Ciências Sociais. Buscamos, além disso, na trilha da consolidação de nosso Programa de Pós-Graduação, uma paulatina autonomia em nosso processo editorial e na inserção institucional da revista, o que possibilita que a Pensata seja também um canal de exercício e aprendizado a todos envolvidos em sua concepção. Esperamos com isso que nosso periódico progressivamente se torne uma fonte relevante de artigos e outras publicações acadêmicas, disponíveis de forma livre para consulta.

Nesta edição, convidamos membros do Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD), que tiveram a gentileza de contribuir com artigos para a composição de um dossiê temático intitulado “O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano”. Essa compilação de textos traz tanto uma contextualização dessa teoria e seu peso no debate de questões políticas e econômicas no Brasil e na América Latina, quanto interpretações e análises sobre a fase do capitalismo em que nos encontramos, empreendidas a partir daquela teoria. Com isso, pretende-se esboçar um amplo panorama dessa vertente teórica, de seus fundamentos e autores, bem como das possibilidades analíticas por eles abertas. Os autores, responsáveis pela concretização desse dossiê temático foram: Fernando Prado (Doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]), Rodrigo Castelo (Docente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro [UNIRIO]), Carlos Eduardo Martins (Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]), Roberta Traspadini (Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri [UFVJM]), Marisa Amaral (Docente da Universidade Federal de Uberlândia [UFU]) e Pedro Duarte (Docente da Universidade Federal de Goiás [UFG]). A todos esses professores e pesquisadores, agradecemos imensamente a contribuição com nosso periódico, tornando-o mais rico e interessante com reflexões que, além de dialogarem entre si, complementam-se.

Além desse conjunto exemplar de reflexões, unidas pelo fio condutor da Teoria Marxista da Dependência, julgamos interessante trazer ao leitor alguns esforços de compreensão e análise das manifestações e movimentações políticas que tomaram o país durante o ano de 2013, repletas de contradições e possibilidades. As contribuições foram feitas por Henrique Parra (Docente da Universidade Federal de São Paulo [Unifesp]), Edson Teles (Docente da Universidade Federal de São Paulo [Unifesp]), Jesus Marmanillo Pereira (Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba [UFPB]) e Ludmila Costhek Abílio (Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas [Unicamp]). Trata-se, evidentemente, de um assunto em aberto, que ainda irá se desdobrar em outras possíveis questões e impasses, o que inviabiliza um diagnóstico preciso ou definitivo. Novamente, agradecemos a todos esses autores que tiveram a preocupação de tratar de um tema candente, e que forneceram um mosaico de ideias certamente qualificadas para a discussão.

A Pensata publica ainda nessa edição artigos sobre (1) o ensino de Ciências Sociais no Ensino Médio, com ênfase nos conhecimentos e parâmetros curriculares da Ciência Política, (2) uma etnografia de um evento universitário na cidade de Coimbra, Portugal, e (3) uma discussão sobre as políticas de segurança pública no Brasil, além de uma resenha do livro **Memória e Trabalho**: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão, da antropóloga Cornelia Eckert. Por fim, apresentamos a transcrição de um evento ocorrido em agosto de 2012 no campus Guarulhos da Unifesp, intitulado "Patrimônio Cultural Imaterial em Contextos Urbanos – Mostra Etnodoc". A mesa de debate transcrita mostra duas falas diferentes sobre o tema "Arte Urbana": uma, pelo professor Alexandre Barbosa (Docente da Unifesp-Santos), que aponta para possíveis aproximações e divergências entre a questão do Patrimônio Cultural Imaterial e a prática social da pixação em São Paulo; outra, pelo professor Julio Moracen (Docente da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp), que reflete sobre a proximidade da ideia de Patrimônio Cultural Imaterial com as categorias de cultura popular e folclore, para discutir a própria ideia de arte e as formas de legitimação de suas concepções oficiais.

Agradecemos a todos que de alguma forma viabilizaram essa nova edição da Pensata, enviando textos – independentemente da publicação de seus trabalhos –, emitindo pareceres, ou fornecendo qualquer tipo de apoio à nossa iniciativa. Esperamos que a leitura do material aqui publicado possa ser útil à pesquisa acadêmica dentro de nosso campo de atuação e, sobretudo, possa movimentar, motivar e fomentar novas ideias, reflexões e debates.

**DOSSIÊ: O PAPEL DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO
SOCIAL LATINO-AMERICANO**

Apresentação

Gabriela Murua

O ano de 2013 é excepcionalmente importante para o “processo político-reflexivo latino-americano”, como afirma Roberta Traspadini, participante deste dossiê, em razão dos 40 anos da publicação de um dos livros mais importantes da vertente marxista da teoria da dependência – **Dialética da dependência**, escrito por Ruy Mauro Marini – e dos 40 anos do golpe chileno contra Salvador Allende, país que recebera os principais expoentes dessa teoria, expulsos do Brasil – em 1966 Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e em 1969 o próprio Marini. É com imenso prazer, portanto, que a Revista Pensata lança nesta edição o dossiê intitulado “O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano”, a fim de contribuir com um esforço coletivo realizado por uma série de intelectuais brasileiros de resgatar a teoria marxista da dependência (TMD), não apenas por sua importância esquecida durante as décadas da ditadura militar, mas, sobretudo, pelo seu poder explicativo frente às transformações do capitalismo dependente latino-americano nesta fase imperialista do capitalismo, na qual observamos a centralidade dos movimentos especulativos desde a década de 1970.

A relevância de um dossiê que privilegia artigos de autores preocupados em recuperar a vertente marxista da teoria da dependência ocorre por dois motivos: primeiramente o de trazer ao debate atual brasileiro uma construção teórica não divulgada no Brasil, devido a um “bloqueio político-militar” e também “ideológico”, como afirma Fernando Prado e Rodrigo Castelo – também autores desse dossiê; o segundo consiste no resgate expressivo da TMD nos últimos 15 anos e que ocorre substancialmente devido ao próprio período histórico que repõe novas controvérsias, ao mesmo tempo em que as ressignifica, constituindo novas problemáticas. Referimo-nos neste caso, principalmente, a implementação de políticas neoliberais, que atinge seu paroxismo e agudiza as relações dependentes entre centro e periferia em finais de 1990 e também o retorno de um projeto desenvolvimentista (acrescido do prefixo neo) brasileiro com o advento do governo Lula.

É possível identificar uma nova geração da TMD que coletivamente se empenha na divulgação de todo o material produzido por Marini, Santos e Bambirra, ao mesmo tempo em que se preocupa com a apropriação crítica das categorias desenvolvidas por eles, a fim de contribuir para uma análise marxista da história recente. Prova disso é a constituição do Grupo de Trabalho Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD), filiado à Sociedade Brasileira de Economia Política, que vem realizando ao menos dois seminários por ano com intuito de abordar problemáticas em torno da TMD; e a criação do site

<http://imperialismoedependencia.org/blog/>, onde é possível encontrar uma série de artigos e livros dos precursores da TMD e também dos principais expoentes desta vertente na atualidade.

Pretendendo articular a história da TMD com as questões político-econômicas da atualidade, a Comissão Editorial da Pensata propôs aos autores desse dossiê que parte deles apresentasse trabalhos visando uma contextualização da TMD e de suas principais contribuições e significados na atualidade, e que os demais elaborassem artigos resgatando as categorias desta vertente como instrumento de compreensão do capitalismo contemporâneo.

No primeiro grupo encontram-se: o trabalho de Fernando Prado e Rodrigo Castelo que realizam um detalhado mapeamento dos estudos da TMD, desde os primórdios até seu atual resgate em finais de 1990; e o artigo de Carlos Eduardo Martins, que, por sua vez, aprofunda o debate em torno da importância das contribuições de Ruy Mauro Marini, apresentando suas principais formulações teóricas, as polêmicas sobre a teoria da dependência como um todo, bem como a atualidade dos conceitos desenvolvidos pelo autor.

Dialogando com a primeira parte e com a segunda está o artigo elaborado por Roberta Traspadini, em que a autora considera imprescindível o resgate da TMD como elemento teórico fundamental para refletir primeiramente sobre a necessidade “de reconfiguração político-partidária” frente a uma estrutura capitalista que se aprofunda, atuando “sobre e contra” a classe trabalhadora, para então pensarmos a situação em que se encontra o pensamento latino-americano, “aprisionado entre a questionável substância da pós-modernidade e a retomada (neo) desenvolvimentista”.

Finalmente, temos os últimos dois artigos que apresentam interpretações sobre o período histórico atual à luz de categorias propostas pela corrente marxista da dependência. No artigo de Marisa Amaral, encontramos um debate rico que aproxima contribuições da TMD à teoria marxista do imperialismo e esboça uma tentativa de valer-se de suas contribuições para compreender o processo de financeirização observado a partir de 1970; e, por fim, o texto de Pedro Duarte, que propõe uma análise crítica do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde 1990, período em que o autor observa uma inflexão do pensamento cepalino e sua aproximação com as políticas neoliberais, aprofundando a dependência ao invés de galgar um desenvolvimento competitivo e igualitário, tal qual fora objetivado pela comissão.

A Revista Pensata agradece profundamente a todos os participantes deste dossiê, que contribuíram de forma significativa para que a edição atual prossiga promovendo

reflexões críticas acerca das contradições e controvérsias que envolvem o período histórico atual.

O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo

Fernando Correa Prado e Rodrigo Castelo

Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical.

Ruy Mauro Marini, “Crise teórica”, 1992.

I. Introdução

No dia 19 de junho de 2011, a Folha de São Paulo dedicou páginas do seu caderno Ilustríssima à celebração dos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso. O título da matéria era “O provocador cordial”. Pode-se dizer que o artigo faz uma provocação nada cordial aos críticos de FHC. Com certo conteúdo biográfico, a matéria abordou o tema da dependência, apresentando considerações sobre outros autores que trataram deste mesmo tema. Em passagem destinada ao suposto “catastrofismo” de alguns, afirma:

FHC passava a ser o grande adversário das teses catastrofistas, segundo as quais países como o Brasil estavam condenados à estagnação e só teriam chances de se desenvolver fora dos marcos do capitalismo. Sociólogos como o americano [sic] André Gunder Frank e os brasileiros Theotônio dos Santos e Rui [sic] Mauro Marini, conhecidos como “dependendistas de esquerda” – hoje caídos no esquecimento –, partilhavam dessas ideias com razoável sucesso (BARROS e SILVA, 2011, p. 4).

E a matéria segue argumentando que o contraponto a tais “sociólogos” se condensava em **Desenvolvimento e dependência na América Latina**, livro “lançado em 1967, no Chile, em parceria com o argentino [sic] Enzo Faletto”. Nada mais equivocado, tanto em seu conteúdo quanto em seu tino sobre o próprio período histórico no plano do debate político-intelectual.

Quanto ao conteúdo, e para além dos pequenos erros, o argumento é equivocado. Aquelas teses “catastrofistas” nunca perpassaram as obras de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini ou quaisquer outros intelectuais ligados à vertente marxista da teoria da dependência; na verdade, a condenação à estagnação a

meados dos anos 1960 foi argumento de desenvolvimentistas como Celso Furtado e Aníbal Pinto, que logo revisariam suas próprias posições.

Quanto à percepção sobre o período histórico no que se refere à “batalha das ideias”, a matéria também se equivoca ao afirmar que aqueles autores denominados de “dependentistas de esquerda” estariam hoje “caídos no esquecimento”. Ao que parece, o tom apologético da matéria assinada por Fernando de Barros e Silva impediu que se apontasse para algo que vem ocorrendo durante os últimos 15 anos em relação ao debate sobre a dependência no Brasil, que é exatamente o contrário do esquecimento: o resgate e a atualização da teoria marxista da dependência (TMD).

Tal equívoco da matéria da Folha de São Paulo pode ser revelado através de outro texto jornalístico. Sob o título de “O segundo retorno”, veiculada no dia 30 de março de 2013 no caderno Prosa & Verso do jornal O Globo, a matéria de Leonardo Cazes resume muito bem a trajetória daqueles autores, captando seu retorno atual:

Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram perseguidos por ditaduras no Brasil e no Chile e suas ideias ficaram desconhecidas em seu próprio país, onde agora voltam a ser debatidas. [...] A teoria da dependência, em sua vertente marxista, vem sendo retomada por uma nova geração de historiadores, economistas e cientistas sociais (CAZES, 2013, p. 2 e 3).

Ou seja, se durante o período da ditadura empresarial-militar aqueles autores “caíram no esquecimento” – na verdade, foram sistematicamente perseguidos pela ditadura e cerceados pela hegemonia desenvolvimentista –, o fato é que, desde o início do século XXI, eles voltaram a ser conhecidos e debatidos, formando um movimento de reconstrução da teoria marxista da dependência no Brasil.

Pois bem, neste quadro de retomada da TMD no Brasil, o presente ensaio procura inicialmente oferecer uma espécie de mapa bibliográfico – amplo, mas sem a pretensão de ser completo ou conclusivo – da atual produção sobre esse marco teórico no país, observando as formas e temas que têm sido trabalhados ultimamente. Diante disso, é possível perceber o surgimento de uma nova geração da TMD, que busca resgatar a tradição marxista para a interpretação da nova etapa do imperialismo e para a transformação da realidade do capitalismo dependente. O objetivo primário do texto é fazer um balanço provisório dessa retomada. O ensaio trata também de assinalar alguns nexos explicativos desse ressurgimento, apontando para as implicações políticas deste processo, que poderia ser entendido como uma das expressões do início do fim da supremacia do atual bloco ideológico dominante.

II. Furando o bloqueio: alguns aspectos bibliográficos

Como se sabe, no Brasil de meados da última década configurou-se um quadro de “volta ao passado” dos ideais desenvolvimentistas, o que tem se revelado tanto no plano político como no ideológico, configurando aquilo que hoje se chama genericamente de novo desenvolvimentismo. Tal fenômeno saudosista tem diversas origens, entre as quais estaria a própria “crise teórica” que sofriam – e em parte ainda sofrem – as ciências sociais latino-americanas quando comparadas ao ambiente intelectual das décadas de sessenta e setenta. Neste período “as ciências sociais experimentaram um auge sem precedentes na América Latina, que se manifestou na produção de um sem-número de obras significativas, no campo da literatura econômica, sociológica e política” (Marini, 1992, p. 67). Ainda de acordo com Marini ,

[...] na raiz desse fenômeno [de volta ao passado nacional-desenvolvimentista], está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina.

Reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de fato, a construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira floração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos sessenta. [...] (MARINI, 1992, p. 100-101).

Atualmente, após mais de vinte anos de quando foram escritas estas linhas, é possível afirmar que, finalmente, tem sido levada a cabo a proposta de “retomar o fio da teoria da dependência”, em particular na “construção de uma teoria marxista da dependência”.

Aqui no Brasil a TMD teve uma trajetória muito particular. Seus primeiros estudos começaram a ser elaborados em duas frentes de batalha: na política, as teses da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) defendiam a inexistência do feudalismo no Brasil, a incorporação do capitalismo monopolista no país após a chegada das multinacionais e o caráter socialista da revolução; na academia, Ruy Mauro, Theotônio e Vânia, então militantes da Polop, reuniram-se na Universidade de Brasília (UnB) em torno do curso de Ciência Política e começaram a rascunhar, junto com Gunder Frank, os primeiros esboços da TMD em consonância com as teses supracitadas da Polop.

Com o golpe de 1964, foram defenestrados da universidade e passaram a ser perseguidos como lideranças revolucionárias, sendo que Theotônio e Vânia se tornaram clandestinos e, mais tarde, tiveram que se exilar (primeiro no Chile, depois no México, com

passagens por outros países da América Latina), e Ruy Mauro foi preso e torturado nas dependências do Cenimar, indo também para o exterior logo em seguida. Entre 1970 e 1973 eles se reencontrariam no Chile e lá retomariam, num patamar mais elevado, seus estudos sobre a nova dependência na América Latina e seus processos políticos – reformistas, revolucionários e contrarrevolucionários. A coerção da ditadura brasileira fez, então, o papel protagonista de eliminar do debate nacional as teses da TMD logo no seu nascimento. O golpe contra Salvador Allende e a Unidade Popular no Chile desferiu mais um ataque brutal às correntes marxistas, que não se recuperariam na sua plenitude. Assim, diversas linhas de pesquisa da TMD ficaram inconclusas, sem falar na desarticulação da sua ligação orgânica com as lutas sociais da classe trabalhadora na América Latina.

A ditadura empresarial-militar também se utilizaria de elementos consensuais para se manter no poder e consolidar o capitalismo monopolista no Brasil. Primeiramente destacam-se as teses da Doutrina de Segurança Nacional formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), na qual o desenvolvimento econômico tinha um papel central na construção da soberania do país, sem desafiar diretamente o imperialismo. Desta forma, o desenvolvimentismo foi disputado pelos setores mais reacionários que, durante um período da nossa história, foram vitoriosos neste combate ideológico. O ideário desenvolvimentista ganhou uma face militarista e atingiu o senso comum através das políticas do “Milagre Econômico” e do “Brasil Potência”, conquistando o apoio de setores direitistas da pequena burguesia e mesmo de frações dos trabalhadores. Junto a isto, o regime ditatorial tratou de implementar algumas políticas sociais de amplo alcance, como a de habitação popular, e conceder determinados direitos sociais, em particular na área previdenciária.

Configurou-se assim, no auge da ditadura, um bloqueio político-militar e ideológico à TMD no Brasil a partir daquilo que Antonio Gramsci chamou de supremacia¹, um conjunto de recursos coercitivos e de consentimento – “ditadura e hegemonia”, nos termos do comunista sardo – que as classes proprietárias se utilizam para cooptar e/ou decapitar lideranças de movimentos contestatórios da ordem estabelecida.

Os ataques à TMD, contudo, não vieram somente das fileiras da ditadura. Já na década de 70, setores de esquerda da intelectualidade brasileira retornaram do exílio e montaram aparelhos privados e estatais de hegemonia, tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e o Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Unicamp. A partir destes aparelhos disputaram a hegemonia do debate

1 O conceito de supremacia é definido da seguinte forma por Gramsci ([1934-5] 2002, p.62-3): “O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’.”

desenvolvimentista. De um lado, teceram relevantes críticas ao padrão de acumulação responsável pelo “milagre econômico”, realçando seus traços de concentração de renda e riqueza. De outro, fizeram uma revisão crítica das teses clássicas da Cepal, da Escola de Sociologia da USP e, de forma mais virulenta, das proposições da teoria marxista da dependência.

As formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre desenvolvimento e dependência foram difundidas e assimiladas sem se levar em conta toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile sem ter eco no nosso país. Quando citadas, as principais formulações de Theotônio, Vânia e Marini estavam longe de serem retratadas de forma objetiva pelos seus críticos. Restou, desta forma, o reinado da perspectiva do “Príncipe dos Sociólogos”, sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de “catastrofistas”, “estagnacionistas”, “trotskistas” e “radicais”.²

Mantendo a imagem da matéria de Leonardo Cazes citada na introdução, a década de 1980 seria palco do “primeiro retorno” daqueles autores: um retorno lento, gradual e nada seguro – Marini chegaria a ser preso mais uma vez em 1982. Aos poucos, e num ambiente acadêmico reconhecidamente conservador³, Theotônio, Vânia e Marini se incorporaram a diferentes centros de ensino e pesquisa, juntando-se momentaneamente na Fundação Escola de Serviço Público (FESP/RJ) e, mais tarde, na UnB, onde foram reintegrados como professores. No campo político, a unidade entre eles era cada vez menor. No Chile, eles já haviam trilhado caminhos diferentes: enquanto Marini foi dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), Theotônio e Vânia ingressaram nas fileiras do Partido Socialista. Neste “primeiro retorno” após a anistia, Theotônio e Vânia se vincularam ao PDT, tornando-se formuladores desta agremiação; Marini, por sua vez, não se atrelou diretamente a nenhuma força política, mas, mesmo sem contar com referências claras, é possível supor que suas análises também foram reivindicadas por diferentes agrupamentos, embora de forma muito pontual e limitada.⁴

Em termos bibliográficos, e sem contar trabalhos como relatórios de pesquisas, entrevistas, ensaios e palestras, nessa década do “primeiro retorno” seria publicado no Brasil apenas um livro de Vânia Bambirra – **Cuba: 20 anos de cultura** (1983), com entrevistas aos principais personagens da política cultural cubana –, e outros quatro títulos de Theotônio dos Santos, todos de pouca circulação, a saber, **Teorias do capitalismo contemporâneo** (1983), **Forças produtivas e relações de produção** (1985), **O caminho**

² Para mais detalhes da trajetória particular da teoria marxista da dependência no Brasil até os anos 2000, ver Prado (2011).

³ Sobre este tema, ver Cueva (1989).

⁴ Por exemplo, pelo Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), ligado ao PT, e também em setores sindicais do PDT, especialmente no Rio de Janeiro.

brasileiro para o socialismo (1986) e **Revolução científico-técnica e acumulação de capital** (1987). De Marini, a primeira publicação em livro no país apareceria apenas na década seguinte, em 1992, por uma editora muito pequena: trata-se da coleção de ensaios intitulada **América Latina: dependência e integração**, hoje uma raridade de colecionador.

Ainda na década de 1990 outras publicações de Vânia e Theotônio começaram a sair à luz. De Theotônio dos Santos foram publicados **Democracia e socialismo no capitalismo dependente** (1991), **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável** (1993), **A revolução científico-técnica, a divisão internacional do trabalho e o sistema econômico mundial** (1994) e **Evolução histórica do Brasil** (1995). E de Vânia Bambirra foi lançado, em 1992, **A teoria marxista da transição e a prática socialista**.

Além dessas publicações, havia, por certo, menções pontuais à TMD por parte de alguns professores no meio universitário⁵ e de organizações políticas na esfera militante. De todo modo, durante grande parte da década de 1990 o debate no Brasil sobre a TMD ainda era bastante escasso.

Este quadro começa a mudar no final do século XX, diante da ascensão de movimentos populares latino-americanos, tendo como pano de fundo um processo de crise e crescente crítica ao neoliberalismo e de relativa latino-americanização do debate intelectual brasileiro. Com isto, abriu-se uma fresta histórica para a (re)construção de teorias revolucionárias, impulsionando uma nova geração de intelectuais (orgânicos e tradicionais) a construir o processo de retomada da teoria marxista da dependência. De forma simbólica, um ponto de partida de tal processo pode ser marcado pela primeira eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1998, seguida pelas rebeliões indígenas na Bolívia e no Equador.

Por certo, foi precisamente em 1998 que a revista *Lutas sociais*, em seu número 5, publicou o artigo “Duas notas sobre o socialismo”, de Ruy Mauro Marini, e foi também neste ano que saiu a primeira tradução do artigo “Subdesenvolvimento e revolução”, igualmente de Marini, no livro **América Latina: história, ideias e revolução**, coletânea organizada por Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás.

No ano seguinte seria lançada no Brasil uma importante obra sobre **O marxismo na América Latina**, organizada por Michael Löwy, na qual há uma seção específica sobre “A teoria da dependência”, com breves extratos de textos fundamentais de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Tais autores seriam devidamente

⁵ Tais como, por exemplo, Reinaldo Carcanholo, Nilson Araújo de Souza, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo, Niemeyer Almeida Filho, entre outros.

enquadrados como parte do “novo período revolucionário” do marxismo na América Latina, período este aberto pela Revolução Cubana em 1959.

Em 2000, duas obras cumpriram um papel primordial para reabrir o debate marxista sobre a dependência. Theotônio dos Santos publicou **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas, no qual faz um excelente histórico do surgimento da controvérsia da dependência, argumentando no sentido da convergência de algumas teses da TMD com a análise de sistemas-mundo. E, numa coleção da editora Vozes, surgiu a iniciativa pioneira de divulgação de alguns dos principais textos de Ruy Mauro Marini, condensada na coletânea que Emir Sader organizou sob o nome de **Dialética da dependência**. Embora a primeira edição deste livro tenha se esgotado rapidamente e não tenha havido nenhuma reedição no Brasil⁶, esta publicação permitiu pela primeira vez o acesso em português de diversos textos de Marini, entre eles o próprio **Dialética da dependência** e o importante artigo titulado “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, contribuindo decisivamente para o conhecimento direto da sua obra no país, que até então era praticamente inacessível.

Pouco depois, em 2005, mais uma publicação fundamental viria a dar corpo à obra de Marini no Brasil. Trata-se de **Ruy Mauro Marini**: vida e obra, outra coletânea de textos que incluía uma nova tradução de **Dialética da dependência** e outros artigos e ensaios, inclusive seu importante “Memorial”, escrito no momento de sua reintegração à UnB em 1992. Esta coletânea foi organizada por João Pedro Stédile e Roberta Traspadini e contou com um cuidado editorial muito maior em relação à coletânea anteriormente mencionada. Reeditada desde sua primeira aparição, com preço acessível e como parte do catálogo da editora Expressão Popular, este livro é ainda hoje a mais importante fonte nacional de aproximação à obra de Marini.

E recentemente, em 2012, tal aproximação às fontes originais ganhou maior fôlego com a publicação de **Subdesenvolvimento e revolução**, primeiro livro de Marini que foi editado originalmente em 1969 no México. Este livro abriu a coleção Pátria Grande/Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano, coordenada pelo Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA) da UFSC e editada pela Insular. O segundo livro desta coleção ampliaria ainda mais o escopo das obras da TMD, com a publicação de **O capitalismo dependente latino-americano**, de Vânia Bambirra, cuja primeira edição foi lançada no Chile em 1972, tendo, a partir de 1974, dezenas de edições no México, algumas com grandes tiragens.

6 Oito anos depois, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) lançaria uma antologia organizada por Carlos Eduardo Martins com os mesmos textos escritos originalmente na língua castelhana, acrescidos de uma bibliografia completa da obra de Marini. O livro está disponível gratuitamente em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100830090624/marini.doc>.

Desta forma, alguns textos clássicos e originais da TMD estão difundidos no país, embora ainda tenha muito material a ser publicado em português. Primeiramente editados em larga escala nos países latino-americanos de língua castelhana, com significativa penetração nos movimentos populares e na intelectualidade radical, a TMD finalmente encontra um espaço efetivo no Brasil, reverberando nos debates contemporâneos sobre a atual etapa do desenvolvimento capitalista dependente, inclusive tendo papel de destaque na crítica à apologética retórica governista sobre o neodesenvolvimentismo.

Além das fontes originais, a TMD ganha espaço nas produções de comentadores e analistas da conjuntura. Em 2008, a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp) da FGV-Rio promoveu um simpósio chamado “O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento”, que contou com um módulo dedicado à obra de Ruy Mauro Marini, bem como a outros clássicos nacionais do pensamento social (Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Milton Santos, Nelson Werneck Sodré, Octávio Ianni e Paulo Freire). Neste sentido, Ruy Mauro é merecidamente reconhecido como um dos grandes intérpretes da formação econômico-social brasileira. Quatro anos depois, Paulo Emílio Martins e Oswaldo Munteal compilaram as exposições e lançaram o livro homônimo ao curso. Nesta obra, constam três artigos sobre a teoria da dependência.

Em 2009, num projeto editorial organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia e coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos, foi publicado o livro **América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini, uma coletânea de artigos e ensaios em torno da sua obra ou tocando em temas por ele trabalhados. No ano seguinte foi lançado **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**, organizado por Rodrigo Castelo, que traz um capítulo de Marini – A crise do desenvolvimentismo –, além de um artigo específico sobre a TMD (PRADO e MEIRELES, 2010).

E, em 2012, veio à luz o livro **Padrão de reprodução do capital**, organizado por Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce, uma obra coletiva que pode ser tomada como a principal contribuição contemporânea à sistematização da TMD no Brasil, na medida em que articula simultaneamente a análise concreta da América Latina atual com os eixos teóricos centrais das obras de Vânia, Theotônio e Marini. Nela se destacam temas como a nova divisão internacional do trabalho, a especialização produtiva em mercadorias primárias para exportação, superexploração da força de trabalho e transferência de valor.

Neste mesmo sentido de atualização das teses clássicas da TMD a partir de “análises concretas de situações concretas”, temos três livros lançados recentemente:

Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina (2008) e **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas do mundo do trabalho (2009), do autor mexicano Adrián Sotelo Valencia, e **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina** (2011), de Carlos Eduardo Martins, que acaba de ganhar uma primeira reimpressão.

Outra via de grande importância para a consolidação do debate em torno da TMD foi a constituição das “Cátedras para o Desenvolvimento” do IPEA a partir de 2008, entre as quais há uma em que Ruy Mauro Marini figura como patrono. A partir do apoio de bolsas de pesquisa concedidas por esta cátedra, surgiram dois livros: **Desenvolvimento e dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini, organizado por Lafaiete Santos Neves (2012), e **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini, organizado por Niemeyer Almeida Filho (2013). Desta forma, constata-se que um robusto aparelho estatal de hegemonia, então sob controle de intelectuais tradicionais do neodesenvolvimentismo, teve uma relativa permeabilidade à produção de pesquisas baseadas na TMD.

Ainda em termos bibliográficos, desde meados dos anos 2000 os textos e ideias da TMD passaram a figurar nos periódicos marxistas. Em 2004, num dossiê sobre o golpe de 1964, o terceiro número da revista *Margem Esquerda* reproduziu um trecho do já mencionado artigo “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”. Mais adiante, em seu número 17, de 2011, a parte da revista dedicada a entrevistas deu a palavra a Vânia Bambirra, que discorre sobre variados temas em diálogo com Carlos Eduardo Martins. No vigésimo volume, há uma resenha, escrita por Mathias Luce, de **Subdesenvolvimento e revolução**. E, no número 21, **O capitalismo dependente latino-americano** mereceu uma nota de leitura de Carla Ferreira.

Nas páginas da revista *Crítica Marxista*, a mais antiga do país em circulação intermitente, a primeira aparição ocorreu sob a pena de João Machado, que escreveu um artigo sobre dependência e intercâmbio desigual no número 33, de 2011. Na edição seguinte, os editores reproduziram um texto de Marini – “O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica” –, anteriormente divulgado nas coletâneas organizadas por Sader e por Stédile e Traspadini. Em seu número 36, de 2013, o periódico de Campinas dedicou um dossiê com artigos de Virgínia Fontes, Tatiana Berringer, Mathias Luce e Angelita Souza sobre o “Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política”, no qual um dos temas centrais de debate é a categoria de subimperialismo e sua vigência no tempo presente.

A revista *História e luta de classes*, em seus números 5 e 6, de 2008 e 2009 respectivamente, publicou textos em torno do subimperialismo – “O subimperialismo

brasileiro na América Latina”, de Sérgio Domingues – e em torno da obra de Ruy Mauro – “Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini”, artigo de João Carlos Mendonça. Já a revista *Outubro*, em seu número 20, de 2012, dedicou um espaço para a tradução do artigo de Marini “A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”. A TMD também mereceu uma brevíssima citação nas notas escritas por José Paulo Netto sobre a história do marxismo na América Latina. Estas notas foram publicadas em 2012 na edição dupla da revista *Novos Temas*.

O jornal *Brasil de Fato*, o único semanário editado pela esquerda brasileira, tem se constituído num dos veículos de maior circulação de algumas teses da TMD no país, especialmente através de artigos de Roberta Traspadini e Fábio Marvulle Bueno. Em 2008, este jornal publicou uma entrevista com Vânia Bambirra, que circulou em diferentes páginas eletrônicas.⁷ No número 462, de janeiro de 2012, o debate sobre o subimperialismo foi capa do jornal na matéria “Brasil potência, para quem?”. E a edição 40 do jornal *Imprensa Popular* publicou na sua seção Teoria uma matéria introdutória sobre Ruy Mauro Marini, na qual apresenta elementos biográficos de Marini e explora de forma sucinta temas como dualidade, desenvolvimentismo, superexploração, subimperialismo e revolução socialista.

No meio acadêmico, e em particular na área ampliada da economia política e das ciências sociais, desde finais da década de noventa e, mais fortemente, a partir da segunda metade dos anos 2000, surgiram diversos espaços de grande importância para a divulgação e aprofundamento do pensamento crítico em geral e, em particular, da teoria marxista da dependência.

Entre tais espaços é possível destacar, por exemplo, os Encontros Nacionais de Economia Política, organizados pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que desde seu primeiro evento promove debates sobre o tema da dependência. No final de 2011, a revista da SEP publicou, em seu número 30, um dossiê sobre os 40 anos da Teoria da Dependência⁸. No ano seguinte, em 2012, a mesma revista, em seu número 32, publicou um artigo sobre “A superexploração da força de trabalho no Brasil”, de Mathias Luce. E no mesmo ano, durante o XVII Encontro Nacional de Economia Política, realizado na UFRJ, a SEP instituiu um grupo de trabalho precisamente sobre a teoria marxista da dependência (GT-TMD/SEP), grupo este que, em menos de dois anos de funcionamento, já aglutina mais de cinquenta pesquisadores de diversas partes do país e também do exterior.⁹

7 Atualmente esta entrevista pode ser vista em: <http://www.mst.org.br/node/5203>.

8 A data que marcaria simbolicamente o início da reflexão mais sistemática sobre a dependência seria 1971, ano de publicação na *American Economic Review* do artigo “A estrutura da dependência”, de Theotônio dos Santos, texto este reproduzido no mencionado número especial da Revista da SEP.

9 Para mais informações sobre o GT-TMD/SEP, ver a página www.imperialismoedependencia.org. A lista completa dos textos apresentados nos Encontros da SEP, bem como na Anpocs e monografias, dissertações e teses que tratam diretamente da TMD pode ser consultada nessa página.

Neste mesmo sentido, cabe apontar também o grupo de trabalho sobre Pensamento Social Latino-americano ligado à Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), coordenado por Sedi Hirano e Carlos Eduardo Martins, espaço no qual tem havido debates sistemáticos sobre a dependência. No total, se contabilizarmos os trabalhos apresentados na SEP e na Anpocs, teremos quase cinquenta artigos, e muito provavelmente este levantamento não esgota a totalidade destas produções.

Outros espaços acadêmicos onde é notável o interesse pela temática da TMD são os encontros de núcleos marxistas em diferentes regiões. Para mencionar apenas dois, vale lembrar os encontros bianuais do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp¹⁰, bem como os do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx), da UFF.

Nos meios eletrônicos, merece destaque o dossiê montado recentemente pela página *Marxismo21* em torno à vida e obra militantes de Ruy Mauro Marini.¹¹ Uma página que se soma a outras dedicadas mais ou menos diretamente ao trabalho de difundir e debater temas que fazem parte da TMD.¹² E no blog *Convergência*, Felipe Demier publicou um artigo sobre a Polop no qual aponta as teses marxistas sobre a dependência como um dos pilares políticos da organização revolucionária em questão.

Talvez o núcleo irradiador de todo este processo de disseminação e aprofundamento do debate atual em torno da TMD esteja no trabalho sistemático de diferentes centros de pesquisa das universidades públicas, que congregam professores, técnico-administrativos, estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Entre estes centros é possível destacar o já mencionado Instituto de Estudos Latino-americanos (Iela) da UFSC, a Rede Brasileira de Estudos Latino-americanos (Rebela)¹³, o Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema), também da UFRJ, o Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (Hedla) da UFRGS, o Grupo de Estudos sobre Teoria da Dependência da Unila, entre outros que seguramente existem, mas que ainda não temos conhecimento.¹⁴

10 Em 2012, o Cemarx publicou um livro em parceria com o selo Outras Expressões, da editora Expressão Popular, com algumas comunicações apresentadas no 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, realizado em 2009. Nesta obra há dois artigos sobre a TMD: "Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação", de Marisa Amaral, "A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea", de Fábio Bueno e Raphael Seabra.

11 Ver: <http://marxismo21.org/ruy-mauro-marini-teoria-praxis-da-revolucao-na-al/>

12 Neste sentido, destacam-se as seguintes páginas: <http://www.marini-escritos-unam.mx> e <http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/>

13 Desde 2011 esta rede edita a Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos, também denominada de Rebela, a qual pode ser consultada na seguinte página: <http://rebela.edugraf.ufsc.br/>

14 Ver: <http://www.ielea.ufsc.br/>; <http://www.ufrgs.br/hedla/>; <http://lehc-ufrj.blogspot.com.br/>; <http://teoriadadependencia.blogspot.com.br>.

Tais organismos universitários promovem encontros, seminários, palestras e lançamentos de livros, desenvolvem linhas de pesquisa e ofertam cursos de pós-graduação, graduação e extensão com bastante êxito, pois atraem um grande público, muitas vezes externo à universidade, e resultam em uma expressiva produção de monografias, dissertações e teses diretamente relacionadas a TMD. Algumas destas iniciativas chegam mesmo a se desdobrar em parcerias dos setores mais críticos da universidade com movimentos sociais populares, possibilitando a abertura de espaços de articulação política dentro da Torre de Marfim dos intelectuais tradicionais e conservadores.¹⁵

Pois bem, a partir desse mapa bibliográfico sobre a TMD no Brasil contemporâneo – um mapa amplo, mas mesmo assim incompleto –, é possível perceber que, além de existir um movimento contra-hegemônico furando o bloqueio prévio que houve em relação à TMD no país, é notável o surgimento de uma nova geração de intelectuais ligados a esta corrente teórica. Uma nova geração que tem levado a cabo o desafio de resgatar e difundir as teses clássicas da TMD. E, mais importante que isso, tem buscado realizar, com base nela – isto é, inspirada pelas trajetórias militantes de seus fundadores e pela capacidade explicativa de suas categorias –, as necessárias “análises concretas de situações concretas” da atual conjuntura, sem se limitar a exegese daqueles autores, que atualmente vivem seu “segundo retorno” no cenário político-intelectual brasileiro.

De todo modo, para além das expressões da retomada da TMD, é preciso compreender os elementos do atual período histórico que tornaram possível e necessária tal retomada, dado que as ideologias só são inteligíveis caso relacione-as com as experiências vivenciadas pelas classes sociais na complexa dinâmica econômica, política e cultural das formações econômico-sociais. É preciso também questionar os temas pendentes da TMD que ainda devem ser melhor trabalhados e, mais importante, analisar tentativamente quais são os impactos – se é que existem – no plano político-ideológico daquela mesma retomada da teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo.

III. O fim da supremacia? Razões da retomada da TMD e temas pendentes (notas para uma conclusão provisória)

O primeiro ponto a ter claro é que o resgate da TMD nos últimos 15 anos se deve principalmente a características objetivas e subjetivas deste período histórico, em que determinadas mudanças conjunturais renovaram antigas e geraram novas controvérsias, as quais, por sua vez, acabam por remeter à TMD como possível caminho explicativo.

15 A universidade não é, de forma alguma, o espaço para a formulação de uma teoria revolucionária. Contudo, dado o desmonte dos aparelhos de formação dos partidos de esquerda e sindicatos classistas e, em certa medida, dos movimentos sociais, acaba por figurar como um espaço importante de reflexão crítica e difusão do marxismo.

Entre tais características, uma que se apresenta inicialmente é a perda de legitimidade política e teórica do ex-professor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujas teses sobre a dependência exerceram um peso decisivo no pensamento social brasileiro desde os anos 1970. Sua hegemonia capturou um amplo leque ideológico através de diferentes aparelhos privados e estatais de consenso, arrastando para sua esfera de influência parte da chamada “nova esquerda” que se formava durante as décadas de 1980 e 1990. Após os dois mandatos presidenciais de FHC ficou evidente que o seu projeto do “desenvolvimento associado” defendia, no fundo, um aprofundamento da dependência dos países latino-americanos, o que veio a se confirmar no plano político com a ofensiva neoliberal a partir dos anos 1980. Ao se desdobrar e tomar novos aspectos com os governos Lula e Dilma, esse projeto neoliberal trouxe à tona fenômenos para cuja explicação a TMD oferece sólidas categorias e interpretações.

Neste sentido, a categoria mais óbvia é a de dependência, que tem voltado à discussão como forma de crítica ao ideário novo-desenvolvimentista. Mas esta categoria não tem sido resgatada apenas no plano da história das ideias. De forma aparentemente contraditória, no período histórico recente a categoria também tem sido utilizada no bojo do debate sobre a reprimarização e desindustrialização da economia brasileira, dadas as transformações da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, que se modificou profundamente com a ascensão da China como um dos pólos regionais do mercado mundial (OSORIO, 2012; TRASPADINI, 2011).

Outros fenômenos que remetem ao estudo da TMD são a formação ou não de um mercado interno de massas, a constatação de um crescimento econômico com leve distribuição de renda (porém não de riqueza), a reestruturação produtiva e seus impactos em termos de intensificação e prolongamento da jornada de trabalho e a precarização em geral do reino da produção, além da ampliação do valor histórico-moral da força de trabalho sem correspondentes aumentos salariais. Em suma, há uma série de elementos da realidade concreta que sugerem a vigência da superexploração da força de trabalho e, mais ainda, seu recrudescimento (LUCE, 2013a; ARAÚJO, 2012; SANTANA, 2012; CARCANHOLO, 2013; MOTA, 2013; ROCHA, 2012).

Há também o intenso e decisivo debate sobre a recente expansão brasileira na América Latina e na África, que traz à tona com força renovada a categoria de subimperialismo. Estudos de diferentes matrizes teóricas e políticas têm chamado a atenção e buscado entender, por um lado, a expansão das transnacionais brasileiras e, por outro, a

estratégia geopolítica do país, alguns defendendo tal categoria, outros reavaliando-a ou então descartando-a.¹⁶

Outro tema que perpassa diretamente parte da obra de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini e que historicamente foi debatido nas organizações políticas de esquerda – e que, no Brasil, tem sido cada vez mais tratado a partir da discussão em torno do projeto democrático-popular – é a relação entre a tática e a estratégia na transição socialista. Um tema presente na TMD a partir de análises concretas em **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile, de Marini (1976), e analisado teórica e historicamente por Vânia e Theotônio em **La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin** (1980). Tais obras – ainda sem tradução na língua portuguesa e pouco conhecidas até mesmo pela nova geração de intelectuais – podem ser consideradas como uma espécie de fronteira para o aprofundamento e enraizamento da TMD no Brasil contemporâneo, sobretudo nos espaços fundamentais em que o marxismo deve se expressar de fato como uma filosofia da práxis, isto é, nos sindicatos, movimentos sociais e partidos anticapitalistas, socialistas e comunistas.

Como vimos ao longo deste ensaio, estamos diante de um fortalecimento da teoria marxista da dependência nas trincheiras e casamatas da sociedade civil brasileira relacionadas a organizações da classe trabalhadora e seus representantes intelectuais, orgânicos ou tradicionais. O mercado editorial abriu suas portas para publicações que defendem teses clássicas e contemporâneas da TMD. Nichos da universidade pública sediam pólos de produção e difusão destas teses, que encontram espaço em importantes eventos de debate acadêmico, jornais e revistas científicas. Ou seja, está se constituindo – ainda sem uma direção clara e centralizada – um conjunto de aparelhos estatais e privados contra-hegemônicos de contestação da decadência ideológica do pensamento social brasileiro¹⁷. Neste sentido, é preciso reconhecer o papel de destaque que os intelectuais vinculados de alguma forma à TMD cumprem na organização da resistência ideológica ao novo padrão de reprodução do capital, estabelecido no país desde o início da etapa neoliberal do imperialismo nos anos 1990 e que ganhou força nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores e seu programa democrático-popular.

De todo modo, este avanço é tímido para efetivamente disputar a direção intelectual-moral em torno dos debates sobre a dependência. A supremacia ainda está nas mãos das classes proprietárias e seus operadores encastelados no poder estatal. Uma das tarefas para o rompimento com tal supremacia seria uma relação orgânica da nova geração

16 Além do já citado dossiê do número 36 da revista *Crítica Marxista*, entre tais esforços podemos destacar os estudos de Fontes (2009), Luce (2011) e Zibechi (2012).

17 Sobre a decadência ideológica do pensamento social brasileiro, cf. Castelo (2012).

da TMD – que na verdade se constitui tão somente como uma das matrizes do marxismo – com movimentos sociais e sindicatos de massa e partidos políticos revolucionários, o que ainda não é uma realidade. É certo que boa parte dos intelectuais vinculados aos centros de pesquisa universitários, revistas, jornais, editoras e associações supracitados são militantes em diversas organizações da esquerda, mas a relação das teses da TMD com as táticas e estratégias de setores mais radicalizados da classe trabalhadora é lateral, até porque não foi formulada nos debates internos das suas organizações. A consciência da classe não pode vir de fora dos processos de luta e auto-organização dos trabalhadores. Neste caso, temos um enorme caminho a percorrer.

É preciso seguir na trilha de retomar o fio da TMD e fazê-lo de modo criador, resgatando a controvérsia da dependência juntamente com o próprio marxismo e as lutas sócio-políticas emanadas dos interesses da classe trabalhadora em produzir a sua auto-emancipação diante do imperialismo. As múltiplas determinações da etapa contemporânea do capitalismo dependente latino-americano não cabem nas citações das formulações clássicas da TMD. A contínua transformação da realidade impele a nova geração de intelectuais a buscar um aperfeiçoamento do arcabouço teórico-metodológico marxista, atitude necessária para ajudar na tarefa de desvelar elementos da aparência e, primordialmente, da essência do desenvolvimento do modo de produção capitalista nestas paragens dependentes e espoliadas pelas grandes corporações imperialistas, sejam elas externas ou internas. É preciso captar e sistematizar, sob o princípio da totalidade – base do método materialista histórico-dialético – aquelas múltiplas determinações em uma nova síntese, caso queiramos avançar nos processos de transformação social necessários à emancipação da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

Referências bibliográficas

ALMEIDA Filho, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: **Capitalismo**: crises e resistências. Andréia Galvão et. al. (orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ARAÚJO, Elizeu Serra, A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. **Cuba: 20 anos de cultura**. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **A teoria marxista da transição e prática socialista**. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.

_____ e Dos SANTOS, Theotônio. **La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin**. México DF: Era, 1980.

BARROS E SILVA, Fernando, "O provocador cordial", **Folha de S. Paulo**, Caderno Ilustríssima, 2011.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. **Crítica Marxista**, Campinas, n.36, 2013, p.115-127.

BUENO, Fábio Marvulle. As novas perspectivas da economia brasileira. **Brasil de Fato**, São Paulo, 9 a 15 de agosto de 2012, p.7.

_____ e SEABRA, Raphael Lana. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: **Capitalismo: crises e resistências**. Andréia Galvão et. al. (orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013, p. 191-205.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112, 2012, p.613-636.

CAZES, Leonardo, "O segundo retorno", **O Globo**, Caderno Prosa & Verso, 2013.

CUEVA, Agustín (org.). **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989.

DEMIER, Felipe. Breves notas sobre a Organização Revolucionária Marxista, a Polop. Disponível em <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=839>. Acesso em 20 de set. 2013.

DOMINGUES, Sérgio. O subimperialismo brasileiro na América Latina. **História e luta de classes**, n. 6, 2008. p. 85-88.

Dos SANTOS, Theotônio. **Teorias do capitalismo contemporâneo**. Belo Horizonte: Vega, 1983.

_____. **Forças produtivas e relações de produção**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O caminho brasileiro para o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Revolução científico-técnica e acumulação de capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Evolução histórica do Brasil: da Colônia à crise da Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n.30, 2011, p.5-18.

_____. Lições da nossa história. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n.30, 2011, p.19-32.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. Instituto Rosa Luxemburg et. al. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n.36, 2013, p.103-113.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1934-5] 2002.

LÖWY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUCE, Mathias. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n.32, 2012, p.119-141.

_____. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Crítica Marxista**, Campinas, n.36, 2013, p.129-141.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da força de trabalho. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol.11, n.1, 2013a, p.169-190.

MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile. México DF: Era, 1976.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. In: **América Latina**: história, ideias e revolução. Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás (orgs.). São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Duas notas sobre o socialismo. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 5, 1998a, p. 107-123.

_____. **Dialética da dependência**. Emir Sader (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A intervenção militar. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.3. 2004, p. 61-64.

_____. A crise do desenvolvimentismo. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular/IELA, [1969] 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs.). **América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.

MARTINS, Paulo Emílio e MUNTEAL, Oswaldo (orgs.). **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

MENDONÇA, João Carlos. Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini. **História e luta de classes**, n.6, 2009, p. 38-44.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho precário na indústria de confecções: apontamentos sobre a realidade brasileira e a portuguesa. **Socius working paper** n.04, Lisboa, 2013. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp_04_2013.pdf.

NETO, João Machado Borges. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, Campinas, n.33, 2011, p.83-104.

NETTO, José Paulo. Nota sobre o marxismo na América Latina. **Novos Temas**, Salvador/São Paulo, n.5/6, 2012, p.43-60.

NEVES, Lafaiete Santos (org.). **Desenvolvimento e dependência**: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba: CRV, 2012.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO, Fernando. A história do não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p.68-94.

_____ e MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

ROCHA, Mirella. O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da era Lula. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, n.24, 2012, p.325-351.

SANTANA, Pedro Marques de. **Um estudo sobre o conceito de superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini**. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 2012.

SERRA, Eduardo; COSTA, Ricardo e CASTELO, Rodrigo. Dependência e revolução socialista: a contribuição de Ruy Mauro Marini. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, setembro de 2013. Teoria, p.8.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2008.

_____. **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas do mundo do trabalho. Uberlândia: Ed. da UFU, 2009.

SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n.36, 2013, p.143-151.

STÉDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRASPADINI, Roberta. Reprimarização e dependência. **Brasil de Fato**, São Paulo, 14-20 de abril de 2011. Opinião, p.3.

ZIBECHI, Raúl. **Brasil potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais¹

Carlos Eduardo Martins²

1. Apresentação

A obra de Ruy Mauro Marini constitui-se em uma das mais importantes e originais do pensamento social e do marxismo no século XX. Bastante difundido na América Latina, o pensamento de Marini é, ainda, paradoxalmente, pouco conhecido no Brasil. Várias são as razões que contribuem para isto. Pode-se enumerá-las.

A primeira tratou-se do golpe militar de 1964 que o apartou do país no seu nascedouro, antes que o autor desenvolvesse grande parte de sua produção. Os ecos da ditadura permaneceram depois de efetuada a anistia política, que, no caso de Marini, apenas se estendeu ao campo profissional em 1987, quando se reintegrou à Universidade de Brasília (UnB), da qual fora expulso pelos militares. A segunda foi a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina, nos anos 1970, o que permitiu a rearticulação da ofensiva conservadora, limitando o isolamento ideológico das ditaduras. A terceira razão tratou-se do fato de que a estratégia burguesa de redemocratização articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais. A Fundação Ford, em particular no Brasil, cumpriu papel bastante importante, buscando a constituição de uma comunidade acadêmica emergente capaz de dirigir a base econômica que esta havia gerado em contexto democrático. Substituiu-se o enfoque transdisciplinar, que havia caracterizado o pensamento latino-americano dos anos 1950, 1960 e 1970, pelo analítico, que fragmentou as ciências sociais em disciplinas autônomas e desautorizou intervenções globais nas sociedades, limitando-se a gerenciar e acomodar dimensões sistêmicas específicas. Economia, política, história, sociologia, antropologia e relações internacionais tornaram-se “proprietárias” de dimensões determinadas da realidade, rechaçando a socialização de seus objetos de conhecimento. Fernando Henrique Cardoso foi pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina. O resultado foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo, enquanto formas políticas de

1 Este artigo se trata de uma versão modificada da publicação editada em 2011 no número 32 da *Crítica Marxista*.

2 Professor adjunto III do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Unidade Latino-americana e Integração Regional do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

exercício do poder. Esta comunidade consolidou posições na universidade brasileira e nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latino-americanista à cultura política brasileira. A publicação no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), financiado pela Ford, de uma crítica de Cardoso e José Serra à obra de Marini – sem a resposta do autor, durante a vigência da ditadura, censurando o debate ocorrido no México – contribuiu para distorcer a obra de Marini no Brasil. Finalmente, o sucateamento das universidades públicas pela ofensiva neoliberal dificultou a reconstrução da ciência social articulada ao interesse das grandes majorias. Mas são exatamente as crises econômica, social, política e ideológica do neoliberalismo que impulsionam a releitura da obra deste autor para refletir sobre os dilemas de nosso tempo.

A obra de Marini desenvolve quatro temas de grande importância:

Em primeiro lugar, a economia política da dependência, que, a partir dos anos 1990, se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória tem presença destacada na obra do autor. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa na década de 1990, tendo-se em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI.

2. A economia política mariniana

Pode-se situar entre 1969 e 1979 a primeira fase de desenvolvimento da economia política formulada por Marini. Esta se desenvolve a partir de um conjunto de textos do autor: **Dialética da dependência** (Marini,1973); **As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a F. H. Cardoso e J. Serra** (Marini,1978b); **Mais-valia extraordinária e acumulação de capital** (Marini,1979b) e **O ciclo do capital na economia dependente** (Marini,1979a). A estes textos, pode-se acrescentar **Subdesenvolvimento e revolução**, principalmente o prefácio à 5ª edição (Marini, 1974). **Dialética da dependência** é o texto mais famoso, mas não é o único, nem necessariamente o mais importante. Lança as bases de uma economia política da dependência que será aprofundada mais adiante e tornar-se-á objeto de grandes polêmicas; entre as quais, destacam-se as com Cardoso e Serra, de um lado, e com Agustín Cueva, de outro. Nos anos 1990, o autor inicia a segunda fase de sua economia política, centrada, sobretudo, em seu texto, **Processos e tendências da globalização capitalista** (1996).

Quais são as teses principais da economia política da dependência formulada por Marini?

O autor parte da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação. Este sistema cria centros mundiais da acumulação de capital e regiões dependentes em processo global de transferência de valor que tende a retroalimentar esta polarização. Enquanto os centros tendem, à medida que se desenvolve o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, a gravitar para a mais-valia relativa, os países dependentes fundamentam seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho.

A superexploração caracteriza-se pela queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Esta se desenvolve por meio de quatro mecanismos: a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem a remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador; a redução salarial; ou, finalmente, o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho³. Estes mecanismos podem se desenvolver isoladamente ou de maneira combinada, de acordo com a fase em curso de acumulação de capital, mas representam maior desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, o esgotamento prematuro e a limitação da sua força de trabalho, em condições tecnológicas determinadas.

E porque a superexploração seria a característica específica da acumulação dos países dependentes? A resposta de Marini o leva à teoria geral da acumulação de capital para buscar no capitalismo dependente suas condições específicas de atuação, seguindo estritamente o método marxista de mover-se do abstrato para o concreto. Para o autor, a inovação tecnológica e a mais-valia extraordinária estão ligadas prioritariamente ao segmento de bens de consumo de luxo. Este tema é abordado com detalhe em Marini (1979b), desenvolvendo a problemática abordada, inicialmente, em Marini (1973). Neste artigo, o autor preocupa-se com a mais-valia extraordinária, ultrapassando o plano de análise do capitalista individual no interior de seu ramo para situar-se no intersetorial, ao perguntar-se qual setor é capaz de sustentar seu estabelecimento de maneira sistemática.

A mais-valia extraordinária desvaloriza individualmente as mercadorias, mas mantém seu valor social, uma vez que está fundada no monopólio tecnológico, ampliando a massa física de mercadorias. Sua realização, quando se converte em lucro extraordinário, exige, portanto, demanda ampliada. Esta demanda não pode ser impulsionada pelos bens

3 Esse último mecanismo não é citado explicitamente por Marini (1973), quando especifica as variáveis que constituem a superexploração, mas está claramente presente em seus escritos, como atesta esta passagem de **As razões do neodesenvolvimentismo**:

“(…) las necesidades sociales son tan fundamentales como las estrictamente físicas para la reproducción de la fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, el nivel mínimo de calificación (o educación) exigido, para poder vender su fuerza de trabajo, del mismo modo como no puede prescindir del radio, e incluso de la televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan sob pena de convertirse en un bruto, por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir.

Resumiendo: es posible afirmar que, *pese al deterioro del salario real*, el obrero ha visto *aumentar el valor de su fuerza de trabajo*, haciendo aún más dramática la brecha creciente entre dicho valor y el ingreso real que percibe” (Marini, 1978b).

de consumo necessários, pois isto suporia a transferência da mais-valia apropriada à força de trabalho, sob a forma de aumento dos custos do trabalho ou queda de preços, destruindo total ou parcialmente o lucro extraordinário. Esta é proporcionada, preferencialmente, pelos bens de consumo de luxo e seus insumos produtivos: sua base material é a economia relativa de trabalho estabelecida pela inovação tecnológica que desloca demanda dos trabalhadores ao capital.

A mais-valia extraordinária, que move a inovação tecnológica, apresenta importante contradição com a relativa. De modo diferente desta, não amplia a produção de mais-valia. Representa apenas uma nova repartição da massa de mais-valia disponível, pois não desvaloriza socialmente a mercadoria. Concentra-se no setor de bens de consumo suntuários, desvinculando o progresso técnico da desvalorização da força de trabalho e dos bens de consumo necessários que o trabalhador utiliza para reproduzi-la.

Foi exatamente essa tendência a desvincular o dinamismo do progresso técnico dos bens de consumo necessários que levou o capital a desenvolver o mercado mundial como importante fundamento de seu modo de produção e da revolução industrial. Concentrou-o em torno de 20% a 25% da humanidade (Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e as elites da periferia e da semiperiferia), ampliando o tipo de demanda que lhe permitirá manter o valor social da mercadoria independente da redução de seu valor individual. Esta configuração da demanda mundial, impulsionada pela inovação tecnológica e por seus efeitos distributivos, foi um dos fatores que esteve na base da secular deterioração dos preços dos produtos primários e básicos *vis-à-vis* os manufaturados e de luxo.

Diante da apropriação de mais-valia fundada no dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo suntuário, o segmento de bens consumo necessário busca reagir. Duas são as formas de fazê-lo: a primeira, própria dos países centrais, é neutralizar parcialmente o monopólio do setor de bens de consumo de luxo pela via da competição tecnológica. Para isto, é necessário certo grau de homogeneidades tecnológicas intersetorial e social. Este processo permitirá inicialmente ao empresário individual que atua no segmento de bens necessários alcançar a mais-valia extraordinária em seu interior. Mas, ao se generalizar neste segmento a competição tecnológica, os monopólios intrasectoriais reduzir-se-ão e as mercadorias que compõem o valor da força de trabalho desvalorizar-se-ão socialmente, produzindo mais-valia relativa. A outra forma é mediante a superexploração do trabalho. Incapaz de neutralizar até mesmo relativamente os efeitos deletérios do monopólio tecnológico sobre sua taxa de lucro, o setor de bens de consumo necessário recorre à superexploração do trabalho para restabelecê-la, elevando a taxa de mais valia e a

taxa média de lucro, movimento que não se pode fazer sem a destruição e concentração de capitais neste ramo. Esta situação ocorre quando a parte constituída pela massa de valor referente à produção de mais-valia do setor de bens de consumo necessário for inferior àquela representada pela apropriação que sofre. Para isto se estabelecer, são necessárias duas condições: a produtividade e/ou dinamismo neste segmento ser inferior à metade daquela no segmento de bens de consumo suntuário; e este, por sua vez, determinar as condições médias de produção em proporção ao menos equivalente ao segmento de bens necessários⁴.

Essa segunda situação configura a condição típica de dependência. Nesta, a tecnologia estrangeira entra aos saltos, concentrando-se no segmento de bens de consumo suntuários, e limita drasticamente a capacidade de resposta local. Isto ocorre em função da conjunção de dois fatores: das assimetrias tecnológicas presentes na economia mundial e do controle do Estado nos países dependentes por segmentos dos capitais locais que buscam o lucro extraordinário e utilizam-se, para isto, da tecnologia estrangeira, internalizando especialização produtiva complementar à estabelecida pelo grande capital internacional em seus Estados nacionais de origem. A tecnologia estrangeira dirige-se, inicialmente, prioritariamente à produção de bens que desvalorizem os capitais constante, circulante e variável nos países centrais e, posteriormente – durante a industrialização dos países dependentes, sem eliminar esta primeira orientação –, preferencialmente ao consumo suntuário interno. A superexploração não atinge evidentemente apenas o segmento de bens necessários. Generaliza-se na formação social. Esta recompõe a taxa de lucro das empresas do setor de bens de consumo suntuário que sofrem assimetrias tecnológicas e as taxas de lucro das filiais das empresas estrangeiras que transferem excedentes para proprietários não residentes e lideram o dinamismo tecnológico. Cristaliza-se um segmento monopólico da burguesia nacional, associado à tecnologia estrangeira, que auferir altas taxas de mais-valia e de lucro, beneficiando-se do mercado de trabalho regido pela superexploração para projetar-se nacional e internacionalmente.

4 Em **Superexploração do trabalho e economia política da dependência** (Martins, 2009), apresenta-se um modelo matemático que situa na teoria marxista do valor as condições em que a superexploração atua tanto intrasetorialmente, no setor de bens de consumo suntuário, ou intersetorialmente, sobre o segmento de bens de consumo necessário. Viu-se que a situação de total neutralização da apropriação de mais-valia é aquela na qual a tendência monopólica é anulada e o dinamismo tecnológico do segmento de bens de consumo necessário corresponde em 100% ao do setor de bens de consumo suntuário. De modo contrário, a situação de maior apropriação de mais-valia é aquela em que o segmento de bens de consumo necessário não apresenta dinamismo tecnológico, sujeitando-se à apropriação de mais-valia oriunda da expansão do setor de bens de consumo de luxo. Finalmente a situação de equilíbrio é aquela em que a produtividade e/ou dinamismo do setor de bens de consumo popular equivalem à metade daqueles do setor de bens de consumo suntuário. A superexploração atua no intervalo em que o dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo necessário se estende até a metade do dinamismo/produtividade do setor de bens de consumo suntuário, quando este determinar, em proporção ao menos equivalente àquela, as condições médias de produção, em razão dos efeitos desta proporcionalidade sobre a apropriação da massa de mais-valia. Está-se desprezando os efeitos da elevação da composição orgânica do capital que tende a ampliar este limite.

O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capitais de composição social média⁵ ou inferior as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Estas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros/amortização de dívidas ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais.

Os investimentos do segmento de bens consumo necessários passam a estar vinculados:

1) À expansão demográfica do número de trabalhadores incorporados ao processo de trabalho e ao assalariamento, mantido o nível médio dos salários.

2) Ao aumento da jornada de trabalho, de sua intensidade ou da qualificação da força de trabalho, e do coeficiente representado por seu múltiplo, ainda que a superexploração limite, em parte ou na totalidade, a expressão do maior desgaste ou do aumento do valor da força de trabalho nos seus preços.

3) À elevação do valor moral e histórico da força de trabalho, variável esta limitada pela própria superexploração, que lhe restringe as condições específicas de formação ao colocar fortes restrições ao desenvolvimento social e político dos processos democráticos.

4) À desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da competição permanente para fixação da mais-valia extraordinária⁶. Essa desvalorização pode incluir muito lentamente parte destes bens de consumo na esfera do consumo popular - principalmente durante os ciclos longos de expansão do capitalismo quando as inovações tecnológicas se difundem - desde que o aumento do valor da força de trabalho eleve parcialmente os salários para incorporar mercadorias mais caras que as tradicionalmente pertencentes à esfera de consumo popular. Trata-se de um processo distinto da forma de ampliação do consumo típica da mais-valia relativa, onde a expansão do consumo se

5_Em uma economia com presença monopólica estruturante, os capitais de composição média nivelam-se abaixo das condições sociais médias de produção.

6 O tema da desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da concorrência pela mais-valia extraordinária aparece claramente em **Mais valia extraordinária e acumulação de capital** (1979 b) e em **Ciclo do capital na economia dependente** (1979 a): "Em consequência, a possibilidade de que a mais-valia extraordinária de IIB se traduza em lucro extraordinário não se vê limitada em princípio pelo mercado, mas tão somente pela competência entre os capitais e sua migração de ramo" (Marini, p. 29 1979 b). "No caso de que (suponhamos por um queda do preço internacional do equipamento que A utiliza) B iguale seu nível tecnológico, a superioridade em termos de magnitude de capital que detém lhe dá condições para responder de imediato introduzindo outro progresso tecnológico que baixando o custo de produção lhe restabeleça o lucro extraordinário."

Em **Dialética da dependência** (1973), trabalho brilhante e seminal que lança muitos dos supostos do pensamento de Marini, nem tanto, o que envelheceu parcialmente certas passagens: "Para isso concorreu decisivamente a vinculação de as novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para certos tipos de consumo que, se tendem a converterem-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazer baixo nenhum suposto nas sociedades dependentes. O abismo existente ali entre o nível de vida dos trabalhadores e o dos setores que alimentam a esfera alta da circulação faz inevitável que produtos como automóveis, aparatos eletrodomésticos etc. se destinem necessariamente a esta última" (Marini, 1973, p 72).

estabelece pela desvalorização dos bens de consumo necessários. Tais bens poderão, entretanto, ser novamente retirados da esfera de consumo popular, se os mecanismos de queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor se acentuam.

Nos anos 1990, Marini (1992 e 1996) volta-se para a globalização capitalista, buscando analisar seus fundamentos⁷. Ele afirma que a superexploração, então característica da periferia, se generaliza para os centros do sistema mundial. Para explicar este movimento, o autor aponta as duas novas formas de obtenção de mais-valia extraordinária no capitalismo globalizado: o monopólio da ciência e do trabalho intensivo em conhecimento; e a descentralização das tecnologias físicas, que perdem seu lugar estratégico na divisão internacional do trabalho e são transferidas para a periferia e a semiperiferia na busca do trabalho superexplorado. Este passa a produzir mercadorias para a economia mundial que competem parcialmente com a especialização produtiva dos centros, utilizando tecnologias com alta produtividade. O resultado é a tendência a nivelar a composição técnica do capital no mundo, mediante reorganização da divisão internacional do trabalho que cria um novo monopólio, de dimensões globais, capaz de impor significativas assimetrias à burguesia de base estritamente nacional dos países centrais. Esta, em consequência, recorre à superexploração em face de sua incapacidade de restabelecer suas taxas de lucro por meio do dinamismo da corrida tecnológica.

O outro tema de importância central na economia política mariniana é o subimperialismo, que apresenta duas dimensões: a econômica e a política. No nível econômico, torna-se a alternativa mais dinâmica para a realização de mercadorias, uma vez que a composição orgânica do capital nos países dependentes atinja nível médio, com a introdução da indústria de bens de consumo e duráveis na região. A elevação das escalas produtivas encontra limites de realização em formação social baseada na superexploração. Estes podem ser ultrapassados apenas parcialmente com a transferência de renda para os segmentos vinculados ao consumo suntuário, pois a disponibilidade de renda para o consumo não é garantia de que este venha a ocorrer, uma vez que a mercadoria deve representar valor de uso para quem a compra. A demanda estatal, outra forma de realização de mercadorias, encontra limites na oposição dos monopólios privados à construção de um poderoso capitalismo de Estado, centrado nas empresas estatais e almejando ampliar a autonomia tecnológica. O risco desta alternativa, que mobilizou segmentos do setor militar e da burocracia estatal, foi uma das razões para que o grande capital deslocasse seu apoio às ditaduras para a transição rumo a democracias controladas pelas elites burguesas.

7 Para Marini (1992), a globalização capitalista significa movimento em direção à mundialização da lei do valor e ao nivelamento das taxas de lucro que é impulsionado pela apropriação da revolução técnico-científico pelo capital.

O subimperialismo, como teorizado por Marini nos anos 1970, caracteriza-se do ponto de vista econômico pelo alto dinamismo das exportações de mercadorias – em particular, as manufaturas –, pela exportação de capital e pelo controle regional de matérias-primas e suprimentos energéticos. O movimento de desdobramento internacional ocorreria, sobretudo, em direção a outros países dependentes, de quem os países subimperialistas se candidatariam a ser subcentros integradores. Para Marini (1977), na América Latina, dos três países em condição de desenvolver trajetória subimperialista (Brasil, Argentina e México), apenas o primeiro teria possibilidades de exercê-la.

A autonomia dos centros subimperialistas seria limitada pelo imperialismo, do qual dependeria tecnologicamente e ideologicamente. Todavia, este limite não impediria o estabelecimento de importantes contradições no processo de acomodação entre países subimperialistas e imperialistas. A afirmação do subimperialismo dependeria de política estatal que utilizasse as possibilidades internacionais da passagem da unipolaridade para a integração hierarquizada, quando o grande capital internacional restabelece sua autonomia relativa frente ao Estado norte-americano e desenvolve a transição para a hegemonia compartilhada⁸. Sua maior expressão regional foi o aparato tecnomilitar construído pelas ditaduras latino-americanas. Entretanto, vários fatores restringiram as possibilidades do subimperialismo, sem necessariamente eliminá-lo: o apoio do capital internacional aos processos de redemocratização em face das pretensões de potência das ditaduras militares; a centralização financeira mundial impulsionada pelos Estados Unidos nos anos 1980, que colapsou a base financeira dos projetos de modernização latino-americanos e sua pretensão de internalizar a indústria pesada apoiada no crédito internacional; e a internacionalização de processos produtivos e mercados internos por meio do neoliberalismo (Marini, 1992; 1996).

3. O modelo político latino-americano e a questão do socialismo

Marini dedica-se à teorização do modelo político latino-americano. Um de seus principais aportes neste campo é o conceito de Estado de contrainsurgência, cuja emergência, desenvolvimento e crise, analisa (Marini, 1978a; 1992; 1995). Esta forma de Estado encontra condições objetivas para seu desenvolvimento a partir da integração dos sistemas produtivos latino-americanos mediante o investimento direto estrangeiro. Esta integração aprofunda a monopolização do capital e a superexploração do trabalho, gera

⁸ Ver Marini (1977). A literatura sobre a transição da hegemonia unipolar para a compartilhada, como parte de crise de hegemonia mais ampla, é hoje bastante abundante. Esta se inicia nos anos 1970, em torno à quebra do padrão ouro-dólar, assumindo projeção na teoria da dependência, com as obras de Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e na teoria do sistema mundial, com as obras de Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank e Beverly Silver. Abordamos esta temática em meu livro **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina** (2011) e em diversas obras coletivas.

dialeticamente um movimento de massas que pressiona os limites conservadores do pacto populista e é enfrentado internamente pelo conjunto da burguesia e do setor militar, sob a inspiração e o auxílio da estratégia norte-americana de contrainsurgência. Estes segmentos aproveitam as debilidades do movimento popular, sob liderança populista e reformista, para derrotá-lo. Esta doutrina apresenta identidades e diferenças para com o fascismo, uma vez que ambas são formas específicas da contrarrevolução: se, de um lado, como o fascismo se propõe a aniquilar o inimigo, impedindo-o de seguir fazendo oposição, de outro, sugere restabelecer a democracia burguesa, superado o período de crise e exceção. A incapacidade de formar uma base de massas pequeno-burguesas, em função seja da proletarização destas camadas, seja da amplitude da superexploração ou da desnacionalização implementada pela economia política da contrainsurgência, privilegia as forças armadas como pilar do golpe de Estado e da ditadura a ser implementada e acentua as diferenças para com o fascismo.

O Estado de contrainsurgência não se restringe necessariamente à forma ditatorial. Habilita-se a construir democracias sob tutela, configurando aparatos militares e econômicos fora do controle do poder legislativo que o constituem como Estado corporativo da burguesia monopólica e das forças armadas. Esta evolução se instituiu durante a transição democrática, o que o autor chama de Estados de quarto poder, quando o grande capital e o aparato repressivo pretenderam institucionalizar democracias vigiadas e sob controle. Dois fatores limitaram a fórmula do Estado de quarto poder: a recomposição dos movimentos sociais que estabeleceram forte ofensiva pela ampliação da democratização nos anos 1980 e as fraturas provocadas pelo neoliberalismo no bloco burguês-militar que sustentou o Estado de contrainsurgência. O neoliberalismo impulsionou a reconversão do setor produtivo latino-americano, destruindo parcialmente segmentos de maior valor agregado, impondo fortes desnacionalizações produtiva, comercial e financeira e endividamento estatal. Tal processo confrontou as pretensões de afirmação nacional dos militares; notadamente, a média e a baixa oficialidades, menos articulada ao grande capital.

Para o autor, as democracias liberais na América Latina assentam-se sobre grande fragilidade institucional. A superexploração do trabalho implica altos níveis de desigualdade de renda e propriedade, além de importante pobreza estrutural, entrando em contradição com a ideologia liberal que promete progresso material e liberdade aos indivíduos. Esta não pode ser combatida eficazmente por meio dos mecanismos da democracia representativa, que supõem a passividade das grandes majorias da população e dão margem a importantes retrocessos em conquistas acumuladas na economia política do trabalho. Um projeto político comprometido com mudanças sociais substantivas, como a erradicação da pobreza e a

redução das desigualdades, implica a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais como sujeito político. Em suas formas mais avançadas e orgânicas, implica a ultrapassagem da democracia parlamentar em direção à participativa, o que inclui a socialização da gestão de empresas, do Estado e da sociedade em geral, configurando amplo processo de emergência de subjetividade popular. Este tema foi tratado por Marini (1976), em **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre el Chile, ao abordar a questão da dualidade de poderes, em que menciona o choque entre as dinâmicas social e política da classe trabalhadora e a institucionalidade burguesa-liberal, centrada na burocracia e na representação política. O grande capital e suas lideranças recorrem ao Estado de contrainsurgência para destruí-las, mas, para isto, necessitam recuperar a iniciativa política, apoiando-se nas debilidades organizacionais da classe trabalhadora. A introdução de reformas sociais de conteúdo popular colide com a resistência do grande capital, apoiado por parcelas significativas dos setores médios e da pequena burguesia, e tende a desdobrar-se em capitalismo de Estado ou em formas de transição ao socialismo. Para o autor, as possibilidades de autonomia do capitalismo de Estado são limitadas e o provável a médio prazo é sua evolução ao socialismo, ou seu desmonte pela imposição do Estado de contrainsurgência.

Em seu artigo, **Duas notas sobre o socialismo** (1993), Marini aponta o caráter histórico, provisório e limitado das formas iniciais do Estado socialista. Tal como o capitalismo surgiu no século XVI, a partir do controle do Estado pelo capital comercial e bancário, sem ter suas forças produtivas plenamente desenvolvidas, o socialismo é uma forma de transição para uma sociedade superior, que surge em situação de escassez, no século XX, sem os elementos para estabelecer plenamente suas formas políticas, econômicas, sociais e culturais. O capitalismo demorou quase trezentos anos para transformar o controle econômico sobre o Estado absolutista nas condições materiais para o desenvolvimento de suas forças produtivas ou de sua revolução política e cultural, afirmando o Estado liberal e o primado do indivíduo sobre as corporações. Dessa forma, o controle político dos trabalhadores sobre o Estado não implica simultaneamente o desenvolvimento das formas societárias vinculadas ao modo de produção comunista. Mas a aceleração tecnológica, provocada pelo próprio capitalismo, permite reduzir significativamente este período de transição. O desenvolvimento do socialismo implica o estabelecimento de forças produtivas centradas no homem. Estas se baseiam no trabalho intelectual, na mundialização dos processos produtivos, no nivelamento tecnológico internacional e na democracia radical, em que o governo da maioria desloca da coerção para a persuasão o princípio central de exercício do poder.

Segundo o autor, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas em que se estabeleceram as experiências socialistas do século XX gerou um conjunto de importantes distorções concernentes à potencialidade desta formação social. Os mais importantes são a substituição do proletariado e de segmentos populares pelo partido como sujeito histórico e a tentativa de suprimir o mercado, quando os níveis de desenvolvimento das relações sociais não permitiam fazê-lo sem afetar substancialmente o dinamismo econômico e a eficiência. Para Marini (1993), a revisão do socialismo, no século XXI, deveria implicar simultaneamente a democratização e a descentralização da gestão aos trabalhadores e o restabelecimento dos mecanismos de mercado, em que se revelassem necessários à eliminação da escassez. Deveria ainda aprofundar sua internacionalização, desdobrando-se do plano nacional para o regional e o mundial. Na América Latina, a dimensão regional do socialismo afirmaria as nacionalidades e corresponderia ao nível mais amplo de desenvolvimento das forças produtivas introduzidas pela globalização, viabilizando a integração à economia mundial e a preservação de soberanias e princípios internos de organização.

Marini (1993) sustenta que a relação entre democracia e socialismo é contraditória. Em seu sentido pleno, o socialismo significa a máxima realização da democracia, entendida como governo exercido pelas maiorias, centrado na persuasão. Entretanto, esta alternativa depende do desenvolvimento das bases materiais, sociais, políticas e morais do socialismo, enquanto Estado ou movimento social. O fortalecimento da alternativa socialista poderia significar a aproximação do processo revolucionário à via pacífica, implicando política de alianças no seio das classes trabalhadoras (diversos segmentos do proletariado e do campesinato) e de tolerância à burguesia, que resultaria em pluralismo, sob a liderança política e ideológica dos trabalhadores. De modo contrário, à maior debilidade do socialismo corresponderia o fortalecimento da coerção e do afastamento da alternativa democrática. Neste contexto, a democracia poderia representar sua dissolução. Entretanto, o deslocamento excessivo à coerção implicaria outra forma de ameaça ao projeto socialista, trazendo o risco de ruptura interna do partido com a meta de transição ao comunismo. O restabelecimento da burocracia, sob forma socialista, se combinado com supressão do mercado, pode levar a problemas para o desenvolvimento econômico. A capacidade do poder central alocar recursos com eficiência, eficácia e efetividade encontra restrições nas limitações dos instrumentos de medição da utilidade social de produtos e serviços. Para Marx, o mercado é apenas parcialmente superado pelo desenvolvimento da burocracia como forma de alocação de recursos. Em verdade, tende a combinar-se com esta para desenvolver-se. Apenas a democratização e a socialização do poder terão a capacidade de

articular-se com as instâncias centrais de decisão e substituir o mercado como instrumento de medição da utilidade social de produtos e serviços.

Em sua análise sobre o Estado, Marini (1978a, 1992, 1995) distingue dois níveis de poder: o das instituições sociais por intermédio das quais uma classe constrói suas relações de dominação e o de sua síntese no aparato jurídico-político institucional, mediante o Estado, que exerce ditadura fundada na coerção, representada na lei. Para o autor, há uma relação dialética entre estas duas dimensões. O aparato jurídico-político estatal expressa e fundamenta relações de dominação entre as classes sociais que só podem de fato ser transformadas com mudanças na estrutura deste aparelho coercitivo. Estas mudanças, por sua vez, não podem ser impostas unilateralmente de cima para baixo e dependem de transformações que se desenvolvem até certo ponto no seio da própria sociedade, que, ao fazê-lo, é capaz de sustentá-las e desenvolvê-las no âmbito do aparato jurídico-político estatal. A democracia parlamentar articula-se à burocracia como modelo de gestão, ao despotismo da subsunção formal e real do trabalho ao capital e à passividade político-social das massas, cuja atividade se circunscreve ao exercício periódico do voto, não constituindo forma política adequada para a construção do socialismo. A transição democrática ao socialismo requer a construção de institucionalidade que rompa com o despotismo do capital, transfira aos trabalhadores os mecanismos de direção social e política e os represente publicamente no aparato estatal. A forma pacífica desta transição depende da penetração da ideologia socialista, democrática e popular em segmentos do aparato repressivo do Estado, capazes de neutralizar, neste e no conjunto da sociedade, a rebelião burguesa ao desenvolvimento dos mecanismos de participação social. Entretanto, o autor ressalta que a violência está presente até mesmo na transição pacífica: impõe-se a socialização dos meios de produção e do excedente econômico, ainda que este processo possa combinar-se com a preservação das burguesias pequena e média (Marini, 1976).

4. A contribuição ao pensamento social e o debate no interior da teoria da dependência

Nos anos 1990, o autor dedica-se a um balanço do pensamento social latino-americano e de sua obra. Ao analisá-la, inscreve-a no âmbito da segunda floração marxista da teoria da dependência, dos anos 1960 e 1970, que seguiu a dos anos 1920. Nessa década, autores como José Carlos Mariátegui e Ramiro Guerra haviam percebido que a debilidade das burguesias latino-americanas e sua incapacidade de enfrentar o imperialismo as conduzia à subordinação e à associação com este. Não seriam propulsoras de uma revolução democrático-burguesa, baseada em reforma agrária e revolução industrial que

integrassem a população latino-americana no consumo de massas e propiciassem soberania científica ou tecnológica. Os países latino-americanos convertiam-se em Estados dirigidos por oligarquias primário-exportadoras em associação com os capitais comercial e bancário, fundamentalmente estrangeiros, que controlariam o setor exportador e o de serviços. A industrialização seria tarefa a ser cumprida pelo socialismo, impulsionada por proletariado urbano apoiado pelas massas rurais inscritas em distintas formas de relações de trabalho e propriedade.

A teoria da dependência, que se desenvolve nos anos 1960, coloca em questão muitos dos supostos estabelecidos na década de 1920. Se, de um lado, mantém a tese da debilidade da burguesia latino-americana e de sua associação ao imperialismo, de outro lado, aponta que esta associação conduz ao dinamismo e ao desenvolvimento das forças produtivas e à hegemonia da fração industrial do capital sobre a agrária no conjunto da região, sobretudo nos Estados com maior mercado interno e base demográfica. A partir desta convergência básica, criam-se profundas diferenças entre os teóricos da dependência em torno das tendências que caracterizariam o capitalismo dependente e do modelo de desenvolvimentos político e econômico que deveria ser buscado. As divergências sobre as tendências do capitalismo dependente referem-se principalmente ao papel exercido pelo capital estrangeiro, pelo mercado interno e pelas formas políticas na sua promoção.

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto constroem a versão weberiana da dependência. Para estes, a dependência é o paradigma de desenvolvimento dos Estados periféricos. Por isto, fazem restrições aos modelos políticos que buscam condicionar as relações com o mercado mundial e seus principais atores ao exercício da soberania nacional, o que exigiria a forte presença reguladora do Estado. Nacionalismo, populismo e socialismo são descartados como propiciadores de alternativas de desenvolvimento para os países latino-americanos, uma vez que promoveriam o autoritarismo, o corporativismo e as dificuldades de diferenciação do sistema produtivo – isto é, a estagnação –, combinação articulada pela presença excessiva da burocracia estatal. O autoritarismo que se espalha na América Latina nos anos 1960 e 1970 é visto por Cardoso (1975, 1979 e 1995) como fórmula política sustentada muito mais por uma burocracia corporativa civil-militar, insulada no Estado por meio de anéis burocráticos e a quem o autor chama de *burguesia estatal*, que pelas burguesias empresariais estrangeira e nacional enraizadas nas sociedades civis. Para os autores, o grau de autonomia dos Estados diante do grande capital internacional deve ser limitado, garantindo-se, assim, o dinamismo econômico, a ampliação do mercado interno e uma democracia estável.

Para Cardoso, o capital estrangeiro capitaliza a região ainda que provoque saídas superiores às entradas por meio de pagamento de remessas de lucros, juros, *royalties* etc. Isto ocorreria em função da crise de realização de mais-valia que o retorno da exportação de capitais provoca nos países centrais, apenas parcialmente solucionada por intermédio dos gastos militares e com o bem-estar social. O crédito estrangeiro e o endividamento externo promoveriam a continuidade do desenvolvimento na periferia e o controle relativo dos desequilíbrios macroeconômicos. A penetração do capital estrangeiro na promoção da industrialização dos países dependentes generalizaria a mais-valia relativa e impulsionaria a redução dos custos da força de trabalho (Cardoso e Faletto 1977 e 1984) (Cardoso, 1979 e 1995). Para o autor, a presença dos bolsões de pobreza corresponde mais à persistência do capitalismo competitivo e do pré-capitalismo que à presença expansiva do capitalismo monopólico⁹.

No ensaio que escreve em homenagem aos quarenta anos de **Dependência e desenvolvimento na América Latina** (Cardoso 2010), Cardoso volta a estes temas reforçando suas teses centrais dos anos 1970 e 1980. Ele defende para a América Latina uma nova socialdemocracia de mercado que aceite as políticas impulsionadas pelas grandes potências ocidentais, consideradas a referência central de oportunidade para o desenvolvimento. Esta socialdemocracia deve afastar o risco do que chama de populismo regressivo, manifesto na Venezuela do presidente Hugo Chávez, no Equador do presidente Rafael Correa, na Bolívia do presidente Evo Morales, ou na Argentina do então presidente Néstor Kirchner e, posteriormente, da atual presidente Cristina Kirchner, e se sustentar não mais em sindicatos ou lideranças trabalhistas, mas nas classes médias e em uma opinião pública difusa – expressa na mídia e nos meios eletrônicos de comunicação – que pressione o governo a cumprir certos consensos estabelecidos pela globalização: a adoção de economia de mercado globalizada, com a supressão do que denomina nacionalismo de meios – em referência explícita ao termo criado por Hélio Jaguaribe para designar o uso do protecionismo nacionalista como condicionante do desenvolvimento; o combate à pobreza por meio de políticas compensatórias e de renda mínima, sem violar as regras de mercado e os limites fiscais determinados pelo setor financeiro ao Estado por meio da dívida pública; a institucionalização da democracia representativa; e o abandono de uma política terceiro-mundista de resultados em favor de uma de engajamento ativo nas iniciativas das potências

9 "Não quero negar a existência de bolsões de miséria (às vezes, em alguns países a verdade é o inverso: ilhas de prosperidade em mares de miséria), nem a existência de "populações marginais". Mas estas se explicam antes pela formação histórica do capitalismo na América Latina, pela qual se superpuseram distintos modos de produção (subordinados, por certo, ao capitalista) – como os descreveu Anibal Quijano – do que por qualquer lei do capitalismo periférico ou dependente" (Cardoso, 1995, p.114)

tradicionais do século XX, como melhor forma de aumentar as margens de manobra da América Latina¹⁰.

Marini (1992) destaca sua contribuição para a construção de uma teoria marxista da dependência no grupo que originalmente reuniu Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra, enfatizando seus aportes ao método por meio da economia política da dependência, na qual formula os conceitos de superexploração e subimperialismo. O capitalismo dependente é fortemente excludente, superexplorador e limitador da potencialidade de povos e países da região. Estas limitações são tão mais insustentáveis quanto mais os países centrais transferirem novas ondas tecnológicas aos países da periferia, impulsionando suas forças produtivas e, portanto, as condições objetivas para romper os vínculos internos e externos da dependência. Os autores propõem processos de transição ao socialismo para erradicar a superexploração, expandir o mercado interno e buscar escopos regionais para impulsionar o dinamismo econômico. Tal socialismo não teria como objetivo apartar-se da economia mundial, mas, sim, integrar-se a ela com soberania a partir da redefinição das relações de poder internas para reverter a sua condição periférica.

Viu-se que, para Marini, a superexploração do trabalho está baseada nas transferências de valor e mais-valia impulsionadas pela competição monopólica. Esta se estabelece não apenas no plano internacional, mas também no interior dos países dependentes mediante a configuração de burguesia monopólica e associada, constituída pela busca da mais-valia extraordinária. São estas duas dimensões que articuladamente produzem a superexploração. Como menciona Marini (1978b) “a superexploração é estimulada pelo intercâmbio desigual, mas não deriva dele, e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial”.

Ao analisar o tema da deterioração dos termos da troca, Marini menciona sua articulação com a mais-valia extraordinária e as transferências de valor. Esta se baseia no monopólio tecnológico e estabelece preços acima do valor, sempre que a concorrência não lhe impeça de fazê-lo, implicando intercâmbio desigual de valores e a transferência de mais-valia gerada em outros setores, que se extrema em detrimento dos segmentos de menor intensidade tecnológica relativa, resultando na superexploração do trabalho para o restabelecimento de suas taxas de mais-valia e lucro. O autor critica o pensamento cepalino pela ausência de uma teoria do valor que lhe permita compreender a natureza global do fenômeno, inscrito no plano da concorrência e do mercado mundial, e lhe atribui as causas à

10 “Para assegurar o ‘nacionalismo de fins’ e, portanto, o interesse nacional, cabem variações instrumentais. Por exemplo, é melhor fazer uma política ao estilo ‘terceiro-mundismo de resultados’ e jogar todas as fichas nos países subdesenvolvidos para obter uma vaga no Conselho de Segurança, ou achar que ainda não chegou a hora de uma reforma da ONU, e, por isso, melhor servirmos ao propósito nacional se lutarmos por uma ampliação do G-7, enquanto não chega a hora de um passo maior?” (Cardoso 2010, p. 86)

sua expressão aparente e empírica, como o baixo custo da força de trabalho e as limitações da demanda internacional. Ao basear-se na teoria dos fatores de produção que associa o preço do produto à soma dos custos dos fatores de produção (capital, trabalho e terra), não é capaz de compreender como a inovação tecnológica introduzida pela acumulação capitalista transfere valores e demanda do trabalho ao capital, contribuindo para formar um mercado mundial concentrado nas mercadorias de bens de consumo suntuários. Esta crítica, Marini (1978b) estende a Cardoso e Serra na polêmica que travaram nas páginas da *Revista Mexicana de Sociologia*: a ausência de teoria valor-trabalho marxista e da percepção da unidade dialética entre valor e preço os fazem conceber o intercâmbio desigual sem transferência de valores e de mais-valia. Para estes autores, a mais-valia extraordinária, que reduz a quantidade de trabalho por unidade de produto ou seu valor individual sem alterar o valor social ou preço, não implicaria transferências de valor mediante o intercâmbio por parte da nação desfavorecida, uma vez que os valores individual/social e o preço de suas mercadorias permaneceriam inalterados. Argumentam que a nação desfavorecida empobreceria relativamente, mas não absolutamente. Todavia, não consideram que:

1) A busca de mais-valia extraordinária por parte da burguesia dependente incide sobre o intercâmbio desigual e aumenta a quantidade de trabalho transferida pela nação desfavorecida para obter a mesma cota de valor, uma vez que, apesar de mantidos os valores sociais, os valores individuais das mercadorias dos países centrais baixaram.

2) A elevação da mais-valia extraordinária nos países dependentes redistribui internamente as taxas de mais-valia intersetorialmente e intrasetorialmente.

3) A sustentação no longo prazo da mais-valia extraordinária na economia mundial – isto é, em situação de equilíbrio de oferta e demanda – exige a redução da taxa de mais-valia dos empresários individuais por aquela dos desfavorecidos e a redução do valor social das mercadorias dos setores de composição técnica inferior ou média, submetidos à situação de competição monopólica.

Enquanto Cardoso e Serra veem no monopólio tecnológico o progresso técnico e a mais-valia relativa e apoiam sua expansão, atribuindo ao setor mais competitivo – isto é, às pequenas e médias empresas e aos setores pré-capitalistas – os altos níveis de pobreza e a mais-valia absoluta, Marini vê nas relações de concorrência dos mercados mundial e internos dos países dependentes transferências de mais-valia que criam um mercado de trabalho regulado pela superexploração do trabalho, a qual incide prioritariamente sobre os setores de composição técnica inferior ou média, mas do qual se beneficiará o próprio setor monopólico dos países dependentes.

A superexploração não impede necessariamente o crescimento do mercado interno para os segmentos populares, mas lhe estabelece fortes restrições¹¹. Este, como se viu, pode ser impulsionado, independentemente da expansão demográfica, se houver aumento do valor da força de trabalho que supere a queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor. Isto pode se dar pela combinação do aumento da qualificação da força de trabalho e da intensidade do trabalho e, nos limites institucionais da democracia burguesa, pela elevação do valor moral da força de trabalho mediante processos políticos que contraditem parcialmente a economia política do capital e distribuam uma fração da mais-valia concentrada no segmento monopólico.

Para Marini, o capital estrangeiro, embora apresente períodos cíclicos de predomínio de ingressos ou de saídas, tende no conjunto a descapitalizar os processos de acumulação na América Latina, restringindo-lhes o mercado interno. Este capital é controlado por proprietários não residentes, a quem deve proporcionar taxa de lucro positiva, e apenas o deslocamento do dinamismo da acumulação para novas regiões, relacionadas a mudanças que impliquem alterações substantivas no processo global de acumulação, poderia fazê-los colocar de lado as vantagens acumuladas no âmbito da divisão internacional do trabalho e as obtidas pelo usufruto do monopólio da violência em seu espaço nacional de soberania.

A burguesia dependente e associada apresenta assim forte tendência antidemocrática. O desdobramento dos processos democráticos em movimentos sociais e políticos que coloquem em questão a superexploração do trabalho ameaçam a institucionalidade política na região, desestabilizando-a. O declínio da teoria marxista da dependência associou-se à repressão desatada contra o nacionalismo popular que se gestou nos anos 1960 e 1970 e, em particular, contra o governo Allende no Chile, cuja maior expressão foi a imposição de golpes militares na América Latina. Tal situação provocou importante retrocesso teórico-metodológico na região que resultou no estabelecimento do endogenismo e do neodesenvolvimentismo. O endogenismo priorizou os fatores internos na explicação dos processos de acumulação de capital e do subdesenvolvimento na América Latina, determinando o conceito de articulação dos modos de produção para explicar, por intermédio das vinculações entre segmentos modernos e atrasados no âmbito das sociedades periféricas, a especificidade do capitalismo latino-americano. Marini (1992 e 1994-b) assinala que este enfoque supervaloriza o conceito de modo de produção e os processos de acumulação primitiva para sua configuração, negligenciando a importância da

11 Nesse sentido, esclarece Marini (1978b): "(...) ao falar de estagnação e regressão, não tenho em mente o montante absoluto da produção, mas sim taxas de crescimento (cfr. DD, p. 73 y 74); não descarto, pois, o que seria ridículo, que os ramos que produzem para o consumo popular sigam crescendo (...)".

circulação nos processos de acumulação de capital. Ao fazê-lo, o autor não restringe a especificidade do processo de produção do capital, mas assinala que este é precedido e sucedido pela circulação de capital. Esta última se desenvolve a partir da economia mundial e impulsiona a divisão internacional do trabalho que estrutura os sistemas produtivos nos espaços nacionais. A realização do valor, por sua vez, é regulada pela concorrência oriunda em última instância do mercado mundial. O restabelecimento da totalidade dos processos de acumulação de capital permite situar as determinações históricas do processo de produção de capital, restaurando-se os nexos entre suas dimensões internas e externas. Torna-se crucial para compreensão do capitalismo latino-americano situar seu lugar na hierarquia espacial organizada pelo capital na economia mundial. Entre os endogenistas, Marini aponta Agustin Cueva, o mais internacionalista e que nos anos 1980 fará autocríticas aproximando-se da teoria da dependência, e outros como Enrique Semo, Roger Batra e Ciro Flamarion Cardoso.

O endogenismo colocou o imperialismo como última variável de interpretação dos processos de acumulação de capital na América Latina e abriu o espaço para a afirmação do neodesenvolvimentismo. Esta corrente expressou para Marini um período de afirmação da burguesia industrial latino-americana; notadamente, no Brasil, no México e na Argentina, nos anos 1970, quando se iniciou nos países centrais a crise de longo prazo que se estendeu até 1994. Isto permitiu à burguesia industrial latino-americana aproveitar-se das rivalidades interimperialistas para promover o crescimento acelerado da industrialização até o início dos 1980, quando a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos colocou em questão as bases financeiras desta expansão amplamente apoiadas na dívida externa. Este enfoque se diferencia do nacional-desenvolvimentismo em função de:

1) Aceitar amplamente a presença do capital estrangeiro como ator central, e não mais residual e complementar, da industrialização da região, articulado ao tripé formado também pelo Estado e pelo capital nacional.

2) Colocar ênfase nos processos de distribuição de renda e na democracia para o estabelecimento de estilo de desenvolvimento que incorpore as grandes massas, distanciando-se dos textos cepalinos dos anos 1950 que viam automático o papel progressista da industrialização e neutro o Estado.

3) Afirmar o protagonismo do ciclo endógeno da acumulação de capital sobre os condicionamentos da economia mundial, em função do dinamismo do mercado interno, associado ao desenvolvimento do setores de bens de capital e de bens de consumo. Para o neodesenvolvimentismo, a presença destacada da propriedade estrangeira era de menor importância, pois a industrialização havia internalizado os centros de decisão, cabendo à

democracia garantir estilos de desenvolvimento voltados para o segmento de bens de consumo de massa, assegurando a distribuição de renda. Entre os principais autores que sustentaram este enfoque, encontram-se Maria da Conceição Tavares, Aldo Ferrer, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, além de dependentistas como Fernando Henrique Cardoso, ou cepalinos da primeira geração como Raul Prebisch e Celso Furtado, estes mais cuidadosos em relação à internalização dos centros de decisão.

Nesse contexto, desenvolvem-se os estudos neogramscianos na América Latina, que, motivados pela perspectiva de redemocratização, são influenciados pela leitura particular que o Partido Comunista Italiano realizou da obra de Gramsci. Assim, o neogramscianismo enfatizou a autonomia da sociedade civil diante do Estado, minimizando sua conquista, para inserir as lutas populares no âmbito da legalidade democrático-burguesa realizada substancialmente nos aparelhos privados de hegemonia, de quem o Estado seria cada vez mais expressão. A América Latina, principalmente seus países mais industrializados, teria atravessado a fronteira do Oriente para o Ocidente, modernizando suas classes dominantes que aceitariam o predomínio da hegemonia/consentimento sobre a dominação/despotismo. O neogramscianismo negligencia que, para Gramsci, hegemonia significa o equilíbrio entre coerção e consentimento, olvidando assim a dialética entre guerras de posição e movimento, entre insurreição e processos institucionais, entre poder estatal e hegemonia na sociedade civil presente na obra do autor. Entre os neogramscianos, Marini (1992) aponta José Aricó, Jose Carlos Portantiero, Carlos Pereira e Carlos Nelson Coutinho.

O protagonismo do neoliberalismo a partir da década de 1980 colocou em crise esses enfoques: a ruptura dos processos de crescimento econômico a partir da crise da dívida externa, a desindustrialização e seu controle do Estado redefiniram as relações de poder internas e internacionais da América Latina. Para fazer frente a esta realidade, Marini (1991 e 1992) propôs a retomada de forma criativa do fio da teoria da dependência. Esta recuperação não deve ser uma volta ao passado, mas o ponto de partida de revisão radical que a desprenda dos vínculos com o desenvolvimentismo para a teorização de uma realidade mais complexa estabelecida pelos processos de globalização, orientada à criação de um socialismo original, democrático e libertário.

5. A obra de Marini e seus impactos no século XXI

5.1 As novas tendências da economia mundial

O pensamento de Marini possui grande relevância para interpretação do mundo no século XXI. Entretanto, as novas dinâmicas da economia mundial conferem dimensões

inéditas ao capitalismo contemporâneo, à globalização e aos conceitos que estruturam sua obra.

Duas grandes tendências destacam-se:

1) O desenvolvimento da revolução científico-técnica que determina a contradição entre o aumento da produtividade e a mais-valia extraordinária. O avanço da automação reduz a massa de valor representada pela força de trabalho a uma parte cada vez menor do processo produtivo, tornando a economia de trabalho estabelecida pela inovação insuficiente para valorizar a massa de mercadorias gerada pelo aumento da produtividade. O resultado é a tendência à queda de preços e a crise da mais-valia extraordinária. O capital reage a esta crise de três formas. Apropria-se dos recursos públicos do Estado, impulsionando a dívida pública para sustentar lucros extraordinários que não se realizam integralmente pelo ciclo específico do capital produtivo; transfere-se parcialmente para países que ofereçam força de trabalho com qualificação próxima e significativamente mais barata que a dos países centrais; e apoia-se na sobrevalorização cambial estabelecida pelo governo estadunidense, que permite extremar as diferenças entre os custos em moeda nacional e a realização de mercadorias em dólar, via exportação, restituindo parcialmente o lucro extraordinário por intermédio de vultuosos déficits comerciais dos Estados Unidos.

2) A ascensão da China na economia mundial que traz elementos pós-capitalistas para seu funcionamento e estabelece conjuntura de reversão da deterioração de preços dos produtos primários que favorece a América Latina. Na base deste processo, está um modelo de desenvolvimento que se baseia, em parte, no aumento do valor da força de trabalho, por meio da elevação dos níveis de educação, saúde, consumo e decisão da população. Tal processo foi magistralmente analisado por Arrighi (2008) em seu livro **Adam Smith em Pequim**. A ascensão chinesa baseia-se em quatro fundamentos: o primeiro é a revolução socialista e seus impactos positivos sobre a educação e a saúde da população; o segundo trata-se da descentralização administrativa que criou as empresas comunitárias (TVEs – em inglês, *towerships and village enterprises*), nem privadas e nem estatais, que se tornaram o eixo dinâmico da expansão vertiginosa da produtividade na China, principalmente durante os anos 1980 e 1990, desenvolvendo competências gerenciais nos trabalhadores e nas comunidades e elevando seus níveis de consumo; o terceiro é a entrada no país do capital chinês da diáspora, beneficiado por transferências de divisas e tecnologias, proporcionadas pela política de cerco ao mundo socialista praticada pelos Estados Unidos na Ásia, durante a Guerra Fria; e, por último, a entrada do capital estrangeiro na China, que é condicionado pela dinâmica econômica chinesa, ao invés de subordiná-la e submetê-la. A presença do capital estrangeiro é articulada sob forte planejamento estatal, que: mantém pleno controle

das finanças e do setor bancário; cria gigantescos conglomerados estatais internacionalizados em segmentos de infraestrutura, recursos naturais e telecomunicações – cruciais na articulação produtiva de diversas empresas – responsáveis por 30% do produto interno bruto (PIB) chinês; estabelece *joint-ventures* com o capital estrangeiro, chaves para transferência de tecnologia, exercendo influência importante no processo decisório; e impulsiona processos de privatização que conduzem, principalmente no caso das TVEs, à compra destas empresas por seus antigos gerentes mediante financiamento público, resultando em altos níveis de participação dos trabalhadores no valor produzido pela empresa.

A primeira tendência leva ao desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado, à crescente financeirização do capital¹² e à crise da divisão internacional do trabalho. A segunda tendência, que se articula com esta última dimensão, amplia o consumo da população chinesa, de renda *per capita* similar a dos países latino-americanos, e a demanda de matérias-primas para o desenvolvimento e o ingresso da China na alta tecnologia. Esta impacta favoravelmente os preços dos produtos exportados pelas periferias, afetando positivamente a balança comercial latino-americana. Todavia, combina-se com a primeira impulsionando a superexploração do trabalho nos países centrais, por meio da utilização de força de trabalho relativamente mais barata para exportação de produtos para o mercado mundial e para seus mercados internos; em particular, dos Estados Unidos.

A mundialização da revolução científico-técnica estabelece a insuficiência do capital produtivo para sustentar o lucro extraordinário e leva a uma intervenção estatal totalmente distinta da que se determinou durante o período longo de crescimento econômico dos anos 1940 e 1960. Na fase dourada do keynesianismo, este tipo de intervenção favoreceu o desenvolvimento da produtividade, uma vez que o ciclo produtivo do capital garantia com razoável autonomia a sustentação dos lucros extraordinários. Entretanto, o novo período de crescimento longo, que se estabeleceu a partir de meados dos 1990, criou outra lógica de intervenção estatal, baseada na sustentação de preços de mercadorias ou valores fictícios de ativos em detrimento do desenvolvimento da produtividade. Manifesta-se pela drástica elevação da dívida pública, pelas baixas taxas de investimento e pelo aumento das taxas de desemprego. Esta se constitui em uma das principais fontes de superexploração contemporânea, tem seu epicentro no Estado norte-americano e se desdobra na

12 A financeirização do capital está vinculada às transferências da poupança pública para o grande capital, sustentando seus lucros extraordinários, por intermédio da formação da dívida pública. Este processo independe de variações cíclicas em que a taxa de juros ou, inversamente, a taxa de lucro sejam o fundamento da atividade econômica, como demonstra a brutal expansão do endividamento público nos governos de Ronald Reagan e George W. Bush pai, exemplo do primeiro caso, ou de George W. Bush filho e Barack Obama, do segundo caso.

sustentação de sua hegemonia no sistema-mundo e no desenvolvimento de padrão de acumulação dependente.

Esse padrão predominante é, no entanto, decadente. Estabelece-se outra lógica de desenvolvimento e intervenção estatal, atualmente centrada no Leste Asiático – em especial, na China –, mas de alcance e potencialidade multipolares. Baseia-se em capitalismo de Estado ou socialismo de mercado que, apesar de suas ambiguidades, coloca outros objetivos, além do lucro, como prioridades e metas a serem alcançadas pelas organizações: o desenvolvimento humano, a socialização dos processos decisórios, a produtividade, o bem-estar e a inclusão social. Esta trajetória de desenvolvimento é ainda incipiente, incerta e apresenta importantes contradições¹³. Esta se subordina à primeira, - relacionada à financeirização e crise da divisão internacional do trabalho - com a qual se articula, mas já impacta significativamente a economia mundial, sinalizando a possibilidade de reorganização global do sistema mundial.

A projeção da China na economia mundial apresenta profundos impactos sobre a América Latina na primeira década do século XXI. O desenvolvimento chinês e a inclusão de sua população, como importante pilar deste processo, implicam a ampliação da demanda internacional de matérias-primas e produtos básicos. Esta se associa às necessidades de consumo desta população, cujos padrões de renda são ainda periféricos. De outro lado, os resultados do desenvolvimento industrial e científico-tecnológico chinês pressionam para baixo os preços internacionais dos produtos manufaturados. Os efeitos sobre o comércio exterior latino-americano são substanciais: entre 2004 e 2008, ingressaram na América Latina aproximadamente US\$ 322,3 bilhões como resultado da reversão da deterioração dos termos da troca¹⁴ e incrementou-se, ao longo da década, intensamente o volume de comércio com a China. Tal fator se associou ao movimento cíclico de ingressos de capital estrangeiro na região, que se iniciou em 2010, após o êxodo do período 1999-2009, ainda que no Brasil este processo tenha se antecipado e começado já em 2007.

A reversão da deterioração dos termos da troca elevou as taxas e a massa interna de mais-valia e contribuiu, de forma mais geral, para a redução da taxa de pobreza na região entre 2003 e 2010. Todavia, permanecem importantes incertezas sobre a sustentabilidade desta trajetória:

1) A longo prazo, a elevação da renda dos chineses provavelmente incidirá sobre seus padrões de consumo, provocando o aumento relativo na demanda de bens manufaturados e serviços, em detrimento de produtos básicos ou primário-exportadores.

13 Todavia, apresenta tanto importantes contradições como alto dinamismo: a elevação dos níveis de desigualdade internos da sociedade chinesa, que se conjuga com a drástica diminuição dos seus níveis de pobreza e forte projeção mundial da China, que reduz as assimetrias internacionais que atuam sobre esta.

14 Em dólares constantes de 2000. Ver Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, [s.d]).

Mantidas as atuais tendências do comércio exterior da região, a China caminha para, nos próximos vinte anos, ser o principal parceiro comercial da América Latina, com efeitos significativos sobre a primarização de sua oferta exportadora. Todavia, esta tendência não é necessária, uma vez que a pauta importadora da China já é altamente concentrada em produtos manufaturados e esta realiza esforço significativo para reduzir barreiras de entrada nos segmentos de alta tecnologia. Abre-se o espaço, no contexto do BRICS (bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), para que os países da América Latina colaborarem neste esforço, capacitando-se para inserir-se em divisão internacional de trabalho que impulse esta iniciativa de difusão do domínio tecnológico internacional. No entanto, isto requer, ao contrário do que imaginam as oligarquias latino-americanas e o pensamento conservador, a elevação significativa do valor da força de trabalho dos trabalhadores da América Latina, base da revolução técnico-científica e fundamento contemporâneo da inovação-produtividade.

Se, nos próximos anos, os benefícios da alta de preços dos produtos básicos forem apropriados pela burguesia exportadora, a retração ulterior dos superlucros será repassada aos trabalhadores sob a forma de aumento das taxas de superexploração do trabalho, caso esta exerça o controle sobre o Estado. Porém, se, de modo contrário, as divisas obtidas se traduzirem no aumento substancial dos serviços de saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia à população, por intermédio de formas populares de governo, poder-se-á criar bases sustentáveis, a partir das mudanças de poder político, social e econômico internas, para redefinição das relações internacionais da região.

2) A médio prazo, a elevação dos preços de *commodities* e produtos básicos pela demanda chinesa poderá ser contida por dois fatores: pelo posicionamento da China à condição de grande investidora e produtora internacional, neutralizando seu descompasso com a de grande importadora; e pelo esgotamento do ciclo longo expansivo da economia mundial iniciado no período 1994-1998.

5.2 A atualidade da superexploração do trabalho

A análise empírica da situação social e dos processos de trabalhos na América Latina nas últimas décadas parece reafirmar a tese de Marini sobre a centralidade da superexploração no capitalismo da região, ainda que a recente reversão da deterioração dos termos da troca possa tê-la suavizado nos últimos anos.

Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o

valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho.

Em razão das dificuldades para desagregar, no conjunto da região, os salários dos trabalhadores daqueles que formam a renda dos estratos superiores da pirâmide social, utilizar-se-ão índices de pobreza como a primeira aproximação à mensuração empírica do tema. Este indicador é, entretanto, notoriamente insuficiente para medir o fenômeno da superexploração em toda a sua amplitude. Esta exige, normalmente, a configuração de expressivo exército de reserva de trabalhadores, que garanta a queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Este exército pode ser em parte sustentado por políticas estatais de transferências de renda e combate à pobreza extrema, financiadas em grande medida pelos segmentos mais qualificados dos trabalhadores. Neste caso, os índices de pobreza tiveram queda não em função da redução da superexploração do trabalho, mas, sim, da elevação de suas taxas nos segmentos mais qualificados da força de trabalho.

Todavia, a análise dos índices de pobreza da região, a partir de 1980, revela que estes se mantiveram em níveis bastante altos e sua redução recente é proporcionalmente inferior ao aumento da qualificação e da intensidade do trabalho ocorrida nestes anos.

A população abaixo da linha de pobreza na América Latina em 1980 equivalia a 40% da população total; em 1990, havia saltado para 48%; e em 2002, atingia 44%. Apenas a partir de 2005, inicia-se trajetória de redução significativa deste indicador, quando este tem queda de 39,8% para 30,4%, em 2011. Em período similar, o número de anos de estudo da população maior de 15 anos eleva-se significativamente nos principais países latino-americanos, em proporção mais expressiva que a queda da pobreza na região. No Brasil, aumenta de 5,8 a 8,6 anos, entre 1979 e 2007; na Argentina, de 7,4 a 11 anos, entre 1980 e 2006; no México, de 8,0 a 10,0 anos, de 1989 a 2006; na Colômbia, de 7,1 a 9,9 anos, entre 1980 e 2005; e no Chile, de 9,9 a 11,3 anos, entre 1987 e 2006 (Cepal, 2008a). Tais indicadores apontam velocidade de expansão da qualificação muito superior à de redução da pobreza. Enquanto a pobreza em queda na velocidade de 0,95% ao ano (a.a.) na América Latina, entre 1980 e 2011, a qualificação da força de trabalho expande-se no Brasil em 1,5% a.a.; na Argentina, em 1,5% a.a.; no México, em 1,3% a.a.; na Colômbia, em 1,3% a.a.; e no Chile, em 0,7% a.a., para cada período assinalado anteriormente.

No que se refere à intensidade de trabalho, há dificuldades para sua medição. Entretanto, há amplo consenso na literatura de que o aumento da produtividade do trabalho se faz acompanhar a médio e longo prazo da redução dos tempos mortos da jornada do

trabalhador – isto é, de sua intensidade – e da elevação da qualificação formal de sua força de trabalho. Maddison (1997) atribui a cada ano de educação secundária 1,5 vezes o da educação primária e à educação superior, seu dobro, associando-os aos diferenciais de renda obtidos pelos trabalhadores a partir do tipo de qualificação. Na visão de Marx, o valor do trabalho complexo equivale, em princípio, ao múltiplo que representa do tempo de formação do trabalho simples. Pode-se, então, por hipótese, atribuir a variação de 50% ou 100% do ano de educação secundária ou superior concernente ao ano de escolaridade primária, ao aumento da intensidade de trabalho associada ao emprego de força de trabalho mais qualificada. Caso se aplique esta metodologia aos resultados empíricos anteriores, ampliar-se-á ainda mais a relação entre os multiplicadores do valor da força de trabalho e a redução dos níveis de pobreza, cujo resultado, em geral maior que 1, aumentar-se-ia pelo emprego do produto escolaridade *versus* intensidade para configurar o valor da força de trabalho e de sua variação.

As últimas décadas na América Latina têm sido objeto de profunda reestruturação do processo de trabalho, com introdução de métodos de gestão pós-fordistas que elevaram significativamente a intensidade do trabalho, principalmente no emprego formal. O setor formal tem aumentado drasticamente a produtividade do trabalho, principalmente a partir do aumento de sua intensidade, uma vez que os investimentos em capital fixo permaneceram em níveis bastante baixos, muito inferiores aos alcançados na década de 1970 (Cepal, [s.d]). Entre 1990-2007, o PIB por hora trabalhada eleva-se, em dólares, de 5,57 a 7,19, no Brasil; de 10,17 a 15,54, na Argentina; de 8,60 a 9,19, no México; de 6,88 a 9,04, na Colômbia; de 4,13 a 6,96, no Peru; e de 9,96 a 13,91, no Chile (The Conference Board e Groningen Growth and Development Centre, 2009). A economia latino-americana não exibiu, todavia, aumento global das taxas de produtividade mais significativo, em função da destruição de postos de trabalho nos segmentos de maior valor agregado do setor produtivo, provocada pela ofensiva neoliberal na região. O resultado foi o aumento da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho, em função da precarização do trabalho e do desemprego¹⁵.

No que se refere aos salários reais na região, observa-se, nos casos de Argentina, Brasil, México, Peru, Uruguai e Venezuela, redução dos seus índices entre 1980 e 2007¹⁶.

15 No Brasil, entre 1990 e 1999, a participação de trabalhadores por conta própria, familiares não remunerados e empregados domésticos na ocupação eleva-se de 27% a 37,1%. No México, entre 1989 e 2002, este grupo social representava, respectivamente, 23% e 27,3% da ocupação; na Colômbia, entre 1991 e 2002, este segmento concernia a 35,2% e 47,9% do emprego da força de trabalho; na Venezuela, entre 1990 e 2002, respondiam por 28,8% e 42,5% da ocupação; na Argentina, equivaliam a 32,3% e 28% da ocupação, entre 1990 e 2002; todavia, o desemprego aberto havia saltado neste país de 7,4% para 19,2%, no período. Ver Cepal (2008a).

16 Na Argentina, os níveis salariais da década de 1980 permanecem sem serem alcançados posteriormente. Assim, os índices de 128,8, em 1980, 135, em 1984, e 126, em 1985 e 1986, têm queda para a oscilação entre 89 e 100 que se mantém até 2005, quando se elevam até 117, em 2007. No México, o índice salarial médio do período 1980-1982, que termina o ciclo desenvolvimentista, é de 117,1, sendo sucedido por quedas drásticas iniciadas pela crise dos anos 1980, que situam os

Colômbia e Chile registram elevações significativas: o primeiro tem como base comparativa o setor manufatureiro, e o segundo, a contração salarial e os altíssimos níveis de desemprego estabelecidos pela ditadura chilena na década de 1980. Há de se registrar no caso chileno a importância da oscilação dos preços do cobre para a economia e os ingressos salariais.

A tendência prevalecente à queda salarial e o aumento da intensidade do trabalho e da qualificação da força de trabalho estabelecem situação de superexploração na região em seu conjunto, desde os anos 1980. A presença da superexploração do trabalho é corroborada ainda pelo alto grau de concentração na distribuição de renda nos países latino-americanos, o que configura estrutura produtiva na qual o dinamismo da produção de bens de consumo suntuários é muito superior ao de bens de consumo necessário. Produzem-se mercadorias, sem gerar o equivalente em mais-valia pela via do progresso tecnológico. Este desequilíbrio traz a necessidade de que a mais-valia seja apropriada, já que é insuficientemente produzida. Tal situação caracteriza o contexto de dinamismo tecnológico inerente à superexploração em que o setor de bens de consumo populares apresenta produtividade e/ou dinamismo inferior à metade daqueles determinados pelas condições médias de produção.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a distribuição do ingresso domiciliar na América Latina, que mede quase exclusivamente a renda do fator trabalho – subdimensionando a apropriada pelo capital mediante juros, dividendos, aluguéis etc. –, apresentava a seguinte forma¹⁷: no Brasil, em 2001, os 10% mais ricos apropriavam-se de 46,8% da renda e os 30% mais ricos, de 72,5% desta; no México, em 1998, de 36,7% a 62,3 % desta renda; na Colômbia, em 2002, de 40,7% a 67,9%; no Chile, em 2005, de 56% a 67%; no Peru, em 2001, de 36,5% a 63,6%; na Argentina, em 2002, de 40,5% a 65,1%; na Bolívia, em 2001, de 40,8% a 69,1%; e no Haiti, em 2001, de 63% a 73,5% (Cepal, 2008b; 2011). No fim da década, o perfil da distribuição do ingresso alterou-se favoravelmente. Assim, no Brasil, em 2009, os 30% mais ricos apropriavam-se de 66,5% desta renda; no México, em 2008, de 60%; na Colômbia, em

índices entre 80 e 90, excetuando-se 1994, quando atinge 115, para ter nova queda e ensaiar lenta recuperação a partir de 2000, estabilizando-se em 110, entre 2003 e 2007. No Brasil, o índice salarial médio da década de 1980 (104,6) é sucedido por queda a 97,7, na década de 1990, e por nova queda de 8%, até 2007. No Peru, os índices de aproximadamente 300, entre 1980 e 1982, têm queda próxima a 100, nos anos 1990 e 2000. No Uruguai, os índices de aproximadamente 100, entre 1980 e 1982, têm queda e oscilam entre 80 e 90, na década seguinte. Na Venezuela, há queda drástica dos níveis salariais dos trabalhadores privados na década de 1980. Na década de 1990, têm queda de um índice de 180 para 78,4, em 2003, quando se elevam para 85,6. Na Colômbia, os salários sobem de 64,9 a 108, entre 1980 e 2007; e no Chile, de 66,2 a 113,7, nesse período. Ver Cepal (2010).

17 É considerado altíssimo o índice de subdeclaração das rendas do capital na pesquisa de rendas por domicílios. No Brasil, por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) registra que os rendimentos do capital são inferiores a 3% do total declarado (Medeiros, 2008).

2010, de 65,7%; no Chile, em 2009, de 64,4%; no Peru, em 2010, de 56,9%; na Argentina, em 2010, de 59,6%; e na Bolívia, em 2007, de 57,6% (Cepal, 2011).

Embora a distribuição de renda tenha melhorado, permanece muito negativa, sobretudo se se considerar a baixa participação relativa do fator trabalho no PIB latino-americano *vis-à-vis* as da propriedade e do capital, o que atua para extremar ainda mais a concentração de renda, consumo e riqueza, reforçando a orientação do setor produtivo para a geração de mercadorias que, em sua maior parte, não se destinam ao consumo dos trabalhadores, não incidindo ou incidindo precariamente na desvalorização da força de trabalho¹⁸. Outra indicação do grau de desigualdade na apropriação da renda pode ser obtida a partir de informações sobre a heterogeneidade estrutural na América Latina. Segundo a Cepal (2011), em 2009, 66,9% do PIB da região era gerado por firmas que constituíam o segmento de alta tecnologia e empregavam 19,8% da força de trabalho; o segmento de tecnologia média empregava 30% da força de trabalho da região e gerava 22,5% do PIB; e o setor de baixa tecnologia empregava 50,2% dos trabalhadores e era responsável por apenas 10,6% do PIB. Ou seja, as firmas de alta tecnologia possuíam, em média, produtividade na geração/apropriação de valor 4,5 vezes maior que a do setor médio e dezesseis vezes maior que a do setor de baixa tecnologia, configurando-se situação típica em que atua a superexploração.

Em relação à extensão da superexploração do trabalho aos países centrais, os indicadores para os Estados Unidos corroboram esta visão. Entre 1965 e 1973, os salários reais por hora, em dólares constantes de 1982, saltaram de US\$ 8,30 para US\$ 9,26. A partir de 1980, entram em trajetória de significativo descenso, para alcançar US\$ 7,78, em 1995. Inicia-se vagarosa trajetória de recuperação, desde então, aumentado lentamente até US\$ 8,91, em 2010. Este movimento de elevação é parcialmente afetado pela crise e por forte aumento do desemprego, o que derrubou o salário-hora para US\$ 8,77, em 2011 (UNITED STATES. Council of Economic Advisers, 2011). Por sua vez, as taxas de pobreza nos governos de Ronald Reagan e George W. Bush pai, reduziram-se no governo de Bill Clinton, para elevarem-se novamente nos governos de George W. Bush filho e Barack Obama de 11,3%, em 2000, para 15,1%, em 2010. Na Europa Ocidental, o ritmo de expansão das qualificações, seguindo a metodologia de Maddison (1997), é, em geral, superior a do salário real a partir de 1979. Entre 1973 e 1992, a expansão das qualificações atinge 1,6% a.a. na França, 2% a.a. na Itália, 3,2% a.a. na Espanha, 3,2% a.a. em Portugal, 1% a.a. no Reino Unido e 0,3% a.a. na Alemanha, ao passo que os salários reais se

18 No Brasil, calcula-se em torno de 40% a participação do trabalho no produto interno bruto (PIB) nacional ou de 60%, caso se inclua a renda dos autônomos (Sicsú, 2010). O coeficiente de Gini das rendas do empregador – incluído entre as rendas do trabalho - ou de aluguéis aproxima-se fortemente do seu teto. Entre 2001 e 2007, as rendas do empregador apresentavam coeficiente de Gini de 0,85, e as rendas de aluguéis oscilaram entre 0,78 e 0,80 (Hofmann, 2009).

expandem 1,2% a.a. e 0,9% a.a. na Zona do Euro, entre 1979 e 1989 e 1989 e 1997 (OECD, 1999).

5.3. A questão do subimperialismo e do regime político

Marini considerava o subimperialismo condicionado pelas margens de atuação dadas pelo imperialismo, uma vez que a tendência à exportação de capitais e mercadorias nas fases mais avançadas do capitalismo dependente, por um lado, era resultado da integração ao grande capital internacional e, de outro, entrava em contradição com este.

O neoliberalismo, ao reorientar a acumulação para os mercados internacionais, restringiu a ascensão do subimperialismo. A demanda estatal e o consumo suntuário assumiram papel central na realização dos lucros extraordinários. A dívida pública passou a ser chave na realização de superlucros, parte do mercado interno foi internacionalizado e o aparato produtivo, principalmente industrial, retraiu-se. O regime de acumulação e o Estado financeirizaram-se. Entretanto, a crise e o desgaste do neoliberalismo permitiram certa rearticulação produtiva dos centros de acumulação na América Latina. A projeção do capitalismo brasileiro ganhou destaque e, com este, a retomada de assimetrias na região que caracterizam dimensões de um processo subimperialista. Entre 2004 e 2010, o Brasil apresentou saldo comercial com a região de US\$ 75,5 bilhões – mais que duplicou seu estoque de investimento na região, que saltou de aproximadamente US\$ 4 bilhões, em 2004, para cerca de US\$ 10 bilhões, em 2010 – e aumentou suas receitas com remessas de lucros e juros que saltaram de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 12 bilhões, entre 2003-2008, alcançando, entre 2004 e 2010, ingresso de US\$ 56 bilhões nesta rubrica (Cepal e Banco Central do Brasil – BCB).

Exportações de mercadorias e capital avançam com a projeção do capitalismo brasileiro. Se, do ponto de vista da dinâmica econômica de seu capitalismo, o Brasil apresenta tendências subimperialistas, em sua política externa, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, busca exercer liderança consensual e articular o processo de integração como instrumento de sua projeção mundial. Para isto, aceita até certo ponto as reivindicações anti-imperialistas da região. O faz desde um enfoque de terceira via, que procura posição intermediária entre o neoliberalismo estadunidense e o nacionalismo-popular e revolucionário da região. Esta contradição poderá se aprofundar nos próximos anos. Até este momento, a política externa brasileira não foi suficientemente ousada em seus projetos de integração para conter a expansão da dinâmica subimperialista. Esta também a atinge como na forte presença de tropas brasileiras na Minustah, no Haiti, que a serviço do imperialismo estadunidense garantiu o golpe contra Jean Bertrand Aristide.

Em relação à análise dos regimes políticos latino-americanos, as ideias de Marini também parecem encontrar bastante atualidade. A reemergência do nacionalismo radical e popular na região revela as resistências do grande capital e da pequena burguesia a processos políticos que envolvam distribuição de renda e riquezas. O golpe frustrado na Venezuela, a ameaça à unidade nacional realizada pela burguesia boliviana, as articulações golpistas no Paraguai que depuseram o presidente Fernando Lugo, suas tentativas no Equador de Correa, o locaute da oligarquia rural argentina aos Kirchners e a solidariedade dos grandes meios de comunicação da região a golpes e processos de desestabilização, demonstram a vigência dos caminhos antidemocráticos e anti-institucionais da reação burguesa. Todavia, seus fracassos e a sustentação dos governos populares indicam também o fortalecimento organizacional dos movimentos sociais e as fraturas causadas pelo neoliberalismo à coalizão burguesa que liderou os processos políticos e econômicos na região nos anos 1980 e 1990. A ascensão dos movimentos sociais e sua projeção em parcelas do aparato repressivo do Estado, como no caso venezuelano, estimulada pela contradição entre o interesse nacional e o neoliberalismo, têm paralisado a alternativa golpista e a formação de um Estado de contrainsurgência. Entretanto, esta não é situação permanente. A vitória do golpe civil-militar em Honduras contra o ex-presidente Manuel Zelaya atesta que a fórmula dos Estados de contrainsurgência ou quarto poder não se esgotou.

O avanço dos processos de globalização tem aumentado a interdependência econômica, política e social entre os Estados na América Latina e as políticas de Estado subimperialistas poderão jogar um papel importante na contenção do avanço dos movimentos sociais e populares na região. Quando a coalizão burguesa perde sua legitimidade interna, apela à intervenção externa como instrumento para desmoralizar o novo bloco de poder nacional e retomar o controle perdido sobre o Estado. O subimperialismo torna-se um instrumento à disposição. Neste sentido, a Colômbia – dos ex-presidentes Andrés Pastrana e Álvaro Uribe, do atual presidente Juan Manuel Santos e dos Partidos Liberal e Social da Unidade Nacional - por suas estreitas ligações políticas e militares com os Estados Unidos, apresenta-se como o país-chave para jogar esta carta na região.

A década de 2010 deverá aumentar as tensões na região entre os projetos populares de governo e o bloco conservador. O pensamento de Marini continuará sendo referência indispensável para a análise das contradições sociais e formulação de alternativas na região da América Latina e no mundo contemporâneo.

5.4 A atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini

O pensamento de Marini constitui um dos mais originais e criativos estabelecidos na América Latina. Movendo-se do abstrato ao concreto o autor não apenas contribuiu para a elaboração da teoria da dependência, mas também aportou novas categorias em seu interior que enriqueceram o arsenal conceitual para interpretar a acumulação de capital nas periferias e na economia mundial, renovando o marxismo. Os conceitos de superexploração do trabalho, subimperialismo, Estados de contrainsurgência ou de quarto poder, e a reinterpretação dos esquemas de reprodução de Marx ou da teoria social latino-americana são contribuições decisivas de seu pensamento que abrem um enorme campo de investigação e pesquisa. A fecundidade de seu pensamento revela-se no extenso campo de seguidores que propiciou e em obras que inspirou, como a enciclopédia latino-americana e o conjunto de ensaios reunidos que lhe foram dedicados por alguns dos mais destacados intelectuais do planeta¹⁹.

Todavia, essas suas contribuições não devem, como alertava o próprio autor, ser tomadas dogmaticamente, mas, sim, submetidas ao crivo da revisão radical dos processos históricos, uma vez que é para estes que a teoria se dirige, buscando compreendê-los e transformá-los²⁰. São muitos os desafios colocados ao pensamento social na segunda década que se abre no século XXI, entre estes:

1) Compreender a estrutura e a dinâmica dos processos de globalização que aprofundam a articulação de três grandes formações sociais na organização da economia mundial, bem como a influência recíproca que estabelecem entre si; a saber, o capitalismo central de hegemonia anglo-saxã, o capitalismo dependente e o socialismo de mercado ou capitalismo de Estado, por intermédio da avassaladora projeção da China na economia mundial.

2) Analisar as mudanças políticas na América Latina, a crise de hegemonia do neoliberalismo, o pós-neoliberalismo e as diversas formas de desenvolvimento a que dá lugar, a vinculação desta região com a dinâmica de crescimento chinesa e suas perspectivas de curto, médio e longo prazo, bem como os riscos de desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora da América Latina.

3) Analisar as perspectivas civilizatórias suscitadas pelo avanço da globalização no século XXI; particularmente, as do socialismo e de civilização planetária multipolar frente à civilização capitalista e sua reprodução hierarquizada do poder e da riqueza.

19 Ver Sader *et al.* (2006) e Martins e Sotelo (2009), publicação que contou com a participação de Immanuel Wallerstein, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Emir Sader, Aña Esther Ceceña, Pierre Salama, Orlando Caputo, Jaime Osório entre outros autores.

20 "Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical" (Marini, 1992, p.101)

Nesse contexto, a obra de Marini é fundamental para iluminar as grandes tarefas dos povos latino-americanos. A teoria da dependência deve desdobrar-se na construção de uma teoria marxista do sistema mundial, capaz de analisar as múltiplas dimensões dos processos de globalização e formular alternativas à civilização capitalista, não apenas nos planos nacional e regional, mas também global. Para isto, deve aprofundar seus vínculos com as teorias da revolução científico-técnica, da civilização capitalista e dos ciclos longos de distintas temporalidades.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e burocratização**. São Paulo: Paz e Terra, 1975

_____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1979.

_____. **As ideias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Xadrez internacional & socialdemocracia**. Lisboa: Dom Quixote, 2010.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Series históricas de estadísticas económicas 1950-2008**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2008a.

_____. **Panorama da Inserção Internacional da América Latina**. Santiago, 2008b.

_____. **CEPALSTAT**: estadísticas de América Latina y el Caribe. Santiago, 2010. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: 23 mar. 2010

_____. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, 2011.

GGDC – GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. Disponível em:
<<http://www.eco.rug.nl/GGDC>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

HOFFMANN, R. A Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição das aposentadorias, pensões e outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, abr. 2009.

MADDISON, A. **La economía mundial 1820-1992**: análisis y estadísticas. Paris: OECD, 1997.

MARTINS, C. E. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. S Boitempo, 2011

MARTINS, C. E. Superexploração do trabalho e economia política da dependência. *In*: MARTINS, C. E.; SOTELO, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARTINS, C. E.; SOTELO, A. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo veinte uno, 1974.

_____. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre el Chile. México: Ediciones Era, 1976. (Série Popular).

_____. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México, n. 12, 1977.

_____. La cuestión de fascismo en América Latina. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p. 13-38, oct.-dic. 1978a. (Debate con Pío García, Theotonio dos Santos e Agustín Cueva).

_____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra. **Revista Mexicana de Sociología**, México, n. especial, p. 57-106, 1978b. Disponible en: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm>.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ú. (Ed.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979a. p. 37-55.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, México, n. 20, 1979b.

_____. Memória. 1991. Disponible en http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_port.htm.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Dos notas sobre socialismo. Redefiniciones, UAM-X, 1993

_____. El Estado de contrainsurgencia. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: la centralidad del marxismo. t. 3. México: UNAM, 1995. p. 89-99.

_____. Procesos y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: cuestiones contemporáneas. t. 4. México: UNAM, 1996. p. 49-68.

MEDEIROS, C. A. A Recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais por Rodolfo Hoffman e Marlon Gomes Ney. **Económica**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 41-45, jun. 2008.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Historical Statistics**: 1960-1999. Paris: OECD, 1999.

SADER, E. *et al.* **Latino-americana**: enciclopédia contemporânea de América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, T. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SICSÚ, J. Como o governo Lula promoveu a distribuição de renda. **Folha de São Paulo**, 13 out. 2010.

THE CONFERENCE BOARD; GRONINGEN GROWTH AND DEVELOPMENT CENTRE. **Total Economy Database**, Jan. 2009.

UNITED STATES. Council of Economic Advisers. **Economic Report of The President**. 2011. Disponível em: <<http://www.gpoaccess.gov/eop/2010/B47.xls>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

Bibliografia complementar

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Post scriptum a “dependencia y desarrollo en América Latina”**. México: Siglo XXI, 1977.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A distribuição funcional de renda no Brasil**: situação recente. 2008. (Comunicado da Presidência, n. 14). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf>.

MARTINS, C. E. A teoria da conjuntura e a crise contemporânea. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARINI, R. M. Estado y crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México, n. 13, 1977.

_____. Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, México, n. 7, 1982.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. 12. ed. México: Siglo XXI, 1985.

_____. Introducción: las raíces del pensamiento latinoamericano. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: los orígenes. t. 1. México: El Caballito, 1994a. p. 17-35.

_____. La crisis del desarrollismo. *In*: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coords.). **La teoría social latinoamericana**: subdesarrollo y dependencia. t. 2. México: El Caballito, 1994b. p. 135-154.

MILLÁN, M. (Coord.). **La teoría social latinoamericana**: cuestiones contemporáneas. México: Unam, 1996. p. 49-68. t. 4

UNITED STATES. **U.S. Treasury Department**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.treas.gov>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

Ruy Mauro Marini e a Teoria Marxista da Dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída

Roberta Traspadini¹

A experiência dos povos latino-americanos ensinou ao movimento popular que a concentração de poderes nas mãos do Estado, quando este não é seu, apenas reforça o sentido do mesmo como máquina de opressão da burguesia. Hoje, interessa ao movimento popular enfraquecê-lo, subtrair-lhe forças econômicas e políticas, desde que isso implique transferência de atribuições e riquezas para o povo e não para a burguesia. Assim, o fim da política protecionista é visto com benevolência. Sobre as privatizações, o movimento popular (...) orienta-se em direção da proposta de uma área social regida pelo princípio da autogestão e da subordinação dos instrumentos estatais de regulação às organizações populares (Marini, Sobre o Estado na América Latina, 1991)²

Introdução

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) vem ganhando intensa projeção no cenário acadêmico e político brasileiro, em especial a partir dos catastróficos resultados, para a classe trabalhadora, da ofensiva neoliberal no continente latino-americano da década de noventa em diante.

A questão fundamental é porque após décadas de invisibilidade orquestrada em múltiplos golpes (de Estado e de projeção intelectual de uns poucos sobre outros tantos), a TMD volta a se apresentar como referência teórica e política no debate sobre a atual configuração do capitalismo na América Latina, seus limites insustentáveis e a necessidade histórica de superação rumo a outro projeto de sociedade.

Enquanto referência a TMD tem sido retomada em duas dimensões estratégicas: a) como uma leitura teórica bem posicionada à luz da teoria do valor de Marx, ao explicitar o segredo do intercâmbio desigual manifesto nas relações econômicas internacionais; e, b) como uma perspectiva política centrada em uma posição de classe (trabalhadora), a partir do entendimento dos desdobramentos da atual fase do capitalismo no continente, e suas repercussões sobre a disputa pelo poder.

Estas dimensões, indissociáveis, nos remetem à profunda reflexão sobre os rumos do pensamento crítico brasileiro e latino-americano, e os projetos políticos destinados a

1 Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), pesquisadora do Grupo de Crítica da Economia Política (GECEP-UFVJM) e do Núcleo de História Econômica da Dependência Latinoamericana (HEDLA-UFRGS), professora voluntária da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), integrante do Grupo de Trabalho da Teoria Marxista da Dependência, da Sociedade de Economia Política (SEP) e do Grupo de Trabalho de Integração Regional (CLACSO).

2 MARINI, Ruy Mauro. Sobre o Estado na América Latina. In: **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

disputar e consolidar, ou não, uma outra matriz de poder no Brasil e na América Latina como um todo.

O reascento do pensamento crítico marxista latino-americano vem em boa hora. Primeiro, pela necessidade de reconfiguração político-partidária frente à consolidação da democracia formal do capital, baseada na abertura econômica e na despótica integração mercantil, estruturalmente sustentada na superexploração da força de trabalho. Segundo, e não menos importante, pela atual situação do pensamento crítico latino-americano, aparentemente aprisionado entre a questionável substância da pós-modernidade, por um lado, e a retomada (neo)desenvolvimentista, por outro.

Nada melhor do que os próprios temas abordados pelos teóricos da TMD – Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini - nos anos sessenta-setenta, e retomados desde uma ação-reflexiva que nos toca viver, para nos ajudar na difícil tarefa de refletir sobre a estratégia e as táticas do necessário e possível projeto socialista no continente.

O presente texto tem como objetivo trabalhar a importância da TMD na formação da juventude brasileira e latino-americana nascida após o fim das ditaduras na América Latina. Para isto serão apresentados alguns elementos de destaque manifestos por Ruy Mauro Marini em dois textos: 1) **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile, coletânea de textos publicada em 1976³; 2) **Memória** de Marini, texto escrito para sua reintegração na UnB, em 1990⁴.

Esta opção se ancora no fato emblemático de ser 2013 um ano histórico nos marcos da TMD. Ano em que se comemoram os 40 anos do livro *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini. Ano que nos remete também à intensa reflexão sobre os 40 anos do golpe do Chile. País que serviu, na pedagogia do exemplo das várias facetas da execução da hegemonia capitalista (conciliação de classe e golpe fascista-militar), de plataforma central de apresentação aos demais países, sobre o processo neoliberal pelo qual passaria todo o continente, com exceção de Cuba, no período subsequente.

I. Chile: um exemplo concreto sobre os limites da esquerda reformista no poder e da face golpista fascista-militar da direita

Nesta coletânea, Marini, a partir de sua experiência concreta vivida no exílio forçado do Brasil para o México e deste país para o Chile, revela elementos substantivos e

3 MARINI, R. M. **El reformismo y la contrarrevolución**. Estudios sobre Chile. Santiago: serie popular era, 1976.

4 TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini** vida e obra. SP: Expressão popular. 2005.

atuais sobre os limites da composição de classe e o real problema de interpretação sobre a conjuntura e as possibilidades abertas por ela.

O primeiro ponto importante destacado por Marini se refere às contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no Chile nos anos sessenta, cujo resultado foi o esgotamento do modelo de crescimento econômico até então adotado, o que provocou uma agudização das contradições próprias do funcionamento do capital no país e promissores levantes populares, operários e estudantis.

Vale ressaltar que a frente de esquerda que compunha a Unidade Popular, formada pelo Partido Comunista, pelo Partido Socialista e por uma fração dissidente da Democracia Cristã, teve como premissa política central a reforma que garantiria a explicitação dos Estados Unidos como inimigo principal e a aliança entre Estado-empresa mista-empresa nacional, como garantidora do modelo de desenvolvimento a ser executado.

Segundo Marini, este não é um elemento qualquer. Ele é central no plano político, pois balizará a divergência e substantivo distanciamento político entre esta frente – UP – e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), ao longo do processo de execução do poder no Chile. Enquanto os primeiros viam as reformas de base como a gênese a ser reconstruída no processo político, cujo objetivo não era, segundo Marini, o de destruir o modelo de desenvolvimento burguês, mas sim, modificá-lo, a partir da fórmula *democracia avanzada*, os segundos sustentavam o caráter inconciliável de classe e a oportunidade aberta pela crise do sistema de dominação capitalista e pela vitória cubana de um avanço na realização do Estado de transição, socialista, rumo ao comunismo.

O que Marini esclarece a partir desta análise é que por trás da leitura de conjuntura, se encobria a concepção de revolução dos grupos envolvidos e, à luz de sua breve instância no poder formal, a Unidade Popular, através dos elementos colocados pelo Partido Comunista, consolidava, sua ideia de revolução por etapas, ao mesmo tempo em que estigmatizava seus principais rivais políticos – MIR – como esquerdistas, sectários e, no limite da rivalidade política, eram denominados de anarquistas. Sobre este ponto Marini é enfático:

(...) El MIR no proclamaba la existencia de una crisis revolucionaria en el País, ni siquiera cuando la lucha de clases había evolucionado tanto como para proporcionar combates enconados con la burguesia y el imperialismo, como pasó en octubre de 1972. No se trataba, por tanto, para el MIR (como sostienen algunos que deforman sus planteamientos para mejor combatirlo), de darse como tarea inmediata la destrucción del Estado Burgués. Ateniéndose a la concepción leninista, el MIR veía en el agudizamiento de las contradicciones interburguesas y en el ascenso ininterrompido del movimiento de masas (en el que participaban más y más capas políticamente atrasadas) rasgos propicios a la conversión de la crisis de la dominación burguesa en una crisis revolucionaria, que permitiera el

derrocamento de la burguesia y el imperialismo, y el establecimiento de un Estado popular y revolucionário. (MARINI, 1976, p.28)

Umas das principais contribuições de Marini em sua análise sobre a via chilena se refere à disputa no âmbito da esquerda, além da ofensiva e reorganização da direita, frente ao desgaste de não compatibilidade entre as teses.

A partir da análise sobre as divergências políticas no interior da esquerda chilena e do acirramento das contradições que não se resolveriam no modelo de desenvolvimento da UP, Marini reforça o sentido do golpe fascista-militar como o resultado inerente destas contradições, aliadas às limitações da execução de poder, mediada pela opção política de aliança de classe, neste país.

Marini, com sua assombrosa clareza política sobre os fatos, nos remete a real questão por trás do golpe, explicitando que o problema não reside no caráter, armado ou pacífico, do enfrentamento, mas sim, na substância do projeto político apresentado. Nas palavras do autor:

El problema de fondo es outro: ¿Cómo se logra y como se mide una correlación favorable de fuerzas? La experiencia chilena nos muestra una vez más que no es a través de concesiones y que los indicadores de medición no pueden reducirse a los meros índices electorales. La conquista del gobierno por la izquierda era algo inaceptable para la burguesia y el imperialismo: estos podían aguantarlo, defendiendo lo más posible sus privilegios, mientras preparaban el derrocamento de ese gobierno(...) La izquierda, ao revés, tendría que asumir la conquista del gobierno como el instrumento por excelencia para precipitar la crisis de dominación, desarticular el eje de sustentación del sistema – el aparato de Estado – y no, como lo hizo, intentar mantener el Estado para, mediante esa actitud, neutralizar el antagonismo que le manifestaban sus enemigos, mientras esperaba consolidar su victoria en el seno de ese mismo Estado, a través de los mecanismos que lo legitimaban, particularmente las elecciones de tipo parlamentario. (MARINI, 1976, p. 46)

O golpe, na visão de Marini, não foi somente o resultado da clara convicção das possibilidades da esquerda chilena moderada, representada pela UP, ter a condição concreta de migrar, pouco a pouco, para um projeto mais à esquerda. O golpe representou também a clareza da direita sobre a não viabilidade histórica de composição com a esquerda, como reiterado em outros momentos históricos da luta de classes no mundo.

É fundamental que isto seja entendido: a direita tolera, mas não suporta que a esquerda trate diretamente de seus interesses de classe, muito menos que os dirija. Essa aversão de classe permite-lhe, pontualmente, vincular-se ao projeto da esquerda, por oportunismo eleitoral ou por convicção política na necessidade de reascenso dos lucros, sem deixar de ter convicção sobre o fato de que dito projeto de aliança jamais a

representará. Esta aversão de classe da direita, manifesta em toda a sua constituição como ser político, a coloca em posição antagônica permanente às possíveis concretizações do poder, manifestas pela esquerda. O mesmo deveria valer para a esquerda, no entanto, há controvérsias. Vale destacar que isto nos remete a um debate profundo sobre os partidos e suas caracterizações, de esquerda ou direita, no início do século XXI no continente.

Outro elemento vital da análise de Ruy Mauro se refere à condição de especulação da burguesia chilena, como um traço substantivo do processo fascista. A partir da constatação de que era possível agudizar ainda mais as contradições manifestas no processo de desenvolvimento chileno, a burguesia nacional, capaz de frear o processo de acumulação de capital, promoveu uma espetacular onda de ilegalidades na circulação de mercadorias, das mais simples às mais complexas, promovendo, assim, um esgotamento do poder de distribuição do Estado, dada os limites da arrecadação que não era gerada. É a partir desta intencionalidade de classe burguesa que a especulação “aparece como la política económica del fascismo en la fase de la lucha por el poder” (MARINI, 1976, p.244)

Tal política econômica deliberada foi um ponto de sustentação para o golpe de 11 de setembro de 1973, uma vez que vulnerabilizou o modelo de desenvolvimento capitalista executado pela UP e levou ao extremo as indignações tanto das camadas populares, quanto da pequena e média burguesia chilena.

A centralidade deste debate trazido por Marini, nos anos 70, exige demarcar a análise cotidiana da ação política da esquerda latino-americana, com base na correlação de forças e suas respectivas composições, em momentos revolucionários e contrarrevolucionários. Análise esta que deve estar calcada nas leis gerais de funcionamento do processo de produção e acumulação de capital, a partir das particularidades encontradas no território latino-americano. Segundo Marini:

la economía dependiente tiene sus leyes y el gran capital las conoce perfectamente. Siendo él quien encabeza las filas de los capitalistas y quien orienta el desarrollo del sistema, su política tende a coincidir las tendencias objetivas que empujan hacia adelante al capitalsimo depediente, convirtiéndolo en un sistema cada vez más explotador y excluyente. La superexplotación del trabajo y su secuela más inmediata: el divorcio entre la producción y las necesidades básicas del consumo de las amplias masas, he ahí el eje del desarrollo dependiente, el mismo que da hoy en Chile la pauta para la acción que lleva a cabo el gran capital. (MARINI, 1976, p.248)

Se em pleno processo revolucionário cubano e russo da década de sessenta, culminando em golpes militares - orquestrados desde fora, mas compostos desde dentro das economias latinas -, a possibilidade de execução política de poder centrada nas teses de Lênin sobre o projeto e o poder popular, se apresentavam como possibilidades

concretas, após a ofensiva neoliberal dos anos noventa, isso parece se apresentar como distante do imaginário político de consolidação do projeto de poder da esquerda no continente.

Ao nos depararmos com a retomada do debate promovido pelas vitórias eleitorais de Chávez na Venezuela, de Lugo no Paraguai, de Correa no Equador, de Morales na Bolívia e de Lula e Dilma no Brasil, parece ser que a via da conciliação própria dos PC's na América Latina dos anos sessenta-setenta, não foi totalmente superada. Isto se deve, em certa medida, às posturas políticas da direita e da esquerda na disputa pelo poder, dado que a resposta a determinadas ações políticas de um grupo sobre o outro, exigem uma ação concreta acerca das táticas de atuação em meio à disputa manifesta. Por um lado, se deve à postura da direita, por suas premeditadas ações para imobilizar e matar o inimigo ao longo do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no continente – seja pela via despótica (ditaduras) ou pela via da fantasia organizada (desenvolvimento desigual e democracia formal) -. Por outro lado, se deve à postura política da esquerda em suas históricas opções políticas – reforma ou revolução - que, atreladas à análise sobre a correlação de forças em cada período histórico, permaneceu, em grande medida, pouco avessa à composição de classe.

A coletânea de textos apresentada por Ruy Mauro Marini em seu livro **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile, exige, à luz do debate político brasileiro e latino-americano atual, um estudo cuidadoso sobre a dinâmica particular do desenvolvimento capitalista dependente da via chilena e sua semelhança ou não, com os processos vividos pelas demais economias do continente após os anos setenta.

Entre os vários ensinamentos contidos nos textos desta coletânea, está a confirmação dos limites insuperáveis da conciliação de classe no projeto de poder, além da experiência concreta de se posicionar politicamente avesso às projeções reformistas representadas nos executados modelos desenvolvimentistas, que, além de condicionar as reformas viáveis dentro da ordem, colocam em letargia histórica a produção de processos políticos e projetos de poder, fora da ordem, cuja dinâmica é a real superação do capitalismo.

Nesse sentido, a reflexão exposta por Ruy Mauro neste texto não nos remete apenas à análise sobre o caso chileno. É, sobretudo, uma análise de classe, centrada na teoria do valor de Marx, cuja matriz de explicitação reside, entre outros elementos, no segredo do intercâmbio desigual entre países avançados e periféricos. Além da abordagem teórica, a reflexão se vincula de forma indissociável, à disputa política pelo poder popular,

demarcado em seu caráter antagonico de classe, cuja matriz é o definimento do Estado até sua total extinção ao se concretizar o fim da sociedade desigual.

Os 40 anos do golpe no Chile trazem à tona a necessidade de avaliação profunda sobre a história da luta de classes no continente e os equívocos cometidos pela esquerda ao longo de sua caminhada rumo a realização do projeto socialista-comunista.

Se, por um lado, é certo que muito há para comemorar ao longo da organização e luta da classe trabalhadora em movimento no continente, também é certo que muito há para lamentar. Em especial, essa posição recorrente de crença no projeto de desenvolvimento nacional mercantil, que tem no Estado um de seus alicerces de operacionalização da dinâmica capitalista de produção e circulação para poucos, com base no sangue e o suor liberados através da superexploração da força de trabalho de muitos.

II. Memória de Ruy Mauro Marini: um texto com muitas trilhas futuras

Ao se estudar, com rigor, a **Memória** de Marini, texto desenvolvido para sua reintegração à UnB (1990), pode-se apreender que sua aprendizagem sobre a América Latina e o mundo, a partir do exílio, o forjou como intelectual orgânico, sujeito político da classe trabalhadora, sem espaço algum para a negociação sobre seu processo, seu pensamento, sua práxis, à luz de uma composição de classe.

Na pedagogia do exemplo, as ideias do mestre, se misturam com suas ações e nos ensinam que, para além dos rótulos, evidenciam sua análise das táticas políticas que acumulam para a estratégia comunista, calcadas no referencial marxista-leninista sobre a tomada do poder, sua execução e posterior superação.

Apesar de Marini insistir que o texto não possuía a pretensão de ser publicado, este texto nos proporciona uma possibilidade a mais de, ao reconhecer sua trajetória, a partir dele mesmo, visualizar que, enquanto geração órfã de formação política, vivendo em um contexto não revolucionário, nossa geração tem que recuperar o pensamento e a ação política de esquerda no continente, para traçar um projeto que reforce uma caminhada que não começou, nem terminará, em nossos esforços geracionais, e tem como palco histórico a luta de classes no continente, com base na forma como as contradições se manifestam no nosso tempo/processo histórico.

Ao refletir sobre o escrito, a **Memória**, de Marini, verificamos que a mesma nos apresenta, no mínimo, três campos importantes de análise, a saber:

1) A apresentação às jovens gerações de desconhecidos intelectuais e sujeitos políticos da esquerda latino-americana:

O primeiro e importante aspecto relatado na **Memória**, se refere aos desconhecidos intelectuais brasileiros e latino-americanos, que no debate, na ação política e no caráter inquestionável de classe manifesto em seus processos, nos convidam a entender suas práxis, a partir da condição específica da luta de classes travada em cada um dos territórios latinos analisados. Guerreiro Ramos, Ludovico Silva, Sergio Bagu, Agustin Cueva, Bolívar Echeverría, são alguns destes grandes nomes. Estes, entre outros tantos, são sujeitos que, contando com a camarada solidariedade de classe, se encontraram no exílio e sem perderem o rigor ao travarem entre si a batalha de ideias, consolidaram importantes teses sobre a conformação do capitalismo latino-americano.

Tal encontro os potencializou a construírem um pensamento latino-americano original que não tinha como referência o desenvolvimentismo cepalino e, tendo como base o poder-projeto popular, ousaram reinterpretar o processo de desenvolvimento capitalista no continente. São mestres que forjaram, em pleno vigor/rigor do exílio, a formação política de toda uma geração (juventude da década de 70 – Jaime Osório, Ana Esther Ceceña, Nelson Gutiérrez, Nildo Ouriques, Reinaldo Carcanholo, Adrián Sotelo, etc.) e que, não por acaso, seguem com pouca projeção na formação acadêmica brasileira dominada pela pós-modernidade.

Estes sujeitos, intencionalmente invisibilizados, foram sujeitados a uma verdadeira sabotagem acadêmica forjada dentro do Brasil, pelos intelectuais que não foram forçados a sair do país, dado que não apresentavam perigo algum à ordem despótica burguesa, e que aproveitaram dita situação para se apresentarem, à juventude, como referências únicas do processo de formação acadêmica dos anos setenta no Brasil.

É importante salientar este fato, pois, intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e seus pares são, ainda hoje, apresentados como as grandes referências do debate da dependência na América Latina. No entanto, estes sujeitos, além de projetarem suas teses, instituíram duas pretensas mutilações no pensamento crítico brasileiro: distorceram a produção do conhecimento dos teóricos marxistas da dependência e seus mentores; e, fingiram que não se tratava de um debate, logo, não apresentaram as teses de seus rivais, enquanto processo criativo na batalha das ideias. Assim, não bastasse o exílio forçado pela ditadura, intelectuais como Marini, Theotônio e Vânia eram obrigados a viver a invisibilidade de suas práxis na academia brasileira.

Esse processo de invisibilidade fazia parte da construção de uma ciência social e humana divorciada da produção do conhecimento crítico real, em um período histórico sem precedentes da história da luta de classes na América Latina: o processo revolucionário e a reação contrarrevolucionária (as ditaduras) no continente.

Portanto, através da **Memória** do Ruy, é possível reconhecer o quanto a história do pensamento marxista latino-americano e do engajamento político destes sujeitos ainda está distante de ser conhecida, estudada.

Isto nos remete a um misto de indignação e desejo. Indignação por entender que a ordem dominante vigente na academia, é a do ocultamento das diferenças, a explicitação da hegemonia e a não aceitação das polêmicas tão necessárias à produção do conhecimento crítico e politicamente engajado. Desejo de construção coletiva, a partir da socialização histórica dos debates protagonizados por nossos mestres, que ao publicarem ditas obras, nos apresentam uma ampla lista de referenciais que nos permitem, ao retomar a caminhada travada pela TMD no continente, pensar o hoje a partir das bases bem fincadas por estes intelectuais orgânicos, no recente processo histórico consolidado no continente a partir dos anos sessenta.

2) O referencial teórico-político apresentado

Em seu escrito, *Memória*, Marini faz um minucioso trabalho avaliativo sobre o desenvolvimento de suas reflexões, à luz dos acontecimentos políticos nos quais esteve envolvido em sua vivência no exílio.

Ao mesmo tempo em que explicita o amadurecimento teórico de suas ideias ao longo dos anos, também nos mostra que, em fases de efervescência política, o processo acadêmico torna-se secundário, menos por força de vontade e mais por necessidade concreta da luta manifesta em outros terrenos, para além da batalha das ideias. Nas palavras de Marini:

Num ambiente dessa natureza (efervescência política⁵), é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota, Coronel (Chile) (IN: TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p.85).

A narrativa de Ruy sobre seu encontro com o movimento estudantil, com o MIR, e com grupos estudantis de pós-graduação no México, no Chile e na Europa, ávidos por conhecer o pensamento marxista e travar suas reflexões a partir dele, é fantástica. Um encontro potencializador de outros tantos, gerador de sínteses sobre a unidade do diverso dentro da teoria marxista, enquanto filosofia da práxis.

Dialética da dependência (2005 [1973]); **Subdesenvolvimento e revolução** (2012 [1969]), além do texto citado no item anterior, foram colocados em seus contextos

5 Inclusão minha para deixar mais claro o texto citado.

pelo autor, a partir das situações concretas vividas pelo mesmo, em sua maior, ou menor, possibilidade de dar continuidade à reflexão proposta, dada a situação política do país no qual se encontrava.

O texto, **Memória**, de Ruy abre, assim, espaço para uma aprendizagem sobre uma América Latina que, em pleno movimento das Veias Abertas, criava os condicionantes para resistir e revolucionar as bases que a prendiam de maneira desmedida à desigual dinâmica do capital.

Ao narrar sua história como ativo sujeito político, Marini nos permite viajar por uma América Latina repleta de rebeldia criativa, de capacidade de refletir a partir da ação, e de reinterpretar a ação através da rigorosa reflexão objetivada na teoria do valor de Marx. E este ponto se apresenta como outro déficit no debate sobre estes grandes autores.

O processo de aprendizagem acadêmica brasileira da geração dos anos oitenta e noventa tem como referencial a formação histórica dos nossos países e as matrizes de desenvolvimento, numa linha hegemonizada pelo desenvolvimentismo. Tais processos guardam uma enorme distância em relação ao referencial marxista da teoria do valor.

Portanto, ao estudar os textos destes autores, nos damos conta, ao mesmo tempo, do fraco embasamento das gerações recentes na teoria do valor de Marx e, consequência disto, da dificuldade de dialogar com estes autores a partir das formações até então recebidas. Isto complica ainda mais a incursão das novas gerações nas ideias da TMD, uma vez que exige aprender os princípios básicos da crítica da economia política, teoria que embasa a reflexão destes autores, antes mesmo de debruçar-se sobre suas principais obras.

Gerações formadas na história do desenvolvimento econômico têm insuficiências cruciais na compreensão sobre o método e o processo de análise a partir do referencial marxista. Isto somente aumenta o grau de dificuldade e o necessário compromisso em estudar estes autores. Mas jamais serve como desestímulo aos que, de fato, pretendem, entender como funciona a sociedade, em sua dinâmica geral e em suas conformações particulares.

3) As opções políticas dos sujeitos

Por último, e não menos importante, a **Memória** de Ruy Mauro nos presenteia com seus múltiplos processos de formação e socialização do conhecimento. O exercício permanente realizado por Marini, de publicizar suas ideias em vários periódicos - *Metropolitano*, encarte dominical do diário de notícias do RJ (Brasil), *La prensa latina*

(Cuba), *Chile Hoy*, *el universal* e *excelsior* (México), entre outros jornais -, nos permite entender o sentido concreto dado por Gramsci ao conceito de intelectual orgânico de classe.

Escrever para os jornais e periódicos da classe trabalhadora exige outro grau de empenho em que o rigor das ideias consiga chegar a um número expressivo de sujeitos da classe. É um exercício de síntese difícil de ser realizado. É, entre outros, um mecanismo a mais de propagandear e agitar os temas centrais sobre como funciona a sociedade, utilizando para isto, recursos que a formalidade acadêmica tenta historicamente desmerecer em importância.

Marini escreveu para muitos periódicos, além da disseminação de suas ideias, independente de seu conhecimento sobre dita propagação. Contrariamente ao que sucedeu no Brasil, palco da intencional invisibilidade objetiva realizada pelos seus inimigos acadêmicos, a América Latina e parte expressiva dos países europeus teve acesso direto às ideias dos teóricos marxistas da dependência.

Vale ressaltar que isto ocorreu em um tempo histórico em que o desenvolvimento técnico científico ainda não havia culminado em uma nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas após a revolução da microeletrônica e das tecnologias da informação dos anos 1970. Portanto, tal disseminação política exigia aparelhos ideológicos de classe muito bem coordenados. Isto permitiu que as ideias dos teóricos da TMD chegassem a um número expressivo de militantes sociais latino-americanos em luta, em pleno processo revolucionário e contrarrevolucionário.

Esses três aspectos nos dão a real dimensão dos desafios colocados à jovem geração que, ao reconhecer o papel histórico da TMD, parte destes ensinamentos para seguir sua caminhada política, rumo à ruptura com o projeto de desenvolvimento capitalista. Mais do que órfãos, forja-se, em pleno século XXI, uma geração de seguidores. Como tais, o fanatismo e o dogmatismo não os rodeiam. Mas a clareza política, o rigor teórico e a necessária divulgação das ideias, explicitam que, neste caso, nem tudo que é sólido se desmancha no ar.

Breves considerações finais

2013 é um ano emblemático para a América Latina. É um ano em que se comemoram os 40 anos do texto ainda pouco conhecido no Brasil, **Dialética da dependência** (2005 [1973]), de Marini, ao mesmo tempo em que se relembra a atrocidade do golpe fascista-militar do Chile.

É um ano mediado pela comemoração do novo que se abre a partir da aprendizagem do histórico, ao mesmo tempo em que se reflete sobre o vivido, a partir do que necessita ser revertido no viver do continente.

O caso chileno pode nos dar algumas lições históricas, relativas à atual correlação de forças na execução e disputa do poder vividos por alguns Estados nacionais latinos (Ex: Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador), guardadas as devidas mediações entre um processo e outro.

O neodesenvolvimentismo, que se apresenta como superação, mas muito tem de continuidade com as premissas do desenvolvimentismo cepalino dos anos sessenta em diante, ainda mais com o neoliberalismo das décadas de oitenta e noventa, não pode ser entendido como uma via revolucionária – quando muito reformista –, uma vez que contém elementos desnudados pela história da luta de classes, como equivocados no processo de disputa política, a partir do manejo da esfera econômica, via conciliação de classe.

Aliança de classe *versus* antagonismo de classe. Projetos de poder que anunciam modelos distintos de desenvolvimento para o continente. Antes de escolher, é necessário que a nova geração entenda o que está por trás de cada projeto e qual o método referencial utilizado por cada escola, em suas respectivas proposições quanto a alternativa concreta de vida no território.

Nesse sentido, à luz do que se vive, deve-se retomar o que já se viveu, para que não seja dada continuidade aos pífios modelos de desenvolvimento possíveis de serem reformados sem modificar substantivamente a ordem vigente dominada pelos hegemônicos donos do capital no território latino e no mundo. Por isto e por muito mais, elementos contidos nos textos de Marini, ora apresentados devem ser revisitados a partir da atualidade da luta de classes na América Latina.

Capitalismo dependente, superexploração da força de trabalho e subimperialismo, são temas que voltam a reascender a polêmica no debate crítico atualizado da teoria da dependência. Com base nestes temas se apresentam as teses políticas sobre estratégia e táticas revolucionárias na atual conformação do projeto popular na América Latina.

Uma nova geração tem se desafiado a reinterpretar a situação do Brasil e da América Latina, com base na TMD. Bianca Imbiriba (UFF), Carla Ferreira (UFRG), Carlos Eduardo Marins (UFRJ), Fernando Prado (UFRJ), Hugo Correa (UFF), Marcelo Carcanholo (UFF), Marina Gouvea (UNILA), Marisa Amaral (UFU), Mathias Luce (UFRG), Niemeyer Filho (UFU), Nildo Ouriques (UFSC), Nilson Araújo (UNILA), Pedro Evangelista Duarte (UFC), Rodrigo Castelo (UNIRIO) entre outros, são alguns intelectuais/militantes que têm contribuído, tanto no debate acadêmico quanto na projeção político-partidária, sobre os

limites do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, latino-americano e mundial e as possibilidades de superação rumo ao projeto socialista-comunista.

Os desdobramentos políticos destas teses exigem uma revisão com base na correlação de forças, sobre os Governos e seus limites a partir do projeto de classe que desenharam e conformaram, em suas aproximações, ou não, com a burguesia (inter) nacional atuante nos territórios nacionais. Sem dúvidas, pelo rigor e pela clareza política que ora protagonizam, poderão ser chamados por alguns pares de esquerda, como ocorreu com nossos mestres, de sectários, dogmáticos, esquerdistas, entre outros rótulos característicos do não enfrentamento político na batalha das ideias. Nas palavras de Marini:

Importa pouco que, se assim o fizermos, nos chamem de antiquados, modernos, pós-modernos ou simplesmente que se pretenda negar qualificação científica. A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com os fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos. A maneira como estão se desenvolvendo a democracia, a reconversão econômica e a integração na América Latina, e seus reflexos no âmbito político, estão longe de corresponder aos nossos desejos. Isto nos exige assumir nossas responsabilidades para com os povos da região e nos esforçarmos para sinalizar-lhes um caminho melhor (MARINI, 2005, P. 235).

Esta nova geração de militantes sociais e intelectuais que se debruçam sobre os estudos da TMD tem se desafiado a explicitar a reconfiguração do capitalismo dependente, através da crítica da economia política e ancorados na luta concreta protagonizada por novos personagens na cena na luta política da América Latina. E, ainda quando a retomada analítica da TMD esteja mediada pela atual fase do capitalismo dependente, em especial sob a hegemonia do capital financeiro especulativo e suas respectivas reestruturações políticas, o novo se ergue, não sem levar em conta os processos históricos que o engendraram. Na dialética da dependência o velho e o novo se misturam e conformam uma nova síntese sobre a unidade do diverso. Assim, à luz das experiências históricas vividas no palco da luta de classes no continente, ao longo dos últimos 200 anos, do que se trata, ontem e hoje, é de consolidar um projeto político de esquerda que realize o poder popular sem conciliação de classe.

Referências bibliográficas

BAGÚ, Sergio. **Estructura social de la colonia**, 1952. Buenos Aires: librería el Ateneo editorial, 1949.

_____. **Tiempo, realidad social y conocimiento**, México: Siglo XXI editores, 1970.

BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e prática socialista**. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

_____. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo capitalista en América Latina**. México: Siglo XXI editores, 1977.

DOS SANTOS, Theotônio. **Imperialismo y dependencia**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. Disponível em: www.bibliotecayacucho.gob.ve

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Las ilusiones de la modernidad**. México: UNAM / El equilibrista, 1995.

_____. **La modernidad de lo barroco**. México: Era, 1998.

_____. **Valor de uso y utopía**. México: Siglo XXI, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución**: estudios sobre Chile. México DF: Era, 1976.

_____. Memórias. In: **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Sobre o Estado na América Latina. In: **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. João Pedro Stédile e Roberta Traspadini (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular/IELA, [1969] 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. 2ª ed. Caracas: Monte Ávila, 1976.

_____. **Belleza y revolución**: ensayos temporales. Valencia: Vadell Hermanos, 1979.

_____. **La alienación como sistema**: teoría de la alienación en la obra de Marx. Caracas: Alfadil Ediciones, 1983

STÉDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo¹

Marisa Silva Amaral²

As breves considerações aqui reunidas na forma de ensaio pretendem suscitar um debate em torno da necessidade e urgência de retomada e atualização das principais categorias analíticas trazidas pelos teóricos vinculados à corrente marxista da Teoria da Dependência. Longe de desejarmos oferecer neste espaço respostas prontas ou soluções para os problemas que se colocam, pretendemos tão somente situar o debate em torno das transformações ocorridas no sistema capitalista, particularmente a partir dos anos 1970, e suscitar questões que justificam não só o interesse pela Teoria Marxista da Dependência, mas também a percepção em torno de seu vigor teórico, entendendo a permanente necessidade de se retomar e repensar os conceitos abstratos correspondentes a situações concretas específicas – estas últimas sempre em mutação no curso histórico de desenvolvimento do capitalismo. Sendo assim, pretendemos, ainda que embrionariamente, sugerir alguns caminhos nesta tarefa de atualização/complexificação das categorias, abrindo espaço, inclusive, para propostas de incorporação de novas formas de manifestação das mesmas que nos levam a robustecer sua validade e caminhar no sentido da proposta de Osório (2012) quanto à necessidade de historicizar a teoria.

1. Introdução: falando de imperialismo e de dependência

A teoria clássica do imperialismo é inaugurada a partir do trabalho do economista britânico John A. Hobson (1902), que, ainda que escrevendo a partir da perspectiva ideológica dominante, exerceu enorme influência sobre as principais contribuições marxistas acerca do tema. Quanto a estas, nos referimos aqui aos trabalhos de Rudolf Hilferding (originalmente publicado em 1910), Rosa Luxemburg (1912), Karl Kautsky³ (1914), Nicolai Bukhárin (produzido em 1915 e publicado em 1917) e Vladimir Lenin (escrito em 1916 e

1 Este artigo representa uma versão modificada dos textos levados a debate no 35º Encontro Anual da ANPOCS, em 2011, e no XVII Encontro Nacional de Economia Política, em 2012.

2 Doutora em Economia do Desenvolvimento pelo IPE-FEA/USP e Professora Adjunta do IE/UFU. E-mail: ms.amaral@yahoo.com.br.

3 Kautsky é tido por Lenin como um ex-marxista em razão de seus posicionamentos político-ideológicos assumidos no âmbito da II Internacional. No capítulo 9 de seu **Imperialismo, fase superior do capitalismo**, ao fazer uma crítica do imperialismo, Lenin dedica uma parte importante de seus esforços para desenvolver e fundamentar seu rebatimento em relação às ideias propostas por Kautsky, esclarecendo as razões pelas quais enxerga o afastamento deste autor em relação ao marxismo. Mesmo Hilferding é mencionado por Lenin como um “antigo marxista, atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa, reformista, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha” (LENIN, 1917/2009, p. 13, Prefácio às Edições Francesa e Alemã). Não vem ao caso avaliar aqui a validade ou não destas afirmações, mas vale o registro, apenas para que fique claro que a vinculação desses autores ao marxismo não é consenso; pelo menos não durante toda a sua trajetória teórico-política.

publicado em 1917), adquirindo maior importância para o estudo aqui proposto os escritos de Hilferding (**O Capital Financeiro**), Lenin (**Imperialismo, fase superior do capitalismo**) e Bukhárin (**A Economia Mundial e o Imperialismo**), posto que se dedicam a apontar as características essenciais do capitalismo (convertido em imperialismo) naquele momento histórico presente no escopo de sua análise, isto é, o período que se estende de 1860 até o ano de publicação de suas respectivas obras.⁴

Tais características podem ser sintetizadas a partir de Lenin (1917/2009), que as identifica como os cinco traços fundamentais do imperialismo, tal como segue:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 1917/2009, p.90).

Esta caracterização o leva a definir o imperialismo como

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (Lenin, op. cit., p. 90).

Como complementação necessária à teoria do imperialismo, surge a teoria da dependência em meados da década de 1960 (entre 1964-67), num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Retomando as ideias de Valencia (2007, p. 29), poderíamos afirmar que os pressupostos doutrinários e econômico-políticos da teoria do imperialismo em sua formulação clássica

[...] fueran insuficientes para caracterizar al mundo que se desarrollaba en la periferia del sistema capitalista dominante, particularmente en su función histórica para viabilizarlo. Es de esta manera que el 'concepto' dependencia [...] representa un complemento necesario de la teoría del imperialismo para

4 Há aqui uma completa imprecisão de nossa parte, uma vez que as principais ideias de Lenin, Hilferding e Bukhárin são ainda válidas para explicar o momento atual, mesmo que com algumas insuficiências decorrentes do fato de que o capitalismo teve um século de história após a publicação dessas análises e, portanto, um século de transformações em sua estrutura de funcionamento. Isto, evidentemente, seguindo o método marxista da necessária fusão entre os planos concreto e abstrato, exigiria alterações na teoria que se propõe a explicar a realidade, de modo que não poderíamos desejar simplesmente reproduzir no presente, de maneira linear, os apontamentos realizados por aqueles teóricos clássicos. A essas questões, nos dedicaremos com mais cuidado adiante.

dar cuenta de la naturaleza de las sociedades que se desarrollan de manera subordinada en la periferia del sistema, como es el caso de América Latina,

embora, devemos reconhecer, Lenin, Bukhárin e o próprio Hobson

tenham apontado em suas discussões sobre o imperialismo aquelas que seriam as bases ou as prerrogativas essenciais da dependência, quais sejam: o parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas. (AMARAL, 2013, p. 36)

Tais intuições, no entanto, não avançaram para além do plano empírico, limitando-se à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos – esforço que, diga-se de passagem, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abre as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo –, sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial, deixando à teoria da dependência, portanto, o espaço para levar a cabo essa construção.

O propósito da teoria da dependência era, então, o de compreender os efeitos que o processo de internacionalização do capital provocou na estrutura interna dos países ditos periféricos, a partir do desenvolvimento do capitalismo em seu interior. Isto nos induz à conclusão de que, portanto, a explicação e caracterização dos fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial teria ficado a cargo da teoria do imperialismo, enquanto que a percepção de como esses fenômenos mais gerais interferem na estrutura interna (tanto econômico-política quanto sociocultural) dos países periféricos teria se convertido em tarefa própria da teoria da dependência,⁵ com a construção de categorias teóricas específicas que oferecessem suporte a tal investigação (AMARAL, 2013, p. 36).

Seguindo essa linha, a teoria da dependência aparece como uma crítica à tradicional “visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento”, que considerava que o “‘atraso’ dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização” (DOS SANTOS, 2000, p. 21).

A compreensão até então difundida acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais girava em torno da ideia de que os países “avançados” se encontravam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do

5 Autores como Cueva (1974) e Castañeda & Hett (1978) advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não cabe aqui discutir a validade dos argumentos, mas vale mencionar que um importante rebatimento a esta desqualificação foi oferecido por Marini (1990).

aparelho produtivo, ao passo que os países “atrasados” se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento. O ponto chave é que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades. (AMARAL, 2012, p. 68)

Neste sentido, a teoria da dependência pretendia demonstrar que o subdesenvolvimento está estreitamente conectado com a expansão dos países industrializados, de tal modo que desenvolvimento e subdesenvolvimento aparecem como aspectos distintos de um mesmo todo. Sendo assim, o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista que tem o desenvolvimento como fim.

Em sua vertente marxista – denominada teoria marxista da dependência (TMD) –, cujos principais expoentes são Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e Samir Amin, a visão é a de que as relações de produção (desenroladas a partir do processo de integração das economias nacionais ao mercado global) são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à constituição de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, de modo que a mais-valia produzida na periferia é apropriada e acumulada no centro.

O raciocínio que fundamenta essa conclusão⁶ é a ideia de que a acumulação de capital no interior dos países dependentes é caracterizada pela existência de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva, o que, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, resulta numa violenta exploração da força de trabalho, que se dá como consequência de relações desiguais em termos do intercâmbio entre nações dependentes e centrais e dos mecanismos de transferência de valor reforçados por relações dessa natureza.

Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos – tanto na forma de lucros, quanto na forma de juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, provocando uma espécie de interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes⁷ que precisa ser completada e,

6 Toda essa discussão é extraída da obra de Ruy Mauro Marini – em especial Marini (2000) –, que, a nosso ver, ao lidar com o tipo específico de desenvolvimento periférico, oferece a interpretação mais rigorosa e bem acabada do ponto de vista categorial entre os demais autores de tradição marxista vinculados à TMD.

7 Com isto pretendemos dizer apenas que o processo de acumulação na periferia é temporariamente obstruído pelas remessas de recursos ao exterior. Em nenhum momento pretendemos afirmar, com isso, que na periferia temos um capitalismo pouco avançado ou pouco desenvolvido – em termos de processualidade, para que fique claro. Ao contrário, é justamente o avanço das relações capitalistas num nível global mais geral e no interior das estruturas periféricas, em específico, que determina a constituição de relações de dependência, intransponíveis dentro dos marcos do capitalismo, diga-se de passagem, dado que são características próprias deste sistema.

para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E a única atitude que viabiliza às economias periféricas o prosseguimento de sua dinâmica interna de acumulação é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho,⁸ que se dá pelo “acréscimo da proporção excedente/gastos com força de trabalho, ou, [pela] elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho” (CARCANHOLO, 2004, p. 11).

Deste modo, em linhas gerais, a expropriação de valor característica do intercâmbio desigual só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio do desenvolvimento da capacidade produtiva e da criação de estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor.

Com isto, Marini define a primeira categoria essencial do ponto de vista da necessária diferenciação entre o tipo de desenvolvimento capitalista levado a cabo nos países da periferia do sistema e aquele que se desenrola no centro capitalista. Para além desta, o autor formula também o conceito de subimperialismo, definindo-o como

[...] la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. Planteado en estos términos, nos parece que, independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza (MARINI, 1977, p. 17).

Trata-se do desenvolvimento de “centros medianos de acumulação” ou de “potências capitalistas medianas” (MARINI, 1977, p. 8) que se formam como resultado da expansão, diversificação, integração e consequente concentração da indústria manufatureira em escala mundial. Esse movimento é consequência de um intenso processo de internacionalização da indústria manufatureira (e, portanto, de sua desnacionalização) em alguns países tidos como centros medianos de acumulação, seja através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) – consolidados especialmente via operações de fusão e aquisição por parte de grandes grupos multinacionais (ou transnacionais como preferem

8 A categoria “superexploração do trabalho” foi desenvolvida por Marini no sentido de apontar para uma característica própria e definidora da condição dependente. Trata-se da “violação” do valor da força de trabalho como consequência da necessidade de intensificar a acumulação de capital na periferia, considerando o fato de que esse processo é comprometido pelas remessas de excedentes para o exterior dadas pelo tipo de inserção externa dessas economias no mercado mundial.

alguns analistas) –, seja por meio dos laços tecnológicos e financeiros que ligam empresas de propriedade nacional ao capital externo.

O ponto chave destacado por Marini (1977) é o de que tal processo, iniciado no período do pós-guerra, vai tendendo, ao longo do tempo, a priorizar as indústrias vinculadas à produção de bens de consumo suntuário, destinados às classes de mais alta renda. Este é o caso, por exemplo, do crescimento da indústria de automóveis de passeio e indústrias relacionadas, tais como as de materiais de transporte, química e metalúrgica. Por outro lado, a tendência verificada do ponto de vista da classe trabalhadora é: i) a ampliação do exército industrial de reserva (EIR), dada por uma composição orgânica do capital mais elevada nas indústrias que se desenvolvem nesse período; e ii) o rebaixamento salarial, por conta das pressões exercidas pelo EIR e também em função de uma queda do poder de compra do salário mínimo percebida nas análises que se referem ao período em questão.

Nestes termos, percebe-se que a indústria que se desenvolve no interior dos tais centros medianos se depara com problemas de realização decorrentes do não desenvolvimento ou da não ampliação do mercado interno de massas, fazendo-se evidente a necessidade de ampliação dos mercados e, portanto, a abertura do comércio ao exterior pela via das exportações de produtos manufaturados, encabeçadas especialmente por empresas estrangeiras, algo que ganha importância especialmente a partir da segunda metade da década de 1960.

O que é particularmente interessante é o fato de que essa prática de exportação de capitais é também válida para recursos provenientes da esfera financeira. É exatamente este o caso dos eurodólares que, em busca de expandir seus espaços de realização, passam a ingressar nas economias latino-americanas a partir da década de 1970, especialmente sob a forma de empréstimos externos com o objetivo de financiar planos de investimento na indústria nacional desses países. Ocorre que, na impossibilidade de assimilar o alto montante de recursos ingressantes pela via produtiva, esses capitais precisaram ser reintegrados ao movimento internacional de capitais, consolidando a entrada de alguns países subimperialistas latino-americanos, em especial o Brasil, na etapa da exportação de capitais.

O subimperialismo, então, pode ser entendido como uma forma de “compensar”, no plano interno (isto é, nas relações entre países dependentes), as perdas sofridas nas relações estabelecidas em nível mundial entre nações subordinadas e centrais. Trata-se de uma espécie de ação imperialista dentro do campo dependente, exercida por determinados países periféricos cuja integração/incorporação à lógica imperialista mundial se encontra num estágio bastante avançado, mas, contraditoriamente, ainda dentro dos marcos da

dependência. Grosso modo, trata-se de uma espécie de imperialismo dependente, uma vez que os mecanismos aos quais recorrem as nações subimperialistas são, ao mesmo tempo, consequência e causa de sua condição dependente e das relações que estabelecem no plano mais geral.

Portanto, percebe-se que a noção de subimperialismo deixa ainda mais evidente a ideia de complementaridade da teoria da dependência em relação à teoria do imperialismo. A isto nos referíamos quando, anteriormente, dissemos que a teoria clássica do imperialismo não havia se detido num tratamento categorial acerca da situação vivida pelos países periféricos nos marcos do “capitalismo imperialista” e que, assim sendo, não havia dado conta de situações bastante particulares vividas no seio das estruturas periféricas do capitalismo mundial.

Feita esta recuperação acerca das teses clássicas sobre o imperialismo e da teoria da dependência em sua versão marxista, passamos à nossa proposta de discussão propriamente dita.

2. Falando de financeirização como o traço distintivo da nova fase do capitalismo

Grande parte das mais conhecidas análises marxistas acerca do imperialismo contemporâneo, para além de evidenciarem aspectos políticos, militares e culturais da nova fase do imperialismo, ressaltam a inquestionável importância que a esfera financeira e os circuitos financeiros internacionais – bem como seus novos instrumentos de dominação – passam a adquirir do ponto de vista da internacionalização do capital,⁹ com o reconhecimento de que, embora seja inequívoca a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países e uma maior participação das operações de empresas transnacionais por toda a economia, a internacionalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e produtiva. Isto e o brutal crescimento da riqueza fictícia entre 1980 e 2006¹⁰ constituem-se em elementos preliminares que apontam para a predominância de um tipo de acumulação e reprodução de capital que tem na sua dianteira a esfera financeira, ou, usando categorias marxistas, a forma capital portador de juros e sua forma autonomizada, o capital fictício.

Tal movimento tem sido chamado na literatura de processo de financeirização da economia e envolve a percepção de que o mundo vem atravessando uma mudança

9 Nos referimos aqui, em especial, às interpretações de Panich e Gindin (2006a e 2006b), Albo (2006), Callinicos (1994, 2005 e 2009), Borón (2006), Valencia (2007), Harvey (2004) e Gowan (2003).

10 A riqueza fictícia é aqui analisada com base no estoque mundial de ativos financeiros relativamente à renda real mundial no período compreendido entre 1980 e 2006. Nessas bases, dados da *McKinseys Global Institute* e do FMI, elaborados por Paulani (2009), mostram que o PIB mundial cresce 314% enquanto a riqueza financeira mundial aumenta em 1292%.

estrutural e sistêmica desde a crise da década de 1970. O entendimento é o de que, do imediato pós-guerra até os anos iniciais da década de 1970, a economia mundial caracterizava-se por uma dinâmica ascendente e virtuosa conhecida como “os anos de ouro do capitalismo”. Concluído esse período, o quadro se inverte e as economias avançadas do globo, seguidas evidentemente pelas economias periféricas, passam a enfrentar uma espécie de espiral descendente e a vivenciar profundas e frequentes crises, especialmente de caráter financeiro¹¹. Este giro repentino de 180°, que conduz a economia mundial do topo ao vale, tem, evidentemente, razão de ser.

Uma importante interpretação para esse movimento é aquela desenvolvida por Robert Brenner em seu **O Boom e a Bolha**. O objetivo declarado de Brenner (2003) – inclusive no próprio título da obra – é explicar qual é a verdadeira natureza da expansão econômica norte-americana nos anos 1990 – cravada num contexto de duradoura estagnação internacional entre 1973 e 1995 –, como se deu a formação da bolha no mercado de ações a partir daí e os desdobramentos em termos de declínio cíclico quando do estouro da bolha.

Para cumprir com tal objetivo, o autor parte justamente da análise do longo declínio – ou do período de crescimento lento iniciado por volta de 1973 –, na tentativa de compreender até que ponto seus elementos estão ainda em funcionamento, seja de maneira direta ou indireta. Mais propriamente, a questão que se coloca é: o que muda na década de 1970 para que essas novas tendências se apresentem? Ou seja, quais foram as forças que não só converteram o longo boom pós-guerra (verificado do final de 1940 ao início de 1970) em declínio, como sustentaram essa fase depressiva, marcada por uma sucessão de recessões e crises financeiras, até meados da década de 1990?

O argumento que conduz a discussão é o de que esse período de estagnação foi determinado pela existência de um excesso de capacidade no setor manufatureiro internacional, que, combinado a uma queda acentuada da lucratividade das empresas do setor não financeiro – algo que aparece, inclusive, como consequência imediata do próprio excesso de capacidade –, foi responsável por minar o crescimento econômico e, portanto, dificultar a retomada do dinamismo. Neste sentido, Brenner (Ibid., p. 77) esclarece que os estímulos keynesianos levados a cabo pela economia norte-americana tiveram como

11 A caracterização das crises capitalistas recentes como sendo crises financeiras não é consenso na literatura marxista recente sobre o tema. Há uma importante corrente de analistas (ver, por exemplo, Caputo, 1998 e 2007) que ressalta o predomínio do capital produtivo em relação às outras formas de capital e que, por isso, entende que as crises têm sua origem nas condições de produção e realização das mercadorias, sendo resultado da tendência à superprodução mundial que decorre da concorrência. O que leva tais autores a reforçarem o predomínio do capital produtivo é a ideia de que só assim não se perde de vista o núcleo da análise marxista acerca das relações de dominação do capital sobre o trabalho. De nossa parte, como não compartilhamos da percepção de que as teses sobre a financeirização como um todo conferem pouca importância a tais relações de dominação, não nos opomos àqueles que visualizam a irrupção das crises recentes a partir da esfera financeira. Esperamos que as razões para tal adesão sejam aclaradas um pouco mais adiante.

consequência a perpetuação do excesso de capacidade e de produção, impedindo que a depressão pudesse atuar no sentido de “limpar o terreno” para novos períodos de expansão, como historicamente acontece.

O cenário que se desenhava no momento era, então, caracterizado por crescimento dos investimentos, elevação dos preços das ações e queda da lucratividade. Quanto a isso, Brenner (Ibid., p. 20) aponta, mais especificamente, que o boom que se segue ao período de estagnação não foi resultado de lucros (verificados ou esperados) crescentes, mas sim do acesso das corporações a financiamentos de baixíssimo custo, o que levou a um excesso de investimento e de capacidade, de modo que teria sido a bolha no mercado de ações norte-americano – com especial ênfase para os setores de alta tecnologia, como é o caso das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) – a responsável pela explosão global, sustentada pela alta demanda advinda da expansão da economia dos EUA.

Quanto a isto, o autor mostra que a alta nos preços das ações cria um efeito de prosperidade que estimula artificialmente a demanda. Tal estímulo é artificial justamente porque a subida nos preços das ações também o é, uma vez que ocorre através de um aumento no endividamento corporativo, isto é, as empresas levantam recursos via empréstimos justamente para efetuar a recompra de suas próprias ações no mercado, recolocando-as mais tarde a um preço evidentemente mais alto. Então, o preço das ações sobe exatamente porque a retirada de ações do mercado cria a ideia de que as mesmas são escassas e, portanto, de que a demanda por elas é alta, o que estimula a ideia subjacente de que a demanda é alta porque a empresa é lucrativa e, assim sendo, a rentabilidade oferecida pelas ações tenderia a ser elevada. Ocorre que isto pode ser falso, ilusório, uma vez que a subida nos preços das ações foi criada artificialmente.

Em nossa visão, encontra-se aqui o principal argumento de Brenner: a percepção de que a expansão das economias norte-americana e mundial verificada a partir de meados da década de 1990 deixa de ser garantida pelos déficits keynesianos do governo e passa a ser conduzida pelos déficits privados (de empresas e famílias), que só são possíveis em função do crescente valor das ações. Ocorre que o valor dos ativos vai se distanciando em muito do crescimento dos lucros, comprimidos pelo excesso de capacidade e pela queda de produtividade. Portanto, não há uma melhora na economia real que justifique a subida nos preços das ações. O que se configura é, na verdade, uma bolha financeira. O movimento que Brenner descreve, portanto, é o desatrelamento entre preços das ações e lucros (ou a desconexão entre o aumento da riqueza em papéis e o crescimento da produção), isto é, o fato de que o aumento dos primeiros se dá independentemente do que ocorre com os segundos. Deste modo, a aceleração da compra de ações ocorre, pura e simplesmente, em

função da expectativa de que os seus preços subam mais, sem nenhuma consideração pelas taxas de retorno das empresas.

Partindo de outra perspectiva, autores como Duménil & Lévy (2003 e 2004) e Chesnais (2003 e 2005) também identificam essa espécie de desvinculação ilusória entre a esfera financeira e a produtiva,¹² com a consequente constituição de um espaço financeiro internacional, de uma finança sem pátria, sem território, deslocalizada, para usar um termo dos próprios autores. Esta percepção, assim como a de Brenner, dá vazão à noção de que a financeirização, seguindo Lapavistas (2011), representa uma transformação estrutural e sistêmica das economias capitalistas maduras, ou uma mudança da economia rumo ao setor financeiro, definição a partir da qual o autor oferece um quadro bastante preciso de quais seriam os traços fundamentais deste processo:

First, large non-financial corporations have reduced their reliance on bank loans and have acquired financial capacities; second, banks have expanded their mediating activities in financial markets as well as lending to households; third, households have become increasingly involved in the realm of finance both as debtors and as asset holders (LAPAVITSAS, op. cit., p. 2).

A partir desses pontos, Lapavistas (op. cit., p. 13) nota que a abordagem de Hilferding é validada pelo predomínio das grandes corporações multinacionais na economia mundial ainda hoje, mas já não consegue explicar a habilidade que essas grandes corporações têm adquirido no sentido de financiar seus investimentos sem recorrer pesadamente à figura dos bancos, de modo que aquela noção de capital financeiro – entendido como a fusão entre o capital industrial e o capital bancário – apontada por Hilferding em seus escritos perde sentido no momento atual.

Os mecanismos que eximem as empresas não financeiras do recurso aos bancos envolvem a retenção de seus próprios lucros e, em maior medida, o acesso aos mercados financeiros abertos, enormemente facilitado pela flexibilidade conferida às operações realizadas e pelo baixo custo das mesmas, fazendo com que “[...] monopoly capitals have become ‘financialised’, i.e., they are more independent from banks and more heavily involved in financial activities on their own accounts” (Ibid., p. 14).

Esse movimento força os bancos a reestruturarem suas atividades, voltando-se com maior vigor para as famílias e indivíduos – que se apresentam como importantes fontes

12 E fizemos questão de chamá-la de ilusória porque, tal como sugerido por Carcanholo & Nakatani (1999) e Carcanholo & Sabadini (2009), a separação entre o produtivo e o financeiro só pode ser usada como um instrumento analítico e jamais como uma representação da realidade, uma vez que, embora a esfera financeira produza um lucro que é gerado como que por mágica, sem nenhuma substância real ou solo firme no qual se assentar, a realização desse lucro se dá sobre algo substantivo, ela é real e, portanto, depende da produção de valor e, assim, de trabalho.

de lucratividade, uma vez que a ampliação dos mecanismos de crédito faz com que parte significativa de suas rendas passe a ser dedicada ao pagamento de juros – e para as atividades de mediação financeira através das quais os bancos recebem taxas e comissões. O impacto dessa reestruturação é o que Lapavistas identifica como a “financeirização dos rendimentos do trabalho” resultante do crescimento dos empréstimos tomados para o pagamento de hipotecas, gastos com educação, saúde, bens de consumo, etc., assim como com a aquisição de ativos financeiros tais como fundos de pensão, seguros, dentre outros, revelando o extenso movimento de privatização do consumo dos trabalhadores, que, além do mais, passa a contar, quase que infalivelmente, com a mediação do sistema financeiro. Deste modo se configura a extração de lucros por parte dos bancos e demais instituições financeiras diretamente dos salários em lugar da mais-valia. Esta seria a característica mais gritante e mais perniciosa do processo de financeirização que emblematiza a atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.

A questão é que o movimento acima descrito ilustra o caso das economias centrais. O modo como as economias periféricas, em particular as latino-americanas, se inserem neste processo de financeirização é subordinado desde a sua origem. Tal inserção se coloca quando do recurso ao capital externo durante o período desenvolvimentista na América Latina e da forte entrada desses capitais, fruto da alta liquidez internacional e do processo de “reciclagem dos petrodólares”, de tal forma que o endividamento externo das economias latino-americanas salta para níveis sem precedentes, inicialmente por conta das necessidades criadas pelo choque do petróleo em 1973, depois pelo processo de realimentação produzido pelo chamado choque dos juros internacionais, dando origem à crise da dívida dos anos 1980.

O fato é que a necessidade de rolagem da dívida e, portanto, a contínua necessidade de atração de capital externo, colocou as economias periféricas inicialmente numa posição passiva diante do movimento financeiro internacional, dado que sua inserção nesta lógica se deveu fundamentalmente a movimentos externos alheios à sua esfera de decisão, e, posteriormente, numa posição ativa, considerando que um profundo processo de desregulamentação e abertura financeira é introduzido nessas economias, demonstrando sua ampla adesão ao ideário neoliberal. Vale notar que, ainda que tal inserção tenha passado a se dar de maneira consciente e politicamente definida, trata-se de uma dinâmica altamente subordinada, uma vez que não se encontram na periferia os espaços de decisão a respeito dos movimentos do capital financeiro especulativo. A imperativa adoção de políticas que favorecem os fluxos de entrada e saída de recursos é elemento comprobatório de que, na ausência de flexibilização e de desregulamentação, esses capitais externos

certamente recorreriam a outros espaços de valorização, de modo que estas são condições *sine qua non* para a atração e manutenção desses capitais no interior das economias dependentes.

Muito mais poderia ser dito a respeito da virada pós-1970 que abrange toda a economia mundial, mas os elementos discutidos até aqui nos bastam, por ora, para que possamos voltar nossos olhares para alguns caminhos possíveis do ponto de vista de uma tentativa de repensar a teoria da dependência.

3. Apontamentos sobre uma nova fase da dependência: à guisa de conclusão

Se estamos corretos quanto à percepção de que uma nova fase do capitalismo se constitui a partir dos anos 1970 e se isto conduz à constituição de uma igualmente nova fase do imperialismo,¹³ estamos, inexoravelmente, vivenciando uma nova fase da dependência.¹⁴

A primeira categoria exposta pela TMD que parece se confirmar nesta fase contemporânea, embora sob uma nova roupagem, é a extração de excedentes das economias dependentes pelas centrais. À diferença do que ocorria anteriormente, as relações externas estabelecidas pelos países da periferia no período atual levam a que estas últimas transitem de uma situação onde as formas de extração de excedentes são principalmente orientadas pelos termos de troca para uma outra situação na qual ganham importância relativa os tipos de extração de excedentes concentrados na Balança de Rendas, de tal modo que a Balança Comercial perde importância relativa nas relações entre centro e periferia.

A categoria superexploração da força de trabalho parece igualmente se reafirmar no presente. Ela vem, no entanto, potencializada pela crescente participação das despesas com juros nos orçamentos das famílias trabalhadoras, percepção, como se vê, não estranha à nova fase do capitalismo financeirizado que vimos defendendo. O argumento é o de que essas despesas constituem um retorno daquilo que foi pago como salário para o domínio da mais-valia. Tal como definido anteriormente por Lapavistas (2011), trata-se da “financeirização dos rendimentos do trabalho”, algo que, por sua natureza, pode ser entendido como uma espécie de expropriação financeira dos salários, constituindo-se, assim, uma relação na qual parte das rendas do trabalho é direcionada aos bancos e às instituições financeiras de um modo geral, tanto na forma de juros, quanto pelo pagamento de taxas e comissões referentes à prestação de serviços financeiros. Considerando que

13 Esta avaliação se deve à compreensão de que o capitalismo se apresenta como um modo de produção que evolui e que, por isso, pode, ao longo do tempo, assumir diferentes formas históricas, mantendo intacto seu conteúdo. Se assim é, por dedução, podemos entender o imperialismo como uma fase particular do capitalismo – tal como propunha Lenin – que comporta dentro de si vários momentos históricos.

14 Vale lembrar aqui a relação de complementaridade entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo.

Marini deixa explícita a ideia de que um dos mecanismos de superexploração diz respeito à “expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2005, p. 156), nos parece cabível denominar de superexploração do trabalho a expropriação financeira fruto da inserção das famílias e indivíduos em atividades financeiras, como devedores ou como detentores de ativos. E, para aqueles que entenderem que esta relação é absurda ou fere os termos definidos por Marx quanto à categoria exploração da força de trabalho, ainda assim não é pouco considerável o fato de que, se uma parcela maior dos salários deve ser reservada para o pagamento de juros ou outras taxas relativas a operações financeiras, este se torna um mecanismo indireto de forçar os trabalhadores a aceitarem condições de trabalho cada vez mais precárias como uma forma de minimizarem as perdas sofridas em função da compressão salarial que a expropriação financeira produz. Sendo assim, direta ou indiretamente – como queiram –, a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho conduz à superexploração da força de trabalho.

Por fim, se retomamos a categoria subimperialismo, esta também parece se recolocar no atual momento histórico, particularmente no que se refere ao processo de internacionalização de capitais brasileiros, tanto pela via da compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, quanto através dos processos de fusão e aquisição de firmas ou através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) brasileiros na América Latina, procedimentos claramente acoplados à lógica da financeirização.

Esperamos, com isso, ter lançado alguns elementos para debate e reflexão em torno de como se configuraria a atual fase da dependência, enfatizando sua relação com a nova etapa do capitalismo e do imperialismo.

Referências bibliográficas

ALBO, Gregory. “A Velha e a Nova Economia do Imperialismo”. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). **Socialist Register 2004**: o novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. “Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação”. In: GALVÃO, Andréia; AMORIM, Elaine; SOUZA, Júlia Gomes e GALASTRI, Leandro (Orgs.). **Capitalismo**: crises e resistências, 1ed, pp. 63-82. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. “A teoria marxista da dependência como interpretação do capitalismo periférico”. In: CALHEIROS, Alex; GONÇALVES, Anderson e MARI, Marcelo (Orgs.). **Marxismo e produção simbólica**: periferia e periferias. São Paulo: Nankin, 2013.

BORÓN, Atílio. “A Questão do Imperialismo”. In: BORÓN, Atílio; AMADEO, Javier & GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CALLINICOS, Alex. “Marxism and Imperialism Today”. In: CALLINICOS, Alex et. al. **Marxism and the New Imperialism**. Londres: Bookmarks, 1994.

_____. “Imperialism and global political economy”. In: **Internacional Socialism**, n. 108, outubro, 2005.

_____. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge: Polity, 2009.

CAPUTO, Orlando Leiva. **Crisis Asiática y Economía Chilena en la Globalización**. Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/orlando.htm>, 1998.

_____. “La Economía Mundial y América Latina a Inicios del Siglo XXI”. In: **Revistas de Economía Mundial**, 16, pp. 81-106, 2007.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. In: **Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos**, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo, 2004.

CARCANHOLO, Reinaldo e NAKATANI, Paulo. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. In: **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, pp. 264-304, junho. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo e SABADINI, Maurício. “Capital fictício e lucros fictícios”. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 24, pp. 41-65, junho. Rio de Janeiro: SEP, 2009.

CASTAÑEDA, Jorge & HETT, Enrique (1978). **El economismo dependantista**. México: Siglo XXI, 1979.

CHESNAIS, François. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. “O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos”. In: CHESNAIS, François (Org.). **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CUEVA, Agustín. “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia”. In: **Historia y Sociedad**, n.3, México, 1974.

DOS SANTOS, Theotônio. The Structure of Dependence. In: **American Economic Review**, maio, pp. 231-236. New York, 1970.

_____. **A Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUMÉNIL, Gerard & LÉVY, Dominique. “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Capital Resurgent**: Roots of the Neoliberal Revolution. Cambridge MA: Harvard University Press, 2004.

_____. “A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, S. et. al. **A Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda 2010.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAPAVITSAS, Costas. "Theorising Financialisation". In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n. 4, p. 611-626, dezembro, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 1917/2009.

MARINI, Ruy Mauro. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. In: **Cuadernos Políticos**, n.12, abril-junio. México: Ediciones ERA. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm, 1977.

_____. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

_____. **Dialética da Dependência** – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. "Dialética da Dependência". In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. "Capitalismo global e império norte-americano". In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). **Socialist Register 2004**: o novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006a.

_____. "As Finanças e o Império Estadunidense". In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (Ed.). **Socialist Register 2005**: o império reloaded. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2006b

OSORIO, Jaime. "Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica". In: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda Maria. "A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil". In: **Estudos Avançados**, vol. 23, nº 66, 2009.

VALENCIA, Adrian Sotelo. **El Mundo del Trabajo en Tensión**. Flexibilidad laboral y fractura social en la década de 2000. México: Plaza y Valdes Editores, 2007.

Entre o desenvolvimento e a dependência: uma crítica ao neoestruturalismo cepalino

Pedro Henrique Evangelista Duarte¹

Resumo: O artigo objetiva realizar uma análise crítica do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) a partir da década de 1990, momento em que a Agência passou por uma inflexão no seu pensamento. A crítica se concentra no neoestruturalismo e no formato que a Agência tomou a partir de então, o qual possui, seguindo nossa argumentação, estreita aproximação com os pressupostos das políticas neoliberais. Na medida em que essas políticas aprofundaram os graus de dependência dos países da região, as propostas neoliberais e da Nova CEPAL, longe de lograrem um desenvolvimento competitivo e com equidade, tal como postulado, acabaram por intensificar os mecanismos da dependência. A crítica é fundamentada na teoria marxista da dependência, dado o entendimento de que tal corrente apreende de maneira substantiva as características de um desenvolvimento marcado por ser concentrador, excludente e desigual, e por isso, gerar mais subdesenvolvimento e dependência.

Palavras-chave: CEPAL, teoria do desenvolvimento, teoria da dependência, superexploração da força de trabalho.

Introdução

No pós Segunda Guerra Mundial, surgiram na América Latina teorias que se propunham a analisar o quadro da economia local e as relações da região com o resto do mundo. Essas teorias se contrapunham ao tratamento dado até então pelas teorias do desenvolvimento tradicionais, que tentavam enquadrar o capitalismo da região nos moldes daquele verificado nos países centrais. Uma dessas teorias foi a Teoria do Desenvolvimento, que tinha como principal objetivo a identificação dos obstáculos que se impunha à plena consolidação da “modernidade” na região latino-americana. É dentro dessa perspectiva teórica que surge a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe –, Agência que nasceu com o intuito de fundar uma base institucional que criasse condições de desenvolvimento para os países da região.

O pensamento estruturalista da CEPAL postulava, a partir do diagnóstico da heterogeneidade estrutural, da deterioração dos termos de troca e do intercâmbio desigual, que seria apenas através da combinação entre estímulo à industrialização e à ampliação do mercado interno, todos orientados por políticas e ações do Estado, que os países latino-americanos conseguiriam superar a condição de subdesenvolvimento. Com isso, ficava claro que a concepção da CEPAL era a de que a condição periférica só seria superada a

¹ Professor Assistente da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás (FACE/UFG). Pesquisador Associado do ICDD – International Center for Development and Decent Work. Contato: pheduarte@ufg.br.

partir de uma modificação estrutural na base produtiva da economia, que se daria a partir do processo de substituição de importações.

É a partir da década de 1960 que, mediante a incapacidade do processo de industrialização superar o subdesenvolvimento, como preconizara o estruturalismo cepalino, essa corrente teórico manifesta suas limitações para a compreensão dos fenômenos que caracterizam o capitalismo periférico latino-americano. A partir desses aspectos históricos que o pensamento estruturalista entra em crise, ao expor sua fragilidade através de sua incapacidade das respostas efetivas aos problemas dos países latino-americanos, em um contexto que se tornava cada vez mais adverso, com a perda do dinamismo da economia internacional e com a eclosão dos regimes militares pelo continente.

Essa crise conduziu a um duplo movimento. De um lado, levou ao surgimento de novas teorias que, mesmo partindo do mesmo ponto de análise dos cepalinos, ao propor uma análise distinta e uma outra interpretação sobre o processo de formação de economias subdesenvolvidas e periféricas na América Latina, passaram a protagonizar os debates acadêmicos nos países da região, que não estranhamente, se erigiam a partir da contestação das ideias da CEPAL. Uma dessas vertentes teóricas foi a teoria da dependência, que se fundamentou num contexto de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana.

De outro lado, a crise acabou por levar a própria CEPAL, em fins dos anos 1980, a uma revisão de seu pensamento, na tentativa de formular uma análise que, assim como nos anos 1950, estivesse estritamente vinculada com a conjuntura econômica daquele momento. É a partir desse fato que se conforma a Nova CEPAL e a concepção Neoestruturalista de desenvolvimento, expressão adotada para designar a concepção revisionista da teoria cepalina.

A partir desses fatos, e especialmente, da noção de que a teoria da dependência nasce enquanto uma crítica à teoria cepalina, o objetivo do presente ensaio é utilizar o aparato teórico dependentista – especificamente em sua vertente marxista² – para estabelecer uma crítica às concepções da Nova CEPAL, a partir do entendimento de que, ademais as diferenças claras existentes entre os dois momentos da Agência, os caminhos apontados pelo Neoestruturalismo para superar a condição periférica, na medida em que

2 A escolha da vertente marxista da Teoria da Dependência para a presente análise é justificada por entendermos que esta se apresenta como mais apta à análise histórica do desenvolvimento do capitalismo na periferia – pela própria forma com a qual investiga as variáveis que efetivamente determinam o ambiente no qual as economias periféricas estão inseridas. No entanto, é importante destacar que existem outras vertentes da Teoria da Dependência, como é o caso daquela que ficou conhecida como Weberiana, que tem em Fernando Henrique Cardoso seu principal expoente.

possuem uma clara aproximação com as políticas neoliberais, tendem a aprofundar a condição dependente dos países periféricos em relação aos países centrais.

1. A Teoria Marxista da Dependência

A teoria da dependência se fundamentou no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, enquanto um esforço crítico na tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Em termos de corrente teórica, a teoria da dependência se propunha a compreender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de tal forma que a economia de alguns países se condicionava pelo desenvolvimento e expansão de outras. Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis, se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos diretos estrangeiros e na dependência tecnológica. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integrava, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

Em linhas gerais, a percepção era a de que o modo de produção capitalista era intrinsecamente desigual e excludente, e que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justificava pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possuía características que produziam o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí a conclusão de que a dependência seria uma característica estruturante das economias periféricas, ou seja, prevalecendo a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região é dependente, será sempre dependente.

Mesmo tendo surgido outras interpretações do desenvolvimento capitalista na América Latina que caminhavam rumo a uma formulação teórica dentro do quadro dos estudos sobre o imperialismo³, é só com Ruy Mauro Marini, e sua obra político-teórica “Dialética da dependência” que se conforma efetivamente a teoria marxista da dependência. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que,

³ Aqui, citamos as fundamentais contribuições teóricas de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, em especial por avançarem em termos da definição de um conceito de dependência. Apesar dessa importante contribuição, é somente com a interpretação de Marini que se pode falar em uma Teoria Marxista da Dependência.

frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta certas peculiaridades que impediam que o capitalismo na região se desenvolvesse da mesma forma como se desenvolveu nas economias consideradas avançadas. Por isso ressalta que, mais que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*⁴, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional.

Segundo a corrente, a dependência pode ser entendida como uma situação na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais teriam uma dinâmica econômica autônoma, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros – ou seja, uma dinâmica determinada por condicionantes externos. Nas palavras do próprio Marini,

a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (Marini, 2000, p. 109).

Nesses termos, o objeto de estudo da teoria marxista da dependência é a compreensão do processo de formação sócio-econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros e dividendos – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. O resultado seria é a limitação de seus mercados internos e de sua capacidade técnica e cultural, bem como do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo (Santos, 1970, p. 231).

Historicamente, a condição para que a América Latina se inserisse na economia internacional esteve relacionada com a capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos. Tão logo, a essa função foi acrescentada a de contribuir para a formação de um

4 Marini entende capitalismo *sui generis* como a configuração de uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia, justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro, não sendo, portanto, realizada internamente. Por isso, os mecanismos de transferência de valor provocam uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada, o que faz com que mais excedente precise ser gerado.

mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescia em função do próprio desenvolvimento industrial. Esse fator, somado ao crescimento da classe trabalhadora e à elevação da produtividade nos países centrais, contribuiu de maneira fundamental para o surgimento da grande indústria. Nesse sentido, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais,

(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que do simplesmente da exploração do trabalhador (Marini, 2000: 113).

Mesmo dependendo do aumento da produtividade, o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas sim o grau de exploração do trabalho, vale dizer, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Para que o aumento do trabalho excedente possa se verificar em relação ao trabalho necessário, é fundamental que a redução do valor social das mercadorias incida sobre os chamados bens-salário, aqueles necessários à reprodução da força de trabalho. E é nesse ponto que a participação da América Latina no processo de acumulação ganha notável importância.

Na medida em que aumenta a oferta mundial de alimentos (bens-salário), os países latino-americanos acabam induzindo a uma redução dos preços dos produtos primários no mercado mundial. O resultado é uma redução do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo que o incremento da produtividade se traduza em ampliação da mais-valia. “Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia nos países industrializados” (Ibidem, p. 116). Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, a depreciação dos bens primários acaba sendo refletida na deterioração dos termos de troca.

Assim, a deterioração dos termos de troca acaba sendo a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e não-industriais no interior da divisão internacional do trabalho. Tal intercâmbio, ao contrário de exprimir uma troca de equivalentes, conforma uma série de mecanismos que permitem realizar transferências de valor.

Seriam dois os principais mecanismos através dos quais se realizaria a transferência de valor. O primeiro opera no nível da esfera de produção interna. Como as mercadorias tendem a ser vendidas pelo preço de mercado (valor das condições médias de

produção), os países centrais acabam realizando suas mercadorias por um valor superior ao custo de produção, na medida em que possuem padrões de produção superiores aos países periféricos. A consequência disso é a transferência de valor da periferia para o centro, por conta do processo de concorrência entre capitais internos e externos dentro de uma mesma esfera de produção. O segundo opera no âmbito da concorrência entre distintas esferas que se inter-relacionam. A existência de monopólio na produção de bens de alto valor agregado por parte dos países centrais permite que estes comercializem seus produtos a preços superiores àqueles que prevaleceriam com iguais taxas de lucro, o que implica que as nações periféricas sejam obrigadas a ceder gratuitamente parte do valor que produzem⁵.

A partir da transferência de valor da periferia para o centro, observa-se que o capitalista da nação desfavorecida, mais que tentar corrigir os desequilíbrios entre os preços e os valores de suas mercadorias, busca compensar a perda da renda gerada pelo comércio internacional. Isso porque a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta como incremento da taxa de mais-valia e da taxa de lucro nos países industriais, em detrimento da taxa de mais-valia das nações periféricas. Assim,

Chegamos a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. (...) *[De forma que]* o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível do mercado é de fato um mecanismo de opera em nível da produção interna (Marini, 2005a: 153-154).

Ou seja, na medida em que a perda de mais-valia ocasionada pelo intercâmbio desigual não pode ser resolvida em nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é tentar compensá-la no plano da produção interna através da ampliação da produção de excedente. Nessa perspectiva, o aumento da intensidade do trabalho – e não o incremento de sua capacidade produtiva – se configuraria como um aumento da mais-valia.

Além do aumento da intensidade do trabalho, Marini aponta ainda dois outros mecanismos para se elevar a mais-valia. O primeiro seria o prolongamento da jornada de trabalho (aumento da mais-valia absoluta) como forma de aumentar o tempo de trabalho excedente, aquele no qual o trabalhador segue produzindo após ter criado todo o valor necessário à sua subsistência. O segundo seria a redução do consumo do operário além de

5 Marini (2000, p.118) ressalta que as explicações para o intercâmbio desigual não podem ser buscadas no resultado da lei de oferta e procura, pelo fato de tal explicação ser extremamente simplista. Embora seja evidente que a concorrência desempenha um papel decisivo na fixação dos preços, ela não explica o porque, do lado da oferta, verifica-se uma expansão acelerada independentemente de que as relações de troca estejam se deteriorando. Dessa forma, mesmo que esteja fundamentado em fatos reais, tal raciocínio inverte as ordens dos fatores e não vê que a utilização de recursos extra-econômicos se deriva precisamente de que há por trás uma base econômica que a torna possível.

seu limite normal – ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – que transformaria o fundo necessário do trabalhador em fundo de acumulação de capital.

Esses mecanismos, ao retirarem do trabalhador as condições necessárias para que reponha o desgaste de sua força de trabalho – nos dois primeiros casos porque é obrigado a realizar um dispêndio de sua força de trabalho em uma proporção maior que o normal, e no terceiro, por se alienar dele o consumo estritamente necessário para a reprodução de sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado na maior exploração da classe trabalhadora. Isto quer dizer que, por estarem fundamentados no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, a utilização desses mecanismos acaba fazendo com que o trabalho seja remunerado por baixo de seu valor, e por isso correspondem a uma superexploração da força de trabalho.

A partir desse argumento, Marini busca mostrar que não há outra forma de compensar a transferência de valor para o centro porque na periferia não se desenvolve uma base técnica compatível com a do centro, que possibilite elevar a mais-valia a partir do aumento da produtividade do trabalho. Como aponta Amaral (2006, p. 36),

trata-se de um estado no qual são introduzidas, no espaço da circulação, inovações tecnológicas geradas por setores de composição orgânica mais elevada, de modo a estimular um crescimento da produtividade e uma depreciação das mercadorias nos setores de composição orgânica inferior, cuja perda de mais-valia não pode então ser compensada por geração endógena de progresso técnico, mas sim pela superexploração do trabalho.

Como esses setores de composição orgânica mais elevada estão presentes nos países centrais, enquanto que os setores de composição orgânica menos elevada estão localizados na periferia, a esta última não cabe alternativa a não ser ampliar os graus de exploração do trabalho na geração de mais-valia a ser transferida aos primeiros. Essa dinâmica de acumulação de capital, ademais de permitir que o capitalismo dependente cresça e contorne sua restrição externa, intensifica em graus cada vez maiores a distribuição regressiva da renda e da riqueza, que nada mais são que consequências inevitáveis da dependência.

A ocorrência da superexploração da força de trabalho acaba sendo fortalecida, nos países periféricos, pela existência do exército industrial de reserva. Como não se desenvolvem nestes uma indústria capaz de produzir bens com alto valor agregado – que permitam um intercâmbio equitativo com os países centrais – e que ao mesmo tempo absorvam a massa de trabalhadores desempregados, a pressão sobre essa classe, através

da imposição de cargas de trabalho cada vez mais excessivas e de baixos salários, acaba se apresentando como a alternativa mais viável para a geração do excedente necessário à transferência de valor. Acrescente-se a isto o fato de que esta exploração é bastante agravada pelo aumento dos preços dos produtos industriais reforçados pelo protecionismo, isenções e subsídios dados pelos governos nacionais. Além disto, desde que esta acumulação dependente se dá necessariamente dentro da economia internacional, ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, entre outros fatores.

Como já observado, a consolidação da teoria da dependência se deu mediante a crítica às concepções de desenvolvimento postuladas pela CEPAL e seu pensamento estruturalista. Uma outra expressão da crise do pensamento cepalino se configurou na própria reformulação do pensamento da Agência, na tentativa de adequar suas concepções às novas condições conjunturais da inserção dos países periféricos na economia internacional. É dessa tentativa de reformulação teórica que nasce a concepção Neoestruturalista de desenvolvimento, conhecido também como o pensamento da Nova CEPAL.

2. A Nova CEPAL e a Concepção Neoestruturalista de Desenvolvimento

As últimas décadas do século XX presenciaram a virada teórico-ideológica que consolidou o neoliberalismo como ideologia dominante. Em termos do pensamento crítico latino-americano, uma das expressões dessa reversão se deu na revisão dos preceitos estruturalistas até então defendidos pela CEPAL. E é a partir das conclusões do trabalho de Fernando Fajnzylber (1990) que essa revisão se estrutura e toma forma.

Segundo o autor, o padrão de industrialização da América Latina se desenvolveu assentado em quatro principais traços: primeiro, a participação no mercado internacional baseado no superávit comercial gerado nos recursos naturais e no déficit no setor manufatureiro, que acabava por deteriorar os termos de intercâmbio, principalmente pelo fato do déficit manufatureiro concentrar-se nos bens de maior dinamismo e conteúdo tecnológico; segundo, a concepção de uma estrutura comercial voltada para o mercado interno, o que resultava no fato das exportações industriais representarem uma baixa percentagem da produção industrial; terceiro, o padrão de consumo “imitativo”, que reproduzia na região o padrão de consumo dos países avançados, ainda que a renda per capita dos países centrais equivallesse a algo em torno de sete vezes a renda per capita da América Latina; e por fim, a pouca valorização social da função empresarial e liderança

precária no empresariado nacional, que acabava o colocando atrás das empresas públicas e das transnacionais no conjunto das maiores empresas do país, relegando a elas as atividades de menor dinamismo e complexidade tecnológica e à produção de serviços⁶.

Esses quatro traços, característicos da estrutura industrial da periferia, acabaram exercendo uma forte influência no desencadeamento da crise, principalmente ao convergirem com os fatores externos. O autor mostra que, com a restrição de divisas do início dos anos 1980, o setor produtivo com forte conteúdo de importações e com escassa capacidade de exportação – e consequentemente, com alto déficit comercial – sofreu um impacto mais acentuado que os demais setores da economia: do lado da demanda, foi afetado pela queda da renda nacional, e pelo lado da oferta, a restrição de divisas dificultou o acesso a equipamentos e insumos. Esse problema de divisas acabou sendo ampliado pela elevação das taxas de juros e pelo superendividamento. Além desses fatores, destaca outros elementos que influíram para esse efeito recessivo, como o grau de industrialização e integração do parque nacional, as políticas macroeconômicas internas e o fluxo de capitais, o volume e a destinação setorial dos investimentos, e o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que acabava por expressar precário vínculo entre essas atividades e a produção industrial voltada para o mercado interno.

A partir desse estudo, o autor conclui que:

A queda acentuada na taxa de investimento (...) aumentou a antiguidade do parque industrial, precisamente num período em que, no plano internacional, acelerava-se a mudança tecnológica no setor de bens de capital, com isso aumentando o grau de obsolescência técnica; a isso veio somar-se a debilitação e, em alguns casos, o desmantelamento de grupos encarregados do design em empresas fabris e empresas de engenharia, e a degradação do nível de preparo da parte da mão-de-obra que, em virtude da paralisação do trabalho, foi deslocada para outras atividades. No setor público (...) concentrou-se a atenção na resolução de problemas de curto prazo, com a inevitável negligência na preparação das estratégias necessárias para dar uma orientação mínima à atividade empresarial. (...) Essa conjunção de fatores desfavoráveis teria afetado com maior intensidade as empresas de menor porte e com ligações políticas mais frágeis com as instâncias governamentais (Ibidem, p. 881).

É a partir dessas considerações que a CEPAL lança, em 1990, o documento “Transformação Produtiva com Equidade: A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe”, no qual ela expõe as bases do Neoestruturalismo, que em

6 De acordo com o autor, a baixa valorização social e a pouca capacidade criativa do empresário são características que diferenciam a região dos países de industrialização tardia que conseguiram competir com êxito no mercado internacional, já que essas características, independentemente do tamanho da empresa ou do regime de propriedade, são condições inelutáveis para que se supere a “modernidade de fachada”. Da nossa perspectiva, entendemos que essa visão do autor possui uma certa limitação, já que a pouca eficiência do empresariado nacional certamente está mais ligada a questões estruturais da economia e do próprio estilo de desenvolvimento pelo qual se fez opção, do que por questões de valorização social e cultural e por tendências criativas dos mesmo.

pouco tempo se tornaria a perspectiva oficial da instituição. Aos poucos, ficava claro que, em decorrência das modificações no ambiente econômico internacional, e dos impactos dessa mudança na América Latina, uma série de mudanças estavam se operando no interior da Agência, em especial no que dizia respeito às ações a serem implementadas para que os países conseguissem encontrar os “rumos perdidos” do desenvolvimento.

O pensamento Neoestruturalista surgiu no início dos anos 1990 com o intuito de dar respostas adequadas às questões e problemas de curto prazo das economias periféricas, em especial a inflação e o endividamento externo. Como o processo de industrialização consolidado na América Latina teria conformado economias protecionistas, ineficientes, inflacionárias e periféricas, era necessário se pensar uma forma de contornar tais gargalos, principalmente em consonância com a nova situação dos países da região. Além de dar respostas às questões de curto prazo, os neoestruturalistas também tinham o objetivo de consolidar uma nova estratégia de desenvolvimento a longo prazo, estratégia ausente desde a eclosão da crise da década de 1980, que obrigou os países a se lançarem em políticas de estabilização e abandonar os planejamentos desenvolvimentistas.

Diante os problemas diagnosticados pelos relatórios da Agência – quais sejam, o peso da inércia recessiva dos anos 1980, a dívida externa, e a presença de uma inadequação entre as estruturas de demanda internacional e a composição das exportações latino-americanas e caribenhas – a Nova CEPAL propunha uma estratégia de desenvolvimento a ser executada em três frentes. Primeiro, ajustar as economias e gerar equilíbrio interno – alcançado a partir da ampla gama de políticas de estabilização imposta aos países subdesenvolvidos – que permitisse às economias crescer de modo sustentado. Segundo, alcançar uma nova inserção da América Latina na economia internacional. E terceiro, distribuir de forma mais equilibrada e equitativa os frutos do crescimento econômico, já que a região era “vítima” de uma gritante concentração de renda, e o crescimento, por si só, não conseguia atenuar as desigualdades. Conjugados a essas frentes, estavam uma série de desafios, como fortalecer a democracia, modernizar o setor público, incorporar as economias na tendência mundial de mudanças tecnológicas, e implantar padrões de consumo mais austeros, num contexto de um desenvolvimento sustentável em termos ambientais.

A nova estratégia proposta levaria os países a superar o padrão de “competitividade espúria”, tal qual denominado por Fajnzylber, no qual as empresas reagiriam à concorrência através da repressão salarial, ou seja, toda vez que houvesse baixa nos preços, os salários também seriam rebaixados. As empresas tinham o poder de agir dessa forma em decorrência da abundância de força de trabalho e do pequeno grau de abertura das

economias, que possibilitava a sobrevivência dessas empresas mesmo com níveis muito baixos de produtividade. As consequências da manutenção desse padrão de “competitividade espúria” eram, além de uma economia caracterizada pela baixa produtividade, o agravamento das disparidades na distribuição de renda.

A superação desse padrão, então, levaria os países a alcançar um estágio de “competitividade autêntica”, no qual seria possível obter, concomitantemente, um crescimento sustentado, uma nova inserção internacional e uma melhor distribuição de renda. Esse novo padrão seria baseado mais na incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico ao processo produtivo e menos na depreciação dos salários reais. Como essa incorporação resultaria na transformação produtiva, os países da região conseguiriam alcançar um aumento da produtividade, que os tornaria mais competitivos em termos da concorrência internacional. Estariam então lançadas as bases para se alcançar a tarefa primordial e comum a todos os países da região – a transformação das estruturas produtivas da região num contexto de crescente equidade⁷ social.

Por “transformação produtiva com equidade” quer se dizer que o desafio dessas economias na década de 1990 não se limitaria a uma transformação da estrutura produtiva que fosse resultado da criação de um clima macroeconômico apropriado ou estável, e do manejo deste com políticas setoriais, da aplicação de uma política de “preços corretos”, ou da integração das políticas de curto e longo prazos. Como ressaltado no relatório da CEPAL (2000 (C), p. 896):

O imperativo da equidade exige que a transformação produtiva seja acompanhada por medidas redistributivas. Por mais intenso que se revele o esforço de transformação, seguramente transcorrerá um período prolongado antes que se possa superar a heterogeneidade estrutural através da incorporação do conjunto dos setores marginalizados nas atividades de produtividade crescente. Por isso, será necessário pensar em medidas redistributivas complementares, entre elas serviços técnicos, financeiros e de comercialização, assim como programas maciços de qualificação destinados a microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores, (...) adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, fomenta da organização, de modo a contribuir para a ajuda mútua e a representação adequada das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado, e aproveitamento do potencial redistributivo da política tributária, tanto pelo lado da recita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos.

Os pressupostos sobre os quais essa alternativa foi elaborada ressaltava o mercado como o mecanismo primário através do qual deve se dar a alocação dos recursos

7 Segundo Fajnzylber (1990: 853) o termo “equidade” poderia ser definido a partir da relação entre os 40% da população com renda mais baixa e os 10% da população com renda mais alta. Quanto maior o valor dessa relação, menos desigual é a distribuição da renda.

sociais. O que quer dizer que esses requisitos, em última instância, buscam restringir a atuação do setor público e garantir a existência de um ambiente favorável ao investimento privado, tanto nacional quanto estrangeiro. Aqui, fica claro o estilo de intervenção estatal será reformulado em relação às décadas anteriores: o Estado, a partir de então, deveria deslocar suas prioridades para o fortalecimento da competitividade, baseadas na incorporação do progresso técnico e na evolução para níveis razoáveis de equidade, e não mais conduzir ações no sentido de privilegiar uma expansão cujos frutos possibilitassem a ampliação da dívida externa. Além disso, ao Estado caberia promover políticas que fossem capazes de suprir as insuficiências do mercado, e garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade econômica. Nesses aspectos, o Estado continuaria a ter um importante papel na estrutura econômica já que, ademais as vantagens existentes na organização da produção e distribuição dos recursos pelo mercado, este por si só acabava gerando custos muito altos para a sociedade. Assim, segundo documento da Agência, isso não significaria nem aumentar nem diminuir o papel do setor público, mas sim aumentar seu impacto positivo na eficiência e na eficácia do conjunto econômico⁸.

O delineamento da ação do Estado deu forma às quatro dimensões para as quais a Nova CEPAL passava a recomendar políticas na busca do desenvolvimento com equidade. Para a primeira dimensão - políticas de apoio à inserção internacional - a Agência propôs a realização de uma maior abertura da economia e manutenção de uma taxa de câmbio real elevada e estável que, ao incentivar o aumento das exportações, estimularia a transformação produtiva através da indução ao aumento da produtividade e estímulo à incorporação do progresso técnico. Tal abertura deveria estar associada a uma política de complementação da infraestrutura tecnológica, principalmente através da articulação entre o sistema de pesquisa e desenvolvimento e o sistema produtivo – além da incorporação do progresso técnico – e dos incentivos para as empresas que comportam alto nível tecnológico e para a criação de novas empresas que operem com maior conteúdo tecnológico. Outro ponto importante seria a e qualificação da força de trabalho de modo a adequá-la aos novos requisitos de conhecimento.

Quanto à segunda dimensão - políticas de fortalecimento da articulação produtiva - a Nova CEPAL propôs, tendo em vista a necessidade de se reorientar o destino dos investimentos, a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro, de forma a permitir a ampliação das possibilidades de captação de verbas voltadas ao financiamento de

8 Da perspectiva analítica aqui adotada, essa nova forma de atuação “ativa” do Estado não significa nada mais do que a ação pública abrir espaço para que o mercado possa agir de forma mais livre e dinâmica na alocação de recursos; dito de outra forma, o Estado passa a se prestar ao papel de condicionante de um ambiente favorável para que o investimento privado possa se estabelecer, fazendo com que a economia volte a ter taxas expressivas de crescimento. Na próxima seção detalharemos mais esse ponto, ao mostrar as proximidades entre a Nova CEPAL e as políticas neoliberais.

projetos de investimento que limitassem o risco creditício das instituições de desenvolvimento. Com um sistema financeiro mais bem articulado, a superação do viés urbano-industrial na destinação dos investimentos econômicos e dos gastos sociais poderia ser realizada eficientemente, principalmente através da revalorização do espaço rural, com a articulação intersetorial entre agricultura e indústria. Importante também frisar a relevância dada ao fortalecimento da articulação intersetorial, através da consolidação de uma logística eficiente de produção, transporte e comercialização, que impactaria diretamente em uma maior articulação competitiva internacional.

Quanto à terceira dimensão – políticas de interação entre os agentes público e privado – a Nova CEPAL fez recomendações relativas a esse novo papel desempenhado pelo Estado, que deveria se direcionar de uma postura ativa em termos de investimento industrial e em infraestrutura, para uma postura seletiva, em termos de simplificação e descentralização de suas intervenções e melhorias na capacidade de previsão de médio prazo através de novas modalidades de planejamento. Nesse sentido, ao Estado caberia desempenhar um importante papel em termos de regulação, delimitando as áreas sujeitas à regulamentação pública e aquelas nas quais prevalecem os mecanismos de mercado, além de criar as condições necessárias – em termos de políticas fiscais e comerciais – para que o setor privado tenha condições de se consolidar, e conseqüentemente, promover o desenvolvimento econômico. Por fim, deveria ser realizada a privatização de empresas públicas, e para aquelas que permanecessem sobre o controle público, o Estado deveria redefinir inovações em termos de gestão, saneamento financeiro e fortalecimento das sinergias tecnológicas com o setor privado, no sentido de se evitar possíveis defasagens tecnológicas.

Por fim, a última dimensão trata das recomendações em termos de políticas sociais, uma vez que, para a década de 1990, o principal desafio das economias é a transformação produtiva associada à equidade social. Nesse sentido, a Agência propôs a criação de programas de capacitação, que vão desde a educação básica até a diversificação e habilitação dos trabalhadores. A estratégia principal é a instituição de órgãos de assistência técnica, financeira e de capacitação. Tais políticas, ao permitir aos indivíduos maiores e melhores oportunidades de emprego, exerceriam uma influência direta sobre outras questões sociais, como aumento do nível de renda, melhoria na qualidade de vida e acesso à educação, criando uma situação favorável à diminuição das desigualdades sociais.

Em síntese, pode-se dizer que a proposta da CEPAL passa a ser o de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa, de forma a canalizar o capital externo para as atividades produtivas

voltadas para exportação, ao mesmo tempo em que se busca a equidade social. Essas novas direções deveriam ser implementadas dentro do contexto de “reforma das reformas”, ou seja, de se reformular as políticas que anteriormente não haviam obtido resultados satisfatórios, de forma a se aproveitar da melhor maneira possível as “novas oportunidades” que se apresentavam, dentro de uma maior competitividade internacional - já que os países passavam por um processo de reformas pró-mercado – em especial de abertura de suas economias frente à concorrência internacional. Assim, a idéia de “reforma das reformas”, ao propor medidas públicas para minimizar os efeitos negativos das reformas e potencializar os ganhos daí advindos – ao invés de reorientar a economia retrocedendo nessas reformas – mostrava que essa “nova” Agência posicionava muito mais suas ações no sentido de gerenciar as imperfeições do mercado que no sentido de implementar uma política de desenvolvimento propriamente dita.

Com isso – e na medida em que as políticas neoliberais, já experimentalmente efetivadas em alguns países, passavam a ser o parâmetro de políticas de desenvolvimento – essa estratégia conferia ao receituário liberalizante e ao renascente clima conservador um ar de consenso, principalmente ao reforçar o diagnóstico de que cabia à crise do Estado e a seu programa de reformas a responsabilidade por fazer dos anos 1980 a “década perdida”. Essa posição foi mantida, mesmo após o final da década, quando já ficavam claras as péssimas consequências da sua aplicação na América Latina – baixo crescimento econômico, fechamento de empresas, aumento da taxa de desemprego, deterioração da distribuição de renda e crises financeiras. Em suma, apesar de não ir de encontro ao ideário liberal, havia claramente uma forte aproximação entre as propostas da Nova CEPAL e o consenso neoliberal, em termos daquilo que deveria ser a estratégia de desenvolvimento dentro do novo sistema econômico mundial, marcado pela globalização e pela internacionalização dos mercados. É dessa aproximação teórica que trataremos na próxima seção.

2.1 O Consenso conservador: O diálogo entre a Nova CEPAL e o ideário neoliberal.

Em princípios da década de 1990, assistiu-se uma inflexão ideológica no pensamento da CEPAL. A revisão dos preceitos estruturalistas, que haviam dado as bases para as políticas de desenvolvimento latino-americano a partir dos anos 1950, ocorreu como resposta à incapacidade do pensamento clássico da Agência em lidar com a nova situação da América Latina e com o novo contexto da economia internacional. Esse contexto era caracterizado pelo processo de globalização, que propunha a integração dos mercados e a

intensificação da relação entre os países, tanto no que diz respeito ao setor produtivo, quanto aos fluxos financeiros e comerciais.

Concomitantemente, reascenderam nos meios acadêmicos e centros de decisões um conjunto de políticas de corte liberal que, segundo seus propagadores, eram as únicas capazes de dar uma resposta à crise econômica internacional das décadas de 1970 e 1980. Esse conjunto de políticas – consubstanciadas no Consenso de Washington⁹ –, ao serem implementadas pelas nações, garantiria suas respectivas inserções através do maior grau de abertura das economias e da desregulamentação dos diversos mercados. É dessa forma que o neoliberalismo é alçado ao status de ideologia mundialmente hegemônica.

O neoliberalismo, mais que uma expressão em termos político-ideológicos, teria sua representação máxima na conformação de um receituário de política econômica. Do lado dos países centrais, as políticas neoliberais se apresentavam como uma forma de recuperar a acumulação de capital, interrompida pelas crises das décadas anteriores, principalmente através da recuperação da lucratividade dos investimentos, da transferência de recursos da periferia e da expansão dos mercados para fronteiras além do centro da acumulação mundial. Para isso, imprescindível era que os países periféricos participassem do movimento de abertura externa, abertura esta que proporcionaria o acesso aos mercados e à liquidez internacionais, que segundo os defensores dessa nova ordem, era condição *sine quo non* para o desenvolvimento econômico.

Segundo a concepção neoliberal, uma vez que o processo de globalização da economia se dá de forma acelerada, quanto mais integrada uma economia for, em termos do comércio internacional, maiores são suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, o argumento do grau de abertura externa e da integração econômica é justificado como a única forma que uma economia possui de garantir seu desenvolvimento num mundo cada vez mais globalizado.

Não por acaso, as economias periféricas acabaram por adentrar de forma irrestrita na implementação desse “novo” consenso de políticas. De maneira mais intensa que os países do centro, as economias periféricas – e em especial para o nosso tratamento, as economias latino-americanas – sofreram os impactos da crise financeira dos anos 1970 e 1980, o que dava a elas, dentro do quadro das relações econômicas internacionais, pouca ou nenhuma alternativa a não ser o alinhamento a esse consenso. Os teóricos cepalinos logo notaram as necessidades de “reciclar” suas teses e se adaptar ao novo contexto internacional. E embora afirmassem não ir de encontro ao receituário liberalizante, é

9 O Consenso de Washington consiste de uma agenda de políticas econômicas e estratégias de desenvolvimento – defendidas pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelo governo dos Estados Unidos – a serem implementadas na América Latina, e tinha como principal objetivo a estabilização econômica, que “prepararia o terreno” para a região voltasse a crescer.

possível, a partir dessa breve exposição sobre as políticas neoliberais, apontar diversos aspectos nos quais a perspectiva de ambos se aproxima.

Uma primeira aproximação pode ser apontada no que diz respeito ao tratamento das imperfeições do mercado. Segundo o pensamento convencional-ortodoxo, por mais eficiente que o mercado fosse, ele possuía algumas imperfeições. Em termos financeiros, indicavam que as ineficiências estavam presentes muito mais por questões de assimetria de informações do que pela liberalização em si. Em termos comerciais, as imperfeições teriam sua origem no contexto internacional, e por isso não deveria ser passíveis de correção por medidas de política nacional, como o protecionismo. Isso faria com que a melhor política para tais imperfeições seria a atuação direta sobre elas, de forma a corrigir as falhas de mercado, e não a rejeição das mesmas. Na Nova CEPAL, essa perspectiva revisionista das imperfeições do mercado é encontrada naquilo que se convencionou chamar de “reforma das reformas”, que propunha o não retrocesso em termos das políticas neoliberais, mas sim que as reformas deveriam ser tomadas como um dado, e partir delas, dever-se-ia buscar os elementos de política que conseguissem aumentar o grau de equidade social. Essas imperfeições seriam sanadas à medida que, com a efetivação da abertura comercial, do controle do endividamento, da incorporação da tecnologia e do equilíbrio macroeconômico, se lograsse o padrão de competitividade virtuosa. Esses pontos necessários para se alcançar esse padrão nada mais são que o cerne das recomendações neoliberais.

A questão da ação direta sobre as reformas traz consigo um outro ponto de convergência entre o neoliberalismo e o pensamento novo-cepalino: o papel do Estado. O primeiro considera que cabe ao Estado a intervenção no sentido de corrigir as imperfeições do mercado, a partir da supervisão das instituições financeiras e da regulação preventiva, e pela adoção de um comportamento mais seletivo por parte do emprestador de última instância. Essa intervenção se daria de forma complementar às determinações do mercado, ou seja, seria apenas uma forma de se criar um ambiente estável para que os agentes pudessem fazer o uso das informações da maneira mais eficiente possível. Dessa forma, não caberia ao Estado, frente a tais insuficiências, restringir a liberalização financeira, mas apenas se dispor como aparato regulatório. Idéia essa muito próxima a defendido pela Nova CEPAL, segundo a qual ao Estado caberia promover políticas que fossem capazes de suprir as insuficiências do mercado, de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas e a estabilidade econômica e, portanto, criar um ambiente favorável ao capital privado. Em termos da abertura comercial e financeira, a proposta cepalina é de gerenciamento e direcionamento das mesmas, canalizando o capital externo para atividades produtivas voltadas para as exportações, e ao mesmo tempo buscar a equidade social.

A restrição do papel do Estado expressa, dessa forma, a importância que ambos dão ao mecanismo do mercado. Para o ideário neoliberal, a supremacia do mecanismo do mercado se mostra de forma explícita, mesmo porque é sobre a crítica às limitações do Estado keynesiano e intervencionista que as idéias liberalizantes ascendem em fins da década de 1980. O tratamento dado ao mercado pelo neoliberalismo é o de que ele é a instância mais eficiente na resolução de qualquer gargalo econômico, sendo por isso impossível negar e ignorar o poder de que ele dispõe para se impor. Assim, se deixadas ao livre funcionamento – e associado ao papel complementar de regulador exercido pelo Estado – as forças do mercado alocariam da forma mais eficiente possível os recursos disponíveis, promovendo o desenvolvimento econômico. A Nova CEPAL, apesar de ter tido a pretensão de se contrapor ao neoliberalismo em termos das considerações sobre a importância do mercado – para os neoestruturalistas, os neoliberais pecavam por sua radicalidade em relação à crença nas virtudes do mercado – acaba por propor uma estratégia “alternativa” que tenta conciliar as propostas neoliberais e o seu velho estruturalismo, caracterizado pela excessiva fé em relação ao Estado. Assim, a estratégia de longo-prazo novo-cepalina se situava num ponto médio entre a idolatria do mercado e a idolatria do Estado; ou dito de outra forma, entre as concepções neoliberal e a da velha CEPAL.

Como uma última aproximação, pode-se fazer referência à importância conferida à abertura externa. Como já ressaltado em parágrafos anteriores, a abertura externa – em termos das aberturas comercial e financeira – é apontada pelos teóricos neoliberais como a forma de uma economia periférica garantir sua integração à economia internacional, e consequentemente, de garantir seu crescimento econômico. A abertura comercial atuaria na atratividade de empresas tecnologicamente mais desenvolvidas, tornando o ambiente econômico mais competitivo. A abertura financeira, por sua vez, atrairia capitais externos, importantes tanto na realização do equilíbrio macroeconômico quanto no financiamento da necessária transformação produtiva. A proposta da Nova CEPAL não se distancia dessa perspectiva. Para os teóricos da Agência, o fluxo de capital estrangeiro deve ser encarado como aliado de extrema relevância na transformação produtiva, uma vez que aumentam a taxa de investimento e solucionam o problema da escassez de poupança interna. Dessa forma, a abertura e desregulamentação financeira permitiriam o fluxo voluntário de capitais externos, e consequentemente, o financiamento da transformação produtiva.

À parte a existência de outros elementos convergentes no que tange à interpretação dessas correntes, pode-se considerar os fatores apontados acima como suficientes para a crítica que se pretende estabelecer. Importa ressaltar que, apesar dos

neoestruturalistas não se assumirem enquanto tal e, para além disso, afirmarem que não se direcionam no mesmo sentido do ideário neoliberal, esses pontos comuns deixam manifesta a existência de um consenso do caráter e do direcionamento que devem ter as políticas econômicas na década de 1990, o que nos leva a concluir que, diferentemente do que é apontado, a proposta neoliberal e da Nova CEPAL não são, em sua essência, diversas, nem tampouco alternativas distintas de políticas desenvolvimentistas.

Levado a cabo tais políticas, os países latino-americanos, ao contrário de encontrar os rumos perdidos do desenvolvimento, acabaram por se perder ainda mais em um emaranhado composto por baixo crescimento econômico, endividamento externo, crise financeira e elevados níveis de desemprego que, em si, configurariam a nova forma de dependência desses países.

3. Desenvolvimento “sem equidade” e a continuidade da condição dependente

Como mostrado nas seções anteriores, em fins dos anos 1980, o neoliberalismo é alçado ao status de ideologia dominante, como uma resposta liberal-conservadora às crises que haviam se engendrado no interior da economia latino-americana. A partir de então, esse corpo teórico passa a ser a base sobre a qual irá se erigir grande parte das políticas de desenvolvimento que procuravam, no limite, retornar aos níveis de crescimento dos anos anteriores. No mesmo caminho, a CEPAL também reestruturou seu pensamento, através de uma conjunção do seu antigo estruturalismo com vários aspectos do arcabouço neoliberal, conformando o que se chamou de Neoestruturalismo, pensamento que se tornou dominante dentro da Agência.

Tomados por essa nova onda de alternativas que se opunham ao fracasso do “Estado keynesiano”, os países da América Latina se lançaram na implementação de uma série de políticas de estabilização. Essas políticas levavam a cabo a receita indicada pelos defensores da nova ordem neoliberal, dado o amplo quadro de crise e instabilidade que predominava na região e todo o conjunto de políticas que já haviam sido implementadas, mas que não haviam logrado resultados satisfatórios. Nesse sentido, foram efetivadas as políticas de estabilização, principalmente no que diz respeito ao controle inflacionário e fiscal. Essas políticas, ao gerarem um ambiente economicamente mais estável, preparariam o terreno para que se pudesse realizar a abertura externa que, como já dito, permitiriam o acesso aos mercados e à liquidez internacional, através da desregulamentação comercial e da flexibilização financeira.

Várias eram as justificativas teóricas para a efetivação dessas políticas de corte liberal. De um lado, o argumento para a realização da abertura comercial estava no fato de

que esta permitiria a correção de possíveis distorções dos preços internos em relação ao referencial competitivo, causado pelo excessivo protecionismo, e também porque ela promoveria as condições necessárias para um crescimento impulsionado pelas exportações. Dessa forma, o livre comércio era justificado pela melhora que causava na alocação dos recursos, na renda real a preços internacionais e na distribuição de renda.

De outro lado, a desregulamentação e liberalização financeira eram justificadas por permitir o aperfeiçoamento da intermediação financeira entre poupadores e investidores, a nível mundial, promovendo a alocação de poupança externa para países com um sistema financeiro pouco articulado e consolidado. Com isso, o sistema financeiro internacional se tornaria mais dinâmico, principalmente ao serem eliminados o racionamento de crédito – que no limite, causava a carência de poupança externa e a redução das taxas de investimento e de crescimento da economia – e todas as barreiras que se colocavam frente à alocação internacional de recursos. Consequentemente, esse sistema se tornaria mais eficiente.

Através da implementação dessas políticas, os países periféricos estariam prontos para promover o processo de reestruturação produtiva, calcado e estruturado na idéia da especialização e da vocação primário-exportadora. Essa reestruturação, que se colocava na contramão da diversificação industrial característica das propostas dos períodos anteriores, permitiria a esses países a inserção no mercado internacional.

No entanto, apesar de ter seguido a risca a cartilha neoliberal, e no mesmo sentido, as propostas de política econômica da Nova CEPAL, os países latino-americanos não conseguiram alcançar os níveis de crescimento, desenvolvimento e integração que as mesmas prometiam. As políticas de estabilização, a abertura externa e os ajustes macroeconômicos que, em si, criariam o ambiente econômico ideal para que o mercado, deixado a seu livre funcionamento - mas sob a tutela reguladora do Estado – promovesse a mais eficiente alocação dos recursos, se mostraram insuficientes na promoção do tão desejado, e mais que necessário, crescimento econômico. Ao contrário, os resultados foram críticos, com o surgimento de um quadro de fragilidade financeira de aumento da vulnerabilidade externa, caracterizado pela generalização do movimento especulativo do capital (em detrimento do capital produtivo) e pela perda da autonomia em relação à política econômica. Assim, começava a se conformar uma nova fase da dependência.

Em termos da desregulamentação financeira, as inovações financeiras foram instrumentos amplamente utilizados, já que permitiam aos bancos adotar amplos mecanismos de captação de recursos no mercado, ao mesmo tempo em que permitia a esses burlar de forma mais fácil as restrições e regulações impostas pelas autoridades

monetárias. Como o montante de recursos utilizados era cada vez maior e, além disso, como esses recursos possuíam diferentes perfis, a autoridade monetária acabou perdendo sua margem de manobra, possuindo um poder de controle apenas de forma indireta sob os recursos que entravam nos países.

Desta maneira, dado o comportamento maximizador dos bancos, incentivado pelo aumento da concorrência interbancária, o que lhes obriga a tomar posturas mais agressivas na escolha de seus balanços, através das inovações financeiras, a desregulamentação e a liberalização financeiras reduzem a capacidade que as autoridades monetárias têm para controlar a liquidez da economia (Carcanholo, 2004: 08).

Mas os efeitos não se restringem a isso. Há que se considerar ainda que o movimento de flexibilização financeira, ao permitir a livre circulação de capitais independente de seus motivos, acaba conferindo a estes um caráter predominantemente especulativo, em detrimento do investimento produtivo. Como o caráter especulativo traz consigo o pressuposto de ganhos de curto prazo, os países acabam perdendo a capacidade de agir em termos do manejo das taxas de juros e do preço dos ativos. No caso dos países periféricos essa perda é ainda maior, já que, em decorrência do seu endividamento, dependem do fluxo de capitais para cobrir os serviços da dívida, o que acaba definindo um problema de restrição externa ao crescimento.

Em termos da abertura comercial, dois movimentos podem ser destacados. Primeiramente, que a reestruturação produtiva nos países da região foi realizado com base na idéia de vocação primário-exportadora. Não que a produção destes fosse desprovida de qualquer recurso tecnológico de alta qualidade, mas mesmo assim, esses produtos são dotados de um menor valor agregado, o que leva a uma continuidade na deterioração dos termos de troca. Por outro lado, a abertura comercial acabou expondo os países periféricos à competitividade internacional, sem que fossem criados os alicerces estruturais que permitissem aos mesmos competir de maneira equitativa, ainda mais frente às modificações nos padrões de concorrência e nas regras institucionais do comércio e do investimento. Ou seja, os países forma expostos a um padrão de concorrência para os quais eles efetivamente não estavam preparados.

Esses resultados desembocaram na formação de economias marcadas pela fragilidade financeira interna e pela vulnerabilidade externa¹⁰. E em decorrência do baixo

10 Por fragilidade financeira, entende-se que é a dependência extrema que uma economia tem em relação aos capitais externos em um ambiente no qual o sistema financeiro é instável. A vulnerabilidade externa pode ser entendida como a baixa capacidade de resistência que uma economia possui frente aos choques internacionais. Ambos conceitos possuem uma estreita ligação, de tal forma que pode-se dizer que a vulnerabilidade externa é uma consequência da fragilidade financeira externa, já que está advém de uma opção de política econômica pela abertura, num contexto de instabilidade do mercado financeiro internacional.

crescimento que vêm apresentando nos últimos anos, essas fragilidade e vulnerabilidade acabaram por se transformar em instabilidade.

Importante ressaltar que tanto a fragilidade financeira quanto a vulnerabilidade externa, e a consequente perda de autonomia de ação política, são resultados da escolha do regime de liberalização financeira externa e abertura comercial. Os efeitos diretos disso seriam, de um lado, o baixo crescimento econômico, em função da restrição externa ao crescimento e da necessidade de se manter as taxas de juros elevadas como forma de atrair capitais. Por outro lado, as possibilidades de crise financeira e cambial seriam ampliadas já que, dado o aumento da vulnerabilidade externa, seriam maiores as possibilidades de reversão das expectativas. Um terceiro efeito a ser destacado diz respeito à distribuição da renda e da riqueza uma vez que, com a necessidade de se manter os custos de produção domésticos competitivos a nível internacional, acaba se verificando uma repressão sobre os salários, reforçada pela desregulamentação do mercado de trabalho e pelo aumento do exército industrial de reserva. Como ressaltou Medeiros e Serrano (1999, p. 149),

[a] liberalização comercial e financeira proposta a todos e aceita com entusiasmo pelas elites locais leva ao resultado paradoxal de que a multiplicação de fontes e formas de financiamento externo, em vez de afrouxar a restrição externa ao crescimento, acaba por provocar forte expansão dos passivos externos brutos, movida primordialmente não pela necessidade de financiamento das importações necessárias ao desenvolvimento, mas sim por ganhos de especulação e arbitragem financeira possibilitados por políticas de sustentação e diferenciais excessivos de juros externos e internos associados a taxas de câmbio completamente descoladas das condições de competitividade.

Dessa forma, os países periféricos se veem inseridos em um círculo vicioso no qual sua dependência em relação aos fluxos de capitais se torna cada vez maior. Como necessitam atrair capitais que possam se dispor à correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, esses países acabam elevando suas taxas de juros, o que resulta na ampliação da dívida externa e interna. A entrada de capitais atraída por altas taxas de juros também acaba fazendo com que os investimentos produtivos sejam depreciados em relação aos investimentos financeiros, o que trava a produção e o consumo. Essas práticas, no limite, desembocam na necessidade da manutenção do superávit primário – voltado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida – o que reduz a margem de gasto público e de intervenção do Estado na economia nacional.

Quanto ao Estado Nacional, ninguém duvida que sua ação econômica vem

sendo severamente restringida: assiste impotente ao desdobramento das estratégias de localização e de divisão interna do trabalho da grande empresa e está cada vez mais à mercê das tensões geradas nos mercados financeiros, que submetem a seus caprichos as políticas monetária, fiscal e cambial. (...) A disciplina imposta pelos mercados financeiros, cujos movimentos de antecipação podem destruir a precária estabilidade, acaba inibindo toda e qualquer tentativa de executar políticas ativas, destinadas a promover o crescimento (Belluzzo, 1995: 18-19).

Ou seja, o Estado se curva ao mercado financeiro, perdendo sua capacidade de interferir nos rumos da economia. Tudo isso acompanhado de mais endividamento e transferência de recursos para o exterior. Com isso fica claro que, a partir desse quadro, abertura comercial e financeira não só confere um novo aspecto à dependência – dando a esta uma natureza tipicamente financeira – mas que a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira tendem a ampliar os graus de dependência da periferia em relação ao centro.

Apesar de se mostrar com um novo caráter, pode-se dizer que os mecanismos pelos quais os países periféricos irão fazer frente à ampliação da dependência não se diferenciam daqueles apontados por Marini para explicar o processo de formação sócio-econômico da região a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Assim, a globalização financeira – expressa através da abertura comercial e da desregulamentação financeira – acaba definindo a forma da restrição externa ao crescimento, caracterizada pela ainda permanência da importação de tecnologias e conhecimento, pela reestruturação produtiva baseada em produtos primários, e mais importante nesse novo contexto, pelo crescimento exponencial do endividamento e da transferência de recursos. Com isso, os mecanismos de superexploração da força de trabalho, da mesma forma que nas décadas passadas – ou seja, aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – serão os instrumentos através dos quais os capitalistas irão garantir a continuidade da acumulação interna de capital.

Fica assim demonstrado, por duas vias – a volta do setor primário como o dinamizador da reestruturação produtiva e a utilização dos mecanismos de superexploração do trabalho como motor da acumulação interna – que a tese de Marini ainda se aplica às determinações da dependência nos anos 1990, mesmo em um contexto diverso daquele característico dos anos 1960 e marcado pela globalização financeira.

Em termos da Nova CEPAL, pode-se dizer que, nessa nova ordem da economia internacional, a reestruturação do seu pensamento, conformada na corrente Neoestruturalista, acabou seguindo os ditames do neoliberalismo, e em decorrência disso,

aceitou o mercado como o “agente” mais eficiente na alocação de recursos e promoção do crescimento econômico. Relegou ao Estado – que antes, para a Agência, era o principal elemento na condução do desenvolvimento econômico – um papel subordinado ao mercado, e por isso renegou suas raízes históricas e se desviou do caminho até então trilhado, apesar de seus teóricos insistirem que a reorientação não implicou em cisões históricas. Os resultados das políticas e ações que passou a indicar, como já mostrado, tiveram os resultados mais perversos possível, implicando no aumento da dependência. Para além disso, o crescimento do desemprego estrutural, a proliferação das formas de precarização do emprego e o aumento das desigualdades¹¹ mostrou que o tão aclamado “crescimento com equidade” pela Agência não foi alcançado. Ao contrário, como mesmo mostrou Tavares (1993, pp. 53-54), a coexistência de setores modernos com setores primários atrasados voltados ao mercado internacional, na medida em que estes dominam o panorama econômico-social desses países, acabou gerando um desenvolvimento “sem equidade” que extrapola o campo social, invadindo os campos econômicos e político. Mesmo diante disso, o que se tem observado é que a Nova CEPAL mantém sua defesa a tais mecanismo de desenvolvimento, o que evidencia uma caracterização do desenvolvimento e da dependência como fatores conjunturais, passíveis de solução com a adoção de políticas econômicas, dentro do sistema capitalista.

Da nossa perspectiva, nos marcos do capitalismo atual, essa situação se mostra como irreversível, e a única possibilidade visível é a permanência em uma situação na qual o desenvolvimento aprofunda as bases do subdesenvolvimento, e conseqüentemente, gera mais dependência.

4. Considerações Finais

A crise das décadas de 1970 e 1980 atingiram de forma intensa os países latino-americanos. Mediante os intensos gargalos que se colocaram às suas economias, bem como frente ao aprofundamento de problemas que já vinham se arrastando das décadas anteriores, a ausência de alternativas acabou impondo a estes a implementação das políticas neoliberais, que versavam, principalmente, a favor da abertura comercial e financeira e do afastamento do Estado da economia. Tais políticas, segundo os defensores desse “novo” ideário, seriam a única solução para os problemas econômicos e sociais que se colocavam. Na mesma esteira, a CEPAL, diante a necessidade de adequar seu discurso

11 Aqui, não nos preocupamos em demonstrar através de dados empíricos a ocorrência dos fatos apontados, dado que um considerável número de trabalhos anteriores já realizaram tal análise. Para aqueles que se interessem pela verificação dos dados que comprovam o que indicamos, apontamos o trabalho de Amaral (2006) e Duarte (2010), que realizam uma análise do mercado de trabalho com o intuito de demonstrar o aumento tanto do desemprego quanto da precarização das formas de trabalho.

à nova conjuntura da economia internacional, promoveu uma revisão no seu pensamento, de modo a propor novos caminhos para a superação da condição dependente e periférica.

No entanto, e após seguirem de maneira rigorosa as imposições e recomendações dos organismos internacionais, não demorou muito para que os países latino-americanos verificassem que as políticas neoliberais tendiam, de maneira irrestrita, a ampliar sua condição dependente – a despeito de seus prováveis efeitos positivos, como o acesso a novos mercados, a recursos financeiros e a tecnologias, e especialmente no caso brasileiro, a estabilização monetária. No entanto, esses aspectos são ínfimos quando se considera não só os novos problemas que se colocaram, como a ampliação da vulnerabilidade externa e a dependência extrema dos recursos financeiros, mas também a ampliação de velhas questões, como a precarização das formas de trabalho e a desigualdade na distribuição de renda.

Sendo assim, e considerando a explícita proximidade entre as proposições neoliberais e as recomendações de políticas da Nova CEPAL, pode-se concluir que as propostas da Agência, para os anos 1990 e 2000, tendem a intensificar a dependência dos países latino-americanos. Ou seja, a implementação dessas políticas, ao intensificarem o intercâmbio desigual, conseqüentemente ampliam a transferência de recursos da periferia para o centro. A solução que se apresenta para o capitalista da nação periférica, então, é tão somente o aprofundamento e expansão das formas de superexploração do trabalho, como forma de compensar a transferência de recursos e garantir a reprodução do sistema capitalista na periferia. Fato que vem representado através da precarização do trabalho, do achatamento da classe média, da estagnação dos salários reais e do arraste da desigual distribuição de renda, característica já estruturais das economias periféricas. Nesse sentido, e longe de resolver os problemas que se apresentam, tais políticas já expressam não apenas seu desgaste, mas também sua incapacidade de modificar as condições estruturais do capitalismo periférico.

Referências bibliográficas

AMARAL, M. S. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2006.

BELLUZZO, L. G. M. **O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados “Globalizados”**. Economia e Sociedade. Campinas: Editora Unicamp, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha.

In: _____. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura Externa e Liberalização Financeira**: Impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

_____. Abertura e Vulnerabilidade Externa: Restrições Estruturais para o Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C.L. **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia: Edufu, 2004. cap. 2, p.73 – 110.

_____. Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Alternativas de Desenvolvimento. In: **Anais do IV Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos**. São Paulo, 31 de outubro a 2 de novembro de 2004.

_____. **Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa**: A Nova CEPAL Dentro do Consenso de Washington. Uberlândia, 2006.

_____. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C.L. **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia: Edufu, 2004. pp.283 – 320.

CEPAL (A). Estudo Econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1. pp. 137 – 178.

CEPAL (B). Transformação e Crise na América Latina e Caribe, 1950 – 1984. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 2. cap. 22, p. 817 – 849.

CEPAL (C). Transformação Produtiva com Equidade: a Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos Anos 1990. In: BIELSCHOWSKY,

Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 2. pp. 887 – 910.

CORRÊA, H. F. S. **A Nova CEPAL e o “Mal-Estar” Social na América Latina: Uma Alternativa de Desenvolvimento?** 2007. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2007.

DUARTE, P. H. E. **Superexploração da força de trabalho e política sindical no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

FAJNZYLBER, F. Industrialização na América Latina: da “Caixa-Preta” ao “Conjunto Vazio”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 2. pp. 851 – 886.

FURTADO. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1. pp. 239 – 262.

MARINI, R.M. **América Latina – Dependência e Integração**. 1 edição. São Paulo: Página Aberta Ltda, 1992.

_____. **Dialética da Dependência**. 1 edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 5 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MEDEIROS, C. A. e SERRANO, F. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social: Ensaio de Negação e Afirmação**. São Paulo: Ensaio, 1993, pp. 26-30.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001. Coleção Ponto Futuro, nº 06.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1., p. 69 – 136.

PREBISCH, R. Por uma Dinâmica de Desenvolvimento latino-americana. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1. pp. 451 – 488.

PREBISCH, R. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. 1 edição. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. v. 1., pp. 179 – 215.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência**: Balanço e Perspectivas. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TAVARES, M. C. **Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais**: A Modernização Conservadora. Economia e Sociedade. Campinas: Editora Unicamp, 1990. pp. 21- 55.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VALENCIA, A. S. **Desindustrialización y Crisis del Neoliberalismo**: Maquiladores e Telecomunicaciones. México: Plaza y Valdés, 2004.

Apresentação

Fernando Santana

Talvez não se faça exagerado afirmar que as manifestações de Junho, iniciadas com as convocações do MPL (Movimento Passe Livre) contra o aumento da passagem dos coletivos municipais em São Paulo, tenham produzido um certo desarranjo na cena política brasileira. Embora tirar conclusões neste momento seja uma atitude evidentemente precipitada, a presença constante e duradoura de pessoas nas ruas das principais capitais do país, com reivindicações das mais diversas, por vezes notadamente heterogêneas, insere um fato inédito na vida política nacional que não encontra paralelo na história recente do país e que, possivelmente, pode reorientar as formas de condução da política nacional e engendrar transformações nos arranjos institucionais estabelecidos.

Mas se um embaralhamento da cena política brasileira pode estar em curso neste momento, há, por outro lado, uma certa incompreensão geral diante dos possíveis sentidos das manifestações. Sem total clareza do que efetivamente ocorre, as consequências concretas, os avanços ou, quem sabe, os retrocessos que os novos arranjos da política podem produzir ainda são de dimensões incomensuráveis. Talvez o fato mais palpável no presente momento é que, diante da obnubilada conjuntura dada pela polifonia das vozes oriunda das ruas, algo definitivamente de inédito na vida política brasileira se estabeleceu e, ao que tudo indica, não perecerá ou cairá no marasmo tão brevemente. Embora só saberemos das suas reais dimensões e dos seus efetivos resultados num futuro possivelmente não muito distante, os esforços e tentativas para compreensão do sentido das manifestações coloca-se como um imperativo para hoje. Só a partir das tentativas de elucidação, as quais vem sendo realizadas atualmente ainda no calor do momento, é que os caminhos vão sendo pavimentados progressivamente com mais clareza, tornando possível reflexões cada vez mais sofisticadas visando a compreensão das especificidades regionais e dos contornos gerais das manifestações pelo Brasil, e, por que não, da suas possíveis relações com as manifestações que emergiram nos últimos anos por todo o globo.

É com isto em mente que a Revista Pensata tenta dar uma mínima contribuição ao debate, publicando, no presente número, quatro reflexões sobre os acontecimentos das jornadas de Junho. Contamos a seguir com textos dos professores e pesquisadores Edson Teles (Unifesp), Ludmila Costhek Abílio (FEA-USP) Henrique Parra (Unifesp) e Jesus Marmanillo Pereira (UFPB). Agradecemos a todos os autores por suas contribuições e

esperamos que sejam de grande valia para entendimento das jornadas de Junho e da atual conjuntura nacional.

Brasil, meu Brasil brasileiro: entre o sonambulismo e o despertar do gigante.

Jesus Marmanillo Pereira¹

Resumo: O presente texto visa analisar as mobilizações de junho, a fim de problematizar alguns aspectos como: um ideal de Brasil reivindicador, a expansão de mobilização e sua vinculação com as redes sociais, e a relação entre uma manifestação ocorrida em João Pessoa-PB com os aspectos mais gerais do contexto das manifestações de junho. Para tanto, nos valem de uma literatura sobre pensamento social e movimentos sociais no Brasil, de uma pesquisa com base na observação direta, nas ruas em comunidades virtuais de mobilização, em registros fotográficos e em literatura afim.

Palavras-chave: Pensamento Social, repertórios simbólicos, Ações coletivas.

Introdução

A partir do segundo semestre de 2013, as mobilizações iniciadas em junho e julho tomaram conta do debate público mobilizando intelectuais, autoridades políticas, a mídia e diversos setores que tentaram definir esse fenômeno social que marcou as ruas de inúmeras capitais do Brasil. Mobilizações, protestos, movimentos, vandalismo, baderna...houve uma verdadeira disputa de classificações em torno dos mesmos eventos e, por outro lado, todos acreditavam falar da mesma coisa, embora não existisse uma definição consensual do que houve. Outro fato que deve ser destacado é que - junto à emergência simultânea em várias capitais no país - o aumento do número de pessoas participando das manifestações parece ter sinalizado uma forma de explicação, bastante mecânica e genérica, baseada no “despertar” do povo brasileiro caracterizada na expressão: “o gigante acordou” muito difundida nas redes eletrônicas.

Acreditando que tais colocações e afirmações públicas acerca do fato podem servir de base para uma problematização no campo das Ciências Sociais, buscaremos pontuar alguns aspectos teóricos metodológicos que podem nos auxiliar numa explicação mais complexa e atenta à literatura já produzida sobre movimentos sociais. Como orientação, nos guiaremos nas seguintes questões colocadas a esse objeto sociológico, ainda em fase de problematização: Quem é esse gigante? Como esse gigante acordou? E porque ele acordou?

Com tais questões buscaremos delinear uma forma de raciocínio e abordagem pautada na ideia de processo, tentando escapar das interpretações reificadoras, sobre os fatos narrados na televisão e nos principais debates, e naturalizadoras que tomam as “mobilizações” como coisas que possuem autoexistência ou atribuído significado *apriori*.

¹Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil. jesusmarmanillo@hotmail.com

ignorando assim todos os processos sociais e históricos que podem ser associados ao fato. Empiricamente nos valemos da observação direta e registros fotográficos realizados no protesto ocorrido em João Pessoa-PB no dia 20 de junho. Foram considerados também textos de Jornais que possuem publicação online e informações presentes em redes sociais, como o *facebook* por exemplo. Longe de esgotar as possibilidades de análise desse tema complexo, nos limitaremos a pensar a importância de tais manifestações para a problematização de uma ideia de Brasil reivindicador e da presença do meio online nos processos organizativos.

Quem é esse gigante?

A definição do Brasil e de seus grandes problemas são temas recorrentes no pensamento social brasileiro, autores como Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Caio Prado Junior, Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda entre tantos outros, buscaram, em diversas áreas, delinear um *ethos*. Nesses esforços, noções como patrimonialismo, progresso, autoritarismo, aculturação entre outras, buscaram sempre pensar o país em relação a fatores externos, esquecendo algumas especificidades locais que foram valorizadas e consideradas por alguns autores como Alvarez de Azevedo por exemplo.

Nesse sentido, a abordagem relacional muito caracterizada na Antropologia, quando trabalha questões como alteridade, etnicidade etc. e na Sociologia, quando se detém ao paradigma: sociedade-indivíduo, parece ter sido um princípio metodológico presente na maioria das formas de interpretar os fenômenos que caracterizam a “nação brasileira”. As definições de Brasil, de uma forma ou outra, são marcadas pelas referências exteriores, que até certo ponto é válido considerando o próprio processo de formação, contudo não é a única via de análise.

Sobre as tentativas de construção de uma identidade nacional vale ressaltar o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz, **O espetáculo das Raças**, quando percebe a importância dos museus e institutos históricos geográficos na construção de símbolos que materializassem e difundissem uma ideia homogênea de Brasil. Ainda sobre os símbolos nacionais, a filósofa Marilena Chauí, no texto “Mito fundador e Sociedade autoritária”, nota que tais símbolos estão ligados à ideia de mito fundador, ou seja, as tentativas quase sempre se referem a um momento passado imaginário e não congregam características processuais e de formação. Segundo a autora:

Diferentemente da formação, a *fundação* se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como *perene* (quase

eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar. Não só isso. A marca peculiar da fundação é a maneira como ela põe a transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanando da sociedade (em nosso caso, da nação) e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade (ou a nação) da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito (CHAUÍ, 2001, P.5).

Assim, “O gigante pela própria natureza” que retoma ideias presentes durante os processos de construção do hino nacional, durante o Brasil Imperial, indica uma referência de Brasil que não se pauta numa situação Histórica tal como um confronto, revolução política ou qualquer forma de ação que possa ser explicada por características concretas de seus agentes em determinada situação de organização contextualizada historicamente. Tem-se assim a ideia de grandeza pautada no mito e não na História social do país.

Dessa forma, resumir a explicação das mobilizações de junho ao “despertar do gigante” reafirma um pensamento social produzido durante o reinado de Dom Pedro Primeiro reproduzindo uma forma de alegoria que mais adjetiva do que substancializa uma interpretação que escape do aspecto mitológico. Em outras palavras, pensar esses mitos, a priori, como emanados e engendrados pela sociedade nos colocaria num jogo tautológico de palavras, fazendo com que retomássemos a primeira questão: quem é a sociedade Brasileira?

Sobre essa sociedade relacionada aos protestos, inúmeras pesquisas quantitativas foram feitas por organizações como, Ibope, Latino barômetro, Laboratório de estudos sobre imagem e cibercultura (LABIC) e outras, a fim de caracterizar um perfil de manifestante nas ruas e redes sociais como *facebook* e *Twitter*. Contudo o grandioso número de pessoas nas ruas e praças nos diz muito pouco sobre os processos associativos que garantem a união de diferentes pessoas e perfis em ações coletivas. Usando os termos de Sidney Tarrow (2009) poderíamos dizer que as manifestações compõem apenas a ponta do iceberg cuja estrutura é muito mais profunda e grande. A seguir, trataremos dos aspectos gerais da manifestação e em seguida de um caso específico ocorrido em João Pessoa-PB.

Por que e como esse gigante acordou?

O que poderia desencadear a presença de milhares e milhares de pessoas nas ruas das principais capitais do país? Ao buscar uma referência que explique o aumento e expansão das manifestações pelas principais capitais do país, parece ocorrer uma tendência natural para buscar determinados parâmetros expressos em outros exemplos de

manifestação como, por exemplo, o “Ocupe Wall Street” e os protestos na Arábia Saudita ou de pensar uma “nova” forma de mobilização apoiada fortemente pelas redes sociais. Nessa tentativa de buscar relações, há quem acredite que tudo se iniciou com o movimento do Passe Livre em São Paulo (MPL) e que este acabou repercutindo em outras capitais.

Sobre essas comparações e relações mais corriqueiras sobre o fenômeno ocorrido, podemos pensar que: uma vez que naturalizado o problema, sua explicação muito provavelmente também será naturalizada por meios de relações simplistas e diretas entre poucas variáveis. Colocando em outros termos, seria a mesma coisa que afirmar que o problema da falta de habitação poderia ser resolvido apenas com a construção de moradias e o da fome com a produção de alimentos, desconsiderando as relações de poder e interesses de determinados grupos existentes no cerne da questão.

As comparações podem ser válidas, no entanto perdem o valor analítico quando feitas de forma direta e apenas sobre resultados, pois, mais importante que comparar uma manifestação aqui com outra manifestação lá, enquanto resultados, seria comparar os processos (aqui e lá) que acarretam nas mobilizações. Assim, para além das especificidades políticas, poderíamos considerar primeiramente os elementos comuns.

Nesse âmbito, considera-se que o poder de comunicação é um aspecto fundamental para a difusão de ideias, por diferentes espaços geográficos, e instigação de processos associativos. Sobre a relação entre sociabilidade e localização geográfica, Haesbaet (2005) percebe que é possível -- por meio das redes de solidariedade e também do capitalismo contemporâneo -- movimentar fluxos de informação que possuem a capacidade de quebrar as definições de fronteiras espaciais, caracterizando assim um tipo de desterritorialização; o que implica dizer que a relação entre a sociabilidade desenvolvida pelos agentes e sua respectiva localização espacial não ocorre de forma sincrônica, nem necessariamente dentro de limites físicos definidos.

Nesse âmbito, autores como Santos (2006) consideram que tanto as *redes* quanto um avanço no *meio técnico científico* seriam pontos fundamentais no processo de reprodução do espaço, uma vez que possibilitam o maior fluxo e conectividade de informações, que entre outras coisas, garantem poder e domínio do homem sobre o espaço geográfico. Vale ressaltar que por rede tem-se uma ideia de conexão entre pontos, e por meio técnico científico entendem os recursos e produções humanas que visam estabelecer essas conexões entre homens, localizados em diferentes espaços, transpondo assim quaisquer barreiras físicas e naturais.

Esses autores e percepções nos possibilitam perceber que entre o Ocupe Wall Street, manifestações do passe livre e as outras que ocorreram desde Porto Alegre- RS até

Boa Vista-RR é possível tomar o fluxo de informações como um elemento macroestrutural que confere uma ideia de coesão e homogeneidade que poderia ser problematizada no momento em que fossem realizados estudos específicos sobre as manifestações em cada capital.

Enfim, a grande capacidade de comunicação fez com que fosse possível observar manifestantes com bandeiras do Brasil, máscaras de Guy Fawkes² utilizadas pelo personagem V, do filme *V de vingança*, e repetindo palavras de ordem, por exemplo, “Vem pra Rua!” em diferentes capitais do país. Se antes, no século XVII, algumas informações demoravam meses para transitar das revoluções ocorridas na Europa para a América Latina, atualmente o fluxo de informações é simultâneo aos fatos; e esse pode ter sido um fator fundamental na emergência de tantas manifestações quase que ao mesmo tempo.

Entre outros efeitos, tal capacidade de trânsito de informações confere, de forma geral, uma característica mais homogênea às manifestações ocorridas nas diferentes cidades, no entanto temos noção da necessidade de maior compreensão sobre as características dos grupos envolvidos em cada caso específico e suas reivindicações locais. Dessa forma, o maior conhecimento dos manifestantes possibilitaria compreender os motivos das ações coletivas, no entanto, esse conhecimento implica justamente na forma mítica como o povo brasileiro tem sido pensado; um povo brasileiro que difunde, com maior força, símbolos ingleses³ lado a lado com a bandeira nacional.

Até agora podemos aferir que o processo de “despertar” pode ser compreendido, dentre outras coisas, pelo atual estado de fluxo de informações e que a ruptura com a ideia de *fundação*, possibilitaria um argumento mais concreto fundamentado na História social dos atores envolvidos e sua relação com o processo de formação de uma ideia de nação.

Diante de nossa impossibilidade de expor um estudo mais consistente sobre os atores envolvidos, nos limitaremos a discorrer, de forma indireta, com base numa pesquisa de opinião⁴ chamada Barômetro das Américas. Ao observamos o gráfico I, sobre os problemas que os brasileiros consideram mais graves para o país, é possível perceber que os problemas como educação, economia, pobreza/ desigualdade e infraestrutura são

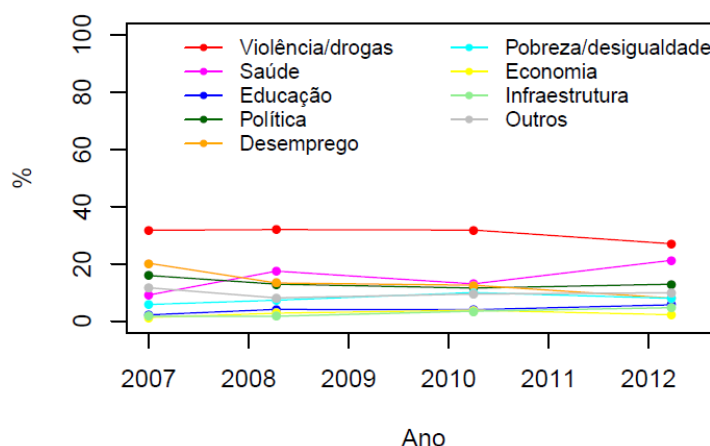
2 Guy Fawkes ou Guido Fawkes foi um soldado católico inglês, especialista em explosivos, que pretendeu explodir o parlamento. Tal personagem foi inspiração para a máscara branca com bigode pontudo e um detalhe de barba abaixo da boca e sua história adaptada ao filme *V de Vingança*.

3 Segundo o Jornal Hora de Santa Catarina. Desde o início dos protestos, as lojas da cidade aumentaram a venda das máscaras de Guy Fawkes em mais de 90%. Símbolo da revolta contra o governo e também do anonimato, o objeto sumiu das lojas nesta última semana. Em Florianópolis ela não existe mais, e o fornecedor disse que o estoque também acabou. Na loja em que trabalha Luiz Philippi, mais de 300 Guy Fawkes foram vendidas, esgotando o estoque. <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/horadesantacatarina/19.0.4177941.Conheca-a-historia-da-mascara-do-V-de-Vinganca-utilizada-nas-manifestacoes.html> acessado em: 20 de julho de 2013.

4 Para tanto, utilizaremos a pesquisa de opinião chamada Barômetro das Américas, que é conduzida pelo Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP). Segundo Aquino (2013) tal projeto funciona com o levantamento de amostras representativas da população brasileira. Tais levantamentos de dados têm sido coordenados pelo Prof. Lúcio Rennó, da UnB.

considerados os menos graves ao passo que a violência, a política, o desemprego e a saúde são considerados os mais graves para a população.

Gráfico I - Qual é o problema mais grave que o país está enfrentando?



Fonte: Barômetro das Américas

Insatisfação política, a luta contra a homofobia, o feminismo, protestos contra a PEC 37 e o aumento das passagens, essas foram algumas das bandeiras levantadas durante as manifestações de junho de 2013. A reivindicação de tais temas pode caracterizar propósitos comuns compartilhados pelos milhares que erguiam bandeiras e empunhavam hinos, canções e frases que caracterizaram uma das maiores mobilizações políticas do país. A partir desse raciocínio, vale destacar que além da comunicação e fluxo de informações, os propósitos comuns são para Sidney Tarrow (2009) um elemento fundamental na estruturação de ações coletivas. Para esse autor, as ações coletivas podem ser compreendidas de acordos com a mobilização dos consensos e identidades, repertórios de confrontos, estruturas de mobilização e contexto de restrições e oportunidades políticas.

Poderíamos dizer que a maioria dos grupos e das reivindicações foi mobilizada em torno de um único objetivo e alvo, havendo assim uma articulação do significado da luta em torno de uma identidade comum caracterizada no “manifestante do mês junho”, ou seja, este indivíduo é definido pela congruência de várias reivindicações em relação a figuras centrais como o governo federal, o pastor Marcos Feliciano e opositores considerados mais fortes que as “minorias”.

Por outro lado, o contexto de mobilização para a copa do mundo não poderia ser mais oportuno para a explosão de manifestações e repertórios expressos nas bandeiras, apitos e palavras de ordem que deram alma às manifestações. Carros de som, faixas,

atrações culturais e outros recursos demonstraram que além de pessoas e ideias havia também uma estrutura de mobilização que garantiu o fornecimento de determinados recursos.

20 de Junho de 2013: Avante João Pessoa!

No dia 16 de junho foi criada, na rede social facebook, a *Fanpage* avante João Pessoa. Como primeira mensagem (*post*), observamos um convite para formação de uma concentração em frente ao Lyceu Paraibano, às 16 horas do dia 20 de junho, que continha a mensagem João Pessoa avante! como é possível observar na ilustração I.

Ilustração I – Chamada João Pessoa Avante!



Fonte: <https://www.facebook.com/avantejoaopessoa>, 2013.

Além de perceber que tal convite parecia carregar um significado de ruptura com um estado de inércia, vale ressaltar também que nos quatro dias anteriores ao dia 20 de junho, a *fanpage* foi alimentada com informações dos protestos ocorridos em outras cidades do país. Com o título como “Vamos inundar as ruas de povo por todo Brasil! [Outras cidades participando dos protestos]” eram divulgadas informações sobre as manifestações em Fortaleza, São José do Rio Preto, Campinas, Rio de Janeiro, Blumenau e outras cidades. Traduzida de outra forma, essa mobilização foi alimentada por um consenso de identidades, ou formação de **Frames**, que para Goffman (1974) são tipos de enquadramentos elaborados sobre as situações de interação e fundamentais nos processos de oferecer sentido, legitimidade, identidade e organização das ações.

Assim, a legitimidade da ação coletiva nas ruas pessoenses seria justificada e legitimada por símbolos referentes à identidade nacional; fazer “parte do povo brasileiro” e do significado implícito disso, traduzido na ideia de solidariedade com outras partes desse

mesmo povo. Nessa perspectiva pode ser compreendida a chamada “Vamos inundar as ruas de povo por todo Brasil! [Outras cidades participando dos protestos]”.

Contando com um acervo de imagens de protestos, informações sobre o contexto nacional e local, e uma mensagem que sempre exalta o aspecto coletivo de participação política, a *fanpage* (Ilustração II) Avante João Pessoa possuiu uma função de realinhamento de diferentes insatisfações no sentido comum de promoção de ações coletivas, nas ruas e assembleias daquela capital.

Ilustração II Fanpage Avante João Pessoa



Fonte: <https://www.facebook.com/avantejoaopessoa>, 2013.

Ao considerarmos os estudos de Gohn (2008), podemos dizer que tal esse *recurso virtual* reforça a elaboração de frames de ação coletiva, ou seja, atribui sentidos para as passeatas já que cumpre com três funções básicas: a **demarcação**- quando chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a **atribuição**- quando se explicam as causas e se propõem soluções às injustiças sofridas; e a **articulação**, quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente.

Em tais processos, compostos por essas três funções, são incorporadas crenças e símbolos preexistentes que acabam definindo modalidades de ações coletivas. Em outros termos, é dinamizado um conjunto de experiências e agentes que acabam por caracterizar uma *estrutura de mobilização* (TARROW, 2009) a partir do qual emanavam alguns recursos e saberes específicos. Essa pode ser visualizada tanto numa forma de gestão do grupo quando organiza encontros por meio do *facebook*, quanto pelas divulgações de conhecimentos jurídicos a respeito das abordagens policiais feitas em protestos. Como

exemplo dessa mobilização de saberes e informação, podemos observar o anúncio da oficina promovida pelo grupo EnFRENTE (Ilustração IV) divulgado na *fanpage*, e realizada um dia antes da manifestação, na praça do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Ilustração IV- Pré-oficina de preparação para a manifestação

OFICINA PRÉ-ATO SOBRE PRIMEIROS SOCORROS EM MOBILIZAÇÕES DE RUA

POR QUE?

O EnFRENTE apoia e está nas lutas por transporte público. Visando contribuir na luta com nosso saber e nosso fazer, é de extrema importância que @s manifestantes saibam proceder diante de possíveis situações em grandes mobilizações na perspectiva de manter a integridade e segurança de tod@s! Abordaremos noções básicas: Spray de Pimenta, Desmaio, Contusões, Ferimento por Bala de borracha e estilhaços.

QUANDO?

19/06/13
Quarta
17h30

ONDE?

Praça do Centro de Educação
UFPB

Reforçando que o Ato Público será 20/06/13
quinta as 16h no Lyceu por
Redução da tarifa e Aumento da frota

COLETIVO
ENFRENTE!
Por uma Enfermagem de LUTA



Fonte: <https://www.facebook.com/avantejoapessoa>, 2013.

Entre outras coisas, o anúncio demonstra a inserção do grupo EnFRENTE na organização dos protestos que ocorreriam no dia seguinte. O fato de a oficina ter sido oferecida no espaço da Universidade Federal da Paraíba também não pode ser desvinculado da participação comprovada da comunidade acadêmica junto às ações coletivas iniciados às 16 horas em frente ao Lyceu Paraibano, situação que contou com a presença de alunos e professores de algumas graduações e programas de pós-graduação da universidade Federal da Paraíba.

No referido dia 20 de junho, as linhas de ônibus para o centro de João Pessoa foram suspensas sob a alegação de que haveria depredação dos ônibus. Na verdade, tal ação dos empresários já sinalizava uma ideia de confronto frente às manifestações, uma vez que induzia a uma associação direta entre manifestações e vandalismo. Por outro lado, manifestantes, nas redes sociais e nas ruas, falavam em manifestação pacífica e formas de comportamento possíveis em situações de violência policial.

A ausência de veículos nessa região central de João Pessoa gerou uma sensação de espaço vazio que aos poucos foi sendo ocupado pelas pessoas que, embaladas por apitos e palavras de ordem, chegavam pelas estreitas ruas e incorporavam-se à caminhada. O trajeto da passeata iniciou-se no Lyceu e percorreu o a Lagoa do Parque Sólon de Lucena se dirigindo à Avenida Eptácio Pessoa uma das principais que faz a ligação entre a região

antiga e central de João Pessoa e parte expandida da cidade, no sentido das praias do Cabo Branco e Tambaú.

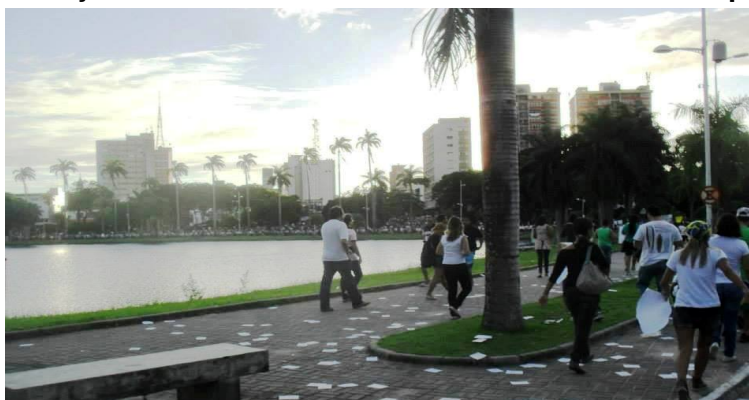
Embora marcado no Lyceu Paraibano, a concentração ocorreu na Lagoa do Parque Sólon de Lucena onde havia um carro de som que oferecia o microfone para que pessoas de diferentes grupos se manifestassem. Naquela situação havia uma heterogeneidade de grupos, o movimento GLBT, feminista, estudantes, professores etc.. E um carro de som que oferecia o microfone para que pessoas de cada grupo se expressassem as reivindicações e indignações. Símbolos como a bandeira nacional eram presentes da mesma forma pessoas com mascaras do Guy Fawkers que eram vendidas, pelo preço de dez reais, em meio à multidão.

**Ilustração V- Concentração em área próxima ao
Parque da Lagoa Sólon de Lucena**



Fonte: Marmanillo, 2013.

Ainda nas proximidades da Lagoa ocorreu uma primeira discordância quanto ao trajeto percorrido já que as opções eram: seguir o trajeto planejado inicialmente para a Avenida Epitácio Pessoa ou se locomover no sentido da praça dos três poderes, local onde estão concentradas as sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário estadual. Contudo, o primeiro trajeto informado aos órgãos públicos foi seguido, sendo desenvolvido com tranquilidade e represália da multidão contra as atitudes de depredação e desrespeito ao patrimônio público.

Ilustração VII- Manifestantes indo no sentido da Av. Epitácio Pessoa

Fonte: Marmanillo, 2013.

A concentração de pessoas, no Lago do Parque Sólon de Lucena, seguiu rumo a Av. Epitácio Pessoa como é possível ver na ilustração (VII). No percurso eram manifestados diversos *repertórios de ação coletiva*. Por esse conceito, entende-se a maneira pela qual as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados, acionando um conjunto de rotinas apreendidas, compartilhadas e desenvolvidas através de um processo de escolha. (TARROW, 2009). Como alguns exemplos, pudemos observar trechos musicados como: “Brasil.. vamos acordar! O professor vale mais que o Neymar!” ou os constantes “Vem pra rua! Vem pra rua!” que eram gritados quando as pessoas acenavam dos prédios residenciais localizados ao longo da avenida. Além das músicas eram expostos cartazes com frases como: Filho teu não foge a luta. Não é só o busão, a gente quer saúde e educação, contra a PEC 37, reforma política já! como é possível verificar na Ilustração VIII.

Ilustração VIII- Passeata na Av. Epitácio Pessoa

Fonte: Marmanillo, 2013.

Embora fosse possível perder de vista o grande número de pessoas presentes ao longo das duas vias da Avenida Eptácio Pessoa, no decorrer dessa grande avenida o número de manifestantes foi diminuindo e alguns grupos foram ficando no caminho como forma de expressar a não concordância do rumo que estava tomando a manifestação. No trecho próximo de uma praça, conhecida como Praça das Muriçocas, ficaram alguns grupos como o GLBT, feministas, do passe livre e outros. Tinha-se ali o momento em que a homogeneidade de uma manifestação começou a se decompor na heterogeneidade de grupos, caracterizando um contexto de exaltação de diferentes projetos, origens e sentidos para a ação.

Conclusões preliminares

Na arte, na academia, na política foram inúmeras as tentativas de construção de uma ideia de Brasil. Nas manifestações de junho não foi diferente, em vários momentos a ideia de pertencimento e compromisso com a nação foi evocada para chamar as pessoas para as ruas. Diferentes Brasis foram manifestados de acordo com as demandas de determinados grupos cujas forças foram canalizadas em ações únicas contra “opositores” e opressores mais bem equipados e vinculados ao empresariado dos transportes, ao debate sobre a comissão nacional de direitos humanos e sobre a reforma política.

Os diversos cartazes e demandas trazem a tona o problema da *fundação* mítica do Brasil, frases como o “gigante pela própria natureza” sinalizam a resignificação do hino para uma luta interna e caracteriza uma ruptura com outras ideias de Brasil. As mobilizações simbólicas datam do período imperial e sempre impuseram uma visão nacional fincada na coesão e sentimento nacional, tais práticas se reproduziram na arte, quem o diga às pessoas que acreditavam no Brasil Lindo e Trigueiro, terra do samba e do Pandeiro.

Pautadas na ideia de *fundação*, tais construções simbólicas não possuem substância concreta atrelada às construções históricas caracterizadas pela grande participação política da população. Nesse aspecto, as manifestações de junho sinalizam uma reapropriação de alguns símbolos nacionais em situação de protesto e ao mesmo tempo reforçaram uma forma de cultura política e participação que se desenvolve até hoje em algumas capitais como João Pessoa, Rio de Janeiro e outras.

Para explicar a emergência simultânea de diversas manifestações foi importante considerar a utilização das redes sociais e a importância dessas no desenvolvimento do fluxo de informações, no processo de organização e no alinhamento de diferentes forças para manifestações capazes de congregar diferentes grupos. Nossa observação detalhada sobre a situação específica de João Pessoa nos demonstrou características dessa “nova”

forma virtual de mobilização cujo sentido se caracterizou em relação à ideia de povo brasileiro reivindicador, o que implica na necessidade do debate sobre uma noção de Brasil em tempos de grandes mobilizações.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. New York: Harper and Row, 1974.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre a redes e os aglomerados de exclusão. *In*: Iná Elias de. *Et al: Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas – instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Apresentação

AQUINO, Jackson Alves de. **O Brasil em Movimento**. Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: <http://www.lepem.ufc.br/jaa/brmov.pdf>

Sites consultados

http://www.oimparcial.com.br/app/noticia/urbano/2013/06/27/interna_urbano,137019/doutora-em-ciencia-politica-analisa-os-motivos-das-manifestacoes-em-sao-luis.shtml#.UczLV_g5gqM.facebook

<http://www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags/>

<https://www.facebook.com/avantejoaopessoa>

Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência

Henrique Z. M. Parra¹

"Não cabe temer ou esperar,
mas buscar novas armas" (Gilles Deleuze)

Escrevo em agosto sobre as "jornadas de junho" ². A pequena distância temporal que nos separa dos episódios narrados cria algumas facilidades e outras tantas dificuldades. Durante aqueles dias e nas semanas seguintes, muitos artigos foram publicados e vários encontros de ativistas foram realizados para fazer "análises de conjuntura". Todos convocados a pensar sobre o que estava ocorrendo. Ótimo momento para novos e velhos encontros que recolocam a política na ordem do dia.

Diante da diversidade de enunciações produzidas sobre o que se passou e sobre o que ainda corre, e face as reações de atores políticos em campos tão distintos, proponho-me a fazer um experimento de sociologia dos rastros. Seguirei algumas trilhas através da descrição das reverberações que o acontecimento provocou. Evitarei, portanto, interpretá-lo ou explicá-lo como uma manifestação que resulta de determinações sociais e históricas específicas, optando por lançar algumas hipóteses sobre os devires que podem ser apreendidos a partir das tensões sociais que emergem em torno dos rastros deste acontecimento.

A descrição das ações, como vestígios ou índices visíveis das posições tomadas, permite-nos refletir sobre as forças que estão em jogo e que objetivam codificar, estabilizar e territorializar o acontecimento, numa tentativa de colocar as forças que ele dispara em alguma direção pré-estabelecida, funcionalizando-o, reduzindo-o a um vetor sob controle de uma máquina qualquer (máquina governo, máquina eleitoral, máquina capitalista etc). É por isso que sua domesticação está sob intensa disputa, podendo colocá-lo a serviço de interesses específicos e tão distintos, seja dos governos, das forças de oposição e de tantos outros.

1 Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp. Contato: polart@riseup.net.

2 Neste artigo sigo uma proposta de escrita inacabada, observações participantes, pensamentos em matilha. As apropriações teóricas atravessam todo o texto: Foucault, Deleuze, Rancière, Latour, Marx e outros. Este trabalho também visa criar, junto a outros artigos escritos nos últimos dois anos, um espécie de cartografia das configurações da política e do ativismo em contextos de uso das tecnologias digitais de comunicação. Veja: PARRA, H.Z.M. Política da Partilha e da Distribuição. In: Silvio Gallo, Marcus Novaes, Laisa Blancy de Oliveira Guarienti. (Org.). **Conexões: Deleuze e Políticas e Resistências e....** 1ed. Petrópolis/Campinas/Brasília: De Petrus et Alii, ALB, CAPES, 2013, v. , p. 35-44; Parra, H.Z.M. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpública em redes digitais. **Sociedade e Cultura**, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiânia, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2012; PARRA, H.Z.M. & ADAMS, G. Nem eixo nem seixo. IN: PARRA & ORTELLADO & RHATTO. **Movimentos em Marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo, 2013 (no prelo).

Para isso, o artigo será uma espécie de mosaico com pequenos relatos divididos entre algumas poucas coisas que posso observar (são os rastros) e tantas outras coisas que não sei (são as hipóteses). Dessa forma, espero contribuir para a compreensão de um acontecimento que ainda vibra em aberto. Neste sentido, exercitar um olhar que mantém um estado de abertura do objeto é simultaneamente uma opção metodológica e uma aposta política do investigador.

Rastro 1: controvérsias sobre as motivações e estratégias dos movimentos

No calor das manifestações de junho alguns analistas e militantes políticos se apressaram a dizer que o Movimento Passe Livre (MPL) e os diversos grupos que se engajaram na luta pela redução da tarifa do transporte público sofriam da ausência de um programa político de maior alcance. Da mesma forma, nos últimos dias vemos surgir novos artigos que se animam a dizer que nada sobrou daqueles episódios e que retornamos assim à "normalidade" da política (governamental, eleitoral, partidária etc). Nestas leituras os movimentos teriam alcance muito limitado e teriam fracassado nos seus objetivos mais ousados.

Não é preciso muita astúcia para perceber que alguma coisa se rompeu neste processo e todos foram pegos de surpresa. Ninguém pôde antecipar ou explicar o que se passava, justamente porque o acontecimento, dada sua "natureza" indeterminada, transborda para além das condições históricas que o alimentam. Neste sentido, é a própria interpretação do fenômeno que está sob disputa. Afinal, as versões que buscam estabilizar os fatos são também produtoras de novas realidades.

Por isso, os processos que ocorreram e que criaram (e criam) novos possíveis, escapam ao radar dos analistas que apenas veem o jogo esperado da grande política com seus atores e estratégias já definidas. É este mesmo pensamento que dizia que "faltava" algo ao MPL e que agora afirma que os ventos revoltosos já se tornaram brisa. Afinal, muitos se perguntam: "quem são eles?" ou "o quê eles querem?". Porém, como bem escreveu Peter Pál Pelbart inspirado pela frase escorregadia de uma militante do MPL a um jornalista - "anota aí, eu sou ninguém!" - talvez essas sejam as perguntas erradas!

Rastro 2: vitória contra o preço da tarifa, a política versus a gestão

As lutas pela redução da tarifa do transporte público urbano obtiveram uma importante vitória. Em primeiro lugar, para milhares de pessoas (muitas delas pela primeira vez mobilizadas) mostrou que ir às ruas para fazer uma reivindicação tem efeitos reais. Isso não é pouco e, certamente, tem efeitos de aprendizado político que transbordam para além

daqueles movimentos e do período das manifestações. Em segundo lugar, atualizam o sentido da política ao retirar os termos e a resposta do conflito da arena da administração. Num contexto de hegemonia da lógica gerencial, que nega e destrói o espaço propriamente político, o MPL e demais grupos de afinidade interrogaram o cálculo matemático dos governantes e, por isso, criaram política ali onde ela não existia.

O governo municipal de São Paulo, com Fernando Haddad do PT, demorou a entender que a resolução do problema não estava nas planilhas. A política não pode ser reduzida à questão da partilha dos recursos segundo a contabilidade estabelecida. A política é exatamente o momento de redefinição dos termos que tomam parte do conflito, de redefinição das formas de pertencimento numa dada comunidade (quem tem direito?) e da redefinição das partes e responsabilidades que formam o comum. Como dizia o bordão, era "muito mais do que 20 centavos" que estavam em jogo. O direito à cidade, o direito à mobilidade não é algo que possa ser exatamente mensurado ou equacionado pela lógica gestonária (Rancière chamaria isso de lógica policial); trata-se de uma questão propriamente política cuja resposta exige a invenção de novas soluções.

Rastro 3: controvérsias sobre a definição de quem participava das manifestações de rua

É preciso atenção à diversidade do fenômeno. Muitos grupos políticos agiram rapidamente para tentar categorizar os atores responsáveis, a composição social dos manifestantes e produzir diagnósticos das causas sociais que os mobilizam. Todavia, nessas mesmas explicações temos grupos que disputam a interpretação do real para fortalecer uma configuração específica do conflito no espaço social. Basta compararmos as análises realizadas e veiculadas pelos governos, pela mídia corporativa, pelos partidos políticos, pelos sindicatos, movimentos sociais e grupos autônomos.

Uma importante observação a fazer sobre as Jornadas de Junho é que elas foram extremamente heterogêneas. O que estava ocorrendo na cidade de São Paulo era diferente em vários aspectos do que estava ocorrendo no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Recife ou Porto Alegre. Certamente, interessa-nos estabelecer possíveis relações entre elementos comuns. A ciência, afinal, é feita desta capacidade específica (ou metódica) de estabelecer relações não triviais entre elementos sem relação aparente. Porém, também importa perceber as diferenças. Neste caso, creio que elas sejam muito reveladoras e nos permitem escapar da necessidade de identificar (tornar único-unitário) o movimento, suas causas e objetivos. Tomo esta perspectiva pois desconfio que estejamos diante de algo múltiplo.

É com este olhar que procuro seguir o rastro da disputa dos diferentes segmentos políticos constituídos (partidos, sindicatos, movimentos sociais, mídia corporativa) para tentar classificar o(s) movimento(s). Esta dificuldade de enquadrá-lo talvez seja o principal sintoma de que estamos diante de algo novo. Muitos dos que foram às ruas não tinham uma identidade política claramente definida. Os objetivos sim eram bem definidos em alguns momentos, ao contrário do que a imprensa procurava desinformar.

Rastro 4: conflitos pelos canais de mediação e tentativas de captura do capital político mobilizado nas ruas

Ficou evidente como num primeiro momento o governo municipal de São Paulo não foi capaz de reconhecer as manifestações nas ruas como expressão de grupos que deveriam ser ouvidos ou levados a sério. Há muitas hipóteses sobre as razões de tal surdez: não eram grupos organizados como de costume; o PT afastou-se paulatinamente da base dos movimentos sociais; o governo estava tomado por um pensamento gerencial, entre outras.

O fato é que o governo municipal foi surpreendido e só começou a correr atrás do prejuízo político muito tardiamente. A confusão do diretório municipal do PT, num momento apoiando a decisão de Haddad em não baixar a tarifa e depois convocando os militantes para a Avenida Paulista afim de comemorar a vitória popular sobre a queda da passagem de ônibus, é um ótimo indicador da desorientação face à situação inesperada.

O governo estadual, por sua vez, tentou reprimir os protestos até o momento em que imaginou ser capaz de aproveitar as manifestações contra o governo federal e municipal. O governo federal, logo após a derrubada das tarifas em diversas capitais, apressou-se em convocar reuniões com muitos sindicatos e movimentos sociais que nos últimos anos viram os canais de interlocução serem abandonados. Todavia, em se tratando das mobilizações que ocorreram em diversas capitais, era evidente que os governos não sabiam a quem convocar para negociar. Mesmo a reunião da presidenta Dilma com representantes do MPL, teve apenas o efeito ilusório de que o governo se reunia com os "representantes" das manifestações. Porém, a lucidez dos militantes do MPL, devidamente informada por uma outra política, não deixou que fossem capturados e identificados como tais.

Rastro 5: variações nos modos de repressão policial aos movimentos de rua

Da mesma forma como os movimentos que tomaram as ruas das capitais e de pequenos municípios brasileiros (sem a mesma visibilidade midiática) eram muito

heterogêneos em sua composição e forma de mobilização, as reações governamentais e policiais também foram bem distintas. Basta compararmos a atuação da polícia militar nas diferentes capitais. As nuances nas respostas governamentais (segundo o Estado e a cidade) também variaram no tempo, o que indica a forma como a potência política colocada nas ruas e nas redes digitais de comunicação estava sob a disputa de um jogo político simultaneamente travado em outras locais e esferas do poder constituído.

Tomemos o caso da capital paulista. Até o final do dia 13 de junho, quando as manifestações contra o aumento da tarifa foram violentamente reprimidas pela polícia militar, tendo logo em seguida grande veiculação na mídia, os mesmos "excessos" agora cometidos pela PM eram antes caracterizados como ações dentro da norma, e os mesmos "vândalos" ou "baderneiros" de antes transformaram-se em "manifestantes". Estranha semântica na produção do real. Eis que de repente aquela mesma energia política das ruas foi interpretada de outra maneira e o jogo adquiriu outro contorno. Rapidamente, a mesma reivindicação torna-se funcional no discurso midiático para atacar o governo municipal do PT (com chances de contágio para o governo federal). Ao mesmo tempo, o forte repúdio coletivo expresso nas ruas à violência policial sinalizou um claro limite à ação do governo estadual do PSDB e sua polícia. Curioso observar como a polícia, que dias antes reprimia qualquer manifestação que atrapalhasse o trânsito de carros na capital, passou a escoltar os manifestantes que ocupavam ruas e estradas no Estado de São Paulo. A mudança desta postura talvez também seja um sinal dos tempos em que mais eficiente do que reprimir é saber governar, conduzir.

Rastro 6: variações no repertório de ações e táticas de luta dos manifestantes

Mas ir às ruas não gerou mudanças apenas nas formas de atuação das forças policiais. Foi interessante observar como no mês de junho (e ainda hoje) diversos grupos e movimentos sociais renovaram seu repertório de táticas ao voltar a ocupar rodovias, ruas e espaços governamentais. De repente, as pessoas reaprenderam que era possível fechar uma rodovia como a Via Dutra (que liga São Paulo ao Rio); levaria um bom tempo até que a polícia conseguisse chegar ao local do bloqueio para negociar sua abertura (que frequentemente era feita), mas aí o protesto já tinha obtido seu resultado. Durante aquele mês diversas avenidas e rodovias foram bloqueadas por manifestações; ocupações temporárias de câmaras municipais e pequenos acampamentos em praças também se espalharam de forma inesperada.

Rastro 7: interpenetração dos fluxos comunicacionais com os processos de rua; uso das tecnologias de comunicação em redes digitais e conflito de versões nos meios de comunicação de massa

Não é possível ignorar a participação dos meios de comunicação digital em redes cibernéticas neste acontecimento. Ela é, todavia, apenas um dentre outros vetores importantes. Foi marcante a mudança no discurso dos meios de comunicação de massa, em especial na televisão, sobre as manifestações e sobre os manifestantes. Simultaneamente, na internet, houve uma verdadeira guerrilha entre narrativas e versões dos fatos.

Neste aspecto, tenho a hipótese de que os grupos proprietários dos meios de comunicação de massa no Brasil perceberam uma tendência emergente nas redes de comunicação digital - a partir do dia 14 de junho - e procuraram fortalecer e direcionar, em certa medida, o “enxame” do fluxo comunicacional sob um padrão que lhe fosse mais favorável. Não se trata aqui, de afirmar que as milhares de pessoas que foram às ruas na segunda-feira (dia 17 de junho) eram “manipuladas”. Longe disso. Nas ruas de São Paulo (a depender da localização e do momento da passeata) as pessoas que lá estavam eram muito distintas e estavam mobilizadas por razões diversas, mesmo que as reivindicações pela redução da tarifa e contra a violência policial tenham convergido como um fator comum que contribuiu para a ida às ruas. A comunicação nas redes digitais manteve-se bastante distribuída, com muitos nós e centros de irradiação, tensionando com as versões veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Todavia, os meios de comunicação de massa foram capazes, em alguns momentos, de canalizar o fluxo das informações das redes digitais numa direção específica, graças ao controle (da intermediação, edição e emissão centralizada) obtido por sua posição estratégica na cadeia produtiva da “notícia”.

Não podemos analisar o que estava se passando nas ruas de maneira separada do que estava ocorrendo no espaço comunicacional. Na rua, cada indivíduo e cada grupo tem uma relação com o vivido muito determinada pelo campo experiencial do local (mas também das informações que recebe e troca durante o percurso). A manifestação, todavia, ocorre para além da rua. Sua ação também está sendo construída e seus sentidos são disputados e definidos alhures, para além do local físico imediato. Em seguida (e cada vez mais simultaneamente), essas versões do campo comunicacional que circulavam tanto na internet como nos veículos de comunicação de massa, voltam a participar da construção do ato na rua. Lembro-me dos efeitos imediatos percebidos entre as pessoas na marcha do dia 17 de junho toda vez que começavam a chegar via SMS informações sobre as marchas em outras capitais. Ou ainda, podemos pensar na maneira como os meios de comunicação de

massa, tanto nas transmissões televisivas como na difusão de informações via internet, atuaram como importantes nós de difusão e mobilização.

Nesta dimensão, interesse-me pela análise das condições que contribuíram para a mudança no limiar decisório que levou as pessoas às ruas na segunda-feira, dia 17 de junho de 2013. Como é este momento em que estamos ali em casa, vendo as notícias pela internet (cada vez mais através das redes digitais), ou assistindo ao noticiário que entrava ao vivo na televisão, e através de um processo de saturação tomamos a decisão de sair de casa e ir para rua protestar? Aqui, parto da hipótese de que a comunicação em redes digitais teve um papel importante na redução deste limiar, entre ficar em casa e a decisão de sair para a rua.

Tanto o Facebook como o Twitter, dada as especificidades técnicas do seu modo de funcionamento, tendem a criar uma dinâmica de reforço das disposições que se tornam emergentes no interior de uma determinada rede de relações sociais. Frequentemente, nos associamos nessas redes a indivíduos e grupos com as quais temos mais afinidades (culturais, políticos etc). Poucos são aqueles que se mantêm conectados às pessoas com os quais não têm afinidades. Dessa forma, graças ao efeito de filtro e *feedback* realizado pelas pessoas com as quais estamos vinculados nessas plataformas, a tendência é de reforço de nossas próprias disposições iniciais. São raras as pessoas que praticam a saudável e constante exposição ao contraditório. Por isso, como resultado indireto, tanto o Facebook como o Twitter adquirem um forte efeito emocional em circunstâncias de comunicação em tempo-real, o que contribui em larga medida para modificar o limiar decisório.

Outro fato relevante a ser lembrado, e que relativiza os argumentos que tendem a sobre-determinar o efeito das redes digitais nas manifestações de rua, são aquelas convocatórias virtuais que não se efetivaram nas ruas. Costuma-se falar apenas dos casos em que grandes manifestações de rua coincidem com grandes mobilizações virtuais. Todavia, por que algumas mobilizações virtuais com grande adesão muitas vezes não transbordam para as ruas? Só para citar um exemplo, logo após os protestos de junho houve diversos chamados na internet (e no Facebook) para uma greve geral no dia 1 de julho. Foi interessante observar como este chamado que já contava com milhares de pessoas confirmadas foi pouco a pouco perdendo força. Tudo indica que na comunicação em redes digitais as pessoas buscam diferentes recursos ou fontes (tanto na própria rede como fora dela) para estabelecer a relevância e a confiança nessas informações. Neste caso parece fundamental compreender quais são as formas atuais de produção de informação “significativa”, capaz de impactar numa mudança de disposição individual e social no interior desta nova ecologia comunicacional.

Rastro 8: crise no sistema de representação política e ataque aos partidos e movimentos sociais organizados

Em São Paulo, acredito que o acontecimento, propriamente dito, deu-se no dia 17 de junho. Ali, tudo se tornou escorregadio, indeterminado e perigoso (para todos os lados). Neste dia, é produzido um capital político difuso, sem donos, sem representantes, ainda que o MPL fosse identificado como um dos grupos responsáveis pela eclosão das ocupações das ruas. Neste dia também, produziu-se e ficou mais evidente algumas novidades políticas deste processo. No dia seguinte, porém, já podíamos ver as diversas tentativas de estabilização e controle sobre os efeitos do acontecimento.

Um desses processos de captura deu-se na eclosão de conflitos entre indivíduos presentes nas manifestações da quinta-feira, dia 20 de junho, contra militantes de partidos políticos e movimentos sociais. Faltam muitos elementos para avaliar o que ocorreu e como se processou o conflito na rua. Naquele dia, presenciei uma indignação difusa de cidadãos contra qualquer organização que ali se apresentava de maneira organizada; mas haviam também grupos de extrema direita que atuaram como provocadores.

Neste caso, a única pista que posso seguir e interrogar é aquela que tentou se inscrever no campo comunicacional como hegemônica: a de que os partidos de esquerda e movimentos sociais haviam sido atacados por cidadãos que não os reconheciam como legítimos. Tal interpretação, que circulou com muita força nos dias seguintes, levou os diversos grupos engajados na luta contra a tarifa a reavaliarem seus próximos passos.

Se na segunda-feira (17/06) já era sensível uma outra disputa política nas ruas de São Paulo, marcada por uma diversidade muito maior de sujeitos, grupos e pautas, na quinta-feira (20/06) houve uma inflexão radical, dando lugar a uma tentativa de captura e direcionamento do capital político acumulado nas ruas. Ainda que o diagnóstico de crise dos mecanismos e instituições de representação política tenha sido expresso por grupos de diversas matizes políticas, as formas que enfrentamento ou as propostas de alternativas elaboradas para este problema eram múltiplas.

O rastro que aí seguimos foi daquela imagem que a grande imprensa corporativa buscou estabelecer: a revolta estava dirigida ao sistema político de partidos. Esta talvez tenha sido uma forma de tentar codificar e estabilizar as novas subjetividades políticas inauguradas durante os levantes e os desejos de radicalização democrática. Talvez, uma ação de tentativa de captura pelos poderes constituídos dos “possíveis” inaugurados pela multidão nos dias anteriores, reduzindo o múltiplo a um conflito identitário entre militantes da política dos partidos versus cidadãos sem representação. Conflito que, neste modelo, seria mais facilmente governável numa direção estratégica. Todavia, esta captura não foi total

nem permanente. As coisas ainda pulsam e seguem prestes a transbordar em direções imprevistas. Tudo indica, inclusive, que a pressão só vai aumentar.

Rastro 9: Anonymous, Black Bloc, eu e a multidão no Instagram: dessubjetivação e novos modos de subjetivação política

Os protestos de 2013 parecem atualizar, em alguma medida, o ciclo estético-político das manifestações contra a globalização no início dos anos 2000, colocando agora novas pessoas, grupos e formas diversas de expressão nas ruas.

A pequena quantidade de camisetas estampadas com o rosto de Che Guevara, comparada a tantos outros símbolos presentes nas ruas, não pode ser ignorada. O avatar símbolo do Anonymous, ágil antropofagia cultural da máscara pop do filme "V de Vingança", serve aqui como metáfora de uma mutação em processo. Enquanto Che representava o indivíduo herói que inscreve seu nome pessoal na história social, os Anonymous podem ser qualquer um e ao mesmo tempo todos nós. Estratégia de dessubjetivação que resiste aos mecanismos de controle, é também uma forma de constituição de atores políticos não-identitários.

Da mesma forma, o Black Bloc constitui-se como grupo político apenas na ação. Assim como no caso dos Anonymous ninguém diz "eu sou do Anonymous" ou "eu sou do Black Bloc". São coletividades que se constituem na ação. Tal situação, além de criar dificuldades para as forças repressivas, coloca novos desafios para as formas de mediação e representação política.

Paralelamente a essas ações coletivas, chamou à atenção a multidão de indivíduos que foram às ruas carregando seus próprios cartazes, muitos escritos à mão ou construídos de forma muito simples e singular, criando frases que posteriormente se tornariam *memes* nas redes digitais e slogans nos jornais. No plano imagético, o autorretrato feito com celulares e câmeras digitais no meio das manifestações também dizem muito mais do que as frágeis acusações de narcisismo midiático. Muitos dos presentes nas ruas estavam lá pela primeira vez e o registro de si naquela multidão pode ser investigado como uma expressão de um desejo de presença e participação num momento com potencial histórico. Tenho na memória um instante sensível na passeata de 17 de junho (segunda-feira), quando a multidão pode ver seu próprio reflexo nas paredes espelhadas de um edifício na Avenida Faria Lima em São Paulo. Houve um primeiro silêncio, um assombro, e depois uma grande explosão, talvez expressão da visualização da potência ali manifesta.

As descrições aqui apresentadas compõem um exercício em processo. Cada um desses rastros merece uma verificação mais detalhada dos próprios “fatos” que o compõem. Tal precariedade na escrita é uma resposta à urgência colocada pela participação, observação e reflexão sobre os acontecimentos de junho. Se arriscamos apresentar essas ideias neste estágio é porque acreditamos que o conhecimento se multiplica “melhor” quando antes compartilhado. Afinal, nenhum pensamento aqui é fruto de uma experiência isolada.

A escolha dos elementos descritos também não é acidental. Optamos por aqueles elementos que ajudam a compreender algumas mutações em curso no plano das configurações da política e do ativismo contemporâneo, especialmente aquelas relacionadas aos contextos em que as redes digitais de comunicação tiveram forte presença. Ademais, nosso recorte está orientado pelo interesse em compreender as práticas políticas emergentes e as formas de mediação social que transbordam para além dos canais de representação política estabelecidos. Por hora, a coletânea desses rastros e as configurações que eles nos permitem imaginar, permite-nos elaborar as hipóteses finais, trilhas pouco exploradas que indicam possíveis percursos para a pesquisa.

As práticas dos atores políticos (MPL, Anonymous e outros coletivos) que inauguram novos modos de subjetivação e de dessubjetivação (sem partir ou constituir uma identidade fixa) expressam uma forma de resistência (sempre parcial) às novas formas de poder nas sociedades de controle; indicam também a emergência de uma política pré-figurativa e não-representativa (sempre provisória) que reivindica o acesso coletivo a um bem comum (direito à cidade, direito à mobilidade, direito a um ar menos poluído). No plano do espaço social trata-se de uma brecha, fugaz por natureza, marcada pela passagem de uma “política da partilha” (forma de divisão e acesso a um recurso exclusivo e rival entre grupos constituídos) para uma “política da distribuição” (forma de direito coletivo de participação não-exclusiva e não-rival a um recurso comum). Caso efetivada, seria o instante de uma invenção democrática capaz de criar novos sujeitos e direitos.

Rompantes no espírito do desenvolvimento brasileiro

Ludmila Costhek Abílio¹

Teria a tempestade que impele o anjo tupiniquim mudado de rumo? Os ventos do progresso até um mês atrás pareciam ter uma direção muito bem definida. O gigante estava de pé, dizia o *keep walking*, o Brasil que dá certo tinha um rumo ornitorrítico, mas em seus passos truncados parecia seguro em alcançar o tão esperado progresso brasileiro.

Tal progresso ninguém sabe mesmo bem definir. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social; o país subdesenvolvido conta com seus bilionários e multinacionais, nascidos e criados, na lista dos quinhentos mais predadores. A 'nova classe média' deixaria Bourdieu com os cabelos em pé, o churrasco na laje da casa de três cômodos inacabada e as quatro horas diárias no ônibus não cederam lugar aos vinhos de 25 reais, talvez aos carros financiados a longas prestações. As faculdades brotaram e lotaram, em um sistema educacional amplamente privado, de baixa qualidade e de alto incentivo público.

Algumas teorias sobre a década lulista foram delineadas, deixando claro que muito pouco sabemos sobre quem é a classe trabalhadora brasileira, quais suas potencialidades políticas, e agora o povo está nas ruas, mas que povo é esse também ainda não compreendemos. A *classe batalhadora*, o *precariado*, o *subproletariado* trazem em alguma medida a classe trabalhadora para o centro da análise do desenvolvimento, mas ainda não alcançam as transformações sociais na estratificação brasileira que se entrelaçam com as do mundo do trabalho e da acumulação.

Passado já mais de um mês, permanece a perplexidade. A cada dia o pensamento de ontem parece já não dar conta do que vem literalmente amanhã. Antes de mais nada, talvez seja preciso entender a própria impossibilidade de teorizar sobre o presente.

Há quase três décadas o pensamento de esquerda corre atrás do prejuízo, a velocidade das transformações sociais ultrapassa as das sinapses dos que viram nestes anos o que tomou forma como a globalização – e suas múltiplas definições, o neoliberalismo – talvez esse hoje tenha já encontrado certo uníssono teórico crítico, a ascensão e desfiguração dos partidos de esquerda, tudo isso permeado pelo desaparecimento do bom e

¹ Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e aluna de pós-graduação na FEA-USP. Atua principalmente nos seguintes temas: atuais relações entre exploração do trabalho, financeirização e acumulação capitalista; estudos do desenvolvimento, relações entre trabalho e consumo.

velho horizonte socialista. Os horizontes políticos minguaram tanto que o projeto reformista calcado nas possibilidades do *welfare* também vai se esfacelando.

De uma certa perspectiva (paulistocêntrica), as teorias que miraram nos movimentos sociais na chamada re-democratização brasileira pareceram então cindidas em dois, com seus matizes, obviamente. De um lado, o foco no chamado associativismo, nas organizações políticas da sociedade civil, nos novos movimentos sociais e suas pautas atuais (que falam muito mais em identidade e diferença do que em desigualdade), ou seja, uma perspectiva orientada pela permanência dos movimentos sociais como atores políticos, ainda que com novas configurações. Do outro, os por aí carinhosamente chamados apocalípticos: o conflito estaria vivo, mas imerso em uma poderosa captura da política, o dissenso teria dado lugar a um violento silenciamento, estaríamos nos defrontando com uma crescente gestão do social, que se materializa nas novas (não tão novas assim) formas de gerenciamento do trabalho, nas tecnologias sociais de administração da pobreza, no engajamento produtivo que não se realiza como engajamento político, tudo isso permeado pelas técnicas de vigilância e pela militarização social.

De um lado ou de outro, o conflito em ato enquanto conflito de classes tornou-se irreconhecível ou invisível. Para o primeiro, ficou fora de moda falar em classes sociais; a relação entre capital e trabalho, entre acumulação e exploração, entre riqueza e desigualdade social foi sendo matizada, desviada e até mesmo desaparecida. Já não é raro ouvir entre pesquisadores a frase de que não faz mais sentido nos referirmos à relação entre capital e trabalho. Para o segundo, esta perspectiva se manteve, porém muito mais enquanto impossibilidade de seu reconhecimento. Daí os 'desmanches' que dão muito trabalho e divergências teóricas e a dificuldade em manter de pé as referências clássicas.

A perplexidade mantém-se para ambos. Salve o imponderável.

O susto

Para além do microuniverso intelectual, a perplexidade é generalizada. O pavor vindo de cada vidraça quebrada, entretanto, explicita o não dito. O repúdio total ao vandalismo nos discursos midiáticos traduz de forma obscura o que qualquer 'cidadão' engravatado do alto de seu carrão, hoje chamado de SUV, ou de pé no ônibus na M. Boi Mirim já se perguntou -- a questão que sociólogo algum, ainda bem, poderá responder: 'como é que essa coisa não estoura?' Os tapumes na agência do banco Itaú materializam o que poderia ser o gigante bem desperto.

Se não há horizonte, o que é que fica para a ação transformadora? Violência pura? Há tempos alguns se aventuram a decifrar os enigmas do movimento social organizado

criminoso, que não tem pauta política, mas faz refém e leitura de manifesto na rede Globo por direitos nas prisões. A potencialidade transformadora está no ar, mas não tem projeto definido, e se o povo botar mesmo para quebrar? Ai depende de qual povo...

O susto veio também com as bandeiras, as da nação. Em alguns lugares, eram as únicas permitidas. O hino entoado pelas ruas, pelos estádios, de que se trata? Redesperta o 'orgulho de ser brasileiro'. A ameaça fascista estaria no ar, assusta-se a então esquerda que já não se reconhecia. 'Eles rechaçam bandeiras', 'eles rechaçam partidos', 'já sabemos para onde isso leva'. Entretanto, as referências que enunciariam os caminhos da repetição da tragédia hoje são mais farsa. Como se realmente tivéssemos clareza sobre o que é esquerda e o que é direita no Brasil de hoje, como se a esquerda que se diz esquerda tivesse opções partidárias bem definidas, como se suas bandeiras não estivessem a meio palmo há algumas décadas. Paira a iminência do golpe de direita, como se a direita precisasse realmente dar algum golpe. Uma certa amnésia assustada paira no ar cibernético; esquecemos que o partido do Trabalhadores há tempos está muito mais perto do capital do que do trabalho? A direita (qual direita?) realmente precisa 'tomar' o poder? Mas as bruxas estão soltas para todos os lados. O abaixo-assinado que já conta com mais de 360 mil assinaturas clama pelo impeachment de Dilma. ■ Motivos? Ela importa terroristas cubanos travestidos de médicos, ela incita o conflito de classes e a invasão de propriedades particulares, ela quer estabelecer a ditadura do proletariado.

Que ironia, é a direita tosca que ainda guarda em seu léxico os perigos da revolução. Infelizmente eles soam ridículos.

Então veio o susto também com a mídia. Ela, verdadeira oposição -- talvez, mudou de lado. Da baderna ao 'nós que estamos nas ruas'. O medo do golpe se confirma então. Mas o imponderável também faz o poder adaptar-se. Não estaríamos literalmente assistindo a um esforço midiático cotidiano do correr atrás do prejuízo?

Sem horizonte, com cartolina

Na era digital um velho instrumento sai das prateleiras das papelarias. A cartolina entra em cena. Não tem bandeira, mas tem os dizeres escritos a mão e empunhados individualmente. 'Não é pelos 0,20, mas pelos 0,40, porque é ida e volta'. 'Educação com padrão FIFA', 'Professor vale mais do que Neymar'. As pequenas frases dizem muito. Não é só publicitário que sabe dar a mensagem em dez segundos. Para bom entendedor, lá está o conflito capital e trabalho, 'queremos menos exploração que já chegou no osso'. Claro que nem tudo é tão claro assim. Discriminações que andavam abafadas vêm à tona, assim como se chega a um certo uníssonos em torno do discurso insosso contra a corrupção. Não que

ele também já não tenha sido bandeira da esquerda hoje, em parte, mensaleira. Mas lutar contra a corrupção obscurece que o padrão FIFA para pouquíssimos anda e sempre andou dentro da lei (e ainda conta com o recurso fresh das leis de exceção).

Mas na nossa perplexidade talvez percamos a chance de compreender o que está em jogo. O que são centenas de milhares de pessoas nas ruas, carregando seus cartazes, sem ter um fim definido? Este poderia ser até o enunciado da charada do contemporâneo. O que é o fazer político quando não há projeto de transformação radical? É preciso ler nas entrelinhas dos cartazes, pois há tempos a própria esquerda (mantém-se a pergunta para os dois lados, qual esquerda?) optou pelo não dito. Os cartazes ao invés de uma bandeira nos dizem muito sobre a perda das possibilidades revolucionárias -- e até as reformistas -- que foram paulatinamente silenciadas, deslegitimadas, desconstruídas nestas décadas. A socióloga inglesa Ursula Huws afirmou que a enorme dificuldade que temos hoje em nomear, em categorizar as transformações em curso no mundo do trabalho se dá não porque é difícil encontrar a palavra certa, mas porque já não temos clareza sobre o projeto político que embasa a teoria. O 'não é pelos 0,20' não diz pelo que é, mas diz muita coisa.

Para pesquisadores que abordam as formas de dominação que se aprofundaram e intensificaram nestas décadas, fica a o perigo de não identificar as práticas políticas sem forma pré-definida, restando a mensagem derrotada antes de a partida começar do 'eles não sabem o que fazem, e logo voltarão para casa' (leia-se: para o trabalho). Esquece-se apenas o pequeno grande detalhe: ir para a rua pode ser um negócio arriscado... Na gigantesca passeata paulistana que mostrou a reação à truculência policial, o medo estava no ar, quais eram as garantias que a repressão não rolaria solta novamente? Esse é só o começo. No Rio de Janeiro, passadas três semanas, as bombas permanecem. E o quebra-quebra aumenta. Os que rumam em direção aos estádios em plena copa das confederações estão lá fazendo festa ou colocando seu corpo em risco? Não à toa a Presidenta fez seu discurso para a nação e para a FIFA. Com o passar das semanas, surgem outras ações arriscadas. Na pequena cidade de Cosmópolis, a população protesta em frente à delegacia pela soltura dos acusados de incendiar as cabines dos pedágios. A repressão policial na maioria das cidades deu um passo atrás, algo que também não é facilmente compreensível. E talvez seja por pouco tempo.

Qual povo?

O Brasil deu certo. Mas para quem?

A desigualdade com D maiúsculo não está presente nas teorias sobre o atual desenvolvimento brasileiro. A relação entre capital e trabalho já não parece ser necessária

nas abordagens sobre as mudanças sociais da última década, tema que se torna cada vez mais nebuloso, dada a imaterialidade da informação e do capital financeiro e o espraio das cadeias produtivas pelo mundo.

Nos anos 70, Oliveira teceu a tese que, como ele mesmo disse na celebração dos 40 anos da **Critica à razão dualista**, ainda não foi atualizada. A relação entre exploração do trabalho e (sub)desenvolvimento estava posta. Também ela desapareceu do horizonte.

A reconfiguração da estratificação social brasileira na década lulista é fato. Os que têm boa memória, como o economista Waldir Quadros, atentam que em realidade ela volta a se assemelhar ao que era nos anos 80, assim como o valor atual do salário mínimo. Todo mundo subiu, celebram os porta-vozes do Brasil que dá certo. A renda tornou-se a medida geral da nação. Mesmo que esta obscureça muito do que está em jogo na relação entre desenvolvimento e acumulação, ainda assim a obscenidade da realidade social brasileira se mantém explícita. Segundo dados do governo federal, em 2001, 48% da população brasileira auferia renda per capita mensal abaixo de R\$291, taxa que em 2009 caiu para 34%. Para os que apresentam um rendimento entre R\$291 e R\$ 1019, a porcentagem aumentou de 38 para 49% (dividida entre 34% que auferem até R\$641, e 15% entre R\$641 e R\$1019). Ou seja, no ano de 2009, 68% da população tinha renda per capita inferior a 1,5 SM. Segundo as medidas da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, com dados que não coincidem com os do governo, em 2005, 51% dos brasileiros auferiam renda média familiar de até R\$714, caindo para 25% em 2010 – estas seriam as classes D e E. Já 34% da população tinha renda média familiar entre R\$1024 (C1) e R\$ 1541 (C2) em 2005, essa taxa teria aumentado para 53% da população. Ou seja, em 2010, 78% da população auferia renda familiar média de até R\$1541, em torno de 3 Salários Mínimos (SM) por família. Para ser ‘classe média’ hoje, segundo o governo brasileiro, basta ter renda per capita familiar superior a R\$291. Na dança dos dados, a pirâmide social se torna um losango.

O mercado logo entendeu a também chamada classe C: correu atrás do lucro adaptando-se à distinção pouco distinta dos novos consumidores. O governo formulou as ‘vozes da nova classe média’, estabelecendo um discurso homogêneo sobre a estratificação por rendimentos. Sobre os ricos não há medidas neste país. Para os pobres, as medições precisam cada real adquirido e gasto. As políticas focalizadas pululam. A pobreza está no centro do palco (se fosse a riqueza...). O Partido dos Trabalhadores resume a ópera no slogan do governo, ‘país rico é país sem pobreza’.

Nos anos 90, a terceirização da gestão da pobreza nas parcerias do Estado – ONGs demandava um esforço teórico para a definição dos sentidos da cidadania no país. A tecnologia social hoje está evidente e já muito bem consolidada. Mais uma volta no

parafuso. A cidadania estabeleceu-se como uma cidadania de mercado nestas décadas, mas veio o *plus surplus*, a pobreza se tornou ativo financeiro. Os fundos de investimento social hoje tecem uma nova lógica na administração da pobreza; já não são apenas os fundos de pensão que dão um nó na dialética. Uma síntese que nem a obra marxiana daria conta de prever, trabalhadores e públicos-alvo jogam a favor da bolsa de valores. Se a desigualdade social já era um bom negócio – como demonstrou a *Crítica à razão dualista* -- agora tornou-se O negócio. O recém criado instituto de pesquisa Data Favela já diz ao que veio no próprio nome; está associado à Favela Holding, cujo presidente é um ex-morador de rua que hoje profere palestras para o Banco Mundial e faz parcerias com gigantes acordadas como TIM e Procter e Gamble. O mais novo empreendimento anunciado é a construção de um shopping no pacificado Morro do Alemão.

A grande maioria da população brasileira finalmente chega ao paraíso das Casas Bahia, mas nem só de consumo vive a acumulação brasileira. Há muito suor em jogo. A mudança na estratificação brasileira apoia-se fundamentalmente em três elementos. Aumento real do salário mínimo, programas redistributivos e aumento do crédito para a população em geral ocasionaram uma séria transformação no mercado consumidor, e também no mercado de trabalho. A taxa de emprego aumentou, assim como a do trabalho formal. Os que não se esqueceram da exploração do trabalho, como o economista Marcio Pochmann, evidenciam que mais de 95% dos novos postos de trabalho têm remuneração inferior a um salário mínimo.

Neste contexto esdrúxulo, a palavra desenvolvimento saiu do armário, quase como as cartolinas que saem da papelaria. Esquecido durante um par de décadas, volta na forma do Desenvolvimentismo. Economistas desenvolvimentistas formulam seus receituários sobre os próximos passos macroeconômicos para o Brasil chegar lá. Esqueceram-se apenas do tema da desigualdade social com D maiúsculo.

No deserto do pensamento crítico, surgem raras teses que ultrapassam o critério dos rendimentos e do consumo para entender quem é afinal o povo do Brasil contemporâneo. Com uma análise de fôlego, André Singer trouxe a mudança na estratificação social para o centro da política, ainda que pensada em termos da política eleitoral. Os miseráveis e pobres hoje milhares ascendidos para os cadastros sociais e empregos precários definem os rumos do país: sempre conservadores, tornaram-se petistas roxos. O governo Lula teria estabelecido uma espécie de pacto social com os mais pobres, maioria da população, o qual garante a permanência petista no poder. Na visão do autor, a década petista teria alcançado o feito de contemplar o interesse de ricos e pobres, estabelecendo o que denomina de um reformismo fraco, ou seja, melhorar a vida dos

trabalhadores mais pobres sem deixar de favorecer também o capital. Tratar-se-ia, em suas palavras, de uma 'diluição' no tempo de um reformismo forte. Tal modelo pode se manter enquanto houver crescimento econômico, ou seja, como diz o slogan do governo, enquanto for 'um país bom para todos'.

O autor recupera a definição dos anos 70, apresentada por Paul Singer, do *subproletariado*. Esta se referia àqueles que vivem em condição aquém de sua própria reprodução, tendo renda familiar entre um e dois salários mínimos, em ocupações precárias; estariam nesta categoria "empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes" (Singer, P. *apud* Singer, 2012: 77). Baseado em dados da Pnad de 1976, Paul Singer conclui que o rendimento do subproletariado seria dos que "tinham renda até um salário mínimo e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos *per capita*. De acordo com este critério, 63% do proletariado era, na realidade, composto de subproletários". (Singer, 2012: 77). André Singer mantém esta definição para tratar dos que hoje garantiriam o lulismo. (Vale ressaltar que a faixa de renda que Paul Singer utilizou para definir os miseráveis hoje é a utilizada na definição da 'média classe média' nos dados oficiais.) Há um horizonte político que estrutura a análise: o subproletariado, ao ter acesso aos benefícios sociais – que o autor considera já 'quase um direito' – e ao aumento de rendimentos, se aproximaria do projeto do proletariado propriamente dito, experienciando uma espécie de empoderamento (em minhas palavras) que o torna sujeito e demandante de direitos.

Ainda que de alguma maneira André Singer traga a classe trabalhadora de volta ao debate, também ele é capturado pela indiscernibilidade perigosa para a qual já atentava Vera Telles no início dos anos 2000. A pobreza, na sua nebulosidade despolitizante, toma forma numa atualização da categoria do *subproletariado*. Para além da precariedade, o livro mal situa o subproletariado no mundo do trabalho. Seriam os lavadores de carro a que se referia Oliveira nos anos 70? Os vendedores ambulantes do centro da cidade? Os trabalhadores da indústria da cana que morrem de tanto trabalhar? Os incendiários operários da construção de Jirau? Todos estes juntos? Programas redistributivos, aumento do salário mínimo, aumento do crédito, podem estes ser postos na mesma cesta lulista, como se 'atingissem' este tal subproletariado da mesma maneira? Subproletariado e 'nova classe média' coincidem?

O subtexto é que estão nas ocupações marginais, o que se evidencia na definição, recorrentemente utilizada pelo autor, da "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente" -- e esta é a questão central. A indiscernibilidade desta 'porção' da classe

trabalhadora, maioria neste país nos anos 70 e ainda hoje, acaba por ter o efeito perverso na própria análise do autor, embasando implicitamente o desvio da crítica sobre a desigualdade social na sua relação com a acumulação para a da redução da pobreza. O que de modo implícito atravessa toda a análise, surpreendentemente, é a velha definição da marginalidade. A “massa miserável que o capitalismo brasileiro mantinha estagnada” (Singer, 2012: 151), é disto que se trata o subproletariado lulista.

Estagnação, ainda que tal como utilizada se refira à definição marxiana, está longe de ser o termo que define a vida cotidiana daqueles que vivem na corda bamba da sobrevivência. A viração mantém-se como o termo que dá conta do fazer de tudo um pouco, transitar entre o lícito e o ilícito, ser desempregado, fazedor de bicos, beneficiário de programa social. Em realidade, o gênero não evidencia o imbróglio. São as mulheres que hoje assumem a linha de frente desenvolvimentista. Estas são a maioria esmagadora nos programas sociais, mantêm-se na desigualdade no mercado de trabalho, recebendo menos, tendo maior taxa de informalidade e de desemprego. Fazem também a jornada dupla ou tripla de trabalho, dentro e fora de casa. Chefes-de-família, assumidas ou não, também se tornam as responsáveis pela administração dos cartões de crédito, dos benefícios sociais e do rendimento familiar. Se isto desaparece da análise, perdemos de vista a centralidade deste povo para além do pacto lulista, mas para as configurações atuais da acumulação capitalista brasileira.

Também Ruy Braga escorrega na armadilha da marginalidade. Juntamente com Ricardo Antunes, acertou na definição brasileira do termo inglês apresentado por Ursula Huws: o *Cybertariat* e os *Infoproletários* iluminam as conexões entre o desenvolvimento tecnológico e a exploração do trabalho no setor de serviços. Evidenciam a atualização do que Braverman já apontava nos anos 70: trabalho produtivo, gerenciamento e controle feroz do trabalho não são privilégios exclusivos das esteiras de fábrica. Entretanto, ao tratar da hegemonia lulista, o autor apresenta uma nova definição, que atualiza o termo inglês em voga, o *precariado*. Trata-se de trabalhadores de baixa remuneração e ocupações precárias, que, contrariando a tese de Singer, podem sim se organizar coletivamente. Para ele, os operadores de telemarketing seriam a categoria exemplar do precariado, por serem “trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquualificados, precarizados, sub-remunerados (recebendo, em média, 1,5 salário mínimo) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva” (Idem: 182). Segundo o autor, o precariado seria o ‘proletariado precarizado’, formado ‘por aquilo que, excluídos tanto o lupemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’ (Braga, 2012: 18) [a discussão sobre as definições marxianas fica para outro momento]. Com a certeza de

que há os que estão dentro e os que estão fora das esferas da acumulação, Braga descarta os microempreendedores desta definição. Os quais são centrais na definição de Jessé de Souza, primeiro autor a criticar a definição de 'nova classe média', trazendo para a análise a batalha do mundo do trabalho que se combina com uma ética tropicalizada do ser vencedor. Para Braga, os entrevistados de Souza, como os feirantes, um vendedor de coco, costureira, fabricante de bonés, estariam "inseridos exclusivamente em mercados locais ou regionais, não travando relação saliente com o mercado mundial" (idem: 27).

É Souza quem indiretamente recupera uma das teses centrais e recorrentemente esquecidas de Marx, de que desenvolvimento tecnológico e exploração do trabalho nas suas formas mais degradadas são faces da mesma moeda da acumulação. Talvez se Braga seguisse o fio que tece o trabalho das costureiras de fundo de quintal – empreendedoras e capacitadas por algum programa social --, chegasse ao tecido das empresas multinacionais. Nestes fios poderíamos também tropeçar nos bolivianos que trabalham como escravos no centro de São Paulo e nas meninas que trabalham 16 horas por dia nas oficinas de Bangladesh. Ou na costureira do velho centro de São Paulo, que milita no movimento de moradia e costura os vestidos das formaturas – novo filão do mercado – das novas estudantes das novas faculdades do desenvolvimento brasileiro; ela vive à beira do despejo.

Escapemos então do jogo perigoso do quem está dentro e quem está fora. O proletariado informal, como definiram Portes e Heller, hoje em torno de 45% da PEA brasileira, também dá suco no espremedor de mais valia da acumulação. Mas esta é uma discussão já feita por várias décadas. O fato é que permanece necessária e carece de atualizações. Há uma miragem nesta linha divisória entre o proletariado e uma massa marginal. O que é o proletariado brasileiro? Questão que vai muito além dos enredos do fordismo ou pós fordismo, residindo no fato de que grande parte da classe trabalhadora brasileira se constitui num trânsito virador entre trabalho formal, informal e ilícito, os quais não têm fronteiras tão claras assim para os 68% da população que sobrevivem com 1,5 SM.

O desenvolvimento brasileiro, se é que deveríamos denominá-lo desenvolvimento, mantém uma relação profunda com o trabalho doméstico, com os empreendedores de fundo de quintal, com o trabalho escravo – como o verificado na construção de uma das novas agências do banco Santander, dentre muitas outras notícias --, com as ocupações de baixa remuneração, alta rotatividade, baixa qualificação. Oliveira traçava a relação entre os lavadores de vidro e a frota automobilística nos anos 1970, hoje esta se atualiza com os serviçais que trabalham nos iates. O crescimento do consumo de altíssimo luxo no país assim como os novos e velhos hábitos da classe média vêm bem acompanhados de uma vasta gama de agregados sociais, como definia Pochmann no início dos anos 2000.

Publicada na Revista Piauí, a reportagem de Fabio Fujita – uma das poucas – sobre a greve de Jirau evidencia o que está em jogo. O que são milhares de peões da construção civil, a 120 km da capital de Rondônia, incendiando os ônibus e seus alojamentos no pátio da construção da hidrelétrica da vez, por falta de pagamento e devido a condições das mais degradantes de trabalho? Está aí a charada do desenvolvimento do Brasil contemporâneo. Não é preciso mergulhar nas camadas do pré-sal para enxergar a mina de ouro brasileira. Não se trata de economia subterrânea, mas do velho constitutivo e super atual cerne da acumulação capitalista brasileira, o qual tem nome claro: a desde sempre livre e escancarada exploração do trabalho que se retroalimenta muito bem do fosso social.

Mas a nebulosidade do *subproletariado* não invalida por completo a tese de Singer – que agora está sendo posta a prova. O silêncio petista talvez seja oriundo de duas possibilidades: o partido distanciou-se de tal forma da base que agora já não tem formulação à altura dos acontecimentos. E/ou o governo compreende que, apesar das centenas e milhares na rua, o tal subproletariado garante a parte que lhe cabe no pacto conservador. Uma diarista de 30 anos -- filha de diarista, moradora do Jd. Ângela -- nestes dez anos reformou e aparelhou a casa, alugou uma casinha na praia; permanece 4 horas no posto de saúde para ser atendida, o mesmo tempo que gasta todos os dias dentro do ônibus; controla o pagamento dos cartões de crédito e dos carnês, reza e faz o possível todos os dias para que os sobrinhos que cria há 10 anos não tenham o mesmo destino corriqueiro e fatal de seu irmão assassinado. Ela confirma a tese de Singer, “esse pessoal sai quebrando as coisas, mas depois sobra é para a gente. Agora, se mexerem com a Dilma, aí é a gente que vai pra rua”.

Ainda não damos conta de compreender o que produzem as transformações sociais no Brasil da última década. Mantemo-nos dependurados nas referências que mais obscurecem do que evidenciam a relação entre exploração do trabalho e acumulação no Brasil. O termo precarização – assim como precariado – não ajuda a tratar de um mercado de trabalho que se forma e permanece com quase metade de trabalhadores na informalidade. Ainda, a carteira assinada estabeleceu-se como um passaporte para uma série de direitos sociais; entretanto, há que se problematizar mais profundamente também as condições de trabalho do mercado formal, lembrando que a grande maioria da classe trabalhadora vive com 1,5 SM. Com raras exceções, como a de Dal Rosso, pouco se fala sobre a intensificação do trabalho no Brasil. Intensificação que tem de ser percebida em relações que não estão apenas na esteira de fábrica ou nos salões do telemarketing: também está em ocupações informais, serviços pessoais, trabalho doméstico. Assim como a extensão do tempo de trabalho, hoje generalizada de alto a baixo. O ultramoderno brasileiro

pode estar explícito na Av. Berrini, mas se realiza também na sua versão mais rústica, na vida cotidiana da mulher da periferia que: faz costura para fora – quem sabe participando de uma cooperativa que está na pontinha de alguma cadeia produtiva multinacional; ‘nas horas vagas’ assim como no ‘tempo de trabalho’ vende cosméticos da empresa brasileira líder de mercado; recebe benefícios sociais e participa das capacitações e dos cursos de cidadania; gerencia os cartões de crédito e o pagamento dos carnês; cuida do marido doente-desempregado- virador. Essa é a atualíssima flexibilização tupiniquim. A questão que ainda não sabemos responder: essa mulher esta(rá) nas ruas?

O imbróglio dos movimentos sociais

O Brasil constitui-se como vanguarda na extração de mais valia e agora também na valorização financeira. O estabelecimento e universalização dos direitos sociais pautaram muito dos horizontes políticos dos movimentos sociais, dos partidos, assim como do pensamento de esquerda no país. As referências que orientavam o debate em torno das possibilidades do Estado social brasileiro também se deslocam. A privatização dos bens públicos brutalmente deslegitimados e desmontados nestas décadas – movimento que Oliveira denominou totalitarismo neoliberal – hoje estabelece os direitos sociais como pilares da acumulação. No Brasil bom para todos, em breve o subproletariado também poderá ‘acessar’ planos de saúde, assim como já o faz com diplomas e moradia. A frase de Haddad explicita o jogo ao afirmar que ‘adoraria enxugar a gordura do lucro das empresas de transporte, se pudesse’. Corrupções ilícitas à parte, os direitos sociais tornam-se meio perfeito para as parcerias entre Estado, empresas e fundos de investimento, nas quais o Estado entra com o subsídio e a empresa sai com o lucro. Quanto mais ‘universalizados’ – universalização de mercado, assim como a cidadania – melhor.

De tal forma que os cartazes dizem muito sobre o que está em jogo. Sair às ruas não pelo socialismo, pela democracia, mas pela desmercantilização dos direitos sociais é algo que hoje toca no cerne da acumulação. A pauta dos direitos sociais é extremamente poderosa em termos de mobilização política, por ter de saída uma universalidade: a exploração dos ‘cidadãos’, no que se refere à educação, saúde, moradia, e ao transporte, já não é privilégio das ‘classes populares’. Esta é uma chave para compreendermos o que dá unidade às manifestações. Assim como, em relação à Copa, se direitos sociais saírem do cartaz para virar bandeira, provavelmente a parceria capital-Estado mostre os dentes mais ferozmente. Então na nossa perplexidade teremos clareza do desenvolvimento brasileiro para quem.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo : Edusp; Porto Alegre: Zouk. 2008.

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAVERMAN, Harry. (1974). **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FUJITA, F. "Fogo na usina do desenvolvimento". **Revista Piauí**, Ed. 56, maio de 2011.

HUWS, Ursula. **The making of a cybertariat**: Virtual work in real world. New York: Monthly review press, 2003.

OBSERVADOR BRASIL, 2011. São Paulo: Cetelem, 2011

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, F. & PAOLI, M.C. **Os sentidos da democracia**: Políticas do dissenso e Hegemonia Global. São Paulo: Vozes, 2003.

POCHMANN, Marcio. Sobre a Nova Condição de Agregado Social no Brasil, in **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 5, Curitiba, Iparde, 2003.

PORTES, Alejandro; HALLER, Willian. La Economía Informal. **CEPAL**: Serie Políticas Sociales. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2004.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, Editora 34, 2001.

Sites:

SAE - <http://www.sae.gov.br/site/?tag=nova-classe-media>. Acesso em 10.11.2012.

A distância entre a política tradicional e as práticas de liberdade nas manifestações de junho

Edson Teles¹

Experimentamos nos últimos meses as maiores manifestações populares dos últimos 20 anos, fato marcante do processo de construção da democracia por levar às ruas enorme quantidade de pessoas. Estes acontecimentos ensejaram as mais variadas tentativas de apropriação ou denegação dos movimentos, os quais, a despeito disto, se alastraram por todo o país, alcançando até mesmo os cantos do interior brasileiro.

Principalmente a partir do momento em que as manifestações ganharam proporções gigantescas a variedade de propostas e denúncias foi enorme, quase tão grande quanto a quantidade de sujeitos políticos presentes nos atos. Palavras de ordem e demandas distintas como: "vem pra rua vem, contra o aumento"; "enfia os 20 centavos nos SUS"; "contra a PEC 37"; "contra os gastos abusivos com a Copa do Mundo"; "quando ficar doente leve seu filho a um estádio". Apesar das várias proposições que podiam ser lidas nos cartazes (um dos principais meios de mensagem durante as manifestações), a questão que mobilizou e ganhou o Brasil, especialmente as grandes capitais e cidades, foi o aumento dos preços das passagens do transporte urbano, especialmente em face da baixa qualidade do serviço oferecido.

As manifestações se iniciaram com os atos convocados pelo Movimento Passe Livre, que já havia feito ações semelhantes em anos anteriores. Nas experiências passadas, tal como nestas últimas, a resposta do Estado foi a repressão policial. E foi após a violenta repressão da Polícia Militar (PM) de São Paulo no dia 13 de junho que as grandes concentrações ocorreram.

É significativo que tenha havido, muito devido a grande mídia e por parte de suas análises políticas, a justificativa para a repressão do Estado a partir da violência de 'vândalos' e 'desordeiros' que, ou queriam desestabilizar os governos, ou não visavam qualquer ação política e simplesmente queriam roubar e prejudicar a vida social. Contra a violência dos manifestantes adotou-se, além do gás lacrimogêneo, da bomba de efeito moral e das balas de borracha (às vezes, um cassetete ou tiro de arma de fogo), o discurso da pacificação e da confraternização política dentro dos parâmetros da ordem.

¹ Professor de Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Guarulhos). Email: edson.teles@unifesp.br.

Esta cena da violência do Estado autorizada para impor a paz e a reconciliação entre os brasileiros (os verdadeiros, é claro) já nos é velha conhecida. Para não nos estendermos à história do Brasil colônia e império, ou da República, podemos nos referir diretamente à experiência das graves violações de direitos humanos cometidas por agentes públicos durante a ditadura militar (1964-1985). Sob a justificativa de combate ao comunismo e aos subversivos, os militares organizaram junto com setores da elite brasileira um forte aparato repressivo, com base na Doutrina de Segurança Nacional.

Durante os anos de Guerra Fria incrementaram-se a substituição das declarações de estados de exceção por doutrinas de segurança nacionais, tornando-as técnica de governo. A Doutrina de Segurança Nacional surge nas Forças Armadas a partir dos contatos com os militares norte-americanos, desde as ações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ainda na Segunda Guerra Mundial. No Brasil, sua elaboração e divulgação em discurso ideológico nacional ficaram sob o mando da Escola Superior de Guerra (ESG), uma das instituições que mais formaram militares para os principais postos de mando na ditadura.

Buscando, além de bloquear qualquer iniciativa política de crítica ao regime, eliminar aqueles que se engajassem em lutas, os criminosos da ditadura prenderam, bateram, torturaram, mataram e desapareceram com os corpos de centenas de opositores. Quando, em 1979, o Congresso dominado pelo regime militar votou a Lei de Anistia, o Estado interpretou esta Lei como válida para tornar inimputáveis os crimes contra a humanidade praticados pelo Estado. Alegava-se, à época e durante as décadas seguintes, a tese de que nos anos 60 e 70 dois lados extremos e radicalizados estiveram em confronto, ou seja, os militantes da luta armada de resistência à ditadura e os agentes torturadores dos aparelhos repressivos das Forças Armadas. Nesta versão da história recente, a violência se justificava como meio de conter a ação 'terrorista' dos subversivos e a ocorrência dos 'poucos' excessos cometidos pelo Estado teriam como causa a desobediência de alguns agentes de segurança.

Nas manifestações pela Tarifa Zero e pelo cancelamento dos aumentos das passagens, o Estado novamente alegou a necessidade de conter a violência, agora dos 'vândalos' e 'desordeiros', para autorizar a violência indiscriminada contra os manifestantes, imprensa e qualquer pessoa que saia às ruas nos dias e espaços destes palcos políticos. E quando, estupefata, a sociedade reage ao "abuso" da violência, os secretários de segurança pública vêm a público reconhecer os excessos e dizer que os casos serão encaminhados para as ouvidorias das polícias. Cabe notar que a repressão aos movimentos

sociais é ação comum do Estado democrático. Pouco mais de um ano atrás, a mesma 'sociedade estupefata' falava de Pinheirinho e a invasão de universidades pela PM.

Lembremos que na Lei de Anistia de 1979 e nas leis subsequentes sobre os crimes da ditadura (lei de reconhecimento dos desaparecidos e mortos de 1995; lei de indenização via Comissão de Anistia, de 2002; e, lei de criação da Comissão Nacional da Verdade, de 2011) a palavra recorrente e presente em todas as leis foi "reconciliação", acompanhada do discurso da pacificação. Como exemplo, poderíamos citar, para ser breve, o discurso adotado nos papéis da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, que têm como assinatura o lema: "Comissão da Anistia, a comissão da paz!"; ou ainda, o artigo 1o. da Lei de criação da Comissão da Verdade, na qual se lê que a Comissão tem por objetivo "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".

E, em reação ao violento dia 13 de junho, não só a assustada elite brasileira, por meio de sua grande mídia, mas os principais representantes políticos, desde a presidência da República, passando por governadores e prefeitos, apelaram para o agressivo discurso da pacificação. Do ponto de vista de um governo de esquerda perde-se a significativa oportunidade de colocarmos em questão a estrutura repressiva e autoritária do Estado, existente desde sempre em nossa República, fortalecida com a ditadura militar e, por escolha dos principais partidos políticos e das instituições de governo, mantida e reforçada na democracia.

Houve, nas manifestações, a presença de pequenos grupos visando o ataque material a bancos, guaritas da polícia e prédios relacionados ao poder público (tanto do Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário). O alvo, por vezes, estendia-se ao comércio e à grande imprensa. Não é preciso uma análise profunda para dizer, ainda que possamos questionar os meios, que os alvos indicavam tratar-se de ações políticas e não de "arruaça".

Contudo, se o pensamento conservador brasileiro tivesse razão em permitir ao Estado o trato destas ações por meio da repressão, isto não desencadearia as cenas que presenciamos e assistimos abundantemente. Estamos falando da farta utilização das tropas mais especializadas em violência urbana para reprimir, impedir e destruir um dos movimentos mais importantes da democracia nascida após a ditadura.

Além de tentar esmagar uma das maiores possibilidades de transformação social e política já experimentadas em nossa democracia, o Estado criou uma zona de anomia, cinzenta, em que não é possível distinguir a lei da sua ausência, na qual o democrático e o autoritário tornam-se indistintos. Trata-se da mais violenta novidade da vida social brasileira: milhares de pessoas se deslocando para o entorno de um estádio de futebol, com algumas

sendo espancadas, enquanto outras, mostrando o ingresso na mão, passam correndo para um canto mais 'pacificado' da cidade. Surreal.

Quem é o violento? Qual discurso é o agressivo? O da pacificação das bombas, balas de borracha e prisões ou o da ação política de transformação via a tomada das ruas e espaços públicos?

A violência originária de determinado contexto político, que no caso da nossa democracia seriam mais diretamente os traumas vividos na ditadura, mantém-se, seja nos atos de tortura ainda praticados nas delegacias, seja na suspensão dos atos de justiça contida no simbolismo da anistia, seja na repressão orquestrada contra os movimentos sociais. Tais atos delimitam o lugar de determinada política e criam valores herdados na cultura, tanto objetivamente, quanto subjetivamente – nas narrativas, nos testemunhos, nos sentimentos e paixões dos sujeitos subtraídos da razão política.

Os modos da ação política

A temporalidade da política indica um momento de reorganização das forças em conflito, de assimilação e compreensão do acontecimento. Há ainda, como talvez a maior conquista das manifestações de junho, a ampliação da ideia do que seja público por parte dos movimentos e práticas sociais. É impressionante a quantidade de ações ocorrendo no país, em qualquer canto, à propósito das mais variadas demandas.

O atual contexto torna viável a retomada de alguns modos de ponderar sobre a ação política contemporânea, fazendo uso das percepções tornadas visíveis pela experiência das manifestações de rua e suas significações.

A relação política entre as ruas, em sua maior parte resultado da ação dos movimentos sociais, e os lugares instituídos de governo, sejam do Estado ou não, parece ser uma classificação possível para refletirmos sobre a atual democracia.

Desta forma, temos, por um lado, a lógica de governo praticada no estado democrático de direito, com duas características principais: primeiro, com base na ideia de que governar é a ação de condução das ações dos outros e das coisas, se estabeleceu uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos populacionais e dos fatos a estes eventos relacionados. De posse de uma série de dados e probabilidades regulares, pode-se implantar políticas públicas de aumento da capacidade de governo dos outros, bem como amenizar o impacto da vida social, lida a partir da ideia de produção e cura do sofrimento.

Se nesta lógica as estatísticas formam um padrão central para a tomada de decisões, cresce em importância a ideia do risco e das políticas públicas do possível. No

cálculo desta ação de condução, governa-se com a busca da diminuição do risco, gerando determinações que trabalhem dentro de um padrão da média possível, evitando as práticas que namorem com os limites e com a ruptura (a menos que possam ser usadas em favor da arte de governar), diante das quais os controles necessários para conduzir a vida dos outros se tornam instáveis. Assim, perante as probabilidades e do conhecimento dos riscos criam-se políticas estabilizantes das práticas sociais, além das quais nada pode ser permitido. A diminuição do sofrimento social encontra-se como um dos principais objetivos desta ação. Não se trata de acabar com as desigualdades, muito menos de simplesmente manter as práticas que causam o sofrimento. Trata-se, antes, de encontrar a estabilidade necessária, diante da qual não haverá ruptura e os sujeitos alvos desta prática engajem-se voluntariamente.

A segunda característica forte da lógica de governo é a temporalidade. Ela é dinâmica, na medida em que não está prioritariamente fundada em princípios programáticos, mas em resultados e na capacidade de fazer do governante. Este tempo altera a relação com os sujeitos e os lugares da ação. Seu sujeito político encontra-se, de modo geral, dentro das estruturas institucionais autorizadas pela lei para a produção das políticas públicas e a população alvo de sua ação é percebida como objeto de sua ação ou como sujeito de necessidades. Não é pensada como sujeito político ativo, mas como um elemento do cálculo, tal como as enchentes, o trânsito, as votações no Legislativo, a distribuição dos lugares e funções de controle da condução da vida. Os lugares fechados, de acesso limitado aos especialistas autorizados a fazer uso do discurso verdadeiro sobre a política, são os preferidos pela lógica de governo.

Em lugar oposto, encontramos outro modo de agir na política, o qual chamaremos de lógica dos movimentos sociais, de modo a permitir uma visualização mais clara de choque e contradição com a lógica de governo (o que não nos impede de dizer que os movimentos, ou parte deles, também trabalhem com esta lógica).

Na ação dos movimentos sociais a questão programática ganha mais destaque, pois a leitura de suas práticas e sua própria existência a coloca como fundacional. E, especialmente, que a solução para suas questões tenham o caráter de ruptura e, por vezes, de superação do problema. Não se trata, nesta forma de agir, de diminuir o sofrimento social e de atingir uma estabilidade sob o custo de transferir para um momento futuro a possibilidade de uma condição de vida diferenciada.

Há a constatação do problema por meio da experimentação da falta. Perceber o dispêndio de 3 a 4 horas diárias da vida em meio a um transporte público de péssima qualidade e que toma cerca de 25% do salário mínimo permite ao sujeito desta ação saber

exatamente o que quer. Diferentemente da característica principal de protestos dos anos 70 e 80, voltados contra a ditadura, a carestia e a ausência de direitos, os movimentos sociais contemporâneos sabem o que não querem, contra o quê lutam, mas também têm conhecimento do que querem. São sujeitos de sua ação, ou seja, produzem seu próprio discurso e determinam em boa medida as suas práticas. E, enquanto sujeitos, têm a noção de ocuparem um outro lugar no cenário político, não mais como mito, nem simples “protagonista” do fazer político, mas como um elemento inusitado na democracia representativa do estado de direito.

A lógica para agir dos movimentos sociais bate de frente com a violência do Estado, autorizada pela democracia e legitimada por parcelas conservadoras da sociedade. E, se não há escuta possível, pois o Estado trata esta ação como questão de segurança pública, dentro da velha e ainda operante doutrina de segurança nacional, os movimentos tratam de ocupar ou de expandir o espaço público.

A via das ruas e avenidas, autorizada somente aos carros, passa a ser caminho para a construção de lugares de escuta. Assim, vimos a avenida 23 de maio, clássico espaço reservado na cidade de São Paulo a veículos motorizados, transformar-se em um rio de multidão cujo destino era o próprio caminho que se estava percorrendo. De modo semelhante, também são elegidos os prédios públicos, símbolos de um controle a ser modificado ou partilhado.

Nesta lógica de ação não é observada a possibilidade média de condução da ação, mas o diagnóstico da inaceitável experiência cotidiana. Sob este olhar as proposições políticas insistem em algo radicalmente realista e de caráter impossível para o pensamento da estabilidade e do controle.

As manifestações de junho passado e meses seguintes não são, ao que tudo indica, nenhuma grande novidade em termos do que seja o contemporâneo. Contudo, elas nos colocam diante de certas características da ação que nos permite olhar para o campo de forças em choque na política de um modo diferente do tradicional, aquele sustentado pela ação representativa dos sindicatos, entidades de segmentos sociais e partidos. Não é a negação desta velha forma da política, mas a entrada em jogo de modos de ação que apontam para uma maior responsabilização ética do sujeito político com seus lugares de pertencimento e preenchimento.

Um importante ganho das manifestações foi a quebra do fantasma da lógica de governo. Para os novos atores de rua das principais cidades brasileiras, a necessidade de consolidação de uma estrutura política elitizante entra em choque com a possibilidade de práticas livres. As necessidades e urgências do discurso de governo não legitimam mais,

para os movimentos de junho, as políticas públicas deficientes. Muito menos autorizam o acionamento de pequenos estados de exceção com a justificativa de manter a governabilidade e o caráter estável deste projeto autoritário de democracia.

Os conhecimentos de ciência política na disciplina de sociologia no ensino médio.

André Rocha Santos¹

Resumo: O artigo aborda os conhecimentos de ciência política na disciplina de sociologia no ensino médio no estado de São Paulo. Em primeiro lugar, como introdução, discutimos as idas e vindas das ciências sociais/sociologia na educação básica ao longo do século XX. Em seguida, delimitamos os conhecimentos de sociologia expressos na LDB e mais especificamente nos PCN, nos PCN+ e nas OCEM, além do retorno oficial da disciplina em 2008 após décadas de ausência da grade curricular em nível nacional. Na sequência, identificamos os conhecimentos de política nesses documentos em temas como Estado, formas de governo, cidadania, democracia e movimentos sociais. Na quarta seção é enfocada, como exemplo, a temática política na proposta curricular apresentada pelo estado de São Paulo em 2009. Por fim, a conclusão avalia a oportunidade de se expandir a sociologia pública com a volta da disciplina no ensino médio e a importância dos saberes políticos na formação do cidadão crítico.

Palavras-chave: sociologia, política, ensino médio, currículo, estado de São Paulo.

Abstract: The article discusses the knowledge of political science in the discipline of sociology in high school in the state of São Paulo. Firstly, as an introduction, we discuss the comings and goings of social science/sociology in basic education throughout the twentieth century. Then delimit the sociology of knowledge expressed in the LDB and more specifically in the PCN, the PCN+ and the OCEM, besides the official return of the discipline in 2008 after decades of absence in the national curriculum. Further, we identify the knowledge of policy documents on issues such as the State, forms of government, citizenship, democracy and social movements. In the fourth section we focus on, as an example, the political themes in the curriculum proposal presented by the state of São Paulo in 2009. Finally, the conclusion assesses the opportunity to expand public sociology with a return to discipline in school and the importance of this knowledge in the formation of the critic citizen.

Keywords: sociology, politics, high school, curriculum, state of São Paulo.

Introdução: a sociologia no ensino brasileiro.

A inclusão da disciplina de sociologia nos currículos do ensino médio brasileiro a partir da lei 11.684/2008 impôs novos desafios aos conhecimentos de ciências sociais que se pretendem adequados e necessários aos nossos alunos. A história da disciplina até este momento na escola brasileira foi bastante longa, com muitas idas e vindas, continuidades e descontinuidades. Neste texto pretendemos abordar essa trajetória dando ênfase aos conhecimentos relacionados à ciência política no âmbito do ensino das ciências sociais/sociologia em nossas escolas. Nosso objetivo é analisar de que forma estão

¹ Doutor em Sociologia – UNESP. Professor de Sociologia da Educação na Faculdade de Ciências Aplicadas e Tecnológicas do Litoral Sul.

explicitados nos principais documentos norteadores da educação nacional esses conteúdos, tão essenciais à formação de nossos estudantes, e como tem sido proposto oficialmente pela secretaria da educação do estado de São Paulo.

A primeira proposta de inclusão dos conhecimentos de sociologia no Brasil datou ainda do final do século XIX, mais precisamente em 1882, quando Rui Barbosa nos debates sobre a reforma do ensino propôs a disciplina *Elementos de sociologia e direito constitucional* para a escola secundária e sugeriu a substituição da disciplina Direito Natural pela *Sociologia* nas faculdades de Direito. O parecer do nobre jurista não chegou sequer a ser votado, e nova tentativa de inclusão da disciplina ocorreu na década de 1890 com a reforma educacional do então Ministro da Instrução Pública Benjamin Constant nos primeiros anos da República. Porém, novamente terminou por não ser incluída nos currículos escolares e foi eliminada pela Reforma de Eptácio Pessoa, em 1901 (BRASIL, 2006; MORAES, 2003; SILVA, 2010; TOMAZI, 2010).

Autores como Meksenas (1994) e Silva (2010) consideram 1925, como o início do período evidente de institucionalização e sistematização da ciência da sociedade de forma autônoma em relação às outras disciplinas com a Reforma Rocha Vaz. Foi esse o marco da implantação da disciplina de forma regular no principal educandário das elites brasileiras durante o século XIX e parte do século XX, o Colégio Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí, a sociologia foi paulatinamente sendo introduzida nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. No governo Vargas, a Reforma Francisco Campos (1931) incluiu a sociologia nos cursos preparatórios ao ensino superior nas faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia e Arquitetura, além da manutenção desta nos cursos normais de formação de professores.

Segundo Tomazi (2010):

Desde 1925, podem-se destacar alguns intelectuais que deram sua contribuição lecionando e escrevendo livros (manuais) de Sociologia para esse nível: Fernando de Azevedo (1894-1974), Gilberto Freire (1900-1987), Carneiro Leão (1887-1966) e Delgado de Carvalho (1884-1980). Eles tinham como objetivo preparar intelectualmente os jovens das elites dirigentes e elevar o conhecimento daqueles que chegavam às escolas médias. Esses autores, em sua maioria, eram influenciados pela Sociologia estadunidense e francesa, havendo forte presença do positivismo entre eles (p. 249).

No entanto, esse processo foi barrado no início da década de 1940, com a Reforma Capanema, que extinguiu a sociologia do currículo da escola média, voltando a ter presença muito discreta e intermitente somente quarenta anos depois. Nesse ínterim, em 1961, a

disciplina teve garantida sua possibilidade de inclusão pela Lei nº 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, contudo, apenas de forma *optativa* no curso colegial, “entre uma centena de outras disciplinas, humanísticas, científicas ou técnico-profissionalizantes” (MORAES, 2003, p. 07).

Outras dificuldades encontradas nesse período – que coincidiu com a crise e derrocada do populismo e a tomada do poder pelos governos militares – foram o preconceito com que se confundia sociologia com socialismo (confusão muitas vezes incentivada por setores conservadores), a criação dos “Estudos Sociais” que contemplavam os conhecimentos de antropologia, história, geografia, economia e sociologia e contribuíram para aprofundar os problemas de definições e denominações científicas, disciplinares e profissionais, além da substituição do caráter crítico de abordagem das questões sociais e políticas nacionais pelo tom ufanista e tradicional da disciplina obrigatória Organização Social e Política Brasileira (OSPB) (MORAES, 2003; SILVA, 2010; TOMAZI, 2010).

No estado de São Paulo, apenas na década de 1980 com a redemocratização e a volta das eleições estaduais em todo o país, o governo Franco Montoro (1982-1986) possibilitou a inclusão da sociologia na parte diversificada da grade curricular em um contexto de reforma da educação e de crítica contundente à obrigatoriedade do ensino profissionalizante no chamado segundo grau e às concepções tecnicistas dos currículos de modo geral no regime militar. Em 1986, a secretaria da educação realizou concurso público para provimento de cargo de professor de sociologia, mesmo ano em que a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) publicou sua primeira proposta curricular (SÃO PAULO, 1986). Em 1992 foi publicada uma segunda proposta e os anos de 1993 e 1994 foram marcados como os últimos em que houve concursos públicos da disciplina que, a partir de então, viu cair substancialmente o número de escolas que ofereciam a disciplina de sociologia na escola estadual paulista.

A sociologia na LDB, nos PCN, nas OCEM e a Lei 11.684/08.

A Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394 de 1996 procurou enfrentar os desafios próprios da década de 1990 com a constatação das mudanças no conhecimento e seus desdobramentos no que se refere à produção e às relações sociais contemporâneas. Na perspectiva da nova Lei o ensino médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Art.1º § 2º). Nesse sentido, buscou construir uma organização curricular comprometida com o novo significado do trabalho no contexto da globalização e com o sujeito ativo, ou seja, a pessoa humana que vai se apropriar desses conhecimentos para se aprimorar. A partir dessa visão, a aprendizagem foi considerada

permanente e de formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania. Alteraram-se, portanto, os objetivos de formação no nível do ensino médio que passou a priorizar a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 1996).

Da mesma forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 1999 procuraram situar a educação no contexto contemporâneo:

(...) o fator econômico se apresenta e se define pela ruptura tecnológica característica da chamada terceira revolução técnico-industrial, na qual os avanços da microeletrônica têm um papel preponderante, e, a partir década de 80, se acentuam no País.

A denominada “revolução informática” promove mudanças radicais na área do conhecimento, que passa a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento, em geral. É possível afirmar que, nas próximas décadas, a educação vá se transformar mais rapidamente do que em muitas outras, em função de uma nova compreensão teórica sobre o papel da escola, estimulada pela incorporação das novas tecnologias (p. 05).

Desse modo, o volume de informações produzido em decorrência das novas tecnologias passou a ser constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos, não se tratando mais simplesmente de acumular conhecimentos. Diferentemente das décadas de 1960-70 em que a política educacional priorizou como finalidade para o ensino médio a formação de especialistas capazes de dominar a utilização de maquinarias ou de dirigir processos de produção, as propostas de reforma curricular para o ensino médio dos anos 1990 se pautaram pela formação geral, em oposição à formação específica, com o desenvolvimento das capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las, assim como a capacidade de aprender, criar e formular, ao invés do simples exercício de memorização (BRASIL, 1999).

A organicidade dos conhecimentos ficou mais evidente ainda quando o Art. 36 da LDB estabeleceu, em seu parágrafo 1º, as competências que o aluno, ao final do ensino médio, deveria demonstrar:

Art. 36, § 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de **Sociologia necessários ao exercício da cidadania** (grifo nosso).

A importância dos conhecimentos de sociologia no ensino médio também foi salientada por Sarandy (2001):

O conhecimento sociológico certamente beneficiará nosso educando na medida em que lhe permitirá uma análise mais acurada da realidade que o cerca e na qual está inserido. Mais que isto, a sociologia constitui contribuição decisiva para a formação da pessoa humana, já que nega o individualismo e demonstra claramente nossa dependência em relação ao todo, isto é, à sociedade na qual estamos inseridos (p. 57).

Entretanto, apesar da ênfase dada a esses conhecimentos na LDB, na prática, a disciplina não se efetivou. A primeira regulamentação veio com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) 15/1998 e Resolução CNE/CEB 03/1998. Segundo Silva (2010), tais Diretrizes pretendiam que os sistemas de ensino estaduais estruturassem seus currículos de maneira flexível e que organizassem os saberes por áreas e não por disciplinas. Foi por conta disso que os PCNEM propunham a divisão por grandes áreas, incluindo a sociologia no campo das Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O impasse permaneceu até 2003 quando se iniciou um processo de reestruturação dos PCNEM, a partir do documento do Ministério da Educação (MEC), de 2004, intitulado *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (OCEM), demonstrando um novo patamar de definições de princípios para a reformulação curricular e, conseqüentemente, para o ensino de sociologia. Nesse documento, foi elaborada uma crítica aos PCN e às DCNEM defendendo que a sociologia seja compreendida como disciplina do núcleo comum do currículo com um esforço de elaboração de propostas de conteúdos e de metodologias de ensino sintonizadas com os sentidos do ensino médio (MORAES, 2010).

Em pesquisa sobre o histórico do ensino de ciências sociais/sociologia no país, Silva (2010) identificou os momentos finais dessa trajetória até sua regulamentação definitiva. Segundo a autora, em 2005, foi apresentado Parecer explicitando que as DCNEM de 1998 não estavam cumprindo a LDB, pois não garantiam que os currículos oferecessem – de fato – os conhecimentos de sociologia. Esse Parecer entrou na pauta das reuniões da CEB/CNE, em abril de 2006. Em julho do mesmo ano, a CEB aprovou por unanimidade o Parecer 38/2006 que alterou as DCNEM, tornando a sociologia disciplina obrigatória e a Resolução 4/2006, alterando o artigo 10 da Resolução CNE/CEB 3/98, que instituiu as DCNEM. Ainda em 2006, foram publicadas as OCEM-sociologia, aperfeiçoando o texto elaborado em 2004 (BRASIL, 2006a; 2006b; SILVA, 2010).

Apesar do percurso em direção à institucionalização, alguns estados como São Paulo e Rio Grande do Sul questionaram a validade das mudanças nas DCNEM resistindo à determinação e implantando outra concepção de currículo baseada nas DCNEM anteriores às modificações. A resistência terminou por provocar uma articulação no sentido de aprovar uma lei que obrigasse definitivamente o ensino de sociologia e resolvesse as dúvidas sobre a mudança nas DCNEM, realizadas em 2006. Finalmente, em 2008, o Projeto de Lei 11.684 institucionalizou definitivamente a inclusão da disciplina nas três séries do ensino médio e, posteriormente, o CNE regulamentou o modo de implantação pela Resolução 01, de 15 de maio de 2009, ordenando que se concluísse a efetivação da medida até 2011 (BRASIL, 2006b; MORAES, 2010; SILVA, 2010).

Os conhecimentos de ciência política

Em concordância com a LDB, ficou estabelecido como uma das finalidades centrais do ensino médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da sociologia no sentido de oferecer instrumentais teóricos para que, com o conhecimento sociológico sistematizado, o aluno tenha a possibilidade de constituir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Segundo os PCNEM, ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, o estudante pode perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar, ou mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário (BRASIL, 1999). Ainda de acordo com o documento, “o estudo das Ciências Sociais no Ensino Médio tem como objetivo mais geral introduzir o aluno nas principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política” (p. 317).

Para tanto, as principais questões conceituais e metodológicas referentes aos conhecimentos de **ciência política** sistematizadas nos PCNEM e que devem ser trabalhadas com o aluno do ensino médio foram explicitados da seguinte forma:

Ampliando-se o escopo de análise, o estudo do Estado deverá produzir uma síntese que contemple as diversas teorias sobre sua origem e finalidade. Determinadas formas históricas de Estado, o Absolutista, o Liberal, o Democrático, o Socialista, o **Welfare-State** (o do Bem-Estar) e o Neoliberal, poderão ser abordadas e comparadas, em suas características, com o Estado Brasileiro atual.

De tal modo, pretende-se discutir alguns pontos do conceito de Estado: a **soberania**, sua **estrutura de funcionamento**, os **sistemas de poder**, as **formas de governo** no mundo atual, as características dos diferentes **regimes políticos**. E, por fim, algumas questões relevantes no contexto

social brasileiro, tais como as relações entre o **público** e o **privado** e a dinâmica entre **centralização** e **descentralização**.

Em termos históricos, cabe também realizar uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade, identificando as diversas formas de exercício da democracia, a questão da **legalidade** e da **legitimidade** do poder, os **direitos dos cidadãos** e suas diferentes **formas de participação** política. Cabe ressaltar a importância dos **movimentos sociais** no processo de construção da cidadania, em função do seu papel, cada vez expressivo, de interlocução com o **poder público**, desde o movimento operário até os chamados “novos movimentos sociais” (ecológico, pacifista, feminista etc.) (BRASIL, 1999, p. 324, grifos do texto).

Do mesmo modo, a partir dessa perspectiva, a contribuição conceitual e metodológica da ciência política reforça os conhecimentos da sociologia no campo de competências e habilidades **contextualização sociocultural**, sobretudo na competência de:

Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos (BRASIL, 1999, p. 325).

Já os PCN+, publicados em 2000, se constituíram em documento de apoio mais especificamente dirigido ao professor e que pretendeu estabelecer um diálogo de forma complementar aos PCN no âmbito da reformulação do ensino médio e de suas áreas de conhecimento. A publicação foi significativa por ter sido a primeira em perspectiva nacional a apresentar um conjunto de sugestões de temas de ensino e a procurar facilitar a organização do trabalho em termos de área de conhecimento explicitando a articulação entre conceitos estruturadores e competências gerais que se desejam promover (BRASIL, 2000).

O documento indicou, além dos conceitos de trabalho e cultura, a **cidadania** como um dos três conceitos estruturadores da disciplina de sociologia. Para elaboração deste último em sala de aula deve ser levado em conta mais especificamente alguns paradigmas teóricos e metodológicos da ciência política em uma pesquisa que considere referenciais tais como as relações entre indivíduo e sociedade; as instituições sociais; a importância da participação política de indivíduos e grupos; os sistemas de poder e os regimes políticos; as formas do Estado; a democracia; os direitos dos cidadãos; os movimentos sociais, entre outros princípios (BRASIL, 2000).

Ainda conforme os PCN+, na articulação dos conceitos estruturadores com as competências específicas da sociologia o conceito de cidadania deve compreender a participação política do estudante enquanto cidadão que está construindo sua identidade

social. Desse modo, foram sugeridos pelo documento quatro eixos temáticos de organização da disciplina: a) Indivíduo e sociedade; b) Cultura e sociedade; c) Trabalho e sociedade; e d) Política e sociedade. As questões políticas foram contempladas essencialmente no primeiro e quarto eixos.

No primeiro eixo – Indivíduo e Sociedade – o tema 3, **As instituições sociais e o processo de socialização** contém dois subtemas: 1) Família, escola, Igreja, Justiça e 2) Socialização e outros processos sociais. Já o tema 4 **Mudança social e cidadania** mais dois subtemas: 1) As estruturas políticas e 2) Democracia participativa. Para destacar, os referidos temas e subtemas estão descritos em negrito:

Eixo Temático: Indivíduo e Sociedade

Temas	Subtemas
1. As ciências sociais e o cotidiano	<ul style="list-style-type: none"> • As relações indivíduo-sociedade • Sociedade, comunidades e grupos
2. Sociologia como ciência da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento científico <i>versus</i> conhecimento comum • Ciência e educação
3. As instituições sociais e o processo de socialização	<ul style="list-style-type: none"> • Família, escola, Igreja, justiça • Socialização e outros processos sociais
4. Mudança social e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • As estruturas políticas • Democracia participativa

(Elaboração própria a partir de BRASIL, 2000b, p. 93-94, grifos nossos).

Nos temas e subtemas 3 e 4 mais relacionados a temáticas políticas o aluno deve compreender o papel das regras e dos procedimentos padronizados na manutenção e na estabilidade das formações sociais, na medida em que as instituições sociais mantêm relações de mútua dependência e representam, também, formas de poder e obstáculos às transformações. Nesse sentido, as instituições orientam o processo de socialização dos indivíduos durante toda a sua vida e constroem as pontes que ligam o indivíduo à sociedade. As questões que devem ser feitas a partir deste tema são relativas às alterações nas estruturas e instituições sociais. “Por que as sociedades se transformam? Qual o papel dos indivíduos, dos grupos e das classes sociais nas mudanças? Quais são as estruturas de poder dentro da sociedade? Como é possível agir para transformar? Por que cidadania e

democracia são valores tão importantes?” (BRASIL, 2000, p. 94). A análise comparativa entre sistemas políticos democráticos e autoritários se torna essencial nesse estágio de desenvolvimento do conteúdo.

No quarto eixo – Política e Sociedade – todos os temas e subtemas foram relacionados aos conhecimentos mais específicos da ciência política:

Eixo Temático: Política e Sociedade

Temas	Subtemas
1. Política e relações de poder	<ul style="list-style-type: none"> • As relações de poder no cotidiano • A importância das ações políticas
2. Política e Estado	<ul style="list-style-type: none"> • As diferentes formas do Estado • O Estado brasileiro e os regimes políticos
3. Política e movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças sociais, reforma e revolução • Movimentos sociais no Brasil
4. Política e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Legitimidade do poder e democracia • Formas de participação e direitos do cidadão

(Elaboração própria a partir de BRASIL, 2000b, p. 97-98, grifos nossos).

Assim, conforme os PCN+, neste eixo é possível identificarmos como as atividades devem ser realizadas em torno das relações entre política e sociedade e devem ter como finalidade ampliar a concepção que o aluno tem de política. Ao perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelas pessoas em um processo de tomadas de decisões que gira em torno de valores sociais e de relações de poder, o estudante passa a entender e identificar a presença da política no agir cotidiano de indivíduos, grupos e instituições. Já o estudo do Estado brasileiro e dos regimes políticos que se sucederam no país possibilita a contextualização necessária à apropriação dos conceitos da ciência política, assim como escolher e investigar um determinado movimento social pode permitir a realização de inúmeras atividades pedagógicas.

As OCEM-sociologia (BRASIL, 2006a) reforçam o entendimento sobre a importância dos saberes políticos no currículo do ensino médio:

Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, Art. 36, § 1o, III) quando relaciona “conhecimentos de Sociologia” e “**exercício da cidadania**”. Entende-se que essa relação não é imediata, nem é exclusiva da Sociologia a prerrogativa de preparar o cidadão. No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino da Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia stricto sensu, os professores trazem **conteúdos, temas e autores da Ciência Política**) e mesmo contrastes com a organização política de sociedades tribais ou simples (quando, então, é a Antropologia que vem ocupar o lugar da Sociologia), ou ainda preocupações com a participação comunitária, com questões sobre partidos políticos e eleições, etc. Talvez o que se tenha em Sociologia é que essa expectativa – preparar para a cidadania – ganhe contornos mais objetivos a partir dos conteúdos clássicos ou contemporâneos – temas e autores (p. 104, grifos nossos).

Partindo-se de dois pressupostos – o estranhamento e a desnaturalização – as OCEM-sociologia tem como princípio a vontade de saber mais e entender tudo, por não se conformar com alguma coisa ou com a situação em que se vive; não se acomodar e desenvolver uma visão crítica do senso comum. É perceber que a vida em sociedade é dinâmica, em constante transformação, ou seja, já vem carregado de significado social, político, econômico, cultural e histórico. Portanto, os conteúdos de caráter político da mesma forma se inserem em uma perspectiva crítica e de contextualização sócio histórica tendo como referência metodológica de ensino o uso de conceitos, temas e teorias, além da pesquisa.

Segundo Moraes (2010) discutindo as OCEM-sociologia, cada um dos três primeiros pressupostos indica um caminho para o professor desenvolver o conteúdo programático sendo impossível trabalhar exclusivamente com um desses recortes sem que sejam feitas referências aos demais. Cada recorte, ao ser escolhido pelos professores para desenvolver determinada unidade do programa, atua como condutor central do trabalho docente. A pesquisa, por sua vez, é um procedimento que pode complementar o trabalho expositivo do professor, “sucendendo às aulas, exemplificando ou aprofundando empiricamente o que foi apresentado; ou pode, quando antecipa as aulas, provocar a curiosidade, o interesse, preparando o aluno para o que vai ser ensinado, sistematizado pelo professor” (p. 49).

A ciência política no currículo do estado de São Paulo

Em 2009, por força da Lei Federal 11.684/2008, a sociologia foi introduzida na grade curricular do estado de São Paulo e foram publicados no mesmo ano os cadernos do aluno e os cadernos do professor, que ocuparam papel central nas escolas públicas e no

processo de implantação do currículo. Quanto aos cadernos de sociologia, foram organizados por bimestres, levando-se em conta teorias e temas para se refletir sobre a sociedade brasileira. Segundo a proposta curricular, os recortes temáticos, conceituais e teóricos, os materiais, textos e recursos didáticos sugeridos podem ser revistos e ampliados, sem perder de vista os objetivos do ensino de sociologia no nível médio, definidos nas OCNEM, ou seja, o “aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico”.

Os PCNEM (1999) já enfatizavam o papel central desempenhado pelo currículo na reformulação do ensino médio:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: **a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva**, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (p. 15, grifos do texto).

A partir dessa perspectiva a grade curricular foi dividida por série/ano e por bimestre com conteúdos associados a habilidades. A organização dos conteúdos escolares foi sinteticamente apontada pela proposta curricular em termos de tópicos disciplinares e objetivos formativos e foi em seguida detalhada em termos de habilidades a serem desenvolvidas em associação com cada tema, por série/ano e bimestre letivo, ou seja, em termos do que se espera que os estudantes sejam capazes de fazer após cada um desses períodos (SÃO PAULO, 2009).

Em 2010 a proposta curricular se tornou oficialmente currículo e, nessa divisão, os conteúdos relacionados à política foram estabelecidos nos quatro bimestres do 3º ano do ensino médio como mostrado abaixo. O destaque em negrito se refere à temática geral do bimestre e são do próprio texto (SÃO PAULO, 2010). Para o 1º bimestre o tema principal foram os direitos de cidadania e a Constituição de 1988:

O que é cidadania?

O significado de ser cidadão ontem e hoje.

Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos.

O processo de constituição da cidadania no Brasil

- A Constituição Brasileira de 1988

- Direitos e deveres do cidadão

- A expansão da cidadania para grupos especiais: crianças e adolescentes, idosos e mulheres (SÃO PAULO, 2010, p. 147).

No segundo bimestre os conteúdos versaram em torno dos movimentos sociais, do espaço público e da participação política:

Qual a importância da participação política?

Formas de participação popular na história do Brasil

Movimentos sociais contemporâneos

- Movimento operário e sindical
- Movimentos populares urbanos
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
- “Novos” movimentos sociais: negro, feminista, ambientalista, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros)

A cidade como lugar de contradições e conflitos

- Associativismo e democracia
- O direito à cidade (SÃO PAULO, 2010, p. 148).

O currículo apresentou para o terceiro bimestre – o mais denso – o Estado brasileiro, as formas e sistemas de governo e os mecanismos da democracia representativa:

Qual é a organização política do Estado brasileiro?

Estado e governo

Formas e sistemas de governo

Organização dos poderes

- Executivo, Legislativo e Judiciário
- Eleições e partidos políticos (SÃO PAULO, 2010, p. 149)

Por fim, no 4º bimestre, foram explicitadas as formas de não cidadania podendo ser retomadas nesse ponto temáticas como a violência, a intolerância religiosa, o racismo e a participação da sociedade civil nos rumos do país:

O que é não cidadania?

Desumanização e coisificação do outro

Reprodução da violência e da desigualdade social

O papel social e politicamente transformador da esperança e do sonho (SÃO PAULO, 2010, p. 150).

Assim sendo, vemos dessa forma questões fundamentais da ciência política tratadas no ensino básico como a definição de Estado, as formas de governo, o conceito de democracia, a Constituição, os direitos de cidadania, os movimentos sociais, o papel da sociedade civil, entre outros. Temas que, bem trabalhados, podem dar contribuições generosas os nossos estudantes. Segundo Moraes e Guimarães em seus comentários ao texto de Feres Júnior e Pogrebinski (2010), a análise do conceito de democracia, por exemplo, pode assumir sentido expressivo ao remeter à participação dos estudantes na sociedade em que vivem. Para entender como a democracia é vivenciada por nós,

brasileiros, na atualidade, pode-se fazer um resgate histórico do conceito relacionando-a à noção de cidadania. A subdivisão em direitos civis, políticos e sociais é uma opção metodológica, que ajuda a compreender a história da cidadania. Da mesma forma, ao se discutir as formas de governo com os estudantes é importante destacar o presidencialismo como nosso sistema de governo desde o início da República. De acordo com Feres Júnior e Pogrebinschi (2010), a participação política dos cidadãos enquanto prática que pode ser feita cotidianamente por meio de uma série de instituições e organizações sociais que desempenham atividades políticas – sem necessariamente fazer parte da estrutura do Estado – deve ser enfatizado:

Elas compõem aquilo que chamamos de **sociedade civil**. A política, portanto, não deve ser definida como aquilo que diz respeito ao Estado, mas sim como aquilo que diz respeito à **vida coletiva** da sociedade. Com o intuito de tornar melhor esta vida coletiva, pessoas na sociedade civil reúnem-se em grupos que tem por finalidade suprir alguma necessidade ou conquistar algum bem social por meio da militância e do ativismo políticos. Esses grupos levam o nome genérico de movimentos sociais. Os movimentos sociais buscam estreitar a relação entre o Estado e a sociedade por meio da realização de atividades dos mais diversos tipos. Há movimentos sociais que têm por objeto, por exemplo, a promoção da educação, dos direitos humanos, do meio ambiente; a redução da violência ou a promoção da paz; a assistência aos necessitados etc. (p. 264, grifos dos autores).

Esta citação, do capítulo **Democracia, Cidadania e Justiça** da Coleção Explorando o Ensino do MEC que teve por objetivo apoiar o trabalho do professor em sala de aula extraída do volume 15 dedicado à sociologia é um exemplo bastante apropriado e coerente de sugestão de abordagem desse conhecimento em sala de aula. Além dessas, inúmeras outras temáticas, assim como conceitos e teorias, podem ser desenvolvidas como a pesquisa enquanto atividade básica para a construção do conhecimento científico e por meio de filmes, músicas, passeios e debates somados aos métodos tradicionais como aulas expositivas, questionários e atividades de compreensão de texto. As possibilidades, quando planejadas, são muitas.

Considerações finais

A consolidação do ensino da sociologia no estado de São Paulo requer, primeiramente, o estabelecimento de um amplo debate entre governo (federal e estadual), universidades e sociedade não só sobre os problemas que afligem este nível de ensino, como também sobre as especificidades da disciplina, seu ensino, seu contexto e a formação de professores em nível de graduação e pós-graduação (YAMAUTI, 2003). Conforme Moraes (2010) há “a necessidade de uma discussão ampla a respeito da formação dos

professores da disciplina e encaminhamentos para o apoio de seu trabalho em sala de aula” (p. 09).

Dessa forma, torna-se essencial que os estudantes universitários e os docentes da disciplina participem das questões que dizem respeito à sua prática enquanto professores como, por exemplo, a relevância dos conteúdos abordados e as metodologias de ensino adequadas a serem utilizadas. A sociologia chegou ao ensino médio em meio a um intenso debate sobre o sentido deste nível de ensino e nos últimos anos se evidenciou com maior nitidez a ausência de objetivos claros para esta modalidade, pois ora vemos a discussão se voltar para o vestibular, ora se voltar para a profissionalização, ora para a formação do cidadão.

Nesse contexto, qual o papel dos conhecimentos de ciência política que se pretendem necessários aos nossos alunos ao final do ensino médio? Vimos neste trabalho como esses conhecimentos estão contemplados no currículo como parte fundamental do ensino de sociologia. No entanto, como estão sendo trabalhados? Quais ambientes, materiais, livros didáticos e paradidáticos, filmes, músicas e *sites* são disponibilizados aos docentes e aos alunos? Como está sendo esse debate? Na verdade, a pergunta talvez seja: está havendo, verdadeiramente, esse debate como um todo dentro das ciências sociais brasileiras? A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) tem, desde 2005, um Grupo de Trabalho sobre o Ensino de Sociologia e inúmeros seminários, encontros e congressos tem sido realizados desde a fase de discussão e posterior implantação da Lei 11.684. Entretanto, esses debates tem sido suficientes? Nosso entendimento diz que esses espaços podem ser ampliados. Acreditamos que as Associações Brasileiras de Antropologia (ABA) e Ciência Política (ABCP) têm mais a oferecer no que se refere ao ensino desses conhecimentos na educação básica, além da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) como o mais importante fórum de discussão em ciências sociais no país.

Nosso intuito neste trabalho foi o de situar os conhecimentos de ciência política no retorno da sociologia em âmbito nacional na educação brasileira e de indicar uma possibilidade de aplicação a partir dos conteúdos do currículo paulista. Dessa forma, procuramos contribuir com os possíveis interessados (alunos, pais, professores, pesquisadores, etc.), identificando e localizando as temáticas relacionadas à esfera política nos principais documentos, orientações e na legislação, seus principais temas e assuntos, nos posicionando em favor da ampliação desse debate. Com o retorno da disciplina na grade curricular se abriu a oportunidade de realizarmos de forma abrangente uma verdadeira *sociologia pública* em nosso país no sentido sugerido por Braga e Buroway

(2009) defendendo uma “prática sociológica” engajada com diferentes públicos extra-acadêmicos, que consiga conjugar o rigor de uma sociologia profissional com a *intervenção no espaço público*. O tema da inserção pública dos intelectuais em nosso país encontra especial oportunidade se pensarmos sua atuação docente, principalmente no ensino médio. A Lei Federal 11.684/08 oferece essa possibilidade, isto é, a chance de se construir uma disciplina que, em tempos de “tirania do mercado e de despotismo do Estado”, assuma a defesa dos “interesses da humanidade”, do ponto de vista da sociedade civil (BUROWAY, 2009).

Ademais, o destaque de que a busca dos saberes sociais, culturais e políticos podem realmente contribuir para aprimorar o aluno no objetivo – explicitado nos diversos documentos analisados – de formá-los como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, ajudando a construir sua identidade social e política. Fazendo-o valorizar o exercício da democracia, a legalidade e a legitimidade do poder, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, os movimentos sociais e as outras formas de participação, ou seja, valorizar a política enquanto prática social (BRASIL, 2000b). O retorno dos saberes de ciências sociais na educação básica desafia “o campo sociológico brasileiro a atravessar o verdadeiro abismo que o separa da realidade do ensino médio” (BRAGA, 2009, p. 163).

No sentido de transcender os muros da comunidade acadêmica e entrar em contato com o público extra-acadêmico, a sociologia na educação básica é uma grande chance de estarmos em constante diálogo com os diversos públicos e de defendermos o ponto de vista da sociedade civil e a defesa do social. Esse momento, se não for desperdiçado, implica a concreta participação dos nossos estudantes de ciências sociais na universidade e dos professores de sociologia na escola pública nos destinos dos cidadãos, discutindo, informando, esclarecendo, ou, como escreveu o brilhante sociólogo Francisco de Oliveira desempenhando um *papel civilizatório* na sociedade e recebendo daí sua validade social (OLIVEIRA, 2009).

Referências bibliográficas

BRAGA, R. Atravessando o abismo: uma sociologia pública para o ensino médio. In: BRAGA, R.; BUROWAY, M. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

BUROWAY, R. Por uma sociologia pública. In: BRAGA, R.; BUROWAY, M. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio** (parte IV: ciências humanas e suas tecnologias). Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio (Parte I: Bases Legais)**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000a.

_____. **PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000b.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2006a.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 38/2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de filosofia e sociologia no currículo do ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 07 de julho de 2006b.

_____. **Lei nº 11.684. Estabelece a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 02 de junho de 2008.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. Cidadania, democracia e justiça. In: MORAES, Amaury César. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

MEKSENAS, P. **Sociologia**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAES, A. C. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. In: **Revista Tempo Social**, v. 15, nº 1, abr./2003.

_____. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury César. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

OLIVEIRA, F. Prefácio por uma sociologia pública. In: BRAGA, R.; BUROWAY, M. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Proposta de Conteúdo Programático para a Disciplina Sociologia – 2º grau**. São Paulo: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1986.

_____. **Proposta curricular do estado de São Paulo: sociologia**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2009.

_____. **Currículo do estado de São Paulo: ciências humanas e suas tecnologias**. São Paulo: Secretaria da Educação, 2010.

SARANDY, F. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Ano I, nº. 05, outubro de 2001.

SILVA, I. F. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 (Coleção Explorando o Ensino; v. 15).

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

YAMAUTI, N. N. Propostas para o ensino de Ciências Sociais. In: **REA**, nº 22, março de 2003, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cyamauti.htm>. Acesso em 25 nov. 2012.

Éfe-érre-á. Deambulações Sociológicas pela Queima das Fitas de Coimbra

José Pedro Arruda¹

Resumo: A Queima das Fitas é um acontecimento incontornável na vida social e académica² de Coimbra. Muitos dos discursos construídos em torno deste evento assentam em conceitos abstratos e ambíguos como “tradição”. Este texto procura descrever a Queima a partir de uma análise pragmática da ação. Os atores que fazem este evento não se limitam a representar papéis previamente definidos; eles têm a capacidade de transformar ativamente os contextos através das suas escolhas e performances. O que aqui se apresenta é um registo etnográfico das práticas, dos atores e das possibilidades de ação que o cenário da Queima das Fitas de Coimbra oferece aos seus participantes. A partir do conceito de “redes”, procurar-se-á fazer uma análise das interações sociais que caracterizam a “semana académica”.

Palavras-Chave: Queima das Fitas; redes; ação; atores; performance.

Abstract: “Queima das Fitas” is an unavoidable happening in Coimbra's social and academic life. Many speeches built around this event are based on abstract and ambiguous concepts, as “tradition”. This text tries to describe “Queima” from a pragmatic analysis of action. Actors that do this event do not just play pre-defined roles; they are capable of actively change contexts through their choices and performances. What is presented here is an ethnographic account of the practices, actors and action possibilities that the “Queima das Fitas” scenario offers to their participants. From the concept of “networks”, we will try to make an analysis of the social interactions that typify the “academic week”.

Keywords: Queima das Fitas; networks; action; actors; performance.

Introdução

Este artigo constitui uma reflexão, que procura ser aberta e ampla, sobre um acontecimento que, anualmente, tem um impacto visível e incontornável na vida de grande parte dos residentes em Coimbra, sobretudo os universitários: a Queima das Fitas³. As informações, opiniões e descrições que serão aqui reveladas resultam da minha vivência enquanto estudante e residente nesta cidade entre os períodos de 2000 a 2006 e 2008 a 2012. Esta experiência acumulada enquanto observador e também participante neste evento, assim como nas rotinas e nos ciclos associados à vida académica, permitiram-me conhecer de perto e de variadas formas a realidade que aqui exponho. Na verdade, a minha

¹ Doutorando em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; E-mail: jose.p.arruda@gmail.com.

² Optamos por manter a grafia das palavras de acordo com as especificidades ortográficas do português de Portugal, assim como as expressões idiomáticas portuguesas, evitando possíveis alterações de sentido pela adequação às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (nota da equipe editorial Pensata).

³ “Queima das Fitas” é uma festividade estudantil, originária da Universidade de Coimbra, realizada em quase todas as Universidades portuguesas entre Abril e Maio, com a duração de cerca de uma semana.

relação com a Queima não tem um caráter uniforme nem contínuo, sendo marcada por interrupções, desvios, alternâncias e descontinuidades. Da mesma forma, as opiniões e posturas que fui recolhendo dos incontáveis informantes – colegas, amigos e mesmo desconhecidos, estudantes ou não – com quem interagi ao longo destes anos, apresentam oscilações profundas na maneira de olhar, entender e viver a Queima das Fitas. Procurarei dar conta dessa diversidade de registos que, por si só, restringe a ambição de se extrair uma conclusão definitiva.

A metodologia empreendida está próxima daquilo a que Machado Pais (2006) chama “deambulações sociológicas”, referindo-se às experiências quotidianas de onde os etnógrafos urbanos retiram parte substancial do seu entendimento do mundo social. Porém, pode também ser classificada, em termos latos, como autoetnografia, que, segundo Deborah Reed-Danahay (1997) pode conter múltiplos significados, sendo difícil caracterizá-la a nível de conceito, de método ou de discurso. Existem muitas distinções teóricas e variações em torno do conceito, como autoantropologia, antropologia autoetnográfica, registos autorreflexivos ou narrativas autobiográficas. Não é, no entanto, o meu único propósito fazer uma descrição densa, reflexiva e interpretativa dos fenómenos analisados. O registo etnográfico que irei aqui expor terá como pano de fundo alguns fundamentos da Teoria das Redes, como a ideia de interdependência dos atores de Wasserman e Faust (1999), da força dos laços fracos, de Granovetter (1973) ou da inter-conectividade de tudo o que existe, proposta por Barabási (2003). Porém, acima de tudo, foco-me na ação e nas possibilidades pragmáticas que são oferecidas aos diversos atores no contexto da Queima das Fitas, alimentando as ideias de fluidez e performatividade provenientes da Sociologia Pragmática de Antoine Hennion (2004).

Para complementar este quadro teórico, recorro ao contributo da *Actor-Network Theory* (ANT), partindo das obras de Callon e Latour (1981; LATOUR, 2005). Este complemento teórico relaciona-se com a necessidade de integrar diversos elementos não-humanos na configuração da Queima das Fitas para que esta se torne naquilo que é. A minha abordagem focaliza-se essencialmente na ação e não em conceitos abstratos ou idealizados como “tradição”, “código” ou “praxe”. Estes termos serão abordados apenas na medida em que os atores os utilizam. Não procurarei, por isso, discutir a história nem a transformação da Queima das Fitas ao longo do tempo, da mesma forma que não darei particular relevo aos aspetos formais e institucionais ligados à organização deste evento. O meu argumento é que, apesar de todos os aspetos económicos, burocráticos e estruturais que estão por detrás de um evento desta dimensão, a Queima é feita por aqueles que nela

participam e que a vivem, assim como por aqueles que, não querendo vivê-la, não têm maneira de escapar-lhe.

O que aqui apresento é um relato interpretativo das ações e interações que se desenrolam no contexto da Queima das Fitas de Coimbra. Este registo assenta nas minhas experiências pessoais enquanto estudante de Coimbra e observador interessado de fenómenos sociais, resultante da minha formação académica. Porém, há que salientar que a Queima não se esgota nos momentos e nos locais que aqui descrevo; em virtude das limitações de espaço e dos propósitos deste ensaio, escolhi aqueles que me pareceram mais adequados para desenhar um cenário abrangente da Semana Académica. Outras opções podiam ter sido tomadas, por figurações igualmente importantes, como os convívios académicos que antecedem a Queima, a Serenata Monumental, o Baile de Gala, o Chá Dançante, a Garraiada ou mesmo as estratégias domésticas que os estudantes adotam durante este período. No entanto, não podendo falar de todos estes cenários, optei por aqueles que considero mais marcantes na minha qualidade de participante e membro da academia. Procurei traçar um panorama geral do que acontece antes, durante e após a Semana Académica e, para isso, debrucei-me com particular atenção sobre os momentos que aglutinam mais pessoas e dominam os temas de conversa sobre a Queima, nomeadamente os jantares de curso, as noites do Parque e o Cortejo dos Quartanistas.

É possível que, ao longo deste texto, cometa alguns lapsos ou imprecisões na utilização de alguns conceitos oficiais do Código da Praxe da Universidade de Coimbra. Considerando-me um a-praxista, não domino totalmente a linguagem “académica”, sendo o meu ponto de vista o de alguém que oscila entre o dentro e o fora da Queima. Como já referi, os discursos que os participantes na Queima das Fitas constroem sobre a mesma não são uniformes nem consensuais. Geralmente, estes públicos dividem-se entre os que se consideram *pró* e os que se apresentam como *anti* “tradição académica”, havendo também espaço para os que assumem uma atitude neutral, de indiferença ou aceitação passiva. A abordagem que aqui desenvolvo não se insere em nenhuma destas perspetivas nem favorece nenhuma delas. O que procuro é realizar uma reflexão aberta e descomprometida sobre os fenómenos descritos, contribuindo para uma discussão abrangente e intelectualmente honesta sobre o impacto social da Queima das Fitas, sem objetivos, políticos ou de crítica social, predefinidos.

1 – Preparativos

1.1- As Ordens de Grandeza

A Queima das Fitas começa a entrar no imaginário dos estudantes de Coimbra meses antes da sua realização. Aqueles que chegam de novo à Universidade, sejam estudantes do 1º ano de licenciatura, pós-graduações ou integrantes de programas de mobilidade internacional, são geralmente informados, nas primeiras conversas, sobre a “grande festa” que acontecerá nos inícios de Maio. Recordo o entusiasmo e orgulho com que muitos me alertavam sobre a dimensão e animação de tal evento quando eu era um recém-chegado a Coimbra (“caloiro”, pelo Código da Praxe coimbrã). Na maior parte dos casos, essa informação era passada num misto de convite e ameaça, com o tom de superioridade de quem já lá esteve e conhece: “Quando chegar a Queima é que vais ver”; “quero ver-te na Queima” ou “espera que na Queima a gente fala” eram algumas das frases frequentes com que procuravam aguçar o meu apetite ou, simplesmente, demonstrar que eu não poderia saber o que era a vida académica enquanto não passasse por essa experiência. Frequentando a licenciatura em antropologia, vim a conjecturar, meses depois, que a Queima devia corresponder à última fase do processo ritual de que falava Victor Turner (1969), aquela que nos garantia finalmente o estatuto de pertença à comunidade. Aceitei assim a minha situação de liminaridade e procurei não pensar muito nisso.

Não posso negar que, nos anos subsequentes, eu próprio tenha reproduzido esse discurso com a mesma sobrançeria, tal como assisti incontáveis vezes a acontecer à minha volta. Os cétricos são o alvo preferencial de quem se sente comprometido com a missão de valorizar a sua Universidade e as suas práticas. Não quero com isto cair no essencialismo nem definir ontologicamente certos grupos de pessoas. Ser cétrico pode ser um ato meramente performativo e contextual e, neste caso, diz respeito apenas aos momentos (e são frequentes em algumas alturas do ano, em particular nos meses de inverno) em que alguém põe em causa a cidade de Coimbra enquanto local de festa, convívio e animação. Sendo uma cidade de média dimensão a nível nacional e pequena a nível europeu, Coimbra não oferece alternativas culturais e de entretenimento suficientes para agradar a todos os seus visitantes nem a uma grande porção das pessoas nela estudam. Porém, como em todos os lugares, há muitos que gostam de defender a “sua” cidade (mesmo que seja emprestada) da desvalorização e das injúrias. Nestes momentos, recorrem-se a diversas “ordens de grandeza” para projetar uma imagem positiva da cidade e da sua oferta.

Aqui torna-se relevante o conceito de *cidade* que Boltanski e Thévenot propõem. Estas *cidades* relacionam-se com os espaços comuns em que se divide a ação dos indivíduos; cada uma delas se liga a uma certa ordem de grandeza e a uma lógica de justificação específica. Assim, temos a *cidade inspirada*, onde se valoriza a criatividade, a graça e a não-conformidade; as relações que aqui se estabelecem baseiam-se na paixão e

na comunicação emocional e caracterizam-se pela procura de uma ascense espiritual. Na *cidade doméstica*, existe uma hierarquia baseada na estima, na reputação e na idade, regulada por relações de autoridade e confiança; esta ordem é geralmente mantida pela oralidade e pelo exemplo. A *cidade cívica* é caracterizada pelos interesses coletivos, assenta em relações de solidariedade e equidade e assume regras formais e oficiais. Na *cidade da fama*, a grandeza é concedida sobretudo pelo reconhecimento e pela celebridade das figuras que emitem opiniões. A *cidade mercantil* estabelece-se nas trocas comerciais e é regulada pelo dinheiro e pelo sucesso monetário. Por fim, na *cidade industrial*, o sucesso e a grandeza são atribuídos pela eficácia e funcionalidade da produção, sendo os atributos necessários para nela vingar o profissionalismo e a competência (Cf. BOLTANSKI & THÉVENOT, 2006).

Quando se recorre à Queima das Fitas para elevar o nome de Coimbra, várias destas *cidades* são invocadas, particularmente a *cívica* e a *industrial*. Na primeira, invocam-se argumentos relacionados com o espírito coletivo que a Queima representa, sendo um acontecimento de estudantes e para estudantes, onde todos têm igual acesso ao divertimento e ao convívio. Os preços dos bilhetes, proibitivos para muitos, retiram alguma veracidade ao argumento, mas os habituais descontos nos bilhetes gerais para estudantes são por norma apreciados e apontados como prova de conduta solidária entre os estudantes. No que respeita à *cidade industrial*, ela materializa-se nos comentários sobre a grande afluência que, anualmente, marca a Queima, na sua popularidade e grandeza e na quantidade de visitantes que Coimbra recebe nessa semana. Outras *cidades* são invocadas ocasionalmente, como a *doméstica*, que assenta na autoridade que os mais experientes membros da vida académica têm sobre os novatos na valorização dos eventos, ou a *cidade da fama*, quando se enumeram os artistas de renome no mundo da música que já pisaram os palcos do recinto. O que importa salientar é que os adeptos da Queima, ou *amateurs*, usando a terminologia de Hennion, não são agentes passivos na caracterização e projeção do evento, redefinindo-o performativamente. “People are active and productive; they constantly transform objects and work, performances and tastes” (HENNION, 2004, p. 131).

1.2- Jantares de Curso

Alguns dos principais momentos que marcam os preparativos para a Queima das Fitas são os jantares de curso que, como o nome indica, servem para reunir um grupo de estudantes de um mesmo programa curricular em momentos de convívio e repasto. Os jantares de curso são frequentes em Coimbra no início de cada ano letivo (setembro/outubro), altura em que muitos estudantes chegam pela primeira vez à cidade.

Desta forma, os jantares, tal como muitas práticas associadas à “praxe académica”, são, alegadamente, uma forma de integrar os recém-chegados nas redes sociais já existentes. A regularidade dos jantares de curso cai consideravelmente durante os meses de inverno, particularmente janeiro e fevereiro, que habitualmente correspondem ao período de avaliação do 1º semestre. Porém, a chegada da primavera traz novo incremento a esta prática, que ganha a sua máxima expressão nas semanas que antecedem a Queima. Na noite da Serenata Monumental, que marca o seu início, as zonas da Alta, da Baixa e da Praça da República ficam invariavelmente repletas de capas negras e estudantes trajados: neste dia, quase todos os cursos organizam jantares, pelo que se torna difícil encontrar um restaurante livre nestas áreas da cidade ou caminhar na rua sem dar conta da multidão estudantil.

Os jantares de curso não são, habitualmente, fechados a pessoas de cursos diferentes ou mesmo a não-estudantes. Por norma, os elementos “externos” chegam através de um ou mais membros do grupo, na condição de namorados, amigos ou conhecidos. Os indivíduos responsáveis pela associação de novos membros a este coletivo podiam ser considerados “pontes”, se empreendêssemos um esforço analítico para situar e definir a posição estrutural de cada um destes atores na rede de interações, à semelhança de Wasserman e Faust (1999), ou se tentássemos traçar um sociograma semelhante aos propostos por Moreno (*Apud* MERCKLÉ, 2004), onde cada indivíduo equivaleria a um “nó” e as relações que estes estabelecem entre si poderiam ser devidamente classificadas, na condição de “laços”. Utilizando a terminologia de Bourdieu (1980) e Nan Lin (LIN; COOK & BURT, 2001), poderíamos ainda classificar as interações que ocorrem neste cenário como *bounding social capital*, ou mesmo *bridging social capital* se, como muitas vezes acontece, estiverem presentes professores universitários ou outros elementos de grau hierárquico superior dentro da academia. Contudo, estas análises projetam um cenário estanque, como um momento congelado no tempo, não sendo capazes de apreender o dinamismo e a subjetividade destas interações. O foco na performatividade, sugerido por Hennion, permite-nos complementar estas leituras, colocando a ênfase na ação e nas possibilidades de ação de cada ator num contexto específico.

Fazer uma análise sociométrica de um jantar de curso ou tentar medir o capital social de cada um dos seus membros através do número de interações que este estabelece poderia conduzir a consideráveis erros de julgamento. Poderíamos, por exemplo, ser levados a intuir que os responsáveis pela organização do jantar detêm um maior capital social do que um indivíduo que permanece num canto da mesa, conversando apenas com quem está à volta. O número de interações que cada ator estabelece não é suficiente para

compreender a sua ação, nem tampouco a classificação desses laços em conceitos bipolares como positivos/negativos, fortes/fracos ou ativos/passivos, como sintetiza Sílvia Portugal (2008). Alguém pode decidir organizar um jantar de curso, efetivamente, por dispor de uma grande rede de contactos e gozar de forte popularidade entre os seus colegas. Porém, pode também fazê-lo por achar que mais ninguém tem as competências certas para isso ou mostra vontade de sujeitar-se a essa tarefa, porque se sente impopular e quer demonstrar a sua capacidade de agir ou até porque não tem vontade de se juntar à maioria dos seus colegas e procura realizar um jantar alternativo apenas com as pessoas com quem mais se identifica. Por seu lado, o indivíduo que se encontra no canto da mesa pode ser simplesmente tímido ou pode estar mal-disposto naquele dia e sem motivação para socializar ou mesmo achar que já tem amigos suficientes e não pretender fazer novas amizades.

As propostas de Granovetter (1973) para definir a força dos laços sociais, que passam pela duração da relação, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos, dificilmente conseguem aplicar-se à análise de um jantar de curso, se nos focarmos apenas no que acontece neste contexto. Seria preciso conhecer os atores previamente e acompanhá-los a partir daí durante alguns meses para perceber exatamente as causas e as consequências sociais das suas interações nesse jantar. Um etnógrafo rigoroso poderia tentar entrevistar vários dos convivas, escolhidos consoante a sua posição estrutural na rede, ou confiar na sua pormenorizada observação participante. No entanto, ambas as estratégias seriam, por certo, fortemente condicionadas pela presença de um elemento não-humano: o vinho (que, nestes jantares, costuma ser à discrição). Mesmo um observador pouco treinado ou distraído dificilmente deixará de notar que os jantares de curso são habitualmente marcados pelo excessivo consumo de bebidas alcoólicas, o que provoca uma alteração igualmente visível nos processos de socialização rotineiros. De repente, o indivíduo isolado e sem amigos está abraçado a gente que mal conhece e de quem, ainda na véspera, tinha opinião negativa; o membro mais popular da academia está ter uma altercação fraturante com vários colegas, sem que nenhum deles recorde qual causa da discórdia; o elemento “externo” é tratado pelos restantes como velho conhecido e as manifestações públicas de afeto multiplicam-se. Todas estas interações reconfiguram substancialmente as redes sociais, sendo a maioria das suas consequências impossíveis de prever com rigor.

Mas não é só pelo álcool que os jantares de curso têm o potencial de reconfigurar redes sociais. Sendo um momento de convívio e de associação entre pessoas, constituem uma oportunidade para aproximar ou afastar indivíduos e para diluir ou reforçar diferenças

ideológicas. Há alguma tendência para aqueles que se consideram “antipraxa” evitarem os jantares de curso. Isto acontece porque os jantares são frequentados maioritariamente por gente trajada e propícios a atividades praxistas, que passam por submeter os “caloiros” a algumas práticas menos rotineiras, como comer sem talheres, vestir as roupas do avesso ou usar artefactos ridicularizantes durante a noite inteira – uns chamar-lhe-ão brincadeira; outros, humilhação. No entanto, a divisão entre praxistas, antipraxistas e a-praxistas não tem necessariamente de ser insuperável nem fraturante. O que acontece nos jantares de curso é um processo permanente de negociação de identidades, que leva a que cada um destes coletivos construa a sua maneira de estar. Aquilo que alguns pretendem apelidar de “tradição” é, na verdade, um conjunto de práticas díspares e dinâmicas que resultam da ação de diferentes coletivos, em diferentes lugares e momentos. Gostar de ir a jantares de curso não torna, *per se*, alguém *pró* ou *contra* a praxe, pois o gosto tem de ser recriado continuamente.

Tasting does not mean signing one's social identity, labelling oneself as fitting into a particular role, observing a rite, or passively reading the properties “contained” in a product as best one can. It is a performance: it acts, engages, transforms and is felt (HENNION, 2004, p.133).

Recordo que, em determinado período da minha licenciatura em antropologia, os jantares de curso passaram a ser realizados por uma larga maioria de pessoas não trajadas e as atividades praxistas desapareceram. Não houve qualquer imposição estrutural ou sistémica para que ocorresse esta mudança. Foram as práticas e as performances dos intervenientes que transformaram a conduta habitual. É possível que, entretanto, o processo tenha sido invertido pela mesma ordem de razões. As condutas e as práticas que ocorrem num determinado local e num determinado momento acabam por definir os modelos de ação, mais do que as estruturas pré-existentes ou camufladas. Se optarmos por um modelo de análise rígido e fortemente estruturado, podemos não conseguir ver o potencial transformativo de cada contexto e de cada ator. A metáfora das “redes” é útil para pensarmos os cruzamentos e as associações que acontecem na vida de todos os dias, mas pode dificultar a captação da dinâmica fluída e performativa da ação, congelando momentos numa moldura demasiado sólida e estática. Invocando a necessidade da performance, recorrentemente se canta, nos jantares de cursos, “e se a malta quer ser cá da malta, tem de beber este copo até ao fim”. Para “ser da malta” não basta estar com a malta nem interagir com ela; é preciso fazer o que a malta faz e comprová-lo performativamente.

2 – A “Semana Académica”

2.1- As Noites do Parque

Depois de muito se falar e especular sobre os méritos da Queima e com o estágio dos jantares de curso já concluído, eis que chega, finalmente, o momento de desfrutar da “verdadeira” festa. O programa da “semana académica” costuma ser divulgado algumas semanas antes do evento e publicitado pela cidade através de cartazes e *flyers*. Nestes panfletos, revela-se o calendário da Queima, as noites associadas a cada uma das Faculdades (que tem um significado essencialmente simbólico e não proporciona qualquer desconto ou tratamento especial para os membros dessa Faculdade), as bandas e as tunas que vão atuar em cada uma das noites e também os patrocinadores, remetidos geralmente para um lugar de menor destaque visual na parte inferior do cartaz. Esta informação serve para ajudar os estudantes a escolher quais as noites em que pretendem ir ao Parque e também para atrair visitantes externos, que podem deslocar-se a Coimbra com o principal propósito de assistir a um concerto específico. Por esse motivo, a noite habitualmente reservada para a atuação de uma banda estrangeira de renome internacional é a de sábado, quando se espera uma maior afluência de visitantes.

Porém, não é apenas no programa oficial da Associação Académica de Coimbra (AAC) que a Queima é divulgada. Muitos bares e clubes noturnos de Coimbra associam-se ao evento, fazendo também circular *flyers* e convites para promoções e festas alusivas à Queima, embora essa alusão seja meramente conceptual. A maioria destes espaços privados sofre uma perda substancial de clientela durante a semana académica, levando mesmo alguns deles a fechar as portas durante esses dias. As referências à Queima são assim uma forma de tentar angariar os públicos que, por um ou outro motivo, não se deslocam ao recinto, fornecendo uma espécie de Queima alternativa que se situa simultaneamente dentro e fora dela. Pela lógica das associações e da tradução, desenvolvida por Callon e Latour (1981), estes atores (bares) procuram crescer associando-se a um outro (Queima), traduzindo os seus interesses como os interesses de quem quer viver esta experiência e produzindo assim um coletivo maior e mais forte. É através das associações, que se criam a partir da tradução de interesses, que a Queima das Fitas se transforma num coletivo gigantesco, sendo um híbrido que conjuga inúmeros atores e intenções, que vão desde a AAC aos patrocinadores, passando pelos visitantes, pela comunicação social, pelos bares de Coimbra e muitos outros.

O conceito de “Queima alternativa” é intencionalmente utilizado por várias Repúblicas de Coimbra, maioritariamente situadas na Alta, que se identificam como “antipraxa”. Esta semana é habitualmente utilizada por estes repúblicos para desenvolver

atividades paralelas à Queima, como tertúlias, concertos ou convívios. O que se verifica aqui é a lógica das associações invertida, ou seja, a das dissociações. Estas Repúblicas utilizam a Queima das Fitas para vincarem o seu posicionamento ideológico, demarcando-se das formas mais comuns de viver a semana académica. A Alta é, por excelência, um local privilegiado para o confronto ideológico em torno da praxe académica e isso também se verifica durante a Queima. Parte substancial das Repúblicas desta zona de Coimbra define-se como *anti* ou *a-praxista*, tendência que se materializa na exibição, por parte de algumas delas, de bonecos de dimensão humana, usando o traje académico, que pendem enforcados das suas varandas ou janelas. Porém, esta postura está longe de ser unânime ou pacífica. Durante todo o ano, particularmente nas alturas mais propícias a atividades praxistas, registam-se alguns desentendimentos, picardias e confrontos verbais entre grupos *pró* e *antiprax*e. Os confrontos físicos são bastante raros, mas algumas vezes estão próximos ou chegam mesmo a acontecer. Durante a Queima, o entusiasmo e o consumo de álcool podem favorecer alguma animosidade ou mesmo agressividade entre pessoas, mas não é provável que a maioria desses desentendimentos se deva a questões ideológicas. No entanto, sendo a Alta uma das zonas de passagem mais utilizadas por quem se desloca ao Parque, as picardias desta natureza tendem a ser mais frequentes durante esta semana do que na média anual.

A zona de Coimbra que sofre maiores transformações do ponto de vista das rotinas sociais durante o período da Queima é claramente a Baixa da cidade. Em termos estruturais e generalistas, a Baixa de Coimbra é reconhecida pelos seus habitantes como uma zona residencial ocupada pelas classes mais pobres, onde prevalece o pequeno comércio, as tascas e os restaurantes tradicionais. Sendo uma zona antiga, a Baixa incorpora também parte importante do património material, cultural e histórico da cidade. Talvez por isso existam diversos hotéis e pensões nesta zona, por onde é frequente verem-se turistas e cidadãos estrangeiros a passear e a tirar fotografias. A presença assídua de visitantes com elevado poder de compra nesta parte da cidade, torna a Baixa uma zona caracterizada por extremos, misturando os estabelecimentos pequenos, humildes e até com condições de higiene duvidosa, frequentados maioritariamente pelos moradores, com restaurantes e lojas de luxo, destinados sobretudo aos turistas, que fazem os seus preços pagar o acréscimo de qualidade que oferecem, mesmo que este passe pela apropriação do conceito “tradicional” ou “típico”, invocando a cultura local e o Fado. Ladeada por ruelas estreitas onde se erguem edifícios decadentes, a Rua Ferreira Borges materializa esta dualidade da Baixa, sendo uma ampla via exclusiva para peões, onde se pratica comércio de luxo e financeiro, no rés do chão de prédios antigos com fachadas restauradas.

Habitualmente, a Baixa é uma zona com pouco movimento durante a noite, contrastando com a azáfama que marca as suas horas diurnas. Isto acontece porque quase a totalidade dos cafés, restaurantes e tascas aqui situados encerra até à meia-noite e não há muitas alternativas de lazer nas redondezas. Com exceção dos períodos da Latada e da Queima das Fitas e dos ocasionais jantares de curso, os estudantes não costumam frequentar assiduamente nem de forma representativa esta zona. Embora as práticas contribuam para contrariar ou transformar as ideias, muitas vezes me foi reproduzida a opinião, sobretudo por habitantes locais, de que a Baixa é para os proletários e a Alta para os estudantes. Na verdade, sempre senti alguma desconfiança, por vezes assertivamente assumida, dos habitantes da Baixa relativamente aos estudantes, que são olhados como pessoas privilegiadas, muitas vezes de forma imerecida ou ilegítima. Recorrentemente, nas conversas que surgiam nas minhas deambulações pela Baixa, escutei frases como: “Estes estudantes de hoje em dia, não são como no meu tempo; dantes, havia respeito e agora só querem beber e fazer disparates”; “eles não sabem nada; vêm para aqui gastar o dinheiro dos pais e não aprendem nada, pois só querem borgia” ou “os estudantes não vêm para aqui porque estão habituados ao bom e ao melhor e só querem ir para os *shoppings* e para os sítios chiques”.

Estes preconceitos generalistas dos habitantes da Baixa encontram correspondência no desprezo ou desinteresse que muitos estudantes prestam a esta zona da cidade. Não será totalmente estranho ver estudantes, trajados ou não, a passear pelas ruas da Baixa à noite ou a frequentar alguns dos seus espaços. Porém, será mais provável encontrá-los nos espaços habitualmente destinados aos turistas do que naqueles que os moradores locais frequentam. Contudo, este cenário altera-se profundamente durante a Queima, altura em que as ruas da Baixa se vêem inundadas por um ruidoso mar de gente, tendencialmente ostentando o traje académico, desde as primeiras horas noturnas até ao nascer da aurora. A presença de um elevado número de estudantes não é a única alteração visível no panorama social destas ruas. Os cafés e pastelarias da Rua Ferreira Borges e do Largo da Portagem, habitualmente fechados a partir das 22 horas, encontram-se agora abertos pela noite dentro, dando resposta ao imenso fluxo de potenciais clientes que por ali passam. A bebida preferida do público é fácil de adivinhar, não só pelos inúmeros copos de cerveja que os estudantes transportam consigo e que se encontram pelo chão, como pelo facto de alguns cafés disponibilizarem um serviço extra para a venda desta bebida, colocando máquinas de cerveja à pressão no exterior do estabelecimento. Não faltam também os carrinhos para a venda de cachorros, pipocas ou algodão doce e há mesmo

quem venda balões com figuras de animação infantil, cornetas e outros artefactos que habitualmente se encontram nos arraiais populares e que se destinam a crianças.

Se os habitantes da Baixa têm uma atitude relutante face aos académicos, os comerciantes (havendo quem pertença a ambas as categorias), por seu turno, vêem nestes dias a oportunidade de obter um lucro extraordinário, não abdicando de redobrar esforços e reforçar as equipas de trabalho para isso. Quando questionados, em conversa informal e por entre a azáfama do trabalho, sobre esse facto, a maioria encolhe os ombros e não confirma nem indica a dimensão do lucro, optando, em vez disso, por realçar a cansaça que sentem durante esta semana e queixar-se das excessivas horas de trabalho extra a que estão sujeitos. No entanto, por entre evasivas, vão assumindo a importância destes dias para o negócio e elogiam a “vida” que a Queima das Fitas traz à cidade. Contrariando o discurso dos residentes locais, os comerciantes da Baixa mostram-se compreensivos com os comportamentos dos jovens e, no geral, têm uma atitude positiva face às festas académicas, considerando que “faz parte” da vida estudantil e que “é preciso aproveitar este tipo de momentos enquanto se pode”. Menos tolerantes e positivos em relação à semana académica são aqueles que, não possuindo um negócio próprio e tendo horários laborais a cumprir na manhã seguinte, vivem nas imediações do Parque ou próximos do rio. É que os decibéis rítmicos que ecoam pela cidade, provenientes do recinto da festa, associados à gritaria que os milhares de estudantes fazem nas ruas, dificultam imenso a missão de quem está a tentar adormecer.

A marcha dos estudantes segue então para o Parque, localizado junto ao Mondego, na margem de Santa Clara, pelo menos desde o ano 2000 (anteriormente, o recinto era montado na outra margem, no parque contíguo ao Largo da Portagem, embora eu nunca tenha vivido pessoalmente essa experiência). A Ponte de Santa Clara mantém assim um tráfego contínuo de peões ao longo de várias horas, primeiro com um fluxo tendencial para Sul e, horas mais tarde, no sentido inverso, com períodos de trânsito misto a meio da noite. Seguindo a multidão, não há como alguém se enganar no percurso, por muito cambaleantes ou confusas que possam ir as pessoas que nos rodeiam. Antes de entrar no recinto, aqueles que optaram por não adquirir o bilhete geral têm de deslocar-se às bilheteiras para comprar o seu ingresso. Os preços variam consoante o estatuto de estudante, não-estudante ou estudante estrangeiro (que não significa que se tenha nascido fora de Portugal, mas sim que se pertença a uma outra Universidade que não a de Coimbra). Algumas pessoas mais precavidas optam por comprar os seus bilhetes algumas horas antes, evitando as filas que por vezes acontecem. Depois deste passo, os visitantes podem dirigir-se para o recinto, embora seja comum aglomerar-se uma pequena multidão nos arredores da entrada, dividida

em grupos que esperam por outros grupos ou por alguém que se atrasou. Para aceder ao recinto, os estudantes têm que mostrar os respetivos documentos comprovativos do seu estatuto, impedindo entradas fraudulentas.

O elemento de maior destaque no interior do recinto é o palco principal, onde atuam os cabeças-de-cartaz de cada noite e que se situa numa das extremidades do Parque. No outro extremo, invariavelmente, situa-se o palco secundário, que costuma ser patrocinado pela Rádio Universidade de Coimbra e que se destina a bandas menos mediáticas, geralmente portuguesas, que são escolhidas pelos membros da Rádio como promissoras, alternativas ou de legítima qualidade. Ambos os palcos têm o espaço da plateia a céu aberto, o que não acontece nos restantes espaços habilitados a passar música. Com efeito, entre os palcos situam-se várias tendas gigantes, cada uma albergando vários balcões que funcionam como bares especializados, já que cada um deles só serve um tipo ou uma marca de bebida: há o bar da “caipirinha”, o do “moranguito”, o do “Licor Beirão”, o da “Macieira”, *et cetera*. Estas tendas passam música constante ao longo da noite, oscilando entre os ritmos latinos, o *Pop* português e internacional e a música electrónica. As únicas bebidas que podem (e têm de) ser compradas fora das tendas são água, refrigerantes e cerveja, em locais apropriados que se espalham um pouco por todo o recinto. Fora do espaço das tendas situa-se também a área destinada às comidas, onde se pode encontrar o que poderá ser classificado como a versão *fast-food* da cozinha tradicional portuguesa, como porco no espeto ou a “tachadinha”, a par de outras *roulottes* e barracas que servem farturas, pizzas, cachorros, hambúrgueres ou pão com chouriço. Nas zonas mais laterais e menos iluminadas do Parque encontram-se inúmeras casas de banho portáteis e urinóis públicos, que se destinam ao alívio das vontades fisiológicas.

Se atentarmos na configuração do recinto, reparamos que as funções de cada zona do Parque foram previamente pensadas e estruturadas. Isto significa que os objetos e materiais presentes no recinto delegam a agência de outros sujeitos sobre os participantes na Queima. Porém, conforme nos diz Latour (2005), estes mediadores não são meros intermediários entres dois atores: eles agem, transformam e executam interações sociais, pelo que devem ser considerados atores completos, capazes de estabelecer associações. Embora as utilizações possíveis das diferentes zonas do Parque sejam previstas e condicionadas, por motivos de organização, higiene e segurança, os usos que os atores lhes conferem não são totalmente determinados nem fechados. É certo que, se alguém quer adquirir uma cerveja, tem de fazê-lo nos locais apropriados, mas pode fazê-lo de diferentes formas: pode comprar uma só unidade ou optar por um *pack*, que lhe proporciona descontos ao fim de algumas unidades (esta estratégia de *marketing* é, aliás, bastante utilizada na

Queima por quase todos os balcões que servem bebida); pode levar consigo uma, duas ou mais cervejas de uma vez, bebendo-as onde quiser e evitando novas deslocções ao bar; pode simplesmente pedir a um amigo para lhe trazer uma cerveja quando for buscar a sua.

As trocas de favores, como o pagamento de uma bebida ou o voluntarismo de ir buscá-la para outrem, são práticas que se verificam com bastante frequência no Parque. Embora existam, não há muitos indivíduos que se desloquem sozinhos para a Queima, estando a maioria dos visitantes organizada em grupos de amigos ou conhecidos. As trocas de favores entre os participantes inscrevem-se na lógica da dádiva, estudada por vários autores e com particular destaque na obra de Marcel Mauss (1988). Em linhas gerais, as teses de Mauss propõem que a vida social se constitui através de um constante dar e receber. A dádiva e a retribuição apresentam-se como uma obrigatoriedade com vista à coesão social e obtenção de serviços recíprocos. Assim, quando alguém paga ou vai buscar uma bebida a um amigo não o faz apenas por ser uma pessoa generosa ou solidária; o faz porque espera que esse favor seja retribuído mais tarde, através de bens e serviços equivalentes, ou simplesmente para fortalecer os seus laços e a sua posição nas redes. Estes favores não se limitam, assim, a grupos de pessoas que já se conhecem. A Queima é um lugar propício ao estabelecimento de novos contactos e ampliação da rede de conhecimentos, pelo que é também comum verificar-se este tipo de comportamento entre pessoas que acabaram de se conhecer. Tal como foi dito em relação aos jantares de curso, é impossível prever com rigor a durabilidade e intensidade dos laços assim constituídos. Só o tempo revelará se estes serão encontros ocasionais e fugazes ou se terão continuidade no futuro.

Todo o recinto constitui um cenário propício às deambulações permanentes entre diferentes espaços. No entanto, mais uma vez, este comportamento não é obrigatório nem pré-determinado. Há quem prefira escolher a sua zona ou tenda de eleição e permanecer por lá durante a maioria do tempo. As tentativas de condicionar os comportamentos dos participantes esbarram sempre nas suas vontades e nas suas ações. Situações à margem da legalidade, que não é suposto acontecerem, acabam sempre por acontecer, como o consumo de substâncias ilícitas dentro do recinto ou os confrontos físicos entre pessoas e grupos. Estas situações, rotineiramente verificáveis no decurso da Queima, demonstram a impossibilidade de limitar ou controlar totalmente as ações das pessoas. Não obstante, é claro que a estrutura e a morfologia do Parque interferem e atuam sobre os seus participantes, facilitando certo tipo de comportamentos e dificultando outros. À saída do recinto, são fáceis de identificar as pessoas que nele estiveram, pela força da agência de alguns elementos não-humanos: as bebidas, que deixam a sua marca nos olhos inchados,

corpos cambaleantes e no aroma envolvente a álcool; os sapatos e roupas enlameados, consequência direta do solo barrento do recinto, geralmente humedecido, quer pelas ocasionais chuvas primaveris, quer pelas inevitáveis cervejas derramadas no chão; os artefactos e *souvenirs* oferecidos por algumas tendas, que muitos exibem orgulhosamente como prova da sua participação no evento.

2.2- O Dia do Cortejo

Um dos dias mais marcantes da semana académica é, seguramente, o do Cortejo da Queima. Tradicionalmente realizado à terça-feira, como sempre aconteceu durante a minha frequência da licenciatura, o Cortejo passou a ser, nos últimos anos, realizado ao domingo. Desconheço os motivos e as expectativas que levaram a esta alteração, mas algumas das suas consequências são visíveis. Embora o Cortejo tenha sempre atraído um elevado número de visitantes e curiosos à cidade, desde que este passou a ser realizado ao fim de semana, o número de pessoas que se deslocam a Coimbra, vindas de outras localidades, para presenciar este evento, aumentou consideravelmente. Quando se realizava à terça-feira, o Cortejo provocava uma interrupção quase forçada nas lojas e serviços situados nos arredores da Praça da República, Avenida Sá da Bandeira e Rua Ferreira Borges. Os cafés e lojas mantinham-se abertos, mas, durante estas horas, os seus funcionários ficavam habitualmente à porta, dada a falta de clientes. Alguns cafés permaneciam bastante ativos, particularmente os da Praça, mas tinham de enfrentar uma concorrência de peso: os carros académicos oferecem bebida gratuita. As escolas secundárias de Coimbra dispensavam os seus alunos nessa tarde, rejuvenescendo ainda mais o ambiente social em torno do cortejo. Com a mudança para domingo, o quadro social alterou-se, passando a integrar um maior número de pessoas adultas e idosas, embora estas também se façam muitas vezes acompanhar por crianças.

Na verdade, a larga maioria dos visitantes que forma o público do Cortejo são familiares de estudantes que estão a desfilar. Sílvia Portugal (1995) destaca a importância que as relações familiares mantêm nas redes informais, nomeadamente na prestação de serviços e cuidados. A deslocação dos familiares ao Cortejo da Queima, onde assistem com particular atenção à passagem dos seus filhos, netos, irmãos ou sobrinhos, pode ser interpretada como um reconhecimento simbólico do investimento realizado na educação e formação do parente. É notório o orgulho com que os pais e as mães dos estudantes, particularmente dos que são finalistas, assistem e aplaudem à passagem dos seus filhos, procurando fotografá-los e dar-lhes conta da sua presença. Muitos pais (principalmente as mães, na verdade) compram ramos de rosas, à venda em abundância nas ruas por

comerciantes que se associam ao evento tentando obter algum lucro, devidamente pintadas com as cores dos cursos, que oferecem aos filhos quando estes passam. Os estaminés e *roulottes* que vendem comida, doces, balões, brinquedos e outros *souvenirs* espalham-se ao longo do percurso do Cortejo, sendo acedidos principalmente pelos visitantes e não tanto por quem vai no desfile.

O Cortejo começa a ser preparado pelos estudantes largos meses antes da sua realização. Cabe aos *Quartanistas*⁴ o papel de irem nos carros académicos durante o Cortejo, pelo que são também estes os responsáveis pela sua preparação, arrecadando fundos para o seu aluguer, preenchimento e decoração, que também faz parte dos seus encargos. As estratégias mais comuns para a obtenção destes fundos são a venda de rifas ou de pequenos objetos alusivos ao curso, como isqueiros, porta-chaves ou canetas e a elaboração do habitual “livro de curso”, que consiste num caderno onde são estampadas as caricaturas dos elementos que irão no carro. Embora o trabalho dos *cartoonistas* tenha de ser pago, esta é uma boa estratégia para angariar dinheiro, através dos patrocinadores. Os estudantes contactam empresas para que estas contribuam monetariamente para o seu carro, garantindo-lhe depois o devido espaço publicitário nos livros de curso. Em suma, a simples elaboração de um carro académico necessita de uma enorme quantidade de associações e de tradução de interesses entre estudantes, empresas, materiais e recursos financeiros.

Embora não seja possível realizar o Cortejo sem o contributo de inúmeros não-humanos, podemos sempre concentrar-nos nas interações humanas que dinamizam este processo. A proximidade derivada das reuniões e do trabalho coletivo necessários para produzir um carro académico têm o potencial de aproximar as pessoas que dele fazem parte e reforçar os seus laços, gerando uma rede social mais íntima e mais coesa do que aquela que os une aos restantes membros do curso. O livro de curso é também um ator importante deste processo, constituindo um registo material que confere maior durabilidade e amplitude às associações que ali estão impressas. Porém, estas hipóteses são meramente teóricas e necessitam de ser comprovadas pragmaticamente. Sim, é possível e até provável que esta aproximação aconteça, mas isso não tem de ser necessariamente assim para todos os casos. Também é possível e provável que alguns elementos do carro continuem a manter melhores relações com outras pessoas do curso e mesmo externas a ele do que com estes colegas. A proximidade forçada que a elaboração do carro exige tanto pode ter efeitos

4 Segundo o Código da Praxe da Universidade de Coimbra, consideram-se Quartanistas: “Todos os que, sendo estudantes de cursos de cinco ou mais anos, tenham quatro matrículas em estabelecimento de ensino superior, português ou estrangeiro, das quais pelo menos duas na Universidade de Coimbra. Os que sendo estudantes de cursos de quatro anos, tenham três matrículas em estabelecimento de ensino superior, português ou estrangeiro, das quais pelo menos duas na Universidade de Coimbra.”

positivos como negativos, podendo ser fonte de discórdias e desentendimentos. Neste sentido, é possível que alguém, no futuro, apontando para o seu livro de curso, diga algo como “estes foram os colegas do meu ano, mas eu não me dava bem com eles”, promovendo uma dissociação.

No dia do Cortejo, o seu impacto começa a fazer-se sentir na cidade a partir do início da tarde. Este é um efeito colateral incontornável das noites do Parque: o acumular de ressacas e de noites inviabiliza a realização do Cortejo na parte da manhã. Os carros académicos, já devidamente decorados e numerados, aglomeram-se e organizam-se na zona da Universidade, entre as Escadas Monumentais, a Faculdade de Direito e a Sé Nova. Os estudantes, maioritariamente trajados, começam a chegar num fluxo cada vez maior a partir das 13 horas. Duas horas depois, é suposto começar o Cortejo, mas os atrasos são quase certos. Antes de começar a marcha, já o Quartanistas vão ocupando os seus postos no interior das viaturas, começando desde logo a distribuir bebidas à discrição pelos colegas que as pedem, consoante os seus desejos e a disponibilidade dos recursos. Nesta fase, antes de o desfile começar, os estudantes vão-se juntando tendencialmente em torno dos carros do seu curso ou dos que transportam pessoas suas conhecidas. Esta ordem aparente, alicerçada nas identidades académicas, começa a desmoronar-se assim que o Cortejo arranca, quando os intervenientes começam a circular pelos carros de outros cursos, para captar uma perspetiva geral do desfile, para encontrar algum amigo ou simplesmente para procurar uma bebida que apreciam e que não existe no seu carro. Porém, há muitos que se mantêm fiéis ao “seu” carro, seguindo no seu encalce durante quase todo o percurso e performatizando a pertença ao mesmo através dos permanentes cânticos identificativos do curso.

As performances sonoras dos estudantes, expressas em cantorias (ou gritarias, dependendo da interpretação), são uma das imagens de marca do Cortejo. Estas constituem uma espécie de competição amigável entre cursos, procurando cada grupo superiorizar-se aos rivais a nível de intensidade e comicidade dos cânticos. Estes podem referir-se exclusivamente ao próprio curso, elogiando a “malta” que lhe pertence, por vezes destacando os seus atributos e práticas sexuais como “os melhores de toda a academia”, mas podem também ser propositadamente insultuosos e provocativos quando são destinados a outros cursos ou a outros carros (geralmente os que se situam à frente ou atrás). Aqui, também, as identidades performativas são fundamentais para definir a pertença a um grupo. À medida que o desfile avança, o consumo, geralmente excessivo, de bebidas alcoólicas começa a fazer-se notar. Quando chegam à Baixa, os elementos dos carros e os que os seguem já não apresentam o mesmo fulgor nas cantorias nem a postura mais sóbria

do início da tarde. As indumentárias começam a reduzir-se ou a mudar de lugar, vendo-se muitas gravatas do traje atadas à testa, roupas e corpos totalmente molhados devido aos banhos de cerveja, camisas rasgadas e cabelos desgrenhados. Paralelamente ao Cortejo, é também habitual assistir-se a um autêntico desfile de ambulâncias em velocidade e sirene de urgência, transportando algumas vítimas de coma alcoólico para o hospital, enquanto alguns dos resistentes cantam “e nós não vamos *pró* INEM⁵, olé, olé”. Na verdade, tudo isto faz parte da performance da Queima.

Os elementos não-humanos assumem também um importante papel no Cortejo, a começar, obviamente, pelos carros alegóricos, que invocam a criatividade e originalidade dos estudantes. Apesar de todos serem decorados com flores de papel com as cores da respetiva Faculdade, as formas e feitios dos carros variam consideravelmente. Também é habitual os carros serem equipados com cartazes onde se inscrevem frases de contestação político-social, tendencialmente criticando o Governo pelos cortes orçamentais ao ensino superior e pelo pagamento de propinas. No entanto, estes materiais não são suficientes para que o Cortejo possa ser visto como um evento político ou politizado. Estas frases passam para segundo plano perante todo o espectáculo visual, sonoro e performativo que ocorre, e nada nas restantes performances invoca a política ou a contestação social. Maior destaque assumem os símbolos da praxe académica, tais como os trajes, as pastas que sustentam as insígnias (*i.e.* as “fitas” ou os “grelos”), as cartolas e as bengalas que usam os finalistas (ou, pelo Código da Praxe, “quintanistas”). Este dia tem um grande relevo para a praxe académica coimbrã, constituindo um momento de transição, já que os “caloiros” passam a “pastranos” e os “quartanistas” que usam as insígnias passam a “grelados”. A utilização destes símbolos também não dispensa algumas práticas performativas, como o acenar das pastas, os gritos de “éfe-érre-á” aos anos e aos cursos ou o bater três vezes com a bengala na cartola de quem a usa, desejando felicidades para a vida pós-académica.

Porém, tal como em relação às noites do Parque, os participantes no Cortejo vão muito para além dos “praxistas” ou mesmo dos estudantes. O público que assiste ao desfile tem um papel ativo na configuração deste cenário, indo muito além do mero espectador passivo. As pessoas aplaudem, riem, tiram fotografias e incentivam os estudantes a exacerbarem as suas performances. Além disso, grande parte dos “espectadores” não resiste a ir também pedir a sua cerveja a algum dos carros. Mesmo alguns “antipraxistas” acabam por envolver-se na festa, cedendo à oferta de bebidas, que não deixa de ser uma oportunidade rara. Após a passagem do Cortejo, as ruas do seu percurso apresentam um cenário catastrófico, com vidros partidos pelo chão, milhares de flores de papel espalhadas

⁵Instituto Nacional de Emergência Médica de Portugal.

ao vento, intenso cheiro a cerveja entornada, urina e outras secreções corporais. Os carros de limpeza da Câmara Municipal de Coimbra apressam-se a diminuir os estragos, mas a sujeira demora ainda um bocado a desaparecer. Os estudantes, esses, organizam-se em grupos pela Baixa, onde muitos acabarão por jantar. Muitos outros optam por fazê-lo em casa, evitando gastos adicionais. A noite continua para o Parque, dando lugar à habitual “Noite Pimba”, caracterizada pela música popular portuguesa. Esta é sempre a noite mais barata para quem compra bilhete diário, pois o cenário social é bem mais decadente que nos outros dias, dada a quantidade exorbitante de álcool consumida pelos estudantes ao longo do dia. Essencialmente por isso, esta é a noite em que a “debandada geral” do recinto começa mais cedo, bem antes da madrugada que geralmente a ilumina. O dia foi longo e duro, e há que guardar forças para o que ainda resta da semana!

3 – Após a Queima

Logo na semana que se segue à Queima das Fitas, a cidade de Coimbra procura voltar aos seus ritmos habituais. Os estudantes regressam às aulas que, por ironia ou não, são suspensas durante a “semana académica” e a época de exames do segundo semestre aproxima-se em ritmo acelerado. Os efeitos da semana anterior fazem-se sentir no corpo e na carteira de muitos estudantes. Aqueles que vivem dos rendimentos dos pais, que são, seguramente, a esmagadora maioria dos estudantes, têm agora de fazer contas à mesada disponível, que pela certa sofreu um rombo considerável. Por muito difícil que seja manter a atenção nas aulas ou concentrar-se nos estudos após uma semana de euforia e diversão, não restam muitas alternativas monetárias ou mesmo físicas a esse esforço, além de ficar em casa, ver uns filmes, televisão ou dormir. Claro que esta realidade e estas opções não se aplicarão a todos os estudantes nem, se calhar, à maioria. Porém, sejam estes os motivos ou quaisquer outros, o que se verifica, realmente, nas semanas após a Queima, é uma decréscimo significativo de movimento na ruas de Coimbra durante a noite, para níveis bem inferiores àqueles que se registavam nas semanas anteriores à festa académica. Os convívios e os jantares de curso tornam-se residuais e os bares noturnos estão mais vazios do que antes, embora ganhem bastante clientela em relação à semana da Queima das Fitas.

Eventualmente, esta seria a melhor altura para avaliar o impacto que a Semana Académica teve nas redes sociais dos estudantes de Coimbra. Embora, em alguns casos, possa ainda ser cedo, as semanas posteriores à Queima fornecem já algumas indicações sobre as interações que prevaleceram, as que contribuíram para aumentar as redes de contacto de cada indivíduo, as que foram esquecidas, as que foram significativas, mas por

pouco tempo ou mesmo as que causaram ruturas. Algumas delas podem mesmo não ter deixado qualquer rasto, mas vir ainda a deixar, servindo como factor de reconhecimento entre pessoas em interações futuras, do género “eu acho que falei contigo na Queima”. Autores como Buchanan ou Barabási (*Apud* PORTUGAL, 2008) procuram demonstrar a “pequenez” do nosso mundo, resultante da complexidade e profunda inter-conectividade das redes globais. A Queima das Fitas de Coimbra, sendo um evento localizado e, de certa forma, delimitado, poderia ser entendida como um fenómeno desprezível ou irrelevante. Porém, as novas tecnologias de informação e comunicação, conforme sugerem estes autores, permitem expandir um evento local até uma enorme variedade de outros lugares, interligando pessoas distantes geográfica, social e culturalmente. Mais uma vez, podemos recorrer à lógica das associações de Latour e Callon para entendermos a forma como os atores “crescem”, à medida que o *macro* se vai materializando no *micro* e vice-versa. Os intervenientes locais da Queima, ao associar-se a um ator global como a *internet*, estão a expandir-se e a expandir o evento exponencialmente.

Não devemos, assim, limitar-nos à análise das relações entre os humanos para percebermos a verdadeira dimensão do ator “Queima”. Vários materiais e tecnologias são indispensáveis para o crescimento deste evento, permitindo a realização de uma série de ações e interações que não poderiam de outra forma existir. Barabási (2003) e Wellman (2004) reconhecem a *internet* como um mecanismo fundamental para a manutenção ou ampliação das redes; no entanto, estes autores tratam-na como um simples intermediário das relações humanas, não a considerando enquanto um dos “nós” da rede. Se, em alternativa, adotarmos a perspetiva proposta por Latour (2005), podemos inferir que as ações de um humano desprovido de recursos tecnológicos que lhe permitam aceder à *internet* não são as mesmas que ele pode executar quando dispõe destes recursos. Desta forma, o ator a considerar não deve ser o humano em si, mas o híbrido natural, cultural e tecnológico composto por humano, computador e *internet*. Este novo ator que assim se forma, maior que um simples conviva no recinto da Queima desprovido de tecnologias informáticas, é um mediador completo e transformador do fenómeno que transmite, devendo ser entendido como uma unidade composta e diferente de um ser humano, por si só. Como argumenta Alfred Gell, “A soldier is not just a man, but a man with a gun, or [...] with a box of mines to sow. The soldier’s weapons are *parts* [grifo do autor] of him which make him what he is” (GELL, 1998, pp. 20-21).

Durante a Queima, inúmeros dos seus participantes dedicam-se a fotografar pessoas, lugares e momentos. Com as tecnologias que são hoje disponíveis e altamente difundidas, já não é necessário recorrer a uma máquina fotográfica para isso, sendo

possível utilizar o telemóvel ou outros pequenos objetos para fazê-lo. Estas fotos, quase na totalidade em formato digital, podem simplesmente ser guardadas na memória do computador ou do telemóvel ou mesmo apagadas. No entanto, um dos usos mais frequentes que lhes são dados é a sua partilha nas redes sociais *online*. O *Facebook* é, atualmente, a plataforma mais popular de entre este tipo de sítios, mas não é a única. As fotos tiradas na Queima podem assim ser partilhadas com todos os “amigos” virtuais passados uns dias, umas horas, ou mesmo alguns segundos, visto que muitos telemóveis estão já equipados com serviços que permitam aceder à *internet*. Estas práticas contribuem para a expansão e reforço das redes sociais dos utilizadores, que podem identificar-se a si e às pessoas que os acompanham através das funcionalidades do *Facebook*, que permitem ainda comentários ou uma simples declaração de “eu gosto” por parte de quem visualizar as fotos. Para além de reforçarem os laços entre as pessoas, estes procedimentos contribuem para o crescimento tanto do *Facebook* como da Queima das Fitas, pela lógica das associações. Desta forma, alguns momentos que, de outra forma, poderiam ser fugazes ou esquecidos, são prolongados no tempo e no espaço, fazendo da Queima uma experiência que perdura não apenas na memória de quem lá esteve, mas também nos registos materiais que se difundem nas interações humanas e não-humanas.

Conclusões: a Queima como hipótese de libertação

Ao longo deste texto, procurei não teorizar em demasia as práticas que descrevo, dando alguma margem interpretativa ao leitor a partir das minhas descrições etnográficas. Contudo, penso que a Queima das Fitas, tal como aqui a apresento, pode ser entendida como uma metáfora para os estudos sociais e respetivos modelos analíticos. Os estudantes, na sua maioria, entendem a Queima como uma semana de libertação das rotinas habituais e dos procedimentos mais ou menos obrigatórios e vinculativos a que estão sujeitos os estudantes do ensino superior. Da mesma forma, os discursos que se constroem sobre a Queima, que procurei aqui caracterizar genericamente, correspondem, no geral, a certas lógicas de grupo e a identidades construídas no contexto académico de Coimbra. Assim, estes discursos não são, ou dificilmente são, ideologicamente neutros e socialmente descomprometidos, sendo conotados com posicionamentos políticos e atitudes públicas face à vida académica. Por sua vez, o que aqui apresento é um relato isento e livre das práticas associadas à Queima das Fitas, onde procuro respeitar os diferentes posicionamentos, coibindo-me de julgar os atores envolvidos. Penso que esta procura de libertação face às nossas próprias crenças e opiniões não deve ser assumida como uma regra universal e totalitária no campo das ciências sociais. Porém, quando nos debruçamos

sobre questões socialmente polêmicas ou controversas, esta busca de isenção pode ser útil para percebermos a real amplitude do fenômeno e os pontos de vista dos vários atores envolvidos.

Em suma, o que posso dizer em relação à Queima das Fitas, após esta reflexão, é que esta constitui um evento localizado, mas que não deve ser entendido como um fenômeno local, tanto pela influência direta das novas tecnologias de comunicação, como pela necessidade de associação entre atores *micro* e *macro* para que este evento aconteça. Os incontáveis “nós” e “laços”, que este acontecimento desencadeia, reforça ou transforma, impelem-nos a usar a metáfora das redes como forma de visualizar a gigantesca teia de relações que aqui se tece. Porém, sem desconsiderar a utilidade desta imagem, há que ter em conta que a Queima é um fenômeno essencialmente dinâmico e performativo, tendo por isso o potencial de abalar as estruturas pré-existentes e os modelos de comportamento assumidos como dominantes. O foco na ação e nas possibilidades de ação dos agentes envolvidos permite-nos entender este evento para além da imagem, por vezes estática e demasiado rígida, que a ideia de rede nos fornece. Ao adotarmos este tipo de análise, estamos também a afastar-nos de conceitos abstratos e estanques como “tradição”, “código” ou “praxe”, que são promovidos pelos praxistas e criticados pelos anti-praxistas mas que, afinal, acabam por ser utilizados e reproduzidos por ambos os grupos. Do ponto de vista das ciências sociais, penso que o mais útil será tentar perceber e registar as diferentes formas como estes conceitos são usados, interpretados e reutilizados pelos intervenientes, atentando no potencial transformativo de cada ação e de cada performance.

Referências Bibliográficas

BARABÁSI, A. **Linked**. How Everything is Connected to Everything Else and What it Means for Business, Science, and Everyday Life. New York: Plume, 2003.

BOLTANSKI, L. & THÉVENOT, L. **On Justification: Economies of Worth**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2006.

BOURDIEU, P. Le capital social. Notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, p. 2-3, 1980.

CALLON, M. & LATOUR, B. **Unscrewing the Big Leviathan**: How Actors Macrostructure Reality and How Sociologists Help Them To Do So. In: KNORR, K. et CICOUREL, A. (eds.) *Advances in Social Theory and Methodology*. London: Routledge, 1981, p. 277-303.

Código da Praxe da Universidade de Coimbra (2007), acedido a 12/ 05/ 2012, em http://www.loja-academica.pt/codigo/cog_praxe_Coimbra.pdf.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, n. 78, p. 1360-1380, 1973.

GELL, A. **Art and Agency**. An Anthropological Theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HENNION, A. Pragmatics of Taste. In: JACOBS, M. & HANRAHAN, N. (eds.), **The Blackwell Companion to the Sociology of Culture**. Oxford: Blackwell, 2004, p. 131-144.

LATOUR, B. **Reassembling the Social**. An Introduction to Actor-Network Theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LIN, N.; COOK, K. & BURT, R. (eds.) **Social Capital**. Theory and Research. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MERCKLÉ, P. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2004.

PAIS, M. **Nos Rastos da Solidão**. Deambulações Sociológicas. Porto: Ambar, 2006.

PORTUGAL, S. **As mãos que embalam o berço**: um estudo sobre redes informais de apoio à maternidade, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, p. 155-178, 1995.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n.º 271, 2008.

REED-DANAHAY, D. (ed.) **Auto/ Etnography**. Rewriting the Self and the Social. New York: Berg, 1997.

TURNER, V. **The Ritual Process**. Structure and Anti-Structure. New York: Aldine de Gruyter, 1969.

WASSERMAN, S. & FAUST, K. **Social Network Analysis**: methods and Applications. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WELLMAN, B. Connecting Community: On- and Offline. **Contexts**, vol. 3, n.º 4, p. 22-28, 2004.

O Pronasci no contexto das políticas de segurança pública no Brasil pós-redemocratização

Carlos Augusto Lopes¹

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise do desenho institucional do *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (Pronasci), primeiro programa nacional de segurança pública que efetivamente saiu do papel. Com a proposta de cooperação entre os entes federados e de abordagem alternativa para as políticas de segurança pública, pode-se dizer que o Pronasci representou um passo a frente nos recentes esforços na área da segurança pública no Brasil ao incentivar o exercício da cidadania e fornecer a base pela qual o sujeito se mobiliza. A formulação do programa coube ao governo federal que selecionava os projetos e liberava os recursos para os estados e municípios contemplados que aderissem à sua agenda. Condicionar a liberação de recursos financeiros à assinatura de convênios foi uma estratégia da União para potencializar sua capacidade de coordenação, induzindo governos estaduais e municipais a executarem as diretrizes nacionais. Se por um lado, o modelo de gestão centralizado, apresentado pelo Pronasci, permitiu uma coordenação e uniformização de objetivos nas políticas de segurança pública, por outro, não apresentou soluções práticas para minimizar os obstáculos decorrentes da cooperação durante a fase implementação.

Palavras-chave: Pronasci, segurança pública, cooperação.

Abstract: This paper presents an analysis of the institutional design of the *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* (Pronasci), first national public security program that effectively left the paper. With the proposed cooperation among federative entities and alternative approach to public security policies, it can be said that the Pronasci represented a step forward in the recent efforts in the area of public security in Brazil to encourage citizenship and provide the basis by which the subject is mobilized. The formulation of the program fell to the federal government which selected projects and releasing resources to states and municipalities contemplated that adhere to your political agenda. Conditioning the release of funds to the signing of agreements was a Union strategy to maximize its capacity for coordination, inducing state and local governments to implement national guidelines. On one hand, the centralized management model, presented by Pronasci, allowed coordination and harmonization of objectives in the public security policies, on the other hand, did not present practical solutions to minimize the obstacles that the cooperation during the implementation phase.

Keywords: Pronasci, public security, cooperation.

Introdução

O notável aumento nos índices de criminalidade e violência no Brasil nos últimos anos evidencia um cenário de crise na segurança pública e aponta a incapacidade das políticas tradicionais de prevenção e controle. No Brasil, prevaleceu nos últimos 20 anos uma postura de gerenciamento de crises com intervenções governamentais reativas e

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

esporádicas. A história das políticas públicas na área de segurança esteve voltada para ações imediatistas para solucionar crises que assolavam periodicamente a opinião pública, ou seja, ações que surgiam a partir de algum evento da dinâmica do fenômeno criminoso ou do aparato da justiça criminal publicamente percebido como um problema e que, por tal motivo, alcançava visibilidade nos meios de comunicação e gerava comoção nas massas. Essa postura de gerenciamento de crises fomenta indiretamente a glamorização da polícia de reação e a percepção de violência como espetáculo.

A transição democrática no Brasil não se estendeu à segurança pública, pois apesar das tentativas de adaptação ao novo contexto democrático consagrado pela constituição de 1988, as políticas de segurança pública permaneceram fortemente marcadas pelo passado obscurantista e sem muito compromisso com as práticas da cidadania, ou seja, ineficiente em resultados para um contexto de Estado e sociedade democrática. O que se percebe são instituições de segurança pública engendradas por uma cultura política ainda não sintonizada com a realidade atual. Com isso, ao invés de contribuírem na solução, tais instituições, constituem parte do problema a ser enfrentado.

As políticas de segurança, desenvolvidas basicamente pelos estados, sempre foram fortemente marcadas pelo movimento pendular entre as intervenções meramente repressivas e as intervenções meramente sociais. Não era utilizado, no Brasil, um paradigma alternativo que pudesse instrumentalizar os decisores políticos. Outras facetas do processo de disseminação da violência são a fragilidade do sistema de justiça criminal (morosidade, baixo grau de certeza da punição, etc), baixa capacidade investigativa da polícia brasileira, déficit de vagas no sistema carcerário, entre outros (SAPORI, 2007).

Além disso, o crescente aumento da criminalidade e violência urbana vem expressando a falência de um modelo de segurança pública cujas competências entre os entes federativos não estão claramente estabelecidas. O Art. 144 da Constituição Federal de 1988 estabelece a divisão de competência na provisão da segurança pública sem, no entanto, haver uma regulamentação das atribuições dos entes federativos.

Ao analisar a Constituição Federal de 1988 é fácil constatar que o sistema federativo brasileiro permite a concorrência de competências para a maior parte das políticas públicas, principalmente aquelas de caráter social. Contudo, estados e municípios são entes federados autônomos com poder de elaborar suas próprias agendas e prioridades locais, o que pode provocar conflitos com as agendas e prioridades do governo federal (ARRECTHE, 2002) e até mesmo inviabilizar as relações entre os entes federados. Por isso, um dos grandes desafios para a implementação das políticas públicas no Brasil é a coordenação e a articulação nas relações intergovernamentais decorrentes do federalismo.

No mais, as políticas na área de segurança pública são recentes e os atores institucionais detêm pouca experiência nesse campo.

Pelo modelo vigente, a Polícia Militar e Civil, bem como o Tribunal de Justiça são os instrumentos e instituições estaduais responsáveis pela promoção da segurança e controle da criminalidade. A Polícia Militar é uma força uniformizada, responsável pelo patrulhamento ostensivo e a manutenção da ordem pública, enquanto a Polícia Civil tem como missão investigar os crimes cometidos. O Poder Judiciário, por sua vez, é responsável pelos julgamentos e penalidades (CANO, 2006).

Em âmbito nacional, o governo federal possui a Polícia Federal, cujas funções são bem delimitadas, geralmente restritas a vigilância de fronteiras e alfândegas e crimes federais, com efetivo de pessoal reduzido. No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve-se a criação de outras agências federais voltadas para a política de segurança pública como a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). E mais recentemente, houve a formação da Força Nacional de Segurança cujas atribuições ainda não estão bem definidas (CANO, 2006).

Em âmbito municipal, a participação e o envolvimento das prefeituras, sempre se restringiu a área da prevenção (RICARDO e CARUSO, 2007). Lembrando que os programas de prevenção social demoram a apresentar resultados, uma vez que exigem mudanças nas condições de vida ou das relações interpessoais do público alvo. Isso porque, a única menção ao papel dos municípios na segurança pública pela Constituição Federal é a possibilidade desses formarem guardas municipais. Instrumento que só recentemente está sendo utilizado por médias e grandes cidades e nem sempre incluem tarefas de repressão.

Este trabalho apresenta uma análise do desenho institucional e das diretrizes de implantação do Pronasci, focando-se, portanto, na fase de formulação dessa política pública de segurança pública. O Pronasci surgiu como uma proposta inovadora de cooperação entre os entes federados. E ainda, apresentou-se como um paradigma alternativo às políticas de segurança pública no Brasil, ao enfatizar a prevenção e o respeito aos direitos humanos, ou seja, buscando a promoção da cidadania. Os apontamentos sobre os diferentes aspectos do desenho institucional do Pronasci fazem-se necessários devido à escassez de estudos sobre o programa².

O processo de formulação das políticas públicas na manutenção da ordem

² Este artigo foi elaborado a partir de minha dissertação de mestrado intitulada "O processo de implementação das políticas públicas: o caso do Pronasci na região metropolitana da Grande Vitória", defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2012. Agradeço, especialmente, os comentários e as críticas dos pareceristas anônimos da revista.

Na medida em que a manutenção da ordem deixou de ser questão privada e se tornou bem coletivo, passou a ser, conseqüentemente, objeto de política pública, entendida como:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema (OSZALAK e O'DONNELL, 1976, p. 21. Tradução livre).

A política pública significa que determinado assunto foi visto como importante para a sociedade ou para uma parcela da população e que sua qualidade deve ser mantida ou aperfeiçoada. A política pública apresenta a questão: o que é e o que deve ser feito. Para Sabatier e Jenkins-Smith (1993), a elaboração das políticas públicas resulta da forma como os problemas afetam a sociedade, na medida em que se tornam problemas “políticos”, ou seja, as políticas públicas são as soluções desenhadas pelos governos para lidar com os problemas que afetam a sociedade.

Os estudos referentes às políticas públicas definem quatro fases na sua constituição: agenda, formulação, implementação e avaliação. Essas fases remetem às seguintes ações: surgimento de um problema que inquiete atores sociais ou institucionais; inclusão do tema na agenda governamental visando sua resolução; formulação da política e decisão sobre a alternativa de solução; implementação da política; e seguimento, avaliação e correção de rumos (LABRA, 2002). Essas definições não seguem um andamento linear e contínuo, havendo articulações, disjunções e influências entre uma fase e outra (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1993).

Na fase da formulação, o desenho institucional da política é estabelecido em um espaço político de trocas, indeterminações, conflitos e demonstrações de poder. A fase de implementação é, possivelmente, o momento mais delicado para a política pública, já que as metas e objetivos são postos à prova e a interação entre os implementadores pode provocar conflitos e resistências. Quanto mais pluralistas forem os interesses da sociedade, mais amplo deverá ser o debate que precede a formulação desta política, como forma de minimizar possíveis conflitos na fase da implementação e potencializar os resultados.

No interior do processo decisório das políticas públicas, o trajeto é sinuoso, com ajustes e reformulações. As propostas iniciais de toda política podem ser abandonadas, sofrerem alterações em relação ao projeto inicial ou, até mesmo, provocarem conflitos na fase de implementação que tornem inevitável a reformulação dessa política. Além disso, na

manutenção da ordem pública os governos controlam apenas uma parte do sistema e, por isso, o Estado, como instância responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas, tem limitações em sua capacidade de determinar diretrizes.

A divisão de tarefas entre as várias instâncias obedece à partição de poderes típica do Estado liberal democrático, mas se constitui empecilho estrutural e institucional à efetivação de políticas públicas abrangentes. A efetivação das políticas de segurança pública pressupõe a combinação de esforços e investimentos entre as diversas esferas de poder. Daí, os desenhos institucionais para as políticas dessa área tornam-se complexos e o papel dos estados e municípios no processo de implementação é potencializado.

O processo de corresponsabilização nas políticas de segurança pública no Brasil: o caminho até o Pronasci

O processo de corresponsabilização na segurança pública é novo no Brasil, até porque, a segurança pública entrou para a agenda política há pouco tempo. O primeiro plano nacional de segurança pública foi criado durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O plano apresentava diretrizes para a política nacional sem, no entanto, mostrar um diagnóstico claro da realidade e estabelecer prioridades e metas. O mérito do plano diz respeito ao reconhecimento da prevenção da violência como um tema relevante, permitindo, por exemplo, o surgimento de planos como o *Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência* (Piaps), cujo objetivo era fortalecer os programas sociais implementados pelos governos federal, estadual e municipal que, de alguma forma, contribuíssem para a redução da violência e do crime.

Outro feito do Governo FHC foi a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), cujos esforços seguiram no sentido de criar condições de cooperação entre as instituições da segurança pública, apoiar as iniciativas de qualificação profissional, expandir penas alternativas em substituição à privação de liberdade, racionalizar a gestão nas polícias estaduais e secretarias de segurança, através da constituição de metas e incentivo a elaboração de planos estaduais de segurança pública.

Destaca-se também a criação, sob gestão da Senasp, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), através da lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, com o objetivo de induzir políticas adequadas e inovadoras na área da segurança. Todavia, a “política do veto” imposta pelas rivalidades pessoais e políticas contribuiu para que o fundo não lograsse êxito em seu objetivo fundante e fosse transformado em mais uma ferramenta obsoleta na tarefa de construção de uma política nacional de segurança (SOARES, 2007).

Ainda que de forma tímida, o Governo do Presidente Fernando Henrique inaugurou uma nova forma de pensar e fazer a segurança pública no Brasil. Nesse período, foram dados os primeiros passos em busca de uma política mais democrática, de superação de uma concepção de segurança fortemente influenciada pelo autoritarismo do regime militar. O governo federal reconheceu, pela primeira vez, a importância e a gravidade do problema e passou a assumir responsabilidades na condução e elaboração de propostas em sintonia com a agenda dos direitos humanos, buscando a prevenção, integração intersetorial e intergovernamental, valorização das experiências locais, melhor qualificação policial, estímulo ao policiamento comunitário, criação de ouvidorias para controle externo das polícias, bem como apoio aos programas de proteção às testemunhas. Porém, tais iniciativas foram contingenciadas pela ausência dos meios necessários e suficientes para sua execução, tais como verbas, orientação política adequada, lideranças comprometidas e ausência de um plano sistêmico com metas e prioridades identificadas a partir de um diagnóstico prévio da realidade (ADORNO, 2003).

O Presidente da República eleito em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, designou a implementação do *Plano Nacional de Segurança Pública*. O referido plano havia sido elaborado durante a campanha eleitoral pelo Instituto Cidadania, com a participação de gestores, pesquisadores e profissionais de diversas instituições do país. A implementação do plano esteve a cargo da Senasp que, durante os primeiros dez meses do governo Lula, foi coordenada por Luiz Eduardo Soares, um dos formuladores do plano.

O plano nacional propunha uma profunda reforma nas instituições de segurança pública com a reforma das polícias, do sistema penitenciário e a implantação integrada de políticas preventivas intersetoriais. O plano enfatizava a importância do diagnóstico e sua abrangência, bem como a necessidade de avaliações regulares e monitoramento sistemático das ações e políticas implementadas. No processo de reforma das polícias seriam de fundamental importância recrutamento, formação, capacitação e treinamento dos policiais, valorização profissional, gestão do conhecimento, uniformização nacional do sistema de dados, introdução de moderno e eficiente mecanismo de gestão, investimentos em perícia, articulação com políticas preventivas, controle externo, participação e engajamento dos municípios, incentivando, a transformação das guardas municipais existentes em polícia de ciclo completo, incentivo a penas alternativas de privação de liberdade e respeito às diretrizes da Lei de Execuções Penais (LEP) no sistema penitenciário (SOARES, 2007).

O objetivo principal era promover a cooperação, buscando transparência, controle externo, avaliações e monitoramento corretivo e promovendo condições para uma efetiva

cooperação, horizontal e vertical, substituindo a fragmentação existente na formação, informação e gestão e reduzindo os abismos que separam União, estados e municípios. Outro fator importante apontado pelo plano foi a desconstitucionalização das polícias, transferindo aos estados a decisão de mudar ou manter as suas estruturas vigentes, conforme o seu interesse próprio, sempre incentivando o surgimento de novas estruturas com o ciclo completo de polícia, ou seja, investigação e patrulhamento uniformizado.

Nesse caso, percebe-se a preocupação do plano em considerar e respeitar as diferenças regionais, fugindo de uma proposta totalitária e engessada. Todavia, é válido destacar que a desconstitucionalização do plano em sua proposta previa a manutenção dos princípios matriciais no que diz respeito ao papel e a “natureza” das polícias no Estado Democrático de Direito. Assim, os princípios elementares eram mantidos na Constituição, mudando apenas os modelos organizacionais, segundo definição e desejo dos estados. A normatização e a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) garantiria a regulamentação e a observância das diretrizes estabelecidas pelo plano. A ideia era implantar o Plano Nacional de Segurança Pública de forma paralela à institucionalização do Susp (SOARES, 2007).

No entanto, apesar de terem sido garantidos os entendimentos necessários em âmbito nacional, inclusive com a adesão dos governadores, o Presidente Lula preferiu não levar o plano adiante para não assumir maior protagonismo na condução de uma reforma institucional de segurança pública e evitar riscos políticos. Com a aproximação das eleições municipais, o presidente preferiu não arcar com possíveis prejuízos eleitorais imediatos, haja vista que os resultados dessas mudanças só seriam percebidos a médio e longo prazo. Em consequência, o plano nacional foi gradativamente retirado do centro da agenda do Ministério da Justiça e suplantado por um aparente fortalecimento da Polícia Federal e de suas ações. Como legado do plano ficaram os investimentos na qualificação profissional dos policiais (embora não suficientes) e os esforços em favor de uma política de desarmamento, apesar de o referendo popular ter rejeitado a proposta mais radical de combate e enfrentamento ao uso e portabilidade de armas no país (*ibidem*).

Assim, Soares (2007) aponta que os dois mais importantes compromissos originais do Plano Nacional de Segurança Pública, propostos em campanha e assumidos no início do Governo, foram abortados pelo Presidente Lula em seu primeiro mandato, sendo eles: a) elevação da Senasp ao nível de ministério ou secretaria especial, vinculada diretamente à Presidência da República e, portanto, com maior autonomia e condições de discussão e elaboração de políticas e; b) deslocamento da Secretaria Nacional Antidrogas para a

Senasp, Ministério da Justiça ou Ministério da Saúde, de forma a garantir uma política pública sobre as drogas mais efetiva e articulada com a segurança.

Apesar das descontinuidades e impasses, as ações desenvolvidas no decorrer dos dois mandatos do Governo FHC serviram de base para o do *Plano Nacional de Segurança Pública* proposto durante o primeiro governo Lula que, por sua vez, teve alguns de seus princípios reafirmados no segundo governo Lula com a criação do *Programa Nacional de Segurança com Cidadania*, o Pronasci. Assim, constata-se que, embora com precariedades e dificuldades, tem havido fatores de continuidades entre os recentes esforços na área da segurança pública no Brasil.

A inovação conceitual do Pronasci

O *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania* foi o programa de maior alcance na área de segurança pública até então. O Pronasci foi lançado durante o segundo mandato do Presidente Lula, em 20 de agosto de 2007, através de Medida Provisória nº 384 que, após aprovação do Congresso Nacional foi convertida na lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. O programa previa investimento de R\$ 6,707 bilhões até o fim do ano de 2012, com a participação de 19 ministérios e articulação com estados e municípios.

Dentro de sua concepção inicial, o projeto tinha por objetivo articular políticas de segurança com ações sociais, priorizar a prevenção e atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificada, isto é, o programa foi criado com base no conceito de “Segurança Cidadã” que,

(...) parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações (FREIRE, 2009, p. 105-106).

Com uma proposta multidisciplinar de enfrentamento à violência e à criminalidade no Brasil, o programa surgiu com uma perspectiva de democratização da segurança pública, incentivando o exercício da cidadania nesse processo e fornecendo a base através da qual o sujeito se mobiliza em defesa da saúde, da educação, da igualdade e da promoção da juventude para a consolidação de um novo modo de vida. Para tanto previa políticas específicas de prevenção à violência aos adolescentes em conflito com a lei, jovens presos, egressos do sistema prisional, oriundos do serviço militar e pessoas em situação de

vulnerabilidade social. Trata-se de uma mudança substancial no paradigma da segurança, pertinente ao fortalecimento da democracia, pois na perspectiva da “Segurança Cidadã” o foco é o cidadão e a violência é percebida como um dos fatores que ameaçam o pleno exercício da cidadania.

A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multisetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p. 107).

As premissas básicas do Pronasci estavam fundamentadas em: a) respeito aos projetos e ações em execução nos ministérios e secretarias, ou seja, o programa buscava articulação com demais ações sociais do governo federal, estaduais e municipais, implementando-o coordenada e consensualmente; b) intensa participação de estados e municípios, tanto no que diz respeito à mobilização social quanto no compartilhamento dos seus projetos e ações e; c) ações policiais mais qualificadas e integradas, respeitando os direitos humanos. É importante registrar que o desenho institucional do programa previa transformações nas instituições de segurança pública, no sistema prisional e na carreira dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários, visando obter reflexos positivos na busca de um novo modelo de segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

O Pronasci, cujo objetivo geral foi o enfrentamento à criminalidade e à violência nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de “descoesão social”, apresentou como objetivos específicos: modernização do sistema de segurança pública e prisional; valorização dos seus profissionais; ressocialização das pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos, por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; promoção do acesso aos adolescentes e jovens adultos em situação de risco e conflito com a lei junto às políticas sociais governamentais em territórios de “descoesão social”; garantia de acesso à justiça a população dos territórios de “descoesão social”; intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento ao crime organizado e a corrupção policial e; promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, orientação sexual e diversidade cultural *ibidem*).

O Pronasci foi composto por 94 ações envolvendo a União, estados, municípios e a própria comunidade. Organizacionalmente, o programa estruturou-se através das ações estruturais que abrangeram um conjunto de subações voltadas para a modernização das

instituições de segurança pública e do sistema prisional, a valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários e o enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado; e programas locais compostos por ações de integração do jovem e da família, segurança e convivência a serem desenvolvidos no *Território de Paz*.

Com destaque para as seguintes ações: a) *Bolsa Formação*, na qual profissionais de segurança pública recebem estímulos para estudar e atuar junto às comunidades; b) *Formação Policial* – voltado para a qualificação das polícias incluindo práticas de segurança cidadã, como a utilização de tecnologias não letais, técnicas de investigação, sistema de comando de incidentes, perícia balística, DNA forense, etc.; c) *Mulheres da Paz* – capacitação de mulheres líderes comunitárias em temas como ética, direitos humanos e cidadania, para agirem como multiplicadoras do programa, aproximando-se dos jovens; d) *Protejo (Proteção dos Jovens em Território Vulnerável)* – capacitação de jovens com auxílio de bolsas, para agirem como multiplicadores da filosofia passada pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares; e) *Sistema Prisional* – reestruturação do sistema prisional de modo a separar jovens entre 18 e 24 por faixa etária e natureza do delito, impedindo aqueles que cometeram pequenas infrações de sofrerem influência dos líderes do crime organizado, e ainda, ações que visam a qualificação de agentes penitenciários e a formação profissional de presos e; f) *Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública* – disponibilização de unidades populares para servidores de baixa renda.

Vale lembrar que os *Territórios de Paz* foram concebidos para se constituírem em regiões identificadas como de vulnerabilidade social, onde as ações do Pronasci pudessem buscar o restabelecimento de redes de sociabilidade e solidariedade rompidas pela violência, pelo medo, pela segregação, pela exclusão social e pelo individualismo, através de ações que promovessem o acesso aos direitos humanos fundamentais. Assim, uma vez identificadas e escolhidas, essas regiões passavam a receber os projetos previstos pelo programa, de acordo com a disponibilidade de recursos e condições garantidas pelo Ministério da Justiça para cada local. O *Território da Paz* foi concebido como um local para receber um conjunto de ações, seja estrutural da polícia militar, seja de prevenção, seja através de outras ações com os demais ministérios.

O Pronasci foi instituído por Medida Provisória, diferentemente do *Plano Nacional de Segurança Pública* de 2003, fato que significa o envolvimento formal e direto do governo federal na questão, bem como o aporte financeiro necessário para a implementação. Esse marco legal mostra que a concepção de segurança pública deu os primeiros passos no sentido de tornar-se questão de Estado e não de governo.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a concepção do Pronasci representa um marco conceitual nas políticas de segurança pública ao buscar superar as dicotomias presentes na sociedade brasileira, dentre elas: direitos humanos versus eficiência policial; políticas de prevenção (projeto Mulheres da Paz e do Protejo, por exemplo) em oposição à repressão (através do fortalecimento do aparato policial, com os projetos Formação Policial e Bolsa Formação, entre outras), considerando ambas como necessárias e aplicáveis de acordo com as circunstâncias e; superação da exclusão do aprimoramento do aparelho policial em detrimento do aperfeiçoamento da educação básica.

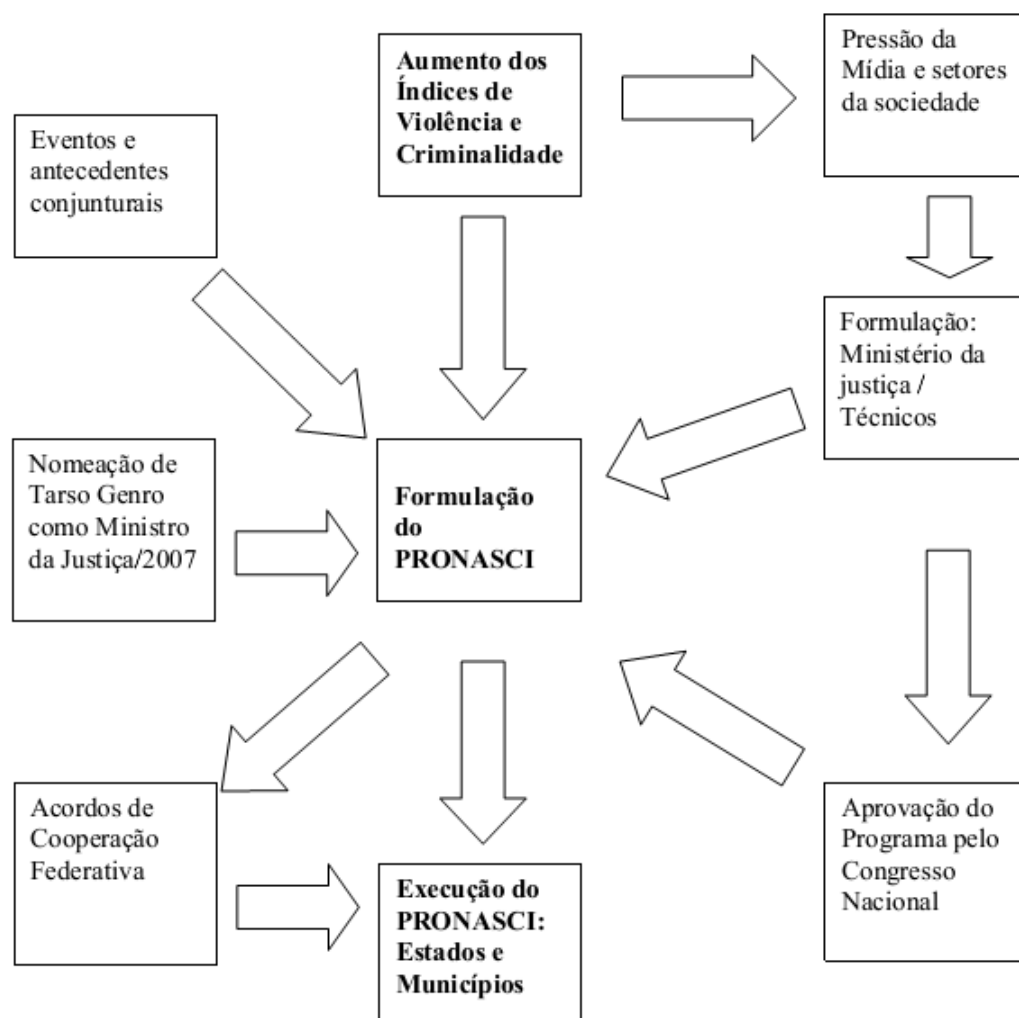
Se comparado com o *Programa Nacional de Segurança Pública* que surgiu durante o primeiro mandato do Presidente Lula, a formulação do Pronasci também é inovadora na medida em que valoriza a contribuição dos municípios para a segurança pública, para além da formação de guardas municipais, como previsto na Constituição Federal. Já que tanto a Medida Provisória nº 384 de 20/08/07, como a lei 11.530 de 24/10/07, marcos legais de instituição do Pronasci, determinam que sua execução ocorra pelos órgãos federais em cooperação com estados e municípios, bem como com a participação das famílias beneficiadas diretamente e das comunidades abrangidas. No modelo apresentado pelo programa, os municípios deixam apenas de contribuir com as suas guardas civis e passam a ter destaque e relevância na implementação de políticas sociais preventivas. O Pronasci propôs uma nova relação federativa, na qual os governadores continuavam com as suas atribuições, mas os municípios tornavam-se novos sujeitos da segurança pública, parceiros do governo federal.

Pronasci: a cooperação entre os entes federados como ponto central de uma política pública de segurança

Para a implementação e execução das ações e objetivos previstos, o desenho do programa previa parceria e cooperação entre União, estados e municípios. Com isso, os estados, que durante décadas tiveram primazia e autonomia na concepção das políticas de segurança, estabelecendo diretrizes próprias para o enfrentamento da violência, passaram a seguir uma proposta do governo federal. Já os municípios, entes federativos não responsabilizados constitucionalmente pela segurança pública, também passaram a ter papel fundamental nessa área com o Pronasci, no que tange a implementação.

A figura 1 apresenta o desenho institucional do Pronasci, com os principais eventos e atores envolvidos na formulação e na implementação do programa.

Figura 1. Desenho institucional do Pronasci



Fonte: elaboração própria

A coordenação do Pronasci coube a uma secretaria-executiva em nível federal e, uma coordenação regional para atuar junto aos gabinetes de gestão integrada municipais (instância municipal responsável pela implementação das ações). O desenho institucional do Pronasci seguiu a seguinte lógica: a União, através do Ministério da Justiça, formulou e estabeleceu as diretrizes básicas do programa e garantiu o financiamento para execução das ações propostas como forma de influenciar a agenda dos governos estaduais e locais. Os estados e municípios com os perfis estabelecidos para política, ou seja, em um primeiro momento, aqueles integrantes das regiões metropolitanas com altos índices de homicídios e

outros crimes violentos, pleiteavam recursos através da apresentação de projetos, com programas de trabalhos e definições coerentes com o programa. Os estados e municípios, cujos projetos submetidos à avaliação do Ministério da Justiça fossem contemplados, firmavam convênio com a União. A União liberava os recursos, mas os municípios ou os estados tornavam-se responsáveis por executar efetivamente o projeto.

Dessa forma, os estados e municípios com altos índices de violência e criminalidade que manifestassem interesse, faziam a adesão junto ao Sistema de Convênios do Governo Federal (SINCOV) e depois de selecionados, segundo critérios do Ministério da Justiça, recebiam os recursos para implementação e execução (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

O Pronasci previa a adesão voluntária de estados e municípios mediante assinatura de instrumento de cooperação federativa. A adesão ocorria através do Convênio de Cooperação Federativa, no qual as transferências federais ficavam condicionadas a obediência de um conjunto de determinações estabelecidas no desenho do programa.

Conforme Convênio de Cooperação, para aderir ao Pronasci, o ente federativo deveria aceitar as seguintes condições, expressas no Art 6º da lei 11.530 de 2007, sendo elas: I) criação de Gabinete de Gestão Integrada - GGI; II) garantia da participação da sociedade civil e dos conselhos tutelares nos fóruns de segurança pública que acompanharão e fiscalizarão os projetos do Pronasci; III) participação na gestão e compromisso com as diretrizes do Pronasci; IV) compartilhamento das ações e das políticas de segurança, sociais e de urbanização; V) comprometimento de efetivo policial nas ações para pacificação territorial, no caso dos Estados e do Distrito Federal; VI) disponibilização de mecanismos de comunicação e informação para mobilização social e divulgação das ações e projetos do Pronasci; VII) apresentação de plano diretor do sistema penitenciário, no caso dos Estados e do Distrito Federal; VIII) compromisso de implementar programas continuados de formação em direitos humanos para os policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e servidores do sistema penitenciário e; IX) compromisso de criação de centros de referência e apoio psicológico, jurídico e social às vítimas da criminalidade.

O Pronasci não foi um programa só de transferência de renda, para participar o estado e os municípios tinham que se comprometer em cumprir vários quesitos, como implantar o plano local de segurança e criar o gabinete de gestão integrada. O plano local de segurança pública tinha como objetivo pensar a segurança através de uma perspectiva ampla e planejar ações a curto, médio e longo prazo. Dentre as condições estabelecidas pelo governo federal, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) representava a estrutura que articulava as demais condicionantes em âmbito municipal. O GGI-M foi criado

para ser uma instância colegiada, composto por representantes de vários órgãos responsáveis pela segurança pública direta e indiretamente, dentre eles: autoridades municipais responsáveis pela segurança pública e defesa social, autoridades municipais responsáveis pelas ações sociais preventivas, autoridades policiais estaduais atuantes no município como Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, representantes do Ministério da Justiça, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, além de um secretário executivo do gabinete, sendo coordenado pelo prefeito municipal ou por alguém por ele designado.

De acordo com os termos estabelecidos no Convênio de Cooperação Federativa, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal deveria interagir com os fóruns municipais e comunitários de segurança visando constituir uma política municipal preventiva de segurança pública. Logo, o objetivo principal do GGI-M era promover a orquestração e o alinhamento das ações e projetos desenvolvidos para o enfrentamento da violência e criminalidade, através de uma coordenação harmônica, para produzir um pacto pela governabilidade e efetividade das ações, além de evitar sobreposições desconexas, otimizando os esforços e recursos disponíveis.

O GGI-M colocava na mesma mesa representantes de diferentes órgãos com o poder de decisão. Com isso, era possível obter uma visão mais completa dos problemas e encontrar as soluções mais adequadas para cada situação. Na prática, o GGI-M era responsável por desenhar e aprovar determinadas políticas a serem implantadas como, por exemplo, definir os locais de instalação das câmeras de videomonitoramento, definir as equipes responsáveis por cada ação, identificar as carências de cada local, etc.

Ao induzir a articulação, a integração e o diálogo permanente entre os vários agentes governamentais atuantes direta ou indiretamente na promoção da segurança pública, o GGI-M representou avanços importantes na implementação das políticas públicas de segurança no âmbito municipal. O GGI-M consolidou-se como um novo modelo gerencial de enfrentamento à violência, servindo, inclusive, de modelo para outros setores da gestão pública. Ao concordar com os termos do Convênio, os estados e municípios tornavam-se aptos a receberem verbas, inclusive, para a constituição do GGI-M.

O modelo de gestão centrado no governo federal apresentado pelo Pronasci permitiu uma coordenação e uniformização de objetivos em âmbito nacional, apresentando metas claras e definidas, buscando reduzir conflitos e custos para a implementação. Do ponto de vista institucional, o Pronasci esbarrou em problemas de coordenação e autonomia decorrentes do federalismo brasileiro. Em países federativos como o Brasil, os sistemas de políticas públicas não raro são intergovernamentais, o que provoca a construção de

diferentes coalizões que controlam as várias unidades e agências governamentais e compartilham valores nem sempre convergentes. Esses desenhos institucionais que envolvem organizações distintas, cada qual com sua coalizão, elevam as possibilidades de pontos de veto, o que, por sua vez, tende a diminuir a governabilidade da ação executiva dos governos.

No caso das políticas públicas na área de segurança, a superação dos vetos *players* é dificultada pelo fato de a segurança pública só ter entrado recentemente para a agenda governamental e, conseqüentemente, dispor de pouca experiência acumulada e não contar com instituições estruturadas nos diversos níveis da Federação. O repasse de recursos foi uma forma de a União potencializar sua capacidade de coordenar as ações dos governos estaduais e municipais, induzindo-os a executarem as diretrizes nacionais. Aqueles que não aceitassem os termos da cooperação propostos não receberiam contrapartidas do governo federal, podendo executar ações somente com recursos próprios.

Condicionar a liberação de recursos financeiros à adesão dos governos estaduais e municipais à agenda do governo federal está sendo uma estratégia adotada em várias outras políticas desenvolvidas pelo governo federal. Isso vai ao encontro de medidas aprovadas no Congresso Nacional no sentido de reduzir as margens dos governos subnacionais e fortalecer o governo central brasileiro, possibilidade deixada pela constituição de 1988 e intensificada a partir da segunda metade dos anos 90 (ARRECTHE, 2009).

Vale ressaltar que, os estados e municípios não foram chamados a participar da formulação do Pronasci, sendo envolvidos apenas na fase de implementação. O fato de não participarem do desenho da política e, mesmo assim, precisarem pactuar com ela para receberem recursos, pode ser considerado uma forma de subordinação ao governo federal. Como o programa previa a participação das demais esferas autônomas de governo deveria considerar que essas esferas são portadoras de racionalidade própria e optar por decisões compartilhadas, porém, isso não ocorreu. O Pronasci foi mais um caso no qual a descentralização, através da municipalização ou estadualização, não foi acompanhada de transferência de capacidade decisória para as esferas subnacionais, mas tão somente uma delegação de responsabilidade para a aplicação dessa política.

Diferentemente das políticas nacionais estabelecidas nas áreas da saúde e da educação, nas quais os entes da federação possuem algum tipo de representação e participação através de conselho, por exemplo, na formulação do Pronasci constatou-se pouca ou quase nenhuma participação de estados e municípios, bem como de outros atores importantes, como os grupos de interesse e os movimentos sociais.

A ausência de grupos de interesses pode ser compreendida no contexto de monopólio estatal na área da segurança pública. A participação da sociedade civil prevista na lei de criação do programa também não foi notada. Vale destacar que essa política pública teve como objetivo apresentar uma resposta rápida ao problema da segurança pública no Brasil e, para tanto, abdicou de um debate amplo e participativo que certamente exigiria um tempo maior de maturação no processo de formulação.

Considerações finais

O envolvimento crescente do governo federal e dos governos municipais na política de segurança pública é resultado da pressão social sobre os gestores, no sentido de exigir respostas e soluções para essa problemática. Porém, um desenho institucional que envolve diversos entes federados é desafiante no sentido de enfrentar as complicações decorrentes da cooperação em qualquer área e ainda, no caso da segurança pública, a cooperação requer uma mudança institucional consolidada pela atual Constituição Federal e uma mudança cultural com a superação da dicotomia prevenção *versus* repressão.

O Pronasci surgiu no Governo do Presidente Lula (PT), cujo histórico e linha programática sempre esteve próxima do paradigma das políticas sociais preventivas de enfrentamento à violência e representou uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O Pronasci renovou a política de segurança pública no Brasil através da concepção de que a segurança pública não é só uma questão de polícia, mas também uma questão social.

A execução do programa aconteceu por meio de mobilizações comunitárias e policiais e começou a partir da instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais nos territórios definidos pelo Pronasci, os *Territórios da Paz*. Os GGI-M articulavam junto aos órgãos competentes ações integradas de combate à violência e davam condições para o trabalho de equipes multidisciplinares do Pronasci, compostas por assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos, entre outros profissionais.

O Pronasci foi composto por 94 ações com o envolvimento da União, dos estados, dos municípios e da própria comunidade. Entre os principais eixos do Pronasci destacaram-se a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento e a participação da comunidade na prevenção da violência.

O Pronasci previa em sua formatação uma gestão descentralizada, para isso foram celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não governamentais e organismos internacionais, com repasses de recursos

visando propiciar aos estados e municípios condições estruturais, físicas e financeiras para implementar as ações do Pronasci.

A formulação do Pronasci foi inovadora no sentido de abordar vários aspectos desconsiderados em políticas de segurança pública anteriores, como a importância do município na implementação de políticas e de buscar superar o paradigma da repressão como a única via de promover segurança pública. Contudo, o desenho institucional do programa ficou a cargo do Governo Federal, não sendo fruto de um processo de construção conjunta com municípios e estados. Logo, municípios e estados foram obrigados a compactuar com metas e objetivos traçados pela União para obter recursos.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, USP, São Paulo, novembro, 2003.

ARRECTHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n.2, São Paulo, abr/jun 2002.

ARRETCHE, Marta. **Continuidades e Descontinuidades da Federação Brasileira**: como 1988 facilitou 1995. Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, nº 2, 2009.

CANO, Ignácio. **Política de segurança pública no Brasil**: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. Revista Internacional de Direitos Humanos: SUR, v. 3, n. 5, 2006.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil**: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, 5º edição, ago/set, 2009.

LABRA, Maria Eliana. **Política, processo decisório e informação**. Trabalho elaborado para o Curso a Distância Gestão da Informação e Tecnologias em Saúde. ENSP/FIOCRUZ, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Manual de convênios**. Pronasci. 2º edição. 2008. Disponível em: www.mj.gov.br/pronasci. Acessado em 13 de junho de 2011.

OSZALAK, Oscar e O'DONNELL, Guillermo. **Estado y políticas estatales en América Latina**: Hacia una estrategia de investigación. Buenos Aires: CLACSO, 1976.

RICARDO, Carolina de Mattos e CARUSO, Haydee G. C. **Segurança pública**: um desafio para os municípios brasileiros. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 1, 1º edição, 2007.

SABATIER, Paul A. & JENKINS-SMITH, Hank C., (ed.). **Policy Change and Learning**. An Advocacy Coalition Approach. Boulder, San Francisco, Oxford: Westview Press. 1993.

SAPORI, Luis Flávio. **Segurança Pública no Brasil**: Desafios e Perspectivas. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: Histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos avançados** 21. 2007.

Transcrição da mesa de debate "Arte urbana", do evento organizado na Unifesp – Guarulhos em agosto de 2012, "Patrimônio Cultural Imaterial em Contextos Urbanos – Mostra Etnodoc"

Rafael Freitas e Débora Faria

Apresentação

O VISURB - Grupo de Estudos Visuais e Urbanos da Universidade Federal de São Paulo, em parceria com o NAIP/UNESP – Núcleo de Antropologia da Imagem e Performance, a Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edison Carneiro, o Ministério da Cultura e a SECS – Semana de Ciências Sociais, realizou em agosto de 2012 o evento "Patrimônio Cultural Imaterial em Contextos Urbanos – Mostra Etnodoc". Com objetivo de problematizar o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial considerando, especificamente, o espaço público da cidade como contexto, palco das diversas manifestações artísticas e políticas que promovem intervenções que geram interações, debateu-se sobre o grafite e outras intervenções gráficas realizadas no espaço da cidade.

Foram convidados, de forma associada ao debate, artistas do grafite para realizarem performances no espaço da universidade e foram apresentados os 16 filmes pertencentes ao acervo premiado pelo Etnodoc, que busca registrar e valorizar povos e suas histórias, práticas, representações, expressões e tradições que compõem o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro.

O texto aqui apresentado é a transcrição de um momento desse evento, uma mesa de debate sobre arte urbana, dentro do grande tema – Patrimônio Cultural Imaterial em contextos urbanos. Para o debate foram convidados dois professores pesquisadores: Alexandre Barbosa Pereira professor da Unifesp, antropólogo e pesquisador associado ao NAU – Núcleo de Antropologia Urbana da USP, desenvolve pesquisas na área de Antropologia Urbana e Antropologia da Juventude, com foco nos seguintes temas: cidade, jovens, periferia, escolas e novas tecnologias; e Julio Moracen Naranjo, professor do Departamento de História da UNIFESP, atua nas áreas do Patrimônio Cultural Imaterial e Cultura Africana nas Américas.

Alexandre Barbosa coloca seu objeto de pesquisa de mestrado, a pixação¹ paulistana – prática de jovens que percorrem e se apropriam dos espaços públicos de São

1 Termo grafado com "x", apesar de contrariar as normas da língua portuguesa é uma escolha que segue os resultados do estudo do prof. Alexandre Barbosa, para explicitar as especificidades dessa prática em relação outras pichações, que mesmo similares do ponto de vista da ação de se inscrever sobre os muros com traços em tinta spray, são completamente diferentes do ponto de vista da elaboração, significado e vínculo com o espaço urbano.

Paulo para inscrever seus nomes e os nomes de seus grupos pelas superfícies dos aparelhos urbanos – sob a perspectiva do Patrimônio Cultural Imaterial. Provoca a categoria analítica ao analisar uma prática considerada marginal e criminosa, além de trabalhar a ideia de memória pela sua tensão com a efemeridade, tanto das inscrições como da própria paisagem urbana, e a ideia de sociabilidade juvenil a partir da análise da construção da rede de trajetos e encontros dos pixadores na metrópole de São Paulo.

Julio Moracen traz sua experiência como professor de uma disciplina nova nas humanidades que leva o título do grande tema do evento, Patrimônio Imaterial e fala da proximidade dessa categoria com outras como cultura popular tradicional e também folclore. Além disso problematiza a ideia de arte, sob sua concepção oficial e socialmente legítima, como, por exemplo, a pintura e escultura como objetos artísticos escolhidos e classificados pela academia para análise e produção intelectual. Desta forma problematiza a classificação como arte de práticas como o grafite tensionando, igualmente, sua classificação como Patrimônio Imaterial.

Transcrição da exposição do Prof. Alexandre Barbosa Pereira

Bem, primeiro gostaria de agradecer ao VISURB, à professora Andréa, o convite pra falar aqui na Unifesp, nessa atividade sobre patrimônio cultural imaterial. E, ao falar de patrimônio, eu pretendo falar um pouco, principalmente, da minha pesquisa de mestrado, sobre a pixação em São Paulo, apesar de parecer meio contraditório falar de patrimônio cultural e pixação. Então, a ideia é fazer uma espécie de releitura, que é algo que eu já venho fazendo para outros textos, dessa minha pesquisa de mestrado que fiz entre os anos 2000 e 2007. Defendi o mestrado em 2005, mas ainda tive algumas idas a campo, algumas conversas com pixadores até 2007.

E, portanto, eu vou tentar um retorno a esse material etnográfico, a esse conjunto de pesquisas que eu fiz sobre pixação, olhar pra algo que eu já tinha atentado, mas, não tinha focado tanto que é a dimensão, a importância, da memória pra esses grupos de pixadores na cidade de São Paulo. No começo, minha pesquisa situou-se principalmente em entender as relações estabelecidas por esses jovens que têm como forma de expressão marcar a cidade com um nome lá esquisito que a gente não entende muito bem o que quer dizer. Ou seja, tentei pensar as relações entre eles e com o espaço urbano. E nesse objetivo de entender a relação com o espaço urbano, eu busquei entender a relação que esses jovens tinham com os espaços mais centrais da cidade e também com os espaços periféricos.

Os pixadores, em sua maioria jovens, moradores de bairros da periferia de São Paulo, que se juntaram em grupos pra deixar uma marca nos muros, um nome individual, um nome de um grupo, mas que se encontravam no centro da cidade, eles tinham pontos de encontro no centro da cidade: os *points* deles. Na época que eu fiz a pesquisa, o mais importante era o *point* da Vergueiro, em frente ao Centro Cultural São Paulo, e nesses *points* acontecia uma série de coisas; eles trocavam muitas informações sobre pixação. Então, eu vou falar dessas manifestações visuais, principalmente da pixação, é lógico, mas fazendo também algumas referências ao grafite, pois embora haja quase sempre a construção de uma dicotomia, “Ah, a pixação não é grafite, grafite não é pixação”, essas duas linguagens conversam muito e acho que essa imagem que está aí d'OsGêmeos expressa muito isso, dois meninos pixando. É um grafite d'OsGêmeos – OsGêmeos já são famosos – de dois meninos pixando.



OsGêmeos fizeram, aliás, uma série de meninos pixando na cidade. Esse grafite, especialmente, estava na avenida Ipiranga no centro de São Paulo, em um prédio que estava vazio e que teve a porta concretada, ergueram um muro na porta pra ninguém invadir, mas, mesmo assim, esse prédio foi ocupado acho que no final do ano passado, então quebraram esse muro para poder ocupar o prédio, pra poder ocupar ou invadir, dependendo do ponto de vista. Ou seja, essa imagem não existe mais, os meninos pixando não estão mais lá. O que é uma coisa interessante para se pensar também em como é contraditório falar de pixação e memória, ou de grafite e memória, em um suporte que é tão efêmero, como a paisagem urbana. Ainda mais numa cidade como São Paulo, que está em constante transformação. E, no caso da pixação, uma marca que ninguém ou quase

ninguém quer ter no seu muro, ninguém contrata um pixador, como ocorreu no filme que assistimos hoje aqui com relação aos grafiteiros, “Ah, eu vou te pagar tanto pra pixar”. Isso é muito difícil de acontecer na pixação, mas é bastante comum no grafite.

Então, uma das coisas que é importante pensar nessa relação da pixação com a memória é justamente essa disputa com a efemeridade, ao mesmo tempo em que o menino está lá deixando aquela marca, tem alguém querendo apagar, então essa é uma disputa constante. E eu acho que essa imagem é interessante, até porque ela não existe mais, ou esse grafite não existe mais. Por isso, ela permite pensar essas duas coisas: a relação grafite-pixação – como há pixadores-grafiteiros e grafiteiros-pixadores, não dá pra fazer uma separação tão fácil entre essas duas coisas –, e também essa relação entre visibilidade e memória, a efemeridade do suporte urbano, que é disso que eu quero falar um pouco.

Mas essa dimensão social nesse primeiro momento que eu olho para a pixação, eu olho então para a relação com o espaço urbano e para as relações de sociabilidade que eles constroem. Ao se encontrar, tendo um ponto de encontro no centro de São Paulo que acontece toda semana, ou acontecia toda terça-feira à noite, esses jovens, jovens pixadores, estabeleciam o que eu chamo de rede social na cidade.

Por quê? Porque a partir daquele lugar, daquele ponto de encontro, o menino que morava no Capão Redondo se encontrava com o que morava em Cidade Tiradentes, com o que morava na Vila Brasilândia e aí um apresentava ao outro o que pixava, diziam o que pixava, estabeleciam laços de amizade, construíam uma relação. Um convidava o outro pra pixar no seu próprio bairro. Então o cara do Capão Redondo ia lá, levava o cara de Cidade Tiradentes pra pixar e depois o outro retribuía. Era um pouco como um *Facebook* presencial. E eram formas de encontrar amigos e de circular pela cidade, deixando sua marca.

Com isso, nesse circular pela cidade, a ideia do reconhecimento era importante. A ideia da visibilidade mostra-se fundamental. Nesses pontos de encontro, o que eles mostravam como principal objetivo era conseguir visibilidade e alcançar reconhecimento. Visibilidade e reconhecimento diante dos outros pixadores, diante dos pares. Eles falavam: “Ó, por que eu pixo? Eu pixo pra ter ibope”. Eu pixo para ser, portanto, reconhecido como alguém que tem um certo destaque, certa visibilidade.

Isso, aliás, é bastante comum entre os jovens – há bastante jovens aqui hoje –, querer ter algum destaque, alguma visibilidade diante dos amigos, certo? Todo mundo, não só entre os jovens, mas, todo mundo de uma certa forma quer ter algum tipo de reconhecimento. Para esses jovens especificamente, a pixação era esse modo de alcançar um reconhecimento. Quando eles chegavam nos points, os pontos de encontro, aquele que tinha pixado o maior número de lugares, nos lugares de maior destaque, de maior risco, era

reconhecido como tal, ele era cercado pelos amigos para assinar o que eles chamavam de folhinhas. Folhas de papel em que eles deixavam as marcas que pixam nos muros da cidade. E para você saber se o pixador tinha de fato destaque, essa visibilidade era só ver aquele que estava cercado por um monte de meninos pedindo pra assinar a folhinha. Daqui a pouco eu vou mostrar uma imagem do que é essa folhinha. Então eles passavam: “Ó, assina uma folhinha pra mim e tal”.

Esse cara que tinha mais destaque, mais reconhecimento, ele era cercado pelo outros. Ou seja, por meio da pixação eles faziam amigos, conheciam a cidade, ou, conhecem a cidade, se a gente for pensar ainda hoje e também eles lidam com outro paradoxo da cidade, que é a questão do anonimato. Numa metrópole como São Paulo é possível fazer algumas coisas de forma anônima. O cara que mora lá no Capão Redondo vai lá pixar no centro, e ninguém sabe quem é ele. Mas, de repente, ao mesmo tempo que tem esse anonimato na metrópole, tem a fama, que é isso que chamei da busca de reconhecimento, pois dentro do circuito da pixação ele pode se tornar famoso.

A pixação é também, portanto, um dispositivo pra brincar com essa questão da fama e do anonimato na cidade. Você consegue ser famoso e anônimo ao mesmo tempo. Pra quem não é da pixação, aquele rabisco é uma sujeira, uma poluição, é vandalismo e ninguém entende. Para quem faz parte desse circuito da pixação, entretanto, aquele rabisco é o pixo do fulano de tal que mora no Capão Redondo e que eu conheci em tal dia no ponto de encontro tal. Há um jogo também, além daquele entre efemeridade e memória, que é este entre anonimato e fama.

Acho que pode mostrar algumas fotos para aprofundarmos essa discussão sobre a memória, porque eu acho que é interessante para avançar a discussão pelas imagens, pensando sempre nesse diálogo entre pixação e grafite.



Esse é um grafite interessante, que dialoga justamente com essa efemeridade. A prefeitura de São Paulo adotou como prática para combater as pixações e grafites indesejados pintá-los com tinta cinza. Com tinta cinza, a cidade já é tão cinza e ainda a gente pinta os grafites com tinta cinza.

E aí o grafiteiro fez essa fogueira, pôs a data que ele fez, 18 de novembro, e escreveu lá: “Quando vai virar cinza?”, um pouco pra testar quanto tempo ia durar diante dessa ação da prefeitura de passar tinta cinza por cima dos grafites. Ainda não foi apagado. Foi 18 de novembro, estamos chegando, daqui a pouco completa um ano, daqui dois meses e pouquinho.



A gente pode ficar nessa imagem, isso daí é uma pixação que tem lá no centro da cidade. Mas eu queria chamar a atenção para aquele nome que está ali na ponta que chama "Di". Eu acho que esse é um cara interessante que pode disparar o que eu quero discutir aqui. Eu vou ler aqui sobre o "Di". Ele faleceu em 2006, é um pixador antigo, já falecido. Mas ele é muito lembrado e reverenciado, quase como um herói, porque era um cara que era muito ousado. Ele pixava lugares altos, prédios históricos, pixava, pixou a antiga mansão da família Matarazzo, que foi demolida. Ele era um cara que tinha muito destaque ou ibope, tanto que ele morreu, mas ainda é muito lembrado e homenageado até hoje.

E uma das proezas que esse "Di" realizou foi a de pixar o prédio do Conjunto Nacional na Avenida Paulista. Os pixadores, como eu já falei, querem visibilidade, eles querem aparecer, querem ser conhecidos. Alguns deles até lançaram um álbum de figurinhas, de cromos. Só com fotos de pixações. E nesse álbum, as páginas desse álbum eram recortes de matérias sobre pixação, o álbum chamava "SóPixo" e ele segue a estética dos baloeiros. Não sei se ainda tem isso mas, pelo menos quando eu era moleque tinha

álbum de balão, com figurinhas de balões, que é outra coisa proibida. Há aí, então, inclusive um diálogo entre as estéticas transgressoras, meio proibidas.

E uma das matérias – de um jornal antigo, já extinto em São Paulo, que era o *Notícias Populares*, um jornal popular que colocava umas capas engraçadas – falava dessa pixação no Conjunto Nacional. O Conjunto Nacional é um prédio importante da Avenida Paulista, na esquina da Paulista com a rua Augusta, e a matéria dizia o seguinte: “O Conjunto Nacional que fica na Avenida Paulista, 2073, foi alvo de pixações nos setor residencial que tem entrada pela rua Augusta, em Cerqueira César. Segundo um morador, que pediu para ser identificado apenas como Di, os pixadores podem ter entrado no prédio pulando de cima de um orelhão para um beiral da fachada. Dali, teriam quebrado uma janela no primeiro andar. Ele contou que além de quebrar o vidro e amassar essa janela, os pixadores arrombaram portas. A administração do prédio que não registrou ocorrência na polícia negou as informações, confirmando apenas que houve pixação. Di afirmou que ficou apavorado com a situação. Segundo ele, o esquema de segurança do prédio não poderia permitir esse tipo de ação, visto que há homens fazendo ronda por dentro e por fora, e de noite essa segurança é ainda reforçada, destacou. Ele tentou apurar maiores detalhes do que aconteceu, mas, o porteiro e o segurança disseram que não viram nada”.

Na verdade, o morador falando é um morador fictício. É o próprio “Di”, que pixou o Conjunto Nacional e ligou pro jornal para relatar o caso. Porque ele sabia que assim se publicaria uma matéria a respeito com fotos de sua pixação e assim ele ficaria mais famoso e mais conhecido. E o jornal publicou, contou a história como se fosse um morador. Há nesse caso um pouco das estratégias de busca por visibilidade que esses jovens desenvolvem também. O que demonstra como eles se utilizam dessa tática de chamar a atenção da mídia para colocar as suas pixações em lugares de destaque.



Nesse sentido, pensar patrimônio é até mais complexo nesse caso da pixação, porque o que é valorizado por uma política de patrimônio oficial, de patrimônio material, como obras arquitetônicas importantes, o Teatro Municipal, é também valorizado pelos pixadores, mas como suporte pra sua pixação, porque vai dar repercussão na mídia, porque aquilo vai chamar atenção. Vide o caso do Rio de Janeiro, as pixações no Cristo Redentor. Teve essa recente que foi feita pelos cariocas, mas teve uma nos anos 90 que foi feita por paulistas que é pra chamar atenção mesmo, sair na mídia, ficar famoso ou dar os autógrafos nas folhinhas.

E as folhinhas, isso que eu falei pra vocês, que eles assinam nos pontos de encontro, é isso aí. Eles assinam, na verdade, o sujeito leva uma folhinha e pede pro outro assinar pra ele, e essas folhinhas são guardadas. Eles trocam entre si essas folhinhas. E eles constroem verdadeiros acervos de folhinhas em pastas. E além das folhinhas, há recortes de jornais com matérias sobre pixação, matérias das mais diversas que falem de alguma coisa relacionada a pixação, essas matérias são guardadas.

Tem uma lógica pra essas trocas de folhinhas. Como eu falei, os pixadores mais velhos, que têm maior destaque ou mais ibope, como eles falam, são os mais procurados pra assinar as folhinhas porque as folhinhas deles são mais valiosas. Alguns chegam até a vender, tem umas folhinhas que são raras, como coisa de figurinha rara. O pixador que tem

mais destaque, que circula mais, que se arrisca mais, que é mais antigo no ofício, que tem uma história, portanto, tem uma visibilidade maior, é mais requisitado para assinar as folhinhas e sua assinatura é mais valiosa.

Geralmente, os mais novos pedem folhinhas pros mais velhos. Tem até um pixador famoso que é o Zé, o "Lixomania", ele pixa "Lixomania", é um cara que deve estar por volta de uns 40 anos, quando eu entrevistei ele tinha uns 30, e ele falou que, às vezes, não gostava de ir aos *points*, onde tinham os pixadores, porque ele não podia conversar com os amigos antigos dele, os da antiga na pixação, como ele falava, porque ele era cercado pelos mais novos. A molecada ficava querendo conversar e pedindo pra ele dar autógrafo nas folhinhas, ele era muito assediado e aí ele não tinha tempo pra conversar com quem ele queria, não conseguia ficar tranquilo.

Zé pixa "Lixomania" até hoje ainda, faz tempo que eu o entrevistei, mas ele pixa até hoje. O "Lixomania" é um desses que têm grande destaque na pixação. Além de ser mais velho, pixar há muito tempo, pixar em muitos lugares, ele tem inúmeras aventuras e façanhas, como ter sido extraditado da Espanha por ter sido preso pixando.

O que é interessante falar do "Di"? Esse que fez essa pixação no Conjunto Nacional e ligou pro jornal, é que ele era um cara que tinha uma certa ousadia, se arriscava bastante e que morreu. Mas, ao mesmo tempo, ele é constantemente lembrado. Ou seja, o "Di" é uma figura interessante pra pensar a importância dessa dimensão da memória e da história entre os pixadores. Aliás, havia os relatos que eles faziam dos mortos para mim. Falavam: "Ó, o fulano morreu". Prestavam muitas homenagens a esses pixadores que tinham morrido. E esse aspecto também ressalta a importância da memória entre eles, há uma construção de uma memória da pixação. Se a cidade tem a sua memória oficial, lá, a memória arquitetônica, o que os especialistas chamam de patrimônio de pedra e cal – ou seja, a valorização apenas das construções como elemento a ser patrimonializado – eu quero dizer aqui que esses jovens também constroem a sua cidade como uma cidade de memória, como uma cidade com uma história particular, uma cidade da pixação, digamos assim.

Esse era o elemento importante e é curioso pensar que a escrita é fundamental para a história, a escrita possibilita uma forma de registro importantíssima para a memória. Na pixação, entretanto, eles transformam essa escrita numa outra coisa. Nessa escrita da pixação, não importa muito o que significam as palavras grafadas no muro, mas importa ao que ela remete, a quem aquele nome se refere. E essa escrita é uma escrita extremamente efêmera também. Acho que esse é o ponto. É uma escrita, como o próprio Zé, o "Lixomania", definiu muito bem uma vez: "pra quem sabe ler o muro".

Isso quer dizer que essa escrita é feita, sobretudo, para quem faz parte efetivamente daquele contexto. Então eu acho que essa é que é a coisa bacana. De se pensar que muitos autores que falam da dimensão da memória – por exemplo a Ecléa Bosi, mas também o trabalho clássico do Maurice Halbwachs – vão ressaltar como que a memória tem uma profunda relação com a dimensão do espaço e, no caso do urbano, com os lugares da cidade por onde nós circulamos. Os espaços da cidade são referências importantes para a memória que nós construímos, mesmo nossa biografia, a memória da nossa vida passa por referências espaciais.

E é curioso pensar como que para esses jovens é justamente na cidade, nos espaços da cidade que essa dimensão da memória é acionada. Ao circular pela cidade, eles estão acionando esse dispositivo de memória quando deixam sua marca. Por exemplo, o sujeito sai do Capão Redondo e deixa uma marca no centro da cidade, significa deixar a memória daquele trajeto que ele fez até ali. Ele registra aquele trajeto, aquela circulação pela cidade. Por isso que eles chamam a pixação também de rolê, porque naquele nome estampado no muro estão gravados também os deslocamentos feitos pela cidade, as aventuras pelas quais se passou até chegar ali. Para eles, quem tem muita pixação tem muito rolê; ou seja, circulou muito pela cidade. Então, nesse contexto, pixar é um pouco circular pela cidade e construir memória.

Na pixação, se desenvolve um olhar muito atento para cidade com o intuito de ver qual pixo novo apareceu em tal e qual lugar. Eu lembro que um pixador – numa vez em que fui ao bairro da Lapa com ele – falou para mim: “Ah, eu sei que eu estou chegando num lugar pelas pixações, se eu vejo um pixo que já conhecia, eu já sei que já passei por aquele lugar, que eu já o conheço, por que lembro daquela pixação”. Isso mostra que mais do que as referências dos prédios, das ruas, a própria referência das pixações nos lugares, servem como elemento de orientação.

E acho que as folhinhas são outra dimensão importante da memória no circuito da pixação, porque elas são um acervo. A gente pode pensar quase como um acervo patrimonial, museológico, que eles guardam, dessa coisa da pixação. Muitos falavam: “Ah, é pra eu guardar como recordação, pra mostrar pros meus filhos”. Ele quer mostrar a história dele com as pixações pros filhos. Ter muitos acervos, além das muitas marcas da pixação na cidade, também é uma indicação de ter status, de ter ibope, dentro da pixação.

Aí eu separei um video pra vocês terem uma ideia da importância dessa dimensão da memória. É um filme dos anos 2000. Ele foi gravado em VHS, a qualidade dele é péssima de imagem, de som. Mas acho que é bem interessante pra pensar essa questão do acervo, essa dimensão desses acervos, dessa memória da pixação que esses jovens vão

construindo, muito também em choque com a memória da cidade. Uma leitura fácil da pixação seria vê-la como anti-patrimônio, mas, essa leitura que eu faço é pensar como eles constroem um patrimônio próprio da sua prática, dessa prática marginal, dessa prática transgressora.

Esse vídeo se chama *Pixadores em ação*. Boa parte dele são os meninos pixando, mas há também alguns depoimentos. Tem o depoimento do "Tchentcho". O "Tchentcho" é um pixador dos anos 80, foi um dos primeiros pixadores da cidade. E é curioso pensar esse respeito aos mais velhos, mesmo na relação com o grafite. Certa vez, eu vi uma pixação do "Tchentcho", uma pixação resistente ou persistente, uma pixação dos anos 80 que durou até os anos 2000, alguns meninos foram lá, fizeram um grafite, mas, o grafite deles foi desenhado de forma a montar uma moldura pra pixação do "Tchentcho". Porque eles reconheciam que aquela era uma pixação antiga e essa dimensão do respeito aos mais velhos, do respeito às intervenções mais velhas, antigas ou de pixadores que pararam de pixar, ou que morreram que não podem voltar pra refazer o pixo, como eles diziam, era muito importante e mostrava justamente essa importância da história deles para eles. E aí, eu quis então exibir esse vídeo pra vocês verem um pouco. O áudio está ruim, mas vale a pena pra ver ele mostrando as fotos, ele vai mostrar uma folhinha do "Di" também. Em outra parte desse vídeo tem justamente dois amigos do "Di" que construíram uma pequena escultura com a pixação do "Di", eles a exibem no vídeo. Não tem nessa parte, pois no vídeo que eu baixei da internet essa é justamente a parte que não existia. No YouTube, a pessoa que postou esse vídeo falou: "Ó, a terceira parte eu perdi, o DVD estava riscado e tal". E é curioso que percebemos também como estamos ficando velhos. O vídeo é dos anos 2000 e os caras comentam no YouTube: "Nossa esse vídeo é da antiga". Então, também já há umas referências históricas da pixação no vídeo. E eu conheci esse vídeo logo quando ele foi lançado, quando eu estava no começo da pesquisa. Acho que pode passar o vídeo, depois eu retorno pra fechar.

[Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZR1uGhdzRNM>]

Era isso. Eu acho que é mais pra mostrar, não dá pra ouvir nada muito bem, a não ser aquele rap pesado tocando, mas é pra mostrar essa dimensão do acervo, ele mostrando essa relação com as matérias de jornal é muito interessante. Cabe destacar que eles são sempre muito solícitos pra dar entrevista. E não importava, pelo menos no período em que eu fiz a pesquisa, muito o que se falava da pixação, eles até já sabiam que, no caso da imprensa, era pra falar mal, mas o importante era falar deles, mostrar a foto do pixo. No caso, por exemplo, uma matéria que não tinha relação direta com a pixação, um pixador que matou o outro por causa de uma garota, e aí saía uma matéria. Mas aquilo falava daquele

pixador então era uma dimensão de memória, um elemento pra se guardar, pra se registrar, e fazer parte desse acervo.

É bastante curioso pensar como havia, e ainda há, certa obstinação por essa dimensão da memória entre eles. Apesar de tão efêmera, a pixação, que é um negócio que vai ser apagado, esses jovens construíram essa dimensão de memória, de registro, de acervo, de guarda e até, podemos dizer, de patrimônio dessa pixação. Muitos deles têm muitas e muitas pastas. Isso também é um indicador de memória. E aí acho que, pra fechar, podemos pensar na frase que eu acho que é interessante pra entender a pixação: é a ideia que eles falam sempre de que “quem não é visto não é lembrado”. Desse modo, enfatizam a importância das ideias de visibilidade e memória. E, nesse caso, também podemos dizer que, para eles, “quem não se arrisca também não é lembrado”. Assim, as ideias de risco e visibilidade aparecem como componentes importantes que se articulam nessa prática. É isso.

Transcrição da exposição do Prof. Julio Moracen Naranjo

Boa noite. Agradeço a professora Andréa e agradeço também aos meninos e meninas que com ela formam o grupo de trabalho e estudos (Visurb) pelo convite. Esses meninos e meninas também são da pós-graduação do nosso campus Guarulhos.

Eu sou professor de Patrimônio Imaterial, uma nova disciplina, tanto aqui em nosso campus como também é nova dentro da academia brasileira.

Minha disciplina aborda temas como o respeito ao outro. Fala de alteridade, tolerância, diversidade, de como devemos entender outras culturas, outros espaços de identidade, etc. Minha condição de estrangeiro me coloca dentro da disciplina comunicando o que significa Patrimônio Imaterial.

Sempre falo aos meus alunos da importância dessa disciplina no tocante ao exercício do diferente. No meio acadêmico o que hoje é Patrimônio Imaterial, num passado recente e hoje, ainda é chamada de cultura popular tradicional e antes disso folclore.

Do ponto de vista da UNESCO, o conceito de patrimônio imaterial fala de práticas e representações quase como conhecimentos, instrumentos, habilidades, artefatos e lugares que são reconhecidos pela comunidade. Nesse sentido esse conceito tem um aspecto muito importante, já que o reconhecimento da comunidade também implica a tolerância, o respeito aos que detém esse conhecimento que transmitem de geração em geração. Pode ser um artesão, um artista plástico, um músico ou talvez alguém da comunidade que tenha algum conhecimento relacionado à culinária, e ou alguém que tenha outros tipos de conhecimento.

Como eu disse anteriormente, esses conhecimentos são analisados no âmbito do que se chama cultura popular tradicional.

Um fato que considero importante ressaltar. No momento em que a professora Andréa me convidou para falar de arte urbana eu imediatamente fiz uma ligação com um evento de cultura popular tradicional que acompanhei no sábado, no SESC Pompéia, bairro de São Paulo, capital. Lá eu conheci um rapaz que é presidente da associação de rappers de Embu das Artes. Ele estava acompanhado de um mestre. Um mestre das tradições populares Jongo e Catira. Esse rapaz me dizia:

"Olha eu estou aqui e sou representante da cultura hip-hop e tem muitas pessoas que pensam que eu por ser parte do universo urbano não pertenço à chamada cultura popular tradicional. Na realidade estou aqui porque sinto que faço parte dela, porque a cultura do rap, do hip hop é uma cultura que também se transmite de geração e geração e uma cultura que tem a ver com aspectos culturais de identidade do qual nasce o jongo, do qual nasce o samba".

Portanto, para ele, o samba e o jongo são como a matriz desse chamado hip-hop. Isso me pareceu muito interessante e me ajuda a pensar essa concepção de como a maneira de olhar detrás de todo um universo institucional e acadêmico hegemônico estereotipa, ou seja, faz estereótipos de algumas formas de identidades de tradição urbana como o hip-hop. Nesse sentido na sociedade, a partir desses estereótipos se constrói esse olhar do que é arte culta ou arte popular.

Na fala do meu colega eu percebi com clareza seu esclarecimento sobre as diferenças entre grafite no sentido artístico e o que se chama pixação. Ele não vê diferença no sentido de um ser artístico e outro não. O que fica exposto é toda uma tradição e essa tradição começa a ter valor do ponto de vista de patrimônio quando ela é respeitada ou quando passa a ser conhecida.

Vou expor a vocês outra perspectiva, de acordo com o que ele acaba de dizer. Ao falar de arte urbana e patrimônio imaterial, eu pensei: a percepção do que é arte no mundo acadêmico está próxima ao que unicamente é aceito neste mundo, como por exemplo, as artes plásticas, com toda uma tradição de estudo concentrada na pintura, escultura, fotografia. Enfim todas as artes visuais ligadas ao mundo das artes plásticas. Nesse sentido essa percepção permite estudar essas chamadas artes plásticas em seu contexto de criatividade, de teoria, de crítica e da prática de musealização; e assim se perde a compreensão de arte na sua definição etnohistórica, dentro de uma conjunção geral em que entram também outras formas artísticas, como a música, a dança, a poesia e a literatura. Então! Será que se eu tenho que falar de arte urbana no contexto do patrimônio imaterial,

hoje em dia visto numa conjuntura de diálogo entre cultura e alteridade, eu nada mais teria que falar, por exemplo, do grafite, por que é o único que nessa chamada história de arte, e considerado arte urbano no ambiente acadêmico, é o único que tem sido analisado nesta perspectiva?

E mais: ao dizer a palavra arte eu tenho que levar em conta o ponto de vista que a disciplina Patrimônio Imaterial tem em si aquela dinâmica ou aquela discussão, ou aquele enfrentamento das teorias artísticas no processo de avaliação de que coisas são artes puras e que coisas são artes não puras; que coisas são arte ou artesanato ou que coisas são artes cultas ou artes populares. Nesse processo de diálogo e que surge o conceito de patrimônio imaterial ou intangível como uma concepção de mundo difícil de ser explicada.

O imaterial está ligado ao mistério, à magia, ao maravilhoso, ao que não pode ser entendido. No filme *Billy Elliot*; não sei se vocês assistiram... A trama central é sobre um garoto que vive em um mundo de operários, na década de 1970, na Inglaterra, este garoto Billy quer ser dançarino clássico e tem problemas com o pai e sua comunidade exatamente por esse motivo. A trama nos leva mais adiante a ver como a comunidade operaria se une e aceita a afeição do garoto pelo mundo da arte balerística. Numa cena final, Billy, ao ser levado pelo pai para uma audição, no transcorrer da sua apresentação descobre que desconhece os termos técnicos: *demi plié*, *grand plié*, etc., e acaba por dançar como sente a música. Durante este teste os jurados perguntam a Billy o que ele sente quando dança, e ele diz: "(...) sinto algo mudando dentro de mim como um fogo no meu corpo, e fico lá, voando como um pássaro, é como eletricidade".

Eu penso que essa cena ajuda a entender o sentido exato do que é patrimônio imaterial, porque a eletricidade como sabem, do ponto de vista físico, tem um conceito, uma fórmula etc., mas não sabemos exatamente o que é até o momento em que a tocamos, por acidente, e sentimos a corrente elétrica no nosso corpo, a vivenciamos. Portanto, patrimônio imaterial ou intangível em essência, para mim, pode ser sintetizado assim.

Como podemos ver a natureza do patrimônio imaterial conectado ao universo da arte urbana? O conceito de arte urbana desde a visão perceptiva acadêmica passa por diferentes tempos. Do próprio tempo de perceber de como no olhar arquitetônico a cidade se constrói numa natureza estética que é atuante para as formas artísticas que se desenvolvem no espaço público e mais tarde como todas estas expressões artísticas criativas se fazem vivenciáveis neste espaço coletivo. Neste caso, além do grafite como arte urbana, nós podemos evocar os chamados homens e mulheres esculturas vivas, que aparecem nos espaços urbanos, as chamadas estátuas-vivas, os músicos de rua, os artistas da rua, os palhaços e outras atitudes teatrais urbanas.

Essa apreciação do que é arte urbana está achegada a um jeito de fazer no espaço urbano, jeito artístico criativo que sempre está à mercê, não fora, dos cânones da arte, no sentido de que estes cânones impõem o que podemos fazer e dizer numa estrutura hegemônica da sociedade. Nessas fronteiras, esses chamados artistas urbanos não participam de projetos institucionais e governativos como os da prefeitura senão que entre eles se juntam para criar grupos, associações, etc.

Mas o fato de encontrar o patrimônio cultural imaterial nesse mundo da arte urbana passa também por como nós podemos entender o que é patrimônio imaterial dentro da cidade, essa visão da humanidade global que a partir da cidade trabalha em função de números, milhares de habitantes em São Paulo, milhares de habitantes na Cidade do México, etc.

E no interior disso estão os chamados espaços culturais onde aparecem as chamadas artes urbanas, que enfim é uma arte periférica, que pertence a uma comunidade específica, que também se transmite de geração em geração e tem todas as características de um tipo de arte que nós podemos chamar de cultura popular tradicional. Mas é interessante que essa chamada cultura popular tradicional os antropólogos, etnólogos, a partir dos anos 1950, descobriram que o que eles chamavam assim nos espaços rurais, no significado artisticamente puro e popular na realidade se encontrava nas cidades. Por exemplo, os cantos que se descobriam dentro dos espaços religiosos como os candomblés são cantos que antigamente na África, talvez, era de uma comunidade étnico-religiosa específica, que se assentava num ambiente rural, e esse canto mais tarde se transmitiu de geração em geração, até que no período colonial chegou ao Brasil, os escravos transmitiram estes cantos, estas formas ritualísticas e religiosas de geração em geração, mas quando acabou a escravidão todos eles saíram dos espaços rurais, deixaram de ser escravos e se concentraram nas periferias das cidades e a partir disso nasceram o que hoje conhecemos como tradições religiosas de origens africanas, espaços culturais de perpetuação de memórias.

Esses espaços culturais conservam esses cantos. São cantos que antigamente eram parte de um espaço totalmente rural na África. Eles cultivam esta natureza artística que está presente em uma comunidade específica de origem africana. Talvez a magia que nos traz a arte no espaço urbano, poderíamos pensá-la também através do que constitui o universo poético desse espaço, esse universo poético passa por apreender manifestações artísticas como o grafite em diferentes perspectivas, como também entender as afinidades que nos traz essa cidade, essa megalópole, em relação ao conceito de sombra, um conceito que nos permite abranger a passagem intermediária entre luz e escuridão. Quando

pensamos em culturas que tem toda uma tradição, que consideramos ser mais pura do ponto de vista imaterial – como a cultura chinesa ou japonesa, culturas muito diferentes de nossa tradição ocidental, totalmente cartesiana –, às vezes assistimos como elas se relacionam em função de fatos artísticos que para nós é parte de uma tradição milenar que dá características a uma cultura. Para eles é parte de sua identidade e é parte de como eles se relacionam nessa sociedade, e as afinidades deles em função da sua compreensão do seu universo do mundo imaterial.

Ano passado, quando estive no Japão, eu percebi que quando chegava a uma estação de metrô, ou de trem, que viajaria de uma cidade ou um bairro para outro, as pessoas compravam comida na estação. Essa comida vinha numa pequena caixinha e esta caixinha me parecia uma obra de arte. A caixinha estava bem ordenada, aqui vai arroz, aqui vai carne e eu pensei: Poxa! Eu vou comer uma comida enquanto eu viajo de um lugar para outro! Tenho em minhas mãos uma caixinha-obra de arte. Eu quero comer o que tem na caixinha e também guardar a caixinha com comida e tudo. (...) Essa caixinha era feita de um material que me chamou atenção. Ela era feita de madeira... Então me disseram: "Não, isso não é madeira, é laca, uma tradição antiquíssima japonesa". Eu pensei: Como é isso? Fui pesquisar sobre o tema e descobri a laca. Um tipo de verniz, uma tradição artesanal que vem de mil anos a.C. essa tradição é usada para fazer muitos objetos contemporâneos como, por exemplo, as vasilhas para beber sopa. Um tipo de verniz derivado de uma substância resinosa produzida em certas árvores e com esse tipo de verniz se obtém uma textura específica em objetos e tecidos, ou seja, é uma espécie de resina de um tipo de árvore específica da qual não me lembro o nome, que eles fazem um verniz e passam uma camada no objeto artesanal e deixam ao sol, mais tarde passam outra camada, e assim, por volta de vinte camadas depois, chegam a essa textura que é conhecida como laca.

Algo antigo tradicional e contemporâneo num contexto puramente artístico. Uma caixinha de comida contemporânea trabalhada com um material tradicional antigo. Onde foi mesmo que eu encontrei este objeto? Em um espaço totalmente urbano. Um espaço urbano público, uma estação de trem. Comprei uma comida numa bela caixinha que no meu olhar é uma obra de arte para descobrir depois que é parte de uma tradição que se transmite de geração em geração, parte de um artesanato tradicional, que nem todo mundo faz.

Enfim, essa “viagem” que acabo de fazer sobre a laca é para que, possamos entender o que significa arte urbana no contexto de patrimônio imaterial. Talvez o mais importante de tudo isso esteja em entender o patrimônio imaterial como parte da relação entre representação e presentificação. Há o conceito de representação, um conceito que está presente em toda nossa vida, desde o fato de alguém que nos represente no poder

governamental ou no espaço teatral, até a oportuna representação do não entendimento da especificidade de a gente precisar da escrita como representação para poder entender a palavra dita. E a presentificação, como o ato de ser presente, de estar aqui agora, de fazer parte de uma comunidade que tem esse segredo, o segredo de transmitir conhecimentos e que esses conhecimentos são parte de pequenas pessoas, que são os chamados tesouros vivos, as pessoas que tem o conhecimento e garantem a perdurabilidade da tradição. Às vezes nossa avó, às vezes nossa mãe que faz um doce e esse doce nós aprendemos a fazer com paciência e dedicação. Às vezes nosso amigo que sabe contar história e piadas, mas essas piadas foram transmitidas por seu pai, que por sua vez foi transmitida por outra pessoa, e ele têm essa capacidade através dessas piadas de transmitir a identidade de nosso grupo.

Em relação à natureza do patrimônio imaterial eu quero também pensar no conceito da sombra e da relação entre presentificação e representação. Chamam-me a atenção duas coisas: um dia eu li um livro do romancista italiano Ítalo Calvino, que na verdade nasceu em Cuba. Ele escreveu o texto "As Cidades Invisíveis", que fala da afinidade entre Marco Polo, o grande descobridor do Oriente, e Kublai Khan, imperador dos mongóis. Como vocês sabem os Mongóis tiveram um grande império e no texto de Calvino, Marco Polo aparece como um "embaixador" junto aos embaixadores de Kublai Khan. Nesse contexto ele conhece as diferentes cidades que fazem parte do domínio de Khan, cidades que o imperador desconhece. Quando Marco Polo regressa dessas cidades ele sempre fala ao imperador como as achou e tudo o que nelas acontece. Assim, através das palavras de Marco Polo, o imperador tem a dimensão do quão grande é seu domínio, como também, tem o sentido do maravilhoso, do universo artístico, da beleza de seu domínio. Como ele não pode viajar a todas essas cidades, Marco Polo, o estrangeiro, lhe coloca um olhar sobre as cidades de uma maneira diversa, o seu olhar é diferente do olhar de seus embaixadores cujas preocupações nestas cidades são somente a cobrança dos impostos, bem como fazer cumprir as leis impostas pelo imperador. Marco Polo como estrangeiro vê a cidade viva, intangível; esse modo de convívio, e o que dá ao Kublai Khan o encanto de ter um vasto império, um império amplo, rico e poderoso.

Penso que este fragmento do poema "Elogio da sombra", de Jorge Luis Borges, pode explicar como ele vê a relação do universo imaterial dentro dele como ser humano e a própria cidade que dá lugar a esse universo da beleza artística como intangível.

A velhice (tal é o nome que os outros lhe dão)
pode ser o tempo de nossa felicidade.

O animal morreu ou quase morreu.
Restam o homem e sua alma.
Vivo entre formas luminosas e vagas
que não são ainda a escuridão.
Buenos Aires,
que antes se espalhava em subúrbios
em direção à planície incessante,
voltou a ser La Recoleta, o Retiro,
as imprecisas ruas do Once
e as precárias casas velhas
que ainda chamamos o Sul.
Sempre em minha vida foram demasiadas as coisas;
Demócrito de Abdera arrancou os próprios olhos para pensar;
o tempo foi meu Demócrito.
Esta penumbra é lenta e não dói;
flui por um manso declive
e se parece à eternidade.

Muito obrigado.

Os *gueules noires*¹ de La Grand-Combe: uma história do passado e do presente²

Débora Lessa³

No livro **Memória e Trabalho**: Etnografia da Duração de uma Comunidade de Mineiros de Carvão (La Grand-Combe, França), Cornelia Eckert realiza uma tentativa exitosa de apresentar para nós, leitores, a história de um local impregnado pelo espectro de seu passado: a mineração de carvão. A autora, no decorrer de aproximadamente 120 páginas abreviará sua tese de doutorado (1992) na Sorbonne sobre como se dão, e se darão, as relações sociais dentro dessa comunidade, através de uma etnografia comportamental.

O trabalho etnográfico de Cornelia Eckert foi uma descrição densa. Para Geertz (2008)

o que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (p. 07).

Desta forma, entre histórias da comunidade vivente e experiências da própria autora, ela nos levará à Vila que nasceu em 1846 e, desde o início de sua fundação, estava voltada para as necessidades da Companhia, se organizando em torno da monoprodutividade do carvão. No decorrer de um século e meio Cornelia Eckert nos relata o nascimento, o auge e o declínio da pequena Vila operária, La Grand-Combe. O período de realização da pesquisa (1987 a 1990) é compreendido em um estágio avançado do que a própria autora denominará “tempos de crise”, parafraseando os moradores do vilarejo, onde

1 Expressão que designa mineiro em francês.

2 Resenha da obra de ECKERT, Cornelia. *Memória e Trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

3 Mestranda da PUC-SP. Contato: delessa@gmail.com.

a população em 1987, que diminui em ritmo notório, era composta por 23% de pessoas com mais de 65 anos e a maior parte dos jovens destinados ao desemprego e a viverem dos benefícios sociais dos pais. A metade da população, nesse período, declarará que não exercia nenhuma atividade profissional. Mas mesmo diante da crise a autora observa uma luta pela manutenção da comunidade.

Para facilitar a compreensão do leitor a história de La Grand-Combe será dividida em três etapas: “No tempo da Companhia”, na qual compreenderemos a formação da Vila em torno do trabalho, seu crescimento com a chegada de imigrantes, as diferenças estabelecidas entre a sua população; depois nos será explicado um período chamado “No tempo da nacionalização”, fase de estatização da Companhia, sendo relatadas as ambições e esperanças dos trabalhadores com este feito; e para finalizar, “No tempo de crises”, período de decrescimento populacional, de demolição de minas, de fechamento de serviços públicos.

O que dará tom à pesquisa serão os que permaneceram na Vila mesmo depois de sua coluna vertebral (a mina) não existir mais. Mas com o fim do trabalho nas minas será que esse passado ficou confinado, esquecido, morto? Segundo a autora não, os poucos habitantes que permaneceram em La Grand-Combe perpetuaram de alguma forma sua história escrita com carvão. A inquietude, “o que faz com que as pessoas apesar das descontinuidades vividas, sejam capazes de projetar e reconstruir uma duração social a partir de formas diversas de sociabilidade, numa ação transformadora incessante?” (ECKERT, 2012, p. 19), seria respondida com “a etnografia do comportamento temporal dos mineiros de carvão diante do fim de sua profissão” (ECKERT, 2012, p. 9).

O trabalho foi realizado a partir de relatos dos próprios moradores existentes na Vila no período de realização da pesquisa. Junto com a bagagem bibliográfica da própria autora, as entrevistas e conversas ofereceram suporte de grande importância à pesquisa realizada por Cornelia Eckert sobre o trabalho mineiro em Charqueadas, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1982 e 1985.

Entre 1835-1852 nascia o capitalismo no setor mineiro, junto com a necessidade do capital surgia no ano de 1846 a Vila La Grand-Combe de mesmo nome da Companhia de Minas, no sudeste da França, em Cévennes. A Vila, que antes de sua existência tinha por volta de 4000 habitantes nas circunvizinhanças, criará políticas de habitação e ensino para conquistar trabalhadores que eram de origem agrícola ao mundo do ouro negro. Esses atrativos sociais (habitação, escola, casa) fortalecerão a Companhia, dando para ela a unidade necessária para a formação de um corpo de trabalhadores “qualificados, sedentários e urbanizados” (p. 31).

Entre as características da Vila operária, destacava-se o paternalismo da Companhia, sendo o trabalho e a família os sustentáculos para esta nova ordem moral, formando uma “grande família corporativa”. Outro ponto importante desse período de formação é o da igreja católica, com sua ação pedagógica, dentro do sistema protecionista da Vila. Sendo papel não só dela, mas de todas as instituições, família, escola, etc., a perpetuação do ofício mineiro, passado de pai para filho e o fortalecimento do lema, “mãos negras, pão branco”, não à toa esta frase está no brasão da cidade. É importante ressaltar aqui que o padre, o pastor e o professor eram assalariados da Companhia, assim como no “período da Companhia” muitas vezes o prefeito era o engenheiro-chefe da própria mineradora. A mistura das relações, ora como funcionários da Companhia, ora como representantes públicos, deixa claro o poder hegemônico exercido pela mesma.

O crescimento do setor, junto com a política paternalista e assistencialista, resultou um *boom* populacional, passando de 11.341 habitantes em 1886 para 13.358 habitantes em 1896. Esse crescimento de trabalhadores nas minas de La Grand-Combe, em um momento de efervescência do movimento sindical europeu, contribui para a própria organização dos mineiros que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e de vida, sendo enfatizado o uso do dialeto mineiro, *occitan*, vocabulário utilizado pelos trabalhadores para sua comunicação. É importante ressaltar que essa unidade acaba sendo retardada pela I Guerra Mundial.

Durante todo o livro leremos trechos nos quais a autora descreverá a relação entre os trabalhadores que já estão estabelecidos e os que estão chegando⁴ relatando o choque entre culturas diferentes, o preconceito racial e as divisões de grupos imigrantes. A princípio os trabalhadores vinham da própria França ou de países como Itália e Bélgica, mas no século XX, principalmente nos períodos da I e II Guerra a necessidade de mão de obra fez com que a Companhia apelasse à vinda de imigrantes de outras regiões da Europa e “de outras nações subindustrializadas, principalmente da África (norte) e Turquia” (ECKERT, 2012, p. 47). Com essa miscigenação apareceram as diferenças que vão desde a residência oferecida ao trabalhador à forma como é tratado por seus superiores. Os imigrantes europeus, como os poloneses, por exemplo, eram considerados excelentes mineiros e católicos (no período havia uma disputa de poder entre o catolicismo e o preterido protestantismo, que apesar de aceito era marginal), o mesmo não acontecia com os africanos que sofriam diversos preconceitos.

4 Aqui podemos fazer uma referência ao livro de Elias e Scotson (2000) “Os estabelecidos e os outsiders” que descreve em uma comunidade urbana periférica a “clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes, cujos moradores eram tratados pelo primeiro como outsiders. O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo” (p. 19).

Depois desse período de contínuo crescimento, entre o final do século XIX e início do XX, nos será relatado o que a autora chamará de “o declínio da Companhia”: enfrentamento da organização dos trabalhadores mineiros com a indústria paternalista e crise de 1929 estarão envolvidos com essa nova fase. Para a revitalização, pós-crise, será formado um programa de recuperação econômica, o *Front Populaire* de 1937. Este íterim ficou conhecido como a I Batalha do Carvão, gerando ganhos políticos à categoria. Mas com a crise, reflexo da II Guerra Mundial, far-se-á necessária a II fase da Batalha do Carvão, na qual o grande eixo será a luta pela nacionalização das minas, pondo fim, em 1946, à história econômica da toda poderosa Companhia depois de 110 anos: “as minas da França foram nacionalizadas por decreto promulgado em 1946, e todo o complexo industrial da Companhia passou a pertencer às Hulherias da Bacia de Cévennes, grupo sudeste da Central Carbonífera da França” (ECKERT, 2012, p. 51).

A independência política e a transferência da gestão da Companhia para o Estado representaram, sem dúvidas, uma grande vitória, junto com o Estatuto do Mineiro de 1946, e conquistas de direitos sociais aos mineiros. Entre as vitórias das próximas duas décadas, da hegemonia da esquerda socialista, estão a estabilidade e as mudanças dentro da escola. Será reflexo disso, o desinteresse dos jovens para irem aos grandes centros.

Com a nacionalização das minas, a necessidade da criação de uma idealização do mineiro e do seu trabalho para fortalecer o setor criou o “operário modelo”, o “herói nacional”, enfatizando uma melhoria na qualidade de vida, exaltando a transição político-econômica no setor, mas “mal se imaginava, então, que junto às reformas de estrutura econômica e social, duras condições de trabalho iriam subsistir”(ECKERT, 2012, p. 57): mecanização, insalubridade, doenças ligadas ao trabalho, disciplina dura, tornaram-se características desta nova fase. Reforçando a percepção da instabilidade a derrota nas greves de 1947, 1948 e 1952 gerará um desencantamento dessa nova fase das minas.

A retração na produção, a concorrência com o carvão estrangeiro e a política francesa de integração com o mercado internacional, nos anos 1950, levará ao fechamento dos primeiros poços de carvão na França em 1960. Junto com o declínio das Hulherias de Cévennes⁵ e a consequente crise surgirá um movimento regionalista chamado de Movimento Occitan, que se aliará à luta camponesa tendo como referência os *camisards*⁶.

As décadas subsequentes aos anos 1960 serão marcadas pelos fechamentos de minas, perdas de possibilidades dentro da Vila, transformando o que antes era um local vivo, na pasmaceira de uma vila dormitório, uma vila de aposentados. Nos anos 1980 a vida

5 Com a nacionalização, as Hulherias da Bacia de Cévennes herdaram todo patrimônio da Companhia.

6 “Mineiros, camponeses e todos cevenois portavam a touca dos *camisards* que, outrora, simbolizara a resistência protestante” (ECKERT, 2012, p.59).

negra subterrânea foi extinta. “Despovoamento, dispersão do grupo ativo local, aumento da população inativa e idosa, baixa taxa de casamento e natalidade [...]” (ECKERT, 2012, p. 65) tornaram-se características dessa nova fase. O desânimo é também marcado pelo paradoxo da ânsia dos jovens pela oportunidade de sair da Vila através do incentivo do governo local.

A necessidade do último suspiro na Vila será marcada pela criação de programas de salvamento: “um programa de reconversão econômica da região e, internamente, de reestruturação urbana” (ECKERT, 2012, p.67), o que para o prefeito da época chegará tarde demais, com 20 anos de atraso.

A década de 1980 e o início dos anos 90 serão retratados como período de profundas mudanças, por exemplo, a reposição espacial, que reflete a crise da ruptura da “família corporativa” e uma tendência involuntária do fechar-se em si. Os aposentados *gueules noires* tentam resgatar a dinâmica e o significado da vida mudando-se para o centro da Vila, na tentativa de uma vida mais ativa; ocupando casas grandes e abandonadas que antes pertenciam aos engenheiros. Porém a autora deixa clara a contradição de se ter uma boa casa quando não se há mais o trabalho, quando os filhos já não moram mais na cidade, quando muitos são viúvos.

Outro redesenho espacial deste período é também observado através da segregação racial, que cresce com a crise. Se antes, no período das minas o preconceito era latente, mas não explícito, no período da pesquisa fica claro o crescimento da xenofobia, principalmente em relação aos africanos e aos *beurs* (seus filhos franceses).

O aparecimento das associações vai ser marcante com o fim das minas, pois dessa forma se manterá uma coesão do grupo, que antes era garantida e fortalecida diariamente com o trabalho. Pois em uma vila onde a maior parte da população é composta de aposentados, as associações terão vital importância para a dinâmica atual dos Grand-Combianos e para a manutenção de uma identidade social.

No final da década de 1980, entre 1988 e 1989, há uma investida na transformação do “negro em verde” (uma tentativa de apagar o negro do carvão da história local) para a revitalização da economia de La Grand-Combe, mudanças essas que não serão interpretadas de forma positiva por todos os moradores, por tentar camuflar, ou até mesmo eliminar a história mineira, não sendo uma medida efetiva e sustentável de transformação. A proposta da mudança da frase presente no brasão da Vila de “Mãos Negras, Pão Branco” para “La Grand-Combe em Cévennes” deixa clara essa vontade do prefeito da época de neutralizar o passado mineiro da Vila.

Durante toda a obra serão apresentados aspectos sobre os mineiros daquela região, singularidades da identidade, cultura e coesão local que mais tarde será

redesenhada, mesmo com, ainda, uma grande referência à história na mina, que para a autora está perpetuada: “cheiro de dinamite, barulho de explosões, ontem, sinais de trabalho no fundo da mina; hoje, marcas de demolição do espaço mineiro, destas testemunhas que se queriam perpétuas. Mas a memória resta... lacunar, rítmica” (ECKERT, 2012, p. 123).

O comprometimento da autora com uma antropologia social, realizada através de uma observação participante e uma escuta atenta nos aproxima do que por ela foi vivido. Nos é mostrada a centralidade do trabalho em uma Vila onde o trabalho outrora vital está adormecido pelas transformações e novas necessidades da sociedade capitalista. A leitura deste livro nos instiga através de um mergulho nas transformações de uma vila mineira.

Referências bibliográficas

ECKERT, Cornelia. **Memória e Trabalho:** etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão. Curitiba: Editora Appris, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.